



Universidade Federal de Sergipe



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO – SE**

AVANÍ TEREZINHA GONÇALVES TORRES

**OS MEANDROS DA POLÍTICA HÍDRICA DO COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO:
REPRESENTATIVIDADE, EFETIVIDADE, E FORMAÇÃO DE
HIDROTERRITÓRIOS**

São Cristóvão – SE
2016

AVANÍ TEREZINHA GONÇALVES TORRES

**OS MEANDROS DA POLÍTICA HÍDRICA DO COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO:
REPRESENTATIVIDADE, EFETIVIDADE, E FORMAÇÃO DE
HIDROTERRITÓRIOS**

Tese de Doutorado apresentada para avaliação como requisito à obtenção do título de Doutor ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Prof. Orientador: Dr. Marco Antônio Mitidiero Jr.

São Cristóvão – SE
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

T693m Torres, Avaní Terezinha Gonçalves
Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco : representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios / Avaní Terezinha Gonçalves Torres ; orientador Marco Antonio Mitidiero Junior. – São Cristóvão, 2016.
353 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Geografia. 2. Recursos hídricos – Administração. 3. Água – Uso – Política governamental. 4. Direitos ribeirinhos. 5. São Francisco, Rio, Bacia. 6. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. I. Mitidiero Junior, Marco Antonio, orient. II. Título.

CDU 911.2:556.18(282.281.5)

AVANÍ TEREZINHA GONÇALVES TORRES

**OS MEANDROS DA POLÍTICA HÍDRICA DO COMITÊ DE BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO: REPRESENTATIVIDADE,
EFETIVIDADE, E FORMAÇÃO DE HIDROTERRITÓRIOS**

AVALIADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior - UFPB
Orientador

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos - UFS
Examinadora Interna

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos – UFS
Examinadora Interna

Prof. Dr. José Hunaldo Lima – UFS
Examinador Interno

Prof. Dr. Genival Barros Júnior – UAST/UFRPE
Examinador Externo

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos – UFS
Examinadora Interna (Suplente)

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves – UFPB
Examinador Externo (Suplente)

Araci, sua companhia, nesses 16 anos, tem me propiciado viver a um só tempo a intensidade das águas fortes que moldam as pedras e a serenidade das águas mansas que deixam as pedras lisas. Sua entrega à vida, como educadora, faz acreditar ser possível transformar o mundo em algo melhor olhando para o próximo. Foi ao seu lado que conheci a Geografia, os trabalhos de campo. Antes de você, a pesquisa era em frente a uma tela fria, com dados secundários sem a emoção da entrevista, “tête-à-tête” com o fenômeno. Também aprendi a ver a beleza da aridez sertaneja, em seu povo e sua paisagem. Quando em campo me sentia só, com vontade de voltar ao nosso lar, falar contigo durante o trabalho de campo de Itacuruba foi um alento, pois à noite, pensando na dura vida dos entrevistados, sempre chorava e você alimentavam meu espírito, me fortalecia para continuar a caminhada. No longo tempo longe de casa, quando revezava as aulas na UFRPE e as viagens para as reuniões e plenárias do CBHSF, ao ouvir sua voz, me acalmava. Nos piores momentos, quando pensava em largar tudo, você apontava a praia e, mesmo sem saber nadar, arrumava força para chegar. Dedico este estudo à minha companheira, meu amor, minha amiga, parceira de todos os instantes... ao meu amor mais forte.

AGRADECIMENTOS

Ao trilhar o caminho de construção da tese, precisamos primordialmente da ajuda e compreensão daqueles que nos rodeiam. Muitas das reflexões foram compartilhados com professores, amigos, familiares, enfim, com todos que contribuíram para concretizar um desejo de colaborar para uma melhor compreensão em prol de uma gestão das águas socialmente mais justa.

Mesmo com o risco de esquecer algum nome, não posso deixar de destacar alguns colaboradores. Entre tantos, a estas pessoas devo especial agradecimento: À Araci, grande incentivadora e companheira de vida, presente em todos os momentos desta jornada. Muito obrigada pela compreensão e paciência nas inquietações do decorrer da pesquisa.

Ao meu orientador, Marco Mitidiero Jr., pelo estímulo, por procurar ouvir a respeito de um tema fora de seu lócus de pesquisa, a questão agrária. A minha gratidão por estar ao meu lado mesmo quando não dei conta dos prazos. Obrigada pela paciência e parceria.

Aos professores do PPGG da UFPB, do NPGeo da UFS, que possibilitaram a construção de uma formação acadêmica fundamental para a elaboração do percurso teórico deste trabalho. Aos integrantes da banca: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos, Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos, Prof. Dr. José Hinaldo Lima, Prof. Dr. Genival Barros Júnior, Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos e Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves, por terem aceito o convite.

A meus familiares, Eva, Júnior, Bibi, Julinha, Jorge, Arnaldo, Vera, Ester, Vitória, Karenine, Cassandra, Tia Corrinha, Williams, Alissynho, Davizinho, Luiza, Fábio, José, Tia Secundina, Pedrinho, Tio Geraldinho, Jóia, Amandinha, Aninha, Beatriz A alguns membros do CBHSF, por compartilhar experiências, críticas e a história do comitê desde o processo de formação à atualidade.

Aos membros do CBHSF por compartilhar experiências, críticas e a história do comitê desde do processo de formação a atualidade, agradeceria, imensamente, em particular, Ana Paula Farias, Apolo Heringer Lisboa, Artemízio, ao guerreiro e amigo Carlos Eduardo Ribeiro Junior (ONG Canoa de Tolda), Domingos (“Nen” pescador), Dipeta, Genival Barros, João Batista, Johann Gnadlinger, Israel Cardoso, Luís Carlos Pontes, Luciano de Sousa (in memoria) Marcio Pedrosa, Marcus Sabaru, Marcos Poligano, Manoel Uilton, Norberto, Rogério Sepúlveda, “Seu Toinho pescador”, Pedro Lessa,

Às amigas e amigos: Ana Emília, Fatinha, Maria Franco, Jansen Torres (“meu tradutor”, amigo de longas datas) e Matias, Uchoa, Neila, Emília Moreira, Ivan Targino,

Paulo Fernando, Águida, Ana Carmem, Edvaldo, Ana Paula, Luiz, Joãozinho, Priscila, Luciana e Neide, Amanda e Ruth, Dadá Martins, Marcelo, Emerson, Jorge Flávio, Raquel, Dulce Maria, Cleomar, Dona Fátima, “Thomazão”, Deinha e Jorgão (*in memoriam*) pelos momentos de lazer.

Aos amigos do Seixas, de Jampa, e Serra Talhada, pelas colaborações e pelos momentos de lazer. Aos amigos da UAST/UFRPE, pela convivência e discussões sobre o tema e sobre a tese em especial. A Renatinha, Chicó, Nilsão, Marquinhos e Mônica, Eduardo, Edvaldo, Elton e Danny, Maurício, Fabinha, Nicole. Aos colaboradores e entrevistados. Espero que a confiança por eles dispensada possa ser recompensada, em parte, com o produto desta Tese.

RESUMO

A gestão dos recursos hídricos no mundo se tornou um elemento essencial para a fixação de populações e a geração de riquezas nos territórios, em geral, principalmente a partir do século XX. No Nordeste brasileiro, a convivência com a escassez hídrica faz parte da formação da região desde o descobrimento. O rio de maior importância da região é o Rio São Francisco, também denominado como o rio da “integração nacional”, pois as riquezas produzidas eram escoadas através de seu leito. A partir dos anos 1970, o rio passou a ser utilizado mais intensamente para a produção de energia. Com a formação dos reservatórios, a partir da construção das barragens da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ocorreu o deslocamento de milhares de pessoas. No final dos anos 1990, foi formulada a Lei n. 9.443/97, que institui, entre outros aspectos, a gestão territorial das águas por bacia hidrográfica e, consequentemente, os seus instrumentos de gestão, a outorga e a cobrança da água, sob a administração de um comitê formado por representações do Estado, de usuários e da sociedade civil organizada de cada bacia. No ano de 2001, formou-se o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), composto por 62 membros representantes. Já a cobrança da água nessa bacia só ocorreu a partir do ano de 2010. Parte dos recursos arrecadados vem sendo utilizado para o fortalecimento institucional do CBHSF por meio de campanhas midiáticas e projetos hidroambientais principalmente nas localidades onde residem os representantes do CBHSF, reforçando a imagem política sem uma melhora significativa dos estoques hídricos, ao passo que os montantes arrecadados deveriam promover o aprimoramento da qualidade e quantidade de água do Rio São Francisco. Dessa forma, a gestão não tem sido exercida com eficácia por não coibir a emissão de outorgas, mesmo perante o cenário crítico de escassez hídrica pelo qual passa o rio. Suas águas vêm sendo utilizadas prioritariamente para os usos de produção de energia e irrigação nos perímetros irrigados do agronegócio. Esse cenário potencializa disputas e resistências entre camponeses-ribeirinhos, irrigantes e a CHESF, acirrando a disputa entre capital e trabalho ao ser direcionado o direito do uso da água para os que detém poder, características essas que irão configurar uma formação territorial denominada por Torres (2007), como hidroterritório. A ineficácia da gestão do CBHSF contribui cada vez mais para a formação desses hidroterritórios, apontados pelos estudos espaciais das outorgas emitidas para as regiões fisiográficas do Submédio e Baixo Rio São Francisco, delimitação de estudo desta pesquisa.

Palavras-Chaves: CBHSF. Gestão dos recursos hídricos. Rio São Francisco. Hidroterritórios. Outorga e cobrança da água.

ABSTRACT

The water resources management in the world has become, mainly from the twentieth century, an essential element for the establishment of populations and the generation of wealth in the territories, in general. Living with water scarcity, in the Northeast region of Brazil, is part of the formation of the region since its discovery. The most important river of the region is the São Francisco River, also known as the river of "national integration", since its produced wealth was disposed through its riverbed. From the 1970s, the river has been used for the production of energy, more intensively. A displacement of thousands of people occurred as far as the reservoirs have been formed, from the construction of dams by the "Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)". In the late 1990s, the Law n. 9,443/97 was created, establishing, among other things, territorial water management by basin and consequently its management tools, the granting and the water charge, under the administration of a committee of state representatives, users and organized civil society in each basin. In 2001, the São Francisco River Basin Committee (CBHSF) was created, composed by 62 representative members. In the other hand, the water charge in this basin only occurred from 2010. Part of the funds raised has been used for institutional strengthening of CBHSF, through media campaigns and hydro-environmental projects, mainly in those localities where representatives of CBHSF reside, which reinforce the political image without a significant improvement of water stocks, while the amounts raised should promote the improvement of the quality and quantity of São Francisco River water. Thus, the resources management has not been practiced effectively for not to curb the issuance of grants, even though the river faces a critical scenario of water scarcity. Its waters have been primarily used for energy production usage and irrigation in the irrigated perimeters of agrobusiness. This scenario enhances disputes and resistance between the riparian peasant, irrigators and CHESF, intensifying the disputes between capital and labor by directing the right of the water usage to those in power. These characteristics have set up a territorial formation called by Torres (2007), as "hidroterritório". The ineffectiveness of CBHSF management increasingly contributes to the formation of those "hidroterritórios", appointed by space studies of the grants issued to the physiographic regions of Lower-middle and Low São Francisco River, delineation of this research study.

Keywords: CBHSF. Water resources management. São Francisco River. Hidroterritórios. Grantings and water charge.

RESÚMEN

La gestión de los recursos hídricos en el mundo se ha convertido, principalmente a partir del siglo XX, un elemento esencial para el establecimiento de las poblaciones y la generación de riqueza en los territorios, en general. Vivir con la escasez de agua, en la región nordeste de Brasil, es parte de la formación de la región desde su descubrimiento. El río más importante de la región es el río São Francisco, también conocido como el río de la "integración nacional", porque la suya producción de riquezas ha sido drenada a través de su cauce. Desde la década de 1970, el río ha sido utilizado, con mayor intensidad, para la producción de energía. El desplazamiento de miles de personas se produjo la medida en que los embalses se han formado, desde la construcción de las presas por la "Compañía Hidroeléctrica de São Francisco (CHESF)." A finales de 1990, la Ley n. 9.443/97 fue creada, que establece, entre otras cosas, la gestión del agua territorial por cuencas y por consiguiente sus herramientas de gestión, la concesión y cobro del agua, bajo la administración del comité estatal de representantes, de los usuarios y de la sociedad civil organizada en cada cuenca. En 2001 se creó el Comité de Cuenca del Río San Francisco (CBHSF), compuesto por 62 miembros representativos. Pero el cobro del agua en esta cuenca sólo se produjo a partir de 2010. Parte de los fondos recaudados se ha utilizado para el fortalecimiento institucional de CBHSF, a través de las campañas de los medios de comunicación y proyectos hidro-ambientales, principalmente en aquellas localidades donde se radican los representantes de la CBHSF, que refuerzan la imagen política y sin una mejora significativa de las reservas de agua, mientras que los importes procedentes no visan promover el mejoramiento de la calidad y cantidad de agua del río San Francisco. Por lo tanto, la gestión de los recursos, no se ha practicado efectivamente por no frenar la emisión de subvenciones, a pesar de que el río enfrenta a la situación crítica de escasez de agua. Sus aguas se han utilizado principalmente para el uso de la producción de energía y el riego en los perímetros irrigados de la agroindustria. Este escenario aumenta los conflictos y la resistencia entre los campesinos ribereños, regantes y CHESF, intensificando los conflictos entre el capital y el trabajo por la destinación de los derechos de la utilización del agua para aquellos que están en el poder. Esas características han puesto en marcha la formación territorial nombradas Torres (2007), como "hidroterritório". La ineficacia de la gestión de la CBHSF contribuye cada vez más a la formación de esos "hidroterritórios", designados por los estudios espaciales de las subvenciones emitidas a las regiones fisiográficas de media-baja y baja del Río São Francisco, delineación de esta investigación.

Palabras Clave: CBHSF. Gestión de los recursos hídricos. Río São Francisco. Hidroterritórios. Subvenciones y cobro del agua.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRH - Associação Brasileira de Recursos Hídricos
AECI - Agência Espanhola de Cooperação Internacional
ANA - Agência Nacional das Águas
AGB PEIXE VIVO - Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APA - Área de Proteção Ambiental
BHSF - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COB - Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHSF - Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco
CCR - Câmara Consultiva Regional
CEGET - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNARH - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COHIDRO - Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COTEMINAS - Companhia de Tecidos do Norte de Minas
CREMEPE - Conselho Regional de Medicina de Pernambuco
CTIL - Câmara Técnica Institucional e Legal
CTOC - Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
CTPPP - Câmara Técnica de Planos, Projetos e Programas
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DAAE - Departamentos Autônomos de Abastecimentos e Esgoto
DIREC - Diretoria Colegiada do Comitê de Bacia do Rio São Francisco
DIREX - Diretoria Executiva do Comitê de Bacia do Rio São Francisco
DNPEA - Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FIOL - Ferrovia da Integração Oeste Leste
FUNDASE - Fundação de Assuntos Fundiários de Sergipe

FNCA - Fundação da Nova Cultura da Água

GEPAT - Grupo de Estudos e Pesquisas da Água e Território

GESF - Grupo de Estudos do São Francisco

GERPI - Grupo Executivo para a Conclusão do Reassentamento da População de Itaparica

GPS - *Global Positioning System*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

MA - Ministério da Agricultura

MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento dos Sem-Terra

MT - Ministério dos Transportes

NPGeo - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

ONG'S - Organizações Não Governamentais

OSCIP'S - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC - Plano de Aceleração de Crescimento

PAP - Plano de Aplicação Plurianual

PBHSF - Plano Decenal de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

PISF - Projeto de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

PND - Plano Nacional de Desestatização

PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes

PNRH - Política Nacional dos Recursos Hídricos

PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia

RDC - Regime de Contratação Diferenciado

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

SAG/ANA - Superintendência de Apoio a Gestão de Recursos Hídricos

SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa

SINGA - Simpósio Internacional de Geografia Agrária

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

SNIRH - Sistema Nacional de Informações Sobre Recursos Hídricos

TCU - Tribunal de Contas da União

TVA - *Tennessee Valley Authority*

UAST - Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UHE - Usinas Hidroelétricas

VMT - Verba de Manutenção Temporária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marcação da cana.....	22
Figura 2- Medição da cana.....	22
Figura 3 - Aguadeiro.....	25
Figura 4- Tribunal dos homens bons.	25
Figura 5- Recorte de Análise.....	38
Figura 6 - Procedimento metodológico para análise dos dados do Objeto da pesquisa.	40
Figura 7 – Procedimento metodológico de tratamento de dados das outorgas para confeção de mapas temáticos.	42
Figura 8 - Mapa “Castrum Mauritij, Marcgrave” (1647).	52
Figura 9 – Foto da capa do Atlas e Relatório de Exploração de Halfeld.....	53
Figura 10 - Divisão Fisiográfica da Bacia do Rio São Francisco.....	57
Figura 11- Área irrigada, perímetros públicos de irrigação e concentração de pivôs.....	59
Figura 12 - Mapa da dinâmica populacional por microrregiões- Crescimento 2000- 2010.	64
Figura 13- Perfil Longitudinal das Hidrovias dos Rios São Francisco, Corrente e Grande.	67
Figura 14 - Mapa Multimodal da Região de Influência das Hidrovias dos Rios São Francisco.....	71
Figura 15 – Organograma da gestão integrada dos recursos hídricos.	99
Figura 16-Organograma das esferas da gestão.....	115
Figura 17 –Estrutura do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	117
Figura 18- Fluxograma do processo de seleção de projetos.....	137
Figura 19 – Estaca de eucalipto apresentando rachaduras com menos de seis meses de uso.....	143
Figura 20 – Assoreamento das barraginhas.....	144
Figura 21 – Cerca aberta por moradores para utilizar como pastagem.	144
Figura 22- Barraginha assoreada.....	145
Figura 23 – Demonstrativo de despesas com recursos de investimento.....	150
Figura 24 – Terras devolutas na Bahia.....	155
Figura 25 - Ilustração da primeira fase do fenômeno de formação de hidroterritório.	159
Figura 26 - Ilustração da segunda fase do fenômeno de formação de hidroterritório.	160
Figura 27 Ilustração da terceira fase do fenômeno de formação de hidroterritório.....	161
Figura 28 - Mapa de outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2003- 2004).	205
Figura 29- Mapa de Sergipe dos domicílios em extrema pobreza (2011).	211
Figura 30 – Esquema ilustrativo da distribuição de águas por lote.....	212
Figura 31- Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2005- 2006).	217
Figura 32 - Mapa de outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2007- 2008).	220
Figura 33 - Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2009- 2010).....	225
Figura 34 - Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2011- 2012).....	226

Figura 35 - Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2013-2014).	227
Figura 36- Usina de Angiquinho (2014).	233
Figura 37- Lote de sequeiro no PEC-SR.	244
Figura 38- Canal de irrigação no Projeto Formoso.	244
Figura 39 - Região atingida pela construção da barragem de Itaparica.	247
Figura 40 - Concentração dos trabalhadores rurais em Petrolândia (PE), em 4/8/1979.	250
Figura 41 - Despejo dos moradores de Petrolândia por força policial.	251
Figura 42 – Capa do documento “Plano de Desocupação da CHESF”.	255
Figura 43 – Situação dos principais reassentamentos de Itaparica, em maio de 1995.	258
Figura 44 - Produção de energia pela Chesf no período úmido 2012-2013.	263
Figura 45 - Equipe mobilizada para realizar a campanha do Baixo.	265
Figura 46 – Mapa de localização da campanha do Baixo São Francisco, que compõe a área de estudo.	266
Figura 47- Resultado de um dia de trabalho do pescador.	271
Figura 48 – “Moradora 3” de Potengy (AL), coletando água da cacimba na foz do São Francisco.	276
Figura 49 - Turistas visitando as dunas da margem norte da foz em Alagoas.	277
Figura 50- Entrevista realizada com “Mestre de barco 1”.	278
Figura 51- Farol do Cabeço ainda em terra.	279
Figura 52 - Farol do Cabeço (SE).	279
Figura 53- Entrevista realizada com o “Pescador 5”.	280
Figura 54- Bomba de captação de Potengy (AL).	280

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Representação por classe da composição do CBHSF da gestão 2010-2013	
.....	116
Gráfico 2 – Preço para a cobrança da água a taxas crescentes.	180
Gráfico 3 – Representatividade dos valores cobrados por finalidade de uso na BHSF em 2010.	181
Gráfico 4 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2010.	183
Gráfico 5 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2011.	185
Gráfico 6 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2012.	189
Gráfico 7 - Distribuição percentual dos Valores Cobrados pelo uso da água na BHSF.	191
.....	
Gráfico 8 - Distribuição (%) dos Valores Não Arrecadados pelo uso da água na BHSF.	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características Físicas e Naturais da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.....	56
Quadro 2- Aproveitamento Hidroelétrico na Bacia do Rio São Francisco.	61
Quadro 3 - Perfil frota de caminhões necessários para safra 2011 e No. equivalente de veículos.....	70
Quadro 4 – Demonstrativos de despesas de gestão e planejamento do CBHSF do ano de 2014.	119
Quadro 5 – Valores das diárias para custeio de despesas do CBHSF praticadas a partir de 2014.	125
Quadro 6 – Gastos do 1º. Trimestre de 2015 com custeio das Diretorias e Câmaras Técnicas.....	127
Quadro 7-Critérios de avaliação da agência delegatária AGB PEIXE VIVO.....	148
Quadro 8 – Outorgas adimplentes e inadimplentes por setor de uso no ano de 2010.	184
Quadro 9 – Outorgas adimplentes e inadimplentes por setor de uso no ano de 2011.	188
Quadro 10 – Nota pública das comunidades tradicionais atingidas pelo Projeto do Baixo de Irecê.....	219
Quadro 11 - Cronologia da implantação das Usinas Hidroelétricas na Bacia do São Francisco.....	235
Quadro 12- Destino das famílias atingidas pelo reservatório de sobradinho e reassentadas pela CHESF.	242
Quadro 13 - Reivindicação dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco atingidos pela barragem de Itaparica - Pernambuco/Bahia.....	249

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da BHSF.	62
Tabela 2- Resumo dos gastos com a logística de membros da DIREC, gestão (2013-2016).	129
Tabela 3 – Demonstrativo dos gastos com eventos do CBHSF até o mês de setembro de 2015.	130
Tabela 4 – Relação de Projetos hidroambientais selecionados em 2011	138
Tabela 5 - Principais categorias de demandas de água.	169
Tabela 6 – Cobrança da por água bruta em 2010 por região fisiográfica.	182
Tabela 7 – Cobrança da por água bruta em 2011 por região fisiográfica.	185
Tabela 8 – Cobrança da por água bruta em 2012 por região fisiográfica.	190
Tabela 9 – Número de estabelecimentos com outorga para uso da água e valores totais cobrados na Bacia Hidrográfica do São Francisco entre os anos de 2010 e 2012.	191
Tabela 10 -Taxa de Inadimplência na BHSF - 2010/2012.	192
Tabela 11 – Evolução (%) dos valores cobrados na BHSF, por finalidade de uso da água.	194
Tabela 12 – Evolução do uso da água para abastecimento público e irrigação na BHSF - 2010/2012.	194
Tabela 13 - Valores Cobrados (%) por região fisiográfica e por finalidade do uso da água na BHSF - 2010 a 2012.	196
Tabela 14 - Taxa de Inadimplência por região fisiográfica e por finalidade do uso da água, na BHSF - 2010 a 2012.	198
Tabela 15 -Terras Devolutas – Municípios da Área da Pesquisa e seu entorno (BA).	224

SUMÁRIO

1.0 - ASPECTOS NATURAIS, SOCIOECONÔMICOS E HISTORIOGRÁFICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	49
1.1 A fisiografia da bacia do Rio São Francisco	54
1.2 A socioeconomia da bacia do Rio São Francisco	62
1.3 Os novos caminhos produtivos e logísticos do “velho” São Francisco	68
O CONTROLE DA ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO: DO CORONELISMO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO	73
2.0 - O CONTROLE DA ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO: DO CORONELISMO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO	74
2.1 Estratégias de controle neoliberal: das teorias de mercantilização da água à prática da ineficácia da gestão dos recursos do comitê de bacia do São Francisco	90
2.2 O comitê de bacia hidrográfica do Rio São Francisco: práticas e procedimentos	114
2.3 Os projetos hidroambientais e sua importância para a promoção política dos representantes da gestão participativa	135
2.4 A formação dos hidroterritórios.....	151
3.0 DA TEORIA À PRÁTICA: O APARATO LEGAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE TERRITORIAL NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	163
3.1 Caracterização da cobrança da água no Rio São Francisco (2010-2012)	178
3.2 Espacialização das outorgas para irrigação na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (2003-2014)	201
4.0 O COMEÇO DO FIM: DAS HIDROELÉTRICAS E SEU IMPACTO SOCIAL À INOPERÂNCIA DO COMITE DE BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO NOS TEMPOS ATUAIS.....	231
4.1 A segunda expulsão dos desterrados: o Estado como mediador do capital no processo de construção da hidroelétrica de Itaparica	246
4.2 Com os pés no rio: a voz dos que dependem da pungência do Rio São Francisco	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
REFERÊNCIAS.....	290
ANEXOS	307
ANEXO II – E-mail denúncia.	319
ANEXO III – Ata da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco.....	320
ANEXO IV – Análise da CTIL	328
ANEXO V - Apresentação de Alegações Finais no Conflito de Uso 001/2014.	332
ANEXO VI - Resolução DIREC/CBHSF n. 29, de 14 de março de 2013.	338
ANEXO VII – Deliberação CBHSF n. 71, de 28 de novembro de 2012.	341
ANEXO VIII – Relatório CTPHa 01/2012 (Parecer Técnico)	348

ANEXO IX - Ficha da Capitania dos Portos do Farol do Cabeço (SE).	353
--	------------

Águas e Mágoas do Rio São Francisco

Está secando o velho Chico. Está mirrando, está morrendo.

Já não quer saber de lanchas-ônibus nem de chatas e seus empurradores.

Cansou-se de gaiolas e literatura encomiástica e mostra o leito pobre, as pedras, as areias desoladas onde nenhum minhocão ou cachorrinha-d'água, cativados a nacos de fumo forte, restam para semente de contos fabulosos e assustados.

Ei, velho Chico, deixas teus barqueiros e barranqueiros na pior?

Recusas frete em Pirapora e ir levando pro Norte as alegrias?

Negas teus surubins, teus mitos e dourados, teus postais alucinantes de crepúsculo à gula dos turistas? Ou é apenas seca de junho-julho para descanso e volta mais barrenta na explosão da chuva gorda?

Já te estranham, meu Chico. Desta vez, encolheste demais. O cemitério de barcos encalhados se desdobra na lama que deixaste. O fio d'água (ou lágrimas?) escorre entre carcaças novas: é brinquedo de curumins, os únicos navios que aceitam transportar com desenfado.

Mulheres quebram pedra no pátio ressequido que foi teu leito e esboça teu fantasma.

Não escutas, ó Chico, as rezas músicas dos fiéis que em procissão imploram chuva?

São amigos que te querem, companheiros que carecem de teu deslizar sem pressa (tão suave que corriam, embora tão artioso que muitas vezes tiravas a terra de um lado e a punhas mais adiante, de moleque).

É gente que vai murchando em frente à lavoura morta e ao esqueleto do gado, por entre portos de lenha e comercinhos decrepitos;

a dura gente sofrida que carrega (carregavas) no teu lombo de água turva mas afinal água santa, meu rio, amigo roteiro de Pirapora a Juazeiro.

Responde, Chico, responde!

Não vem resposta de Chico, e vai sumindo seu rastro como rastro da viola se esgarça no vão do vento.

E na secura da terra e no barro que ele deixa onde Martius viu seu reino, na carranca dos remeiros (memória de outras carrancas, há muito peças de living), nas tortas margens que o homem não soube retificar (não soube ou não quis? paciência), de pontes sobre o vazio, na negra ausência de verde, no sacrifício das árvores cortadas, carbonizadas, no azul, que virou fumaça, nas araras capturadas que não mandam mais seus guinchos à paisagem de seca (onde o tapete de finas gramineas, dos viajantes antigos?), no chão deserto, na fome dos subnutridos nus, não colho qualquer resposta, nada fala, nada conta das tristuras e renúncias, dos desencantos, dos males, das ofensas, das rapinas que no giro de três séculos fazem secar e morrer a flor de água de um rio.

Carlos Drummond de Andrade

*Filha de retirante nas margens
do Rio de S. Francisco.*

Considerações Iniciais

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta tese de doutorado, ora apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), edificou-se em um conjunto de inquietações formuladas desde o ano de 2004, ainda enquanto estudante do curso de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Uma dessas inquietações se materializava na manifestação de uma prática de apropriação privada da água para atender a interesses particulares (de pessoas e de firmas), por meio de coerção, violência e assassinatos de lideranças ocorridos no Nordeste brasileiro.

Tratava-se de um fenômeno de apropriação desigual e injusta da água presente em algumas práticas sociais, podendo proporcionar embates e resistências pelo acesso a este elemento vital à sobrevivência humana. Ou seja, trata-se da concepção de uma formação espacial demarcada pelo tensionamento e conflito, decorrentes do jogo de forças para se obter o domínio da água nos territórios.

Numa pesquisa bibliográfica realizada ainda em 2004, com o intuito de compreender o fenômeno de apropriação da água, verificamos que a Ciência Econômica apresentava um amplo ferramental teórico que justificava a apropriação e alienação de bens cujos direitos de propriedade não estavam bem definidos, os chamados bens públicos; entre eles, o elemento água. Com base nesta compreensão, posta pela Economia do Setor Público, foram estabelecidos os instrumentos econômicos de comando e controle do Estado, a fim de gerir a água no Brasil e no Mundo, numa nítida formulação neoliberal de mercantilização da natureza.

Nesta busca teórica, percebeu-se também que, para compreender o fenômeno acima citado, seria necessário estabelecer uma mediação com a Ciência Geográfica, já que a disputa pela água apresentava elementos de ordem espacial e de luta de classes, com os quais a geografia política, a geografia agrária e a geografia do trabalho alinhavam suas discussões em uma perspectiva de base teórica. Estas bases teóricas são sedimentadas nas contradições advindas do processo histórico da formação dos espaços estudados, contrapondo-se à visão econômica da água como mercadoria.

Ao conceber o valor deste bem unicamente como de troca, chega-se ao ponto de idealizá-lo como uma “*commodity*”, não importando seu valor de uso. Há uma disputa clara entre duas linhas teóricas conceituais distintas de gestão de recursos hídricos: a econômica, que defende a lógica do capital, sendo o recurso natural uma mercadoria, e

outra que defende uma compreensão ampliada dos direitos universais a elementos naturais indispensáveis à vida humana. Vale ressaltar que tal interpretação não implica dizer que existe apenas essa visão teórica mercantilista da Economia ou mesmo que a Geografia seja a única a defender os direitos coletivos. Trata-se de uma escolha consciente da linha teórica a ser seguida.

Dessa forma, as inquietações formuladas e sistematizadas durante a graduação em Economia se tornaram elementos motivadores para apresentar o projeto de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2005. Concomitante ao ingresso no PPGG na linha de pesquisa de gestão territorial, tivemos a oportunidade de participar do Grupo de Estudos e Pesquisas da Água e Território (GEPAT), com o intuito de obter subsídios à análise espacial dos conflitos hídricos. Como resultado da inserção nessa linha de conhecimento, ainda em 2005, foi publicado o primeiro artigo, intitulado *Reflexões sobre o conceito da água como mercadoria*, no qual se procurou refletir teoricamente sobre as possibilidades de compreender as inquietações alçadas a respeito do acesso à água enquanto instrumento de poder político-econômico e social. O intuito foi de pensar as seguintes questões:

A possibilidade de falta de recursos financeiros para adquirir o bem em questão; a não correspondência entre necessidade e demanda; a existência de fatores externos ao controle dos potenciais usuários e que impedem ou limitam o seu acesso; o fato de que nenhum bem ou serviço ser considerado absoluto pelos consumidores, exceto os bens vitais que são a água e o ar (TORRES; VIANNA, 2005, p. 293).

Em um segundo momento, essa revisão teórica foi ampliada e se tornou um dos tópicos do terceiro capítulo da dissertação intitulada *Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais*¹, cujo objetivo central era “Avaliar a importância da água como mercadoria, implícito nos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, e seu impacto nos territórios à luz do atual quadro institucional no Brasil” (TORRES, 2007, p. 18). Através da referida pesquisa, buscou-se contribuir para uma melhor apreensão da teoria econômica e geográfica no âmbito de estudos dos conflitos hídricos, bem como apontar algumas críticas e fragilidades do aparato legal da gestão hídrica no Brasil, que contribuíam para

¹ TORRES, A.T.G. *Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais*. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

a perpetuação das desigualdades sociais de acesso à água percebidos nos estudos de caso durante o trabalho de campo. Um dos resultados do estudo foi propor o uso de um novo conceito, o qual foi denominado de *hidroterritório*. Sua concepção, sistematização e tipologia estavam intrinsecamente fundamentadas nos estudos de caso realizados nos Estados da Paraíba (junho a dezembro de 2005) e Pernambuco (de janeiro a julho de 2006).

No final de 2006, a necessidade de dialogar com outros pesquisadores da temática água, distanciando-se do viés teórico/ideológico neoliberal² e de gestões hídricas centradas em modelos hidrológicos, levou-nos a participar, em Portugal, na cidade do Faro, do *V Congreso Ibérico sobre Planificación y Gestión de Aguas. Cuenca Compartidas, Claves para gestión Sostenible del la Agua Y del Territorio.*, organizado pela Fundação da Nova Cultura da Água (FNCA). Os pesquisadores associados a essa fundação, situada na Universidade de Zaragoza, assumem a necessidade de construir uma nova abordagem técnico-científica holística e integradora, de valores subjetivos em matéria de gestão da água. A FNCA afirma³:

Não há dúvida que a tradicional política hidráulica é hoje insuficiente para acolher as necessidades e preocupações da nossa sociedade e para responder adequadamente aos reptos colocados pelo novo paradigma da sustentabilidade. [...]. **É possível que as privilegiadas sociedades ocidentais se possam dar ao luxo de optar por uma fuga para afrente, realimentando espirais de insustentabilidade. Mas, esta opção só é possível numa perspectiva imoral de sacrifício dos direitos das gerações futuras e de aumento das actuais injustiças planetárias.** As lutas contra a pobreza, pela eco-eficiência e pela conservação dos nossos patrimónios naturais constituem as chaves deste repto de responsabilidade ética que devemos hoje assumir. Na perspectiva da Nova Cultura da Água, este compromisso ético passa pela construção de alternativas e exemplos práticos em que as melhorias da qualidade de vida se baseiem na recuperação e conservação dos nossos ecossistemas hídricos e não se limitem apenas a ser compatíveis com eles. Trata-se, em definitivo, de viver melhor com menos recursos, mas de melhor qualidade e repartidos de maneira mais equitativa (FNCA, 2015. Grifos nossos).

A participação nesse evento científico foi um divisor de águas a respeito das reflexões que nos inspiravam a estudar os desafios de gerir a água nos territórios. A ideia

² Assume-se, nessa interpretação, o entendimento de que, no Brasil, existe uma forte tendência acadêmica (teórica/ideológica), presente principalmente na Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), de enxergar a gestão da água fundamentalmente como recurso econômico, cujos estoques alocados no Território Nacional devem ser administrados pela lógica mercantilista de oferta e demanda, dos prognósticos resultantes dos estudos do ferramental técnico das modelagens hidrológicas. Dessa forma, a gestão hídrica proporcionada por esse pensamento exclui, em seus estudos, a existência de pessoas e de suas diferentes condições, inclusive financeiras, de obter acesso a esse bem vital.

³ Disponível em: <<http://www.unizar.es/fnca/index3.php?pag=11&id=2>>. Acesso em: 27 set. 2015.

de que outros pesquisadores comungavam conosco das mesmas inquietações a respeito de determinadas gestões hídricas pode ser percebida nos conteúdos técnico-científicos apresentados, e estes contribuíram significativamente para a concepção do conceito de hidroterritórios.

Um deles nos foi apresentado através de uma comunicação feita por uma historiadora, Fabienne WATEAU, com o caso da “água de medir”. Fenômeno de uma gestão diferenciada observada em uma comunidade portuguesa, Chaviães, no alto Rio Minho, que utiliza uma espécie de cana para compartilhar a água⁴. A distribuição ocorria por meio dos diversos canais hídricos que percorriam as propriedades, de acordo com o agendamento de sua parcela de água, volume este confinado num barramento e escoado por canais destinados a cada *quinta*⁵. As quantidades são cotidianamente medidas por uma planta com características peculiares às da cana-de-açúcar. Este sistema condominial de gestão hídrica coletiva, apesar do prévio acordo e de um convívio normalmente harmônico, eventualmente foi possível verificar a ocorrência de conflitos e quebras de contrato por parte dos integrantes desse modelo particular de gestão hídrica (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Marcação da cana.
Fonte: Fabienne WATEAU (2000).



Figura 2- Medição da cana.
Fonte: Fabienne WATEAU (2000).

A partir deste novo diálogo, dos aportes teóricos apreendidos no Congresso Ibérico, das pesquisas realizadas no Museu da Água em Lisboa e na Biblioteca Nacional

⁴ Para maiores detalhes, consultar: WATEAU; Fabienne. **Medir e partilhar a água: objecto e ordem social**. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/63/00/61/PDF/_16a_Cana_VP_2001.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.

⁵ Nome dado aos sítios rurais em Portugal.

de Madrid, pudemos então elaborar o documento final da dissertação com um melhor conhecimento de diversos tipos de gestão hídrica no Brasil e na Europa.

Uma das fragilidades apontadas criticamente no mestrado estava relacionada à efetividade das normas estabelecidas no aparato legal brasileiro vigente, a Lei n. 9.433/97, no que tange à criação e formatação de um órgão deliberativo da gestão hídrica no país: o Comitê de Bacia Hidrográfica (COB), constituído por três tipos de representatividade: Governo; Usuários e Sociedade Civil Organizada. Entendíamos que esse formato de gestão poderia ser manejado por representações que defendiam uma lógica contrária à ótica da sustentabilidade ambiental e social, do acesso às águas disponíveis em uma bacia e intrinsecamente ligados à percepção da água mercantilizada.

O desconhecimento da população acerca da existência ou mesmo atuação desse órgão gestor é outro ponto frágil. Como as pessoas podem recorrer à aplicação da lei se não conhecem a instituição que administra a bacia? Nos trabalhos de campo, ao questionar nossos interlocutores, as primeiras questões colocadas eram: “Conhece a Lei n. 9.433/97 e/ou o comitê gestor da bacia?”. Grande parte dos entrevistados afirmava desconhece-los.

O formato do COB inspirado no modelo francês de gestão democrática e participativa passou, a partir instituição da Lei n. 9.433/97, em janeiro de 1997, a estabelecer elementos para criar um conjunto de diretrizes, metas e programas que constituem a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH). Essa política adota como unidade territorial de gestão a bacia hidrográfica, que na prática não obedece a divisão territorial federativa. Tais reflexões críticas, empíricas e teóricas da organicidade das políticas hídricas por meio dos comitês de bacia serão tratadas no capítulo dois desta tese.

Em seguida, durante os anos de 2008/2009, surgiu a oportunidade de participar de uma pesquisa nacional coordenada pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) para estudar o Estado da Paraíba, com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tratava-se de uma pesquisa de cunho econômico, um estudo elaborado para propor políticas voltadas para o fortalecimento da atividade produtiva. Durante a execução do estudo, pudemos perceber a invisibilidade da questão hídrica como fator estruturante e central do planejamento da gestão territorial.

Mesmo com o afastamento profissional da temática “água e conflito”, as inquietações permaneceram: como pensar em política econômica e social sem ponderar sobre a base germinal de fixação de sociedades no espaço, o elemento água?

A partir desse desenho de pensamento, com a nossa efetivação como servidora pública federal no ano de 2009, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuando na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), situada no Sertão do Pajeú, em Pernambucano, a ideia de realizar estudos de conflitos hídricos foi retomada.

Como vínculo institucional de professora efetiva, o regresso à investigação centrada na temática água aconteceu no ano de 2010, através da participação em uma pesquisa de cooperação científica financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), composta por uma equipe de formação multidisciplinar com pesquisadores brasileiros e espanhóis. O objeto de estudo estava relacionado à dinâmica do meio natural, aos conflitos pela posse da terra, à desertificação, à gestão da água, à socioeconômica e ao uso medicinal das plantas nativas na bacia hidrográfica do Rio Paraíba. Os resultados foram apresentados em um seminário temático na cidade de Sevilha (ES), em junho de 2011.

Concomitantemente ao estudo de cooperação internacional, foi apresentado, no final do ano de 2010, ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) o projeto de doutorado para candidatura a discente do programa de pós-graduação a partir do ano de 2011. O projeto em pauta tinha por objetivo aprofundar e fortalecer o conceito de *hidroterritório* proposto durante a dissertação de mestrado, bem como formular uma metodologia que auxiliasse a sua identificação.

Todavia, ao se aprofundarem os estudos teóricos a respeito do comitê de bacia, passamos a entendê-lo como organismo de gestão hídrica do rio e, por conseguinte, este passou a ser o objeto de estudo da tese. Assim, se, em sua hidrografia, o Rio São Francisco possui meandros, curvas e alinhamentos que forjam as suas águas, descobrir os meandros também existentes no comitê da bacia do São Francisco se tornou inspiração para a leitura e compreensão do objeto de estudo. Portanto, esta tese tem como objetivo geral *avaliar as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sua capacidade institucional e político-administrativa de gerir, com efetividade e representatividade, a política de recursos hídricos e os conflitos vigentes na bacia, no período de 2001 a 2015.*

Já como discente do PPGG, um primeiro trabalho de campo da pesquisa de doutorado foi realizado após a apresentação final do relatório do estudo de cooperação internacional, na Universidade de Sevilha, em junho de 2011. O objetivo foi averiguar como ocorriam os julgamentos dos conflitos hídricos no primeiro comitê de bacia do mundo, um exemplo apontado na literatura, o *Tribunal das Águas de la Vega de Valencia*.

Os conflitos de água que acontecem nas bacias hidrográficas localizadas em Valência (Espanha) desde 1238, em tese, são julgados por um tribunal composto por oito representantes, um para cada bacia, denominados de *Homens Bons*.

Os representantes do tribunal de “la Vega” são agricultores eleitos democraticamente pelos irrigantes da “Huerta Valenciana”, cujas competências são a distribuição equitativa das águas entre os distintos proprietários de terras agrícolas. Essa norma de conduta para a resolução das questões surgiu dos próprios irrigantes. Neste aparato, também são ordenadas as sanções correspondentes pelas infrações das “Ordenanzas de Riego”.

Nas primeiras quintas-feiras de cada mês, às 11 horas (horário local), um ritual é realizado na língua Catalão, em frente à porta lateral da catedral há cerca de nove séculos. Nele, o “Aguadeiro”, uma espécie de presidente do tribunal, pergunta a cada representante das bacias se existe algum conflito e, por votação, decidem qual ação deve ocorrer para se dissolver ou minimizar o problema. O chamado “Aguadeiro” seria uma espécie de condutor do julgamento e maior autoridade para julgar a ação a se cumprir. Porém, ao participarmos da encenação em julho de 2011, percebemos que esta cerimônia, na atualidade, assumiu um caráter de espetáculo para turistas. Centenas de pessoas com máquinas fotográficas assistem ao espetáculo, com duração média de dez minutos, cujo objetivo deixou de cumprir a função inicial, passando a ser um simulacro de gestão representativa e democrática (Figuras 3 e 4).



Figura 3 - Aguadeiro.
Fonte: Torres (junho de 2011).



Figura 4- Tribunal dos homens bons.
Fonte: Torres (junho de 2011).

No retorno ao Brasil, em setembro de 2011, surgiu a oportunidade de participar como membro efetivo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)

no ambiente da representação postulada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) para o exercício de 2010-2013, tendo sido indicadas para a vaga instituições de ensino e pesquisa no âmbito da representação na sociedade civil.

Essa participação proporcionava uma nova perspectiva na pesquisa, a de viver a práxis da gestão hídrica, dita na Lei n. 9.433/97 como democrática, descentralizada e participativa, a qual assumíamos em nossos artigos, críticas ao formato de gestão dos comitês de bacia no Brasil, sem o conhecimento prático, ou seja, “por dentro” dos meandros desse órgão deliberativo. Ser um membro efetivo no comitê, veio como um ponto positivo para a pesquisa, pois daria subsídios à análise do seu funcionamento, em uma perspectiva outra, a de dentro. **(Parágrafo importantíssimo, porem muito confuso – a redação deve ser refeita)**

Dessa forma, em consonância com o orientador, acolhemos o desafio de participar do comitê, no intuito de obter uma maior compreensão de como acontecia a efetiva gestão da bacia hidrográfica no chamado “Parlamento da Água”⁶ em uma bacia de grande dimensão territorial. Em geral, os comitês de bacia possuem uma série de deliberações, documentos norteadores desde sua operacionalidade, formação até a delimitação física. No caso da bacia do Rio São Francisco, devido à sua longa extensão, com mais de 5.000 Km, foram determinadas quatro regiões fisiográficas⁷: O **Alto**, o **Médio**, o **Submédio** e o **Baixo** curso, de acordo com as principais características hidroclimáticas.

A nossa atuação enquanto representante da UFRPE abarcava também outras esferas do comitê: como integrante da Câmara Consultiva Regional do Submédio (CCR-Submédio); da Câmara Técnica de Planos, Projetos e Programas (CTPPP) do CBHSF; como membro titular do CBHSF e, por fim, como vice-presidente durante o período de novembro de 2012 até agosto de 2013.

Para exercer essas representações, de 2010 a 2012, eram necessários deslocamentos e visitas técnicas em diversos locais da bacia, com vistas a participar das reuniões e plenárias. A maior parte dessas incursões ocorreu em cidades, na calha do rio (que margeiam o rio) e em seu entorno. Esses trajetos e permanências em diferentes localidades proporcionaram uma melhor compreensão da espacialidade da bacia do Rio São Francisco. Por conseguinte, foi possível verificar e melhor compreender como

⁶ Segundo Yassuda (1993, p. 11), esta denominação de “parlamento das águas” tornou-se bastante utilizada no Brasil porque na França, país no qual o aparato legal brasileiro se inspirou, ocorreu a partir da instituição pelo Presidente De Gaulle da Lei n. 64-1245, de 1964. A lei, entre outros fatores, estabelecia a deliberação da gestão hídrica descentralizadas em cada uma das seis bacias hidrográficas existentes na França.

⁷ A fisiografia e socioeconomia da bacia do Rio São Francisco serão abordadas no capítulo um.

ocorriam as territorialidades das demandas hídricas, que potencializam as diferentes conflitualidades na gestão neste espaço político.

Representar a UFRPE no CBHSF significou um aprofundamento de estudo com uma temática polêmica e inquietante dos problemas do “Velho Chico” (expressão adotada pelos habitantes da bacia), em busca de um recorte específico da realidade atual de seu comitê gestor, tendo como base a análise geográfica. Sobretudo, tal participação levou-nos a focar como objeto de pesquisa o Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco, pois a Lei n. 9.433/97 teoricamente afere aos comitês de bacia a gestão e controle deste território hídrico, a bacia hidrográfica.

Logo, se a gestão do comitê não exercer sua missão⁸ de “descentralizar o poder de decisão, integrar as ações públicas e privadas; promover a participação de todos os setores da sociedade” (CBHSF, s.d), provavelmente não terá êxito na execução de seu objetivo principal, que é “implementar a política de recursos hídricos em toda bacia, estabelecer regras de conduta locais, gerenciar os conflitos e os interesses locais” (CBHSF, s.d). Por conseguinte, caso o comitê não estabeleça as regras de conduta locais e gerencie os conflitos na bacia, estará contribuindo para a formação de hidroterritórios e aglutinando poderes de gestão de forma particular, de acordo com seus dirigentes e suas pautas de atuação enquanto gestores da bacia hidrográfica.

Destaca-se como uma das características do fenômeno de formação dos hidroterritórios as gestões diferenciadas da água proporcionadas por alguns dispositivos de ordem prática, exercida, por exemplo, por oligarquias, presidentes de associações de classe, vereadores, prefeitos etc., que se apropriam desta espacialidade com estoques hídricos, como elemento materializado de sua força nas relações de poder. Ou seja, essas observações empíricas, de conhecimento tácito, proporcionaram verificar e analisar diferentes abrangências, compreensões e práticas da gestão hídrica inclusive no CBHSF. Algumas delas estritamente relacionadas e norteadas pelas normas institucionais dos comitês de bacias; outras totalmente deslocadas do aparato legal.

Em dois anos e meio de experiência como membro do comitê, foi possível participar das discussões “de dentro”, vivendo a proposta de uma política de gestão hídrica, cujas ações foram intituladas como “democráticas e participativas”. Tal perspectiva se mostrou interessante para o aprofundamento do conhecimento do objeto de pesquisa desta tese, ao mesmo tempo que se mostrou frustrante sob a ótica de quem

⁸Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>>. Acesso em: 27 set. 2015.

acredita na mudança da base social, especificamente no que diz respeito ao acesso à água potável de forma equitativa.

Em tese, as diferentes representações de classes⁹ existentes nos comitês, para gestão de bacias hidrográfica, deveriam conjugar os interesses particulares com a necessidade de revitalizar o rio como um todo. Portanto, o objeto de estudo dessa Tese é o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF), cuja finalidade é verificar se as ações planejadas e executadas, agenciadas através das diversas deliberações são efetivas para dizimar os conflitos hídricos, bem como para promover a revitalização do rio, a partir de sua instituição no ano de 2001.

Por um lado, buscou-se centrar a análise do espaço concreto, construído como um resultado do confronto das intenções dos representantes de classes envolvidos no comitê de bacia. A análise se pautou à luz da teoria materialista histórico-dialética. Por outro lado, optamos por fazer uma interlocução dos sujeitos da pesquisa com as políticas promovidas para desenvolver o Vale do São Francisco, implementadas pelo Estado, para atender aos interesses do capital. Essas políticas resultaram em modificações nas características naturais do rio e nas práticas cotidianas das *populações franciscanas*, em diferentes épocas até a contemporaneidade.

A finalidade é verificar a atuação do CBHSF no papel de mitigador de conflitos históricos atuais e latentes de disputas pela água. Nas disputas de interesses que ocorrem tanto no comitê de bacia como nos conflitos hídricos, prevalecem, ao longo do tempo, a **intencionalidade** dos que procuram se apropriar dos estoques hídricos para obter maior poder político e/ou econômico sobre o território. No comitê, uma realidade está posta: refere-se à necessidade de fazer alianças, como parte de um processo decisório democrático cujos representantes por vezes se unem para defender interesses particulares.

Para comprovar tal afirmação, resgataram-se as principais experiências dessas práticas no CBHSF, desde o processo de formação em 2001 até o ano de 2015, tendo como procedimento metodológico a entrevista e a análise documental do que foi produzido pelos membros desta esfera de gestão. Vale alertar que, na primeira formação do comitê, a escolha do conjunto de representações ocorreu por eleição “biônica”¹⁰. Na sua realidade contemporânea, os membros representantes são eleitos por maioria simples,

⁹ O comitê de bacia possui três tipos de representantes de classes: Governo, Usuários e Sociedade Civil.

¹⁰ O termo biônico, aqui utilizado, trata-se de uma alusão à expressão popularmente conhecida, atribuída aos políticos parlamentares eleitos indiretamente por um colégio eleitoral, no período da ditadura militar.

sendo passível de práticas viciadas, testemunhadas pela autora no momento de dois processos eleitorais, referentes à gestão dos triênios 2009-2012 e 2012-2015.

A partir dessas reflexões acima elencadas, apresentamos os *objetivos específicos da tese*:

- Caracterizar a fisiografia e socioeconomia da bacia do Rio São Francisco para compreender as transformações socioespaciais e ambientais que ocorrem no século XXI;
- Entender como ocorreu o controle da água exercido pelas oligarquias locais no Nordeste brasileiro ao longo dos séculos e, recentemente, à luz da Lei n. 9.433/97, com a gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e suas particularidades;
- Historicizar, a partir do ferramental teórico (conceitos, leis etc.), a construção e implementação da mercantilização da água na BHSF, através da outorga e cobrança da água;
- Espacializar cartograficamente os maiores volumes de água outorgados de 2004-2015, nos municípios da bacia, com o intuito de apontar hidroterritórios do Submédio ao Baixo Rio São Francisco;
- Analisar, a partir do processo de instalação das barragens do Submédio e Baixo São Francisco, alguns dos principais impactos socioambientais ocorridos até o ano de 2015.

No âmbito da gestão participativa, foi levantada a hipótese de que poderiam ocorrer ações ou omissões que oportunizam conflitos hídricos. Sobretudo se o CBHSF não exercer eficientemente seu papel de mitigar os conflitos históricos estabelecidos desde a década de 1940. As políticas regionais para o crescimento econômico proporcionaram transformações espaciais impactantes no aspecto socioambiental. Elas ainda são reproduzidas na contemporaneidade pelo Estado e acatadas pelo CBHSF no triênio 2012-2015.

Tais transformações foram e são viabilizadas por uma série de ações que promovem as condições necessárias para o capital explorar, degradar e acumular os recursos naturais no Vale do São Francisco em detrimento das populações ribeirinhas, continuamente expropriadas das condições objetivas e subjetivas de sua existência. O processo na ótica da reestruturação produtiva promovido pelo Estado em grande parte

agenciou a expropriação camponesa da terra, por meio dos incentivos às grandes empresas hidroagrícolas, que se apropriaram da terra e água da bacia do Rio São Francisco.

O que se entende como conflitos históricos neste estudo são as resistências à migração dos que habitavam as margens do rio e as realocações de populações no momento em que ocorreram as grandes obras hídricas, particularmente as que atingiram as regiões fisiográficas do Submédio e Baixo Rio São Francisco a partir dos anos 1970.

Desse modo, antes mesmo da existência do CBHSF, o Rio São Francisco e a população que nele habita foram atingidos por várias expressões de poder proporcionadas pelas políticas de desenvolvimento econômico, as quais causaram impactos de ordem física, modificando suas características naturais e de ordem social, além de alterar o modo tradicional de vida das pessoas. Sobretudo as políticas voltadas para a construção de usinas hidroelétricas desde os anos 1970, que promoveram “*diásporas*” responsáveis pela expulsão de dezenas de milhares de pessoas que ali habitavam, alterando a geomorfologia da calha do rio. Portanto, assumimos como procedimento metodológico investigar como as políticas econômicas promovidas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco impactaram a dinâmica socioambiental e sua relação “sociedade-natureza”, evidenciadas pelas transformações sociais provocadas por intervenções econômicas antes da efetivação da lei das águas, em janeiro de 1997.

Observando esta escala temporal, é possível classificar os movimentos do conflito de curto, médio e longo prazo, já que os tensionamentos e suas consequências podem ser evidenciados desde os anos 1940, com a construção das barragens, até a contemporaneidade, no século XXI. Os elementos formadores desses conflitos, estabelecidos, a princípio, com a criação de instituições¹¹ condutoras dos projetos de crescimento econômico para o Vale do São Francisco, desencadearam alguns desdobramentos irreversíveis, atingindo as populações que foram realocadas para a formação dos lagos das barragens da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Essas decisões do passado refletem diretamente nas condições atuais da vida, com a ampliação dos conflitos socioambientais vivenciados pelos que resistiram e que ainda habitam as margens do Rio São Francisco. Ou, por outro lado, refletem a mudança de

¹¹ Instituições como a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) criada em 1945, a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que atua desde 1948 e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em 1973.

vida dos deslocados para regiões a 700 km de sua antiga origem, pelos projetos de crescimento econômico desenvolvidos para a região particularmente a partir dos anos 1970.

Partindo das reflexões antes delimitadas, apresentamos a seguir os sujeitos da pesquisa, de acordo com a temporalidade dos conflitos e tencionamentos gerados pela gestão dos estoques hídricos, no Submédio e Baixo Rio São Francisco, recorte espacial desta tese. Os sujeitos de pesquisa são sistematizados em duas temporalidades distintas: antes da Lei n. 9.433/97 e após a sua implementação.

Alertamos que, no período anterior à Lei n. 9.433/97, existia um aparato legal, o “Código de Águas” de 1934, instituído através do Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, que, entre outros aspectos, previa a possibilidade de ter a água como bem particular, pois o art. 8º descrevia o seguinte: “Art. 8º: São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns” (BRASIL, 1934, art. 8).

Notadamente, pode-se perceber que tal condição de águas particulares, defendida pelo aparato legal criado pelo Estado, proporcionava ainda mais poder aos possuidores de terra (e água), numa situação historicamente inicial de promoção das desigualdades na bacia do São Francisco. Tal conjuntura torna este fato histórico, mais um elemento que justifica a sistematização metodológica dos sujeitos da pesquisa em duas temporalidades distintas. Como sujeitos da pesquisa, anterior à aplicação da lei das águas vigente no século XXI, apontam-se:

Os **coronéis**, em geral, possuíam, a princípio, sua esfera de poder na política local, cuja origem está relacionada à tradição patriarcal e estrutura agrária brasileira. A patente de coronel era concedida a grandes latifundiários que exerciam práticas de coerção política e social próprias no meio rural brasileiro. Esses sujeitos da pesquisa são estudados no segundo capítulo da tese, focando a análise das estratégias mediante as quais foi forjado seu poder de controle sobre o acesso à água, em particular, na região do Submédio e Baixo Rio São Francisco, considerando, inclusive sua forma de agir até mesmo quando suas terras se encontravam distantes da beira do rio. Em seu tempo histórico, tais sujeitos, detentores do poder e do controle da “ordem vigente”, podem ser interpretados como a expressão materializada do capital. Segundo Camelo Filho (2005, p. 86-87),

[...]. Todos os estudos feitos ao longo da história mostram que as questões de integração, unidade e controle sempre estiveram presentes no Vale do São

Francisco. Entretanto, nunca foram destinados investimentos suficientes, pois não há registro de construções de quartéis, postos fiscais e delegacias de vigilância federal. Embora, para esse caso, não fosse necessariamente preciso contar com corpo de segurança atuando na região, trata-se de uma questão de “panactismo”, ou seja, não é preciso ver os guardas, basta saber que eles estão vigiando, mesmo de longe. Historicamente o Vale do São Francisco foi palco de inúmeros conflitos políticos e sociais. Inicialmente, as batalhas ocorreram entre índios e colonizadores e, posteriormente, foram travadas entre grandes proprietários de terra da região, com a participação dos seus vaqueiros e agregados. Esses fundaristas deram origem aos “coronéis”. Apesar da rivalidade entre os “coronéis” do Vale, assim como em outras partes do interior em busca do poder econômico e do controle político local, eles foram guardiões da ordem estabelecida nos sertões

Ao analisar as relações sociais de trabalho na bacia do Rio São Francisco, focando no seu aspecto territorial e seus desdobramentos no campo, aponta-se outro sujeito da pesquisa: o par antagônico aos coronéis, o **camponês**. Suas características, enquanto sujeitos da pesquisa, fundem-se na apropriação de pequenas porções de terra como forma de garantir sua reprodução através do trabalho, não capitalista, de campesino. Para o camponês inserido no semiárido nordestino, sem acesso à água, por longos períodos de escassez hídrica, o desafio de manter a própria vida e da prole é ainda maior, devido à sua condição subalterna ao poder de oligarquias político-econômicas.

A escassez hídrica no Nordeste talvez justifique historicamente a construção de uma cultura de submissão política às ordens dos “coronéis” e das oligarquias em geral, que se mantinham provedores da água enquanto valor de troca, para conceber uma massa sob seu controle, para defender os interesses das oligarquias e, por conseguinte, promover cada vez mais a concentração econômica ao longo dos últimos séculos.

Notadamente no âmbito do recorte espacial da tese, esses sujeitos estão localizados em áreas de sequeiro, caatinga ou numa outra situação, às margens do Rio São Francisco, seus afluentes, lagoas marginais e veredas. Dessa forma, os denominamos como **camponês**, quando localizados em áreas de sequeiro ou mesmo de caatinga, sem acesso direto à água do rio, e **camponês brejeiro**¹² aqueles sujeitos da pesquisa que possuíam acesso à água, seja na beira do Rio São Francisco, seja em suas lagoas marginais e/ou canais dele originado. Isto é, a partir de sua realidade concreta de acordo com seu acesso à água, em períodos anteriores à aplicação da Lei n. 9.433/97.

¹² Termo inicialmente utilizado por Ab’Sáber (1999, p. 20). Para maiores detalhes, consultar: AB’SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados da USP**, Dossiê Nordeste Seco, p. 7-59, 1999. O geógrafo Ab’Sáber sistematiza algumas tipologias de camponeses de acordo com a sua localização geográfica. Essas tipologias também foram utilizadas, em teses e dissertações, na bacia do São Francisco. Como exemplo, podemos citar a dissertação de Sousa Sobrinho (2006) e a tese de Kluck (2011).

Portanto, na interpretação da autora, adjetiva-se e requalifica-se o termo descrito por Ab'Sáber (1999, p. 20), restrito apenas aos que habitavam os brejos, ampliando a base espacial a considerar como camponeses brejeiros todos aqueles situados nas áreas de beira de rio, nos brejos, lagoas marginais, em canais etc. cujo acesso à água proporciona as condições materiais de sua construção social, no nível do cotidiano.

Tal subdivisão desses sujeitos da pesquisa foi feita porque as condições de reprodução objetivas e subjetivas da vida do campesino brejeiro, qualificados de acordo com seu acesso à água, pode ser considerado qualitativamente melhor, se comparado ao do camponês que habita áreas de sequeiro ou de caatinga. Identificar dois sujeitos de uma única classe equivale a considerá-los como sujeitos não passivos. Eles corporificaram *pari-passu* a origem dos movimentos sociais, particularmente os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB). (Parágrafo não tem lógica, vc tá falando da diferença do tipo de camponês e diz que isso é que lhes atribuem não serem passivos e participar de movimentos. Ta muito confuso. Reveja)

Sobretudo, o camponês que se desvelou como *beradero* recebe esta denominação justamente por ter tido acesso à água. Tal denominação, proposta nesta tese, confere um sentido simbólico à prática dos gestores em suas diversas esferas de desconsiderar os que habitam as margens do rio. Os diversos governantes que promoveram políticas de crescimento econômico desconsideraram esses sujeitos, tornando-os marginais com relação às políticas, por estarem “à beira” da sociedade capitalista. (existe diferença entre o camponês brejeiro e o beradero??)

Ou seja, a condição anterior à execução de grandes obras no Rio São Francisco significou (e significa) também o perigo de poder ser deslocado para outro lugar, longe do seu lugar de vida reproduzido ao longo do processo histórico de sua existência, para uma vida longe da água. Em especial no tocante ao camponês que se tornou beradero (sem água e sem-terra), a resistência velada se corporificou numa luta de classe pelo acesso à água e à terra após serem realocados para dar lugar aos grandes reservatórios das obras de engenharia da CHESF e dos projetos hidroagrícolas da CODEVASF.

Essas duas empresas públicas acima citadas originalmente foram pensadas e criadas durante o Estado Novo (1937-1945) pelo então presidente Getúlio Vargas, a partir da iniciativa dos constituintes de 1946, que entendiam a importância do Rio São Francisco para o desenvolvimento do Nordeste. Dessa forma, eles formularam um *Ato das Disposições Transitórias*, que, entre outros fatores, em seu artigo 29 determinava a implementação de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia

hidrográfica num prazo de 20 anos. Os investimentos necessários para sua execução tinham como garantia de dotação orçamentária a quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União.

A **CHESF**, no que tange à sua observação enquanto sujeito da pesquisa, trata-se de uma empresa pública criada a partir do Decreto-Lei n. 8031, de 03 de outubro de 1945, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país, esta empresa tornou-se, a partir da construção de suas diversas barragens, usinas e das respectivas áreas de alagamento, a maior responsável por impactos socioambientais na região do Submédio e Baixo Rio São Francisco, devido aos impactos sociais da realocação dos camponeses brejeiros, bem como a mudança na condição hidrodinâmica do rio. A partir da construção de barragens, no Submédio, passa a existir uma nova configuração espacial do que antes era um rio com sua vazão natural, que apresentava padrão sazonal com momentos de cheia e outros de seca.

Por um lado, a montante das barragens, os proprietários de terra passam a dispor de uma maior disponibilidade de água. Já os usuários da água do rio represado, a jusante, passam a ter a vazão menor e controlada pela CHESF, ocorrendo a disputa pelos estoques hídrico e conflitos de interesses dos seus diversos usos. Por outro lado, todos os moradores da montante do barramento, **camponeses brejeiros**, em geral, não possuíam o título da terra e são expulsos para áreas de interesse do Estado e das oligarquias locais com fins de reassentamento. Com a expulsão da terra de origem, os atingidos pela construção de barragens passaram por fluxos migratórios. Alguns deles – os “desterrados” - percorreram 700 Km de distância da origem. Nessa nova configuração espacial, são inundados cerca de 800 ha de terras em ilhas e as antigas margens, que foram submersas no lago da Hidrelétrica Luiz Gonzaga, popularmente denominado de lago de Itaparica (YURI, 1961).

As águas controladas pelas barragens e o padrão estabelecido de menores vazões proporcionaram, ao longo do tempo, aos sujeitos da pesquisa **pescadores artesanais** uma depreciação de sua capacidade de produção extrativa de espécies de peixes endêmicos¹³.

¹³ Segundo Eco (2015), “Uma espécie endêmica é aquela espécie animal ou vegetal que ocorre somente em uma determinada área ou região geográfica. O endemismo é causado por quaisquer barreiras físicas, climáticas e biológicas que delimitem com eficácia a distribuição de uma espécie ou provoquem a sua separação do grupo original. Quando a separação ocorre por um longo período, o grupo isolado sofre uma seleção natural que desenvolve nele uma diferenciação de outros membros da espécie”. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28867-o-que-e-uma-especie-endemica/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

A *piracema*, nome dado ao fenômeno do período de migração dos peixes ovados, quando eles sobem os rios até suas nascentes para desovar, não foi considerada nos primeiros projetos de barramento. Assim, com a menor vazão da água defluente, sem a passagem dos sedimentos ricos em nutrientes, o cenário de fartura de peixes, pré-existente antes das barragens, vai se esvaindo. Para Bezerra (2006, p. 57-58),

a pesca no Rio São Francisco era uma atividade que requeria bom manejo e destreza com anzóis e redes e muito cuidado ao se deparar com o nego d'água, protetor do Rio, que carrega pessoas para o fundo das águas para nunca mais voltarem. Pescavam somente o necessário ao consumo da família e da comunidade, por meio de venda na feira. Pelas mesmas razões, os pescadores quase sempre eram também caçadores e vice-versa. [...]. Agora, a atividade da pesca é inteiramente diferente, não mais na corrente do leito do rio São Francisco, mas no Lago de Itaparica, com novas tecnologias de criação confinada de espécies invasoras de peixes, como a tilápia e o tucunaré, inseridas no São Francisco para fins de pesca intensiva.

O capítulo quatro desta tese aborda o fenômeno de expulsão das comunidades tradicionais da beira do Rio São Francisco, da diminuição da pesca artesanal e outras consequências promovidas em diferentes ocasiões para a vida dos **beraderos** em virtude da construção das barragens na região fisiográfica do Submédio.

Os **barranqueiros**, também chamados de **vazanteiros**, sujeitos da pesquisa no período anterior à lei, foram expropriados deste modo de vida com o enchimento dos reservatórios, a montante das barragens e o fim das cheias naturais do rio. Tinham como característica o uso múltiplo das águas do São Francisco: com o solo fértil das vazantes, praticavam a agricultura de subsistência, pescavam para o consumo próprio ou se voltavam à venda de lenha para os vapores que fazem a navegação do rio nos trechos entre Juazeiro (BA) e Pirapora (MG).

Outro sujeito da pesquisa, a **CODEVASF (SE É A PRIMEIRA VEZ QUE APARECE A SIGLA SEVE VIR POR EXTENSO)**, foi criada pelo Estado pela Lei n. 6.088, de 16 de julho de 1974. Porém, esta empresa teve sua origem na Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)¹⁴, que atuou durante 20 anos, até o ano de 1968. Para sucedê-la, veio a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE)¹⁵, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior. Sete anos após, para suceder a SUVALE, foi instituída a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

¹⁴ Criada pela Lei n. 541, de 15 de dezembro de 1948.

¹⁵ Pelo Decreto-Lei n. 292, de 28 de fevereiro de 1967.

(CODEVASF)¹⁶. A mudança de composição de atuação territorial e os nomes das empresas foram alterados. No entanto, todas tinham como objetivo promover o desenvolvimento da região, utilizando como insumo motriz o crescimento econômico a partir do elemento água e seu uso para a agricultura¹⁷ nos perímetros irrigados.

As **populações tradicionais**, isto é, indígenas e quilombolas, sujeitos da pesquisa, também foram afetadas pelas hidroelétricas ao longo do rio. A exemplo dos quilombolas, que possuíam um ritual de elaborar o “sal da terra” em Itacuruba (PE), município apontado no capítulo quatro desta tese, como hidroterritório. Bem como os indígenas, que faziam rituais nas cachoeiras. Esses sujeitos entendiam a água como elemento sagrado, essencial à vida, ao qual deveria ser dado livre acesso para todos, inclusive considerando as gerações futuras. Segundo Bezerra (2006, p. 57-58):

[...]. Nas poucas áreas de produção natural de sal em algumas propriedades rurais, os proprietários de fazendas permitiam aos Gilus a extração gratuita, que ocorria com a técnica de raspagem de solo, seguida da lavagem do sal raspado em aguidá de barro, cuja água salgada é escoada pelos furos do aguidá, fervida e posta à evaporação, restando o sal, que é ensacado e enterrado por alguns dias. Esse trabalho resultava da tolerância dos proprietários a um movimento de pessoas nas áreas salinizadas de suas fazendas, para a pequena exploração de sal. Depois da barragem, restaram algumas áreas de produção de sal, mas os proprietários de fazendas já não mais permitem que se extraia o sal, caracterizando uma mudança na interação do grupo com a sociedade envolvente, que afetou os Gilus. Depois do lago da Hidrelétrica que regularizou o nível do leito do Rio São Francisco, estão surgindo outras áreas que começam a ficar salinizadas por já não serem lavadas pelas enchentes.

O último sujeito da pesquisa, do período anterior à aplicação da Lei n. 9.433/97, é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**EMBRAPA**), Empresa pública consoante a Lei n. 5.5851, de 07 de dezembro de 1972 subordinada ao Ministério da Agricultura (MA). No final de 1973, ela herdou a estrutura física do então extinto Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), composto de 92 bases de pesquisa que, entre as suas atribuições, coordenava todos os órgãos de pesquisa existentes na área agrícola no Brasil.

Na sistematização temporal dos sujeitos da pesquisa metodologicamente adotada, diferenciando-os antes e após a Lei n. 9.433/97 entrar em vigor, temos alguns

¹⁶ Pela Lei n. 6.088, de 16 de julho de 1974.

¹⁷ Na atualidade, a empresa desenvolve e financia projetos de abastecimento de água, bem como a piscicultura em tanques redes, na calha do rio. Em geral, os empregados assalariados (ou contratados) dos empreendimentos de piscicultura são antigos pescadores, absorvidos dado o menor estoque de peixes nativos por conta das barragens instaladas para a produção de energia.

significativos em termos. O Estado, que já era responsável por promover ações que transformaram a paisagem e a socioeconomia do Submédio e do Baixo São Francisco, principalmente a partir da construção das barragens da CHESF, vigora neste segundo momento como protagonista. São, a princípio, três instituições governamentais: A **CHESF** e **CODEVASF**, já descritas como sujeitos antes do estabelecimento da lei, e a **Agência Nacional das Águas (ANA)**, que tem a gestão propriamente dita das águas de todas as bacias federais¹⁸. A Agência Nacional de Águas tem como missão “implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo seu uso sustentável em benefício das atuais e futuras gerações”¹⁹.

O **Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)**, sujeito da pesquisa, é um órgão colegiado, criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001. Possui composição tripartite, formada por 62 membros titulares cuja a representatividade está assim dividida: os *usuários* somam 38,7% do total de membros, o *poder público* (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, a *sociedade civil* detém 25,8% e as *comunidades tradicionais* 3,3%. Seu caráter é normativo, deliberativo e consultivo e pode ser considerada de natureza pública, embora não possua personalidade jurídica para administrar os recursos repassados pela ANA referentes à cobrança da água na bacia.

No que tange ao recorte do objeto, ele está centrado na atuação do CBHSF, bem como para momentos anteriores à sua formação enquanto ente deliberativo, dentro do âmbito da gestão hídrica (Figura 5). O foco poderia ter sido direcionado para outras opções teóricas, a partir dos conceitos que cada vez mais vêm sendo discutidos, tais como: governança, modelos hidrológicos, interligação de bacias, entre outros. Porém, buscamos um novo recorte de análise da gestão hídrica estabelecida nas políticas governamentais proporcionadas pela aplicação da Lei n. 9.433/97, sendo a principal a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), norteadora da gestão do comitê de Bacia, averiguando as ações aplicadas ao Rio São Francisco. A tese é que a política, direta e indiretamente, nas diversas escalas da gestão e temporalidades, fornece elementos de disputa e embates para a posse e domínio de água no território.

¹⁸ São consideradas bacias federais todos os corpos hídricos que perpassarem por mais de um estado federativo.

¹⁹ Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/abaservinter1.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

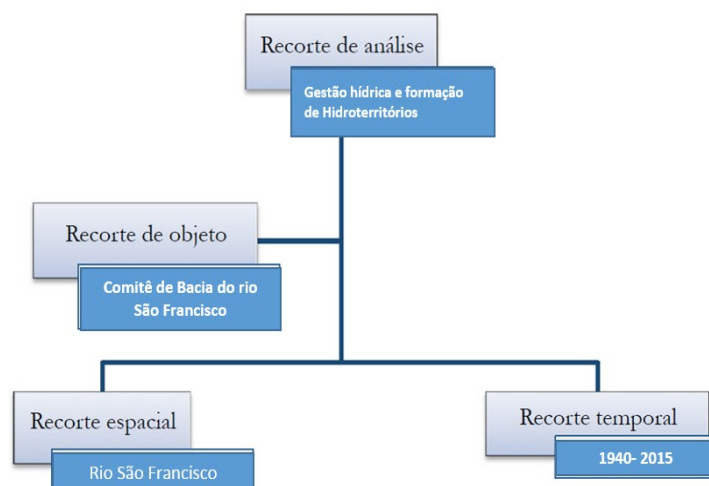


Figura 5- Recorte de Análise.
 Fonte: Elaboração própria (2015).

Entendemos que, no intuito de avaliar as políticas e os territórios demarcados por questões hídricas, é necessário observar todos os sujeitos da pesquisa, envolvidos nos conflitos de disputas pela posse e gestão da água nos territórios, para que possamos compreender e apreender a essência dos fenômenos que alavancam o processo de formação dos hidroterritórios.

O fenômeno de diferenciação de territórios em hidroterritórios ocorre num espaço delimitado por forças e intenções que se confrontam para exercer o domínio da gestão e posse da água. O espaço de luta aponta o nível de atuação (poder visível ou simbólico) de cada sujeito envolvido no conflito e sua estratégia, vale dizer, *Intenções Socioespaciais*, utilizada para concretizar suas metas na complexa rede de usos e interesses que ocasionam conflitos hídricos deste território.

As características físicas do espaço podem potencializar os conflitos. Numa área com abundância de estoques de água, aponta-se uma potencialidade natural existente ao longo do tempo. Dessa forma, podemos afirmar que o domínio e posse desse elemento, em geral, pertence a quem detém maior poder econômico e político. Ou seja, a perspectiva histórica do processo de formação territorial e propriedade fundiária no Brasil, assim como a evolução dos mecanismos de apropriação utilizados pelos detentores do poder econômico e político, determinaram para si a apropriação ou o direito de propriedade das melhores terras neste vasto espaço territorial brasileiro. A melhor terra sempre tem “os melhores donos”.

Prioriza-se a observação do fenômeno, dessa forma, de acumulação primitiva de riqueza porque no Brasil a estratégia de dominação territorial e de crescimento econômico

sempre esteve ligada à produção agroexportadora. Seja no Brasil colonial ou na contemporaneidade, a produção de riquezas sempre teve um lastro na economia primária exportadora. Os vários ciclos econômicos são provas materiais dos processos de apropriação da natureza pelas classes dominantes quando paulatinamente devastaram florestas, assorearam rios e exploraram riquezas minerais, acirrando as desigualdades e promovendo a submissão das pessoas aos desmandos das leis das oligarquias.

Como se pode perceber, diante do que foi descrito anteriormente, a relação entre a questão da água e o desenvolvimento nacional existe desde que o Brasil passou a ser uma colônia de exploração de Portugal, inclusive durante o ciclo extrativista do ouro, destacando a proeminente necessidade de utilizar o Rio São Francisco como via de comercialização e distribuição das riquezas naturais. Segundo Torres (2007, p. 23),

a investigação dos interesses dos sujeitos da pesquisa não pode ser pontual e estática nem no tempo nem no espaço. O poder que domina um território por vezes se concretiza ao longo do tempo em um processo histórico que revela inclusive a tendência do lugar de acatar ou não mudanças no hábito dessa sociedade. No campo de luta muitos sujeitos se revelam verdadeiros estrategistas, recuando em algumas ações - à medida que surgem resistências - para auferir ganhos futuros, expresso no ditado regional, “perde-se um boi para não se perder a boiada”. Portanto algumas metas elaboradas pelos sujeitos envolvidos ao longo do conflito são consideradas momentâneas (táticas), para isso, verifica-se a linha de acontecimentos (tempo), os fatos vividos, buscando entender e analisar a essência das coisas. Inclusive observando os atributos e funcionalidades do conteúdo cultural do tempo de acordo com o uso do território. Na análise dos hidroterritórios, as categorias Espaço, Tempo e Intenções dos sujeitos (digam-se interesses) devem ser relacionadas. A Intenção pode modificar o território através de imposições que tentam alterar o hábito local, de forma a desapropriar os recursos em prol de pouco sujeitos de maior poder na estrutura social ou, em seu par dialético gerir a água coletivamente ao longo do tempo.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados vários procedimentos metodológicos para a construção desta tese. Porém, dois deles nos deram o maior suporte: a pesquisa documental e a investigação em campo, que teve como base o uso de entrevistas não estruturadas. A análise documental foi utilizada para verificar a atuação do comitê de bacia, valendo-se de atas, deliberações, publicações (site institucional, livros, filmes etc.), com relação ao cenário político e administrativo do CBHSF, através da análise crítica da realidade estudada (Figura 6). Para tanto, utilizamos como procedimento investigar os dados primários: gravação e filmagens das reuniões, das plenárias, além da realização de entrevistas e depoimentos emitidos por membros efetivos, suplentes, convidados e antigos integrantes do comitê. No âmbito das reuniões

e plenárias, não foi necessário obter autorização da divulgação do conteúdo devido à sua essência, por serem eventos públicos (Figura 6).

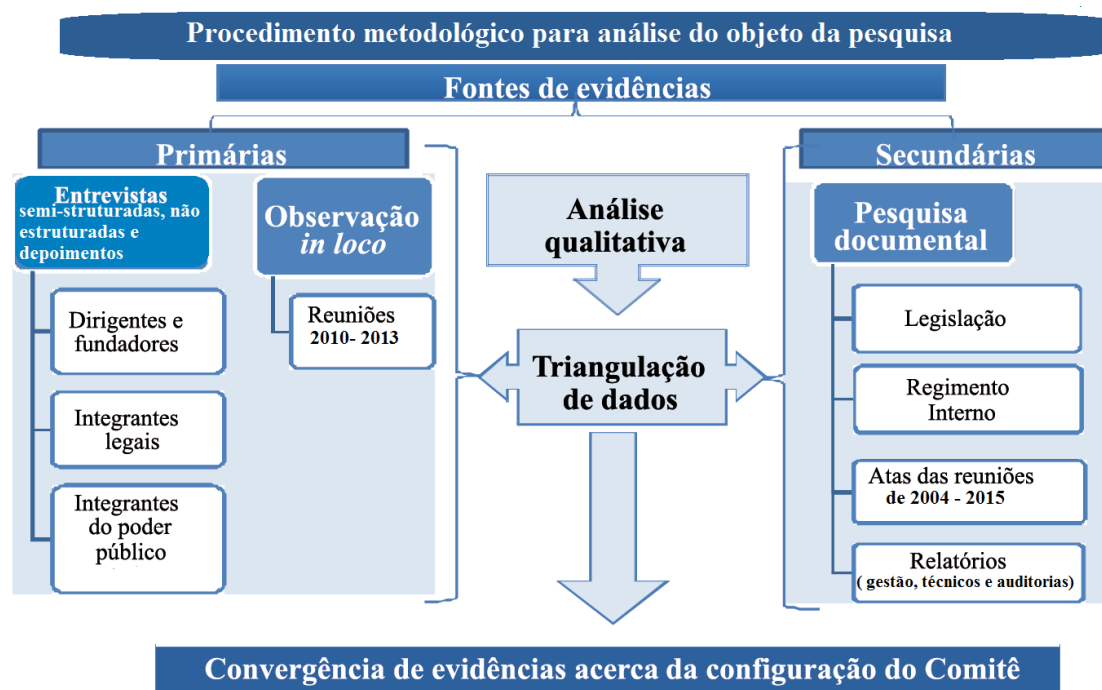


Figura 6 - Procedimento metodológico para análise dos dados do Objeto da pesquisa.
 Fonte: Elaboração própria (2015).

A pesquisa documental proporcionou uma longa investigação do conteúdo divulgado e do que de fato ocorria “atrás das cortinas” no comitê de bacia. Através das transcrições e análises das entrevistas, das gravações feitas em plenárias e reuniões realizadas com a diretoria do comitê, foram proporcionados elementos para uma melhor investigação e compreensão de como se concretizam as ações do CBHSF. Qual o papel conduzido pelos seus representantes desde a implantação do comitê até o marco histórico da operacionalização da cobrança da água? E, por conseguinte, qual a gestão administrativa e financeira da empresa contratada para esses fins?

Também foi realizado o levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, monografias, artigos periódicos e documentos oficiais, em bases impressas (bibliotecas e acervos) e bases digitais (bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos, sites e outros), a fim de construir base e referencial teórico para avançar na discussão a respeito da gestão hídrica e dos conceitos e temas abordados nos capítulos da tese. Muitos dos dados primários e secundários foram obtidos através da participação no comitê de bacia do São Francisco.

Com relação à pesquisa bibliográfica, foi necessário levantar o material existente no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos no Brasil, principalmente no seu marco regulatório, em livros e artigos científicos. Primeiramente, foram efetuados levantamentos da bibliografia em diversas bibliotecas no Brasil e na Europa num trabalho acumulado inclusive com a participação em eventos especializados que abordam o tema em questão, como o caso da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH).

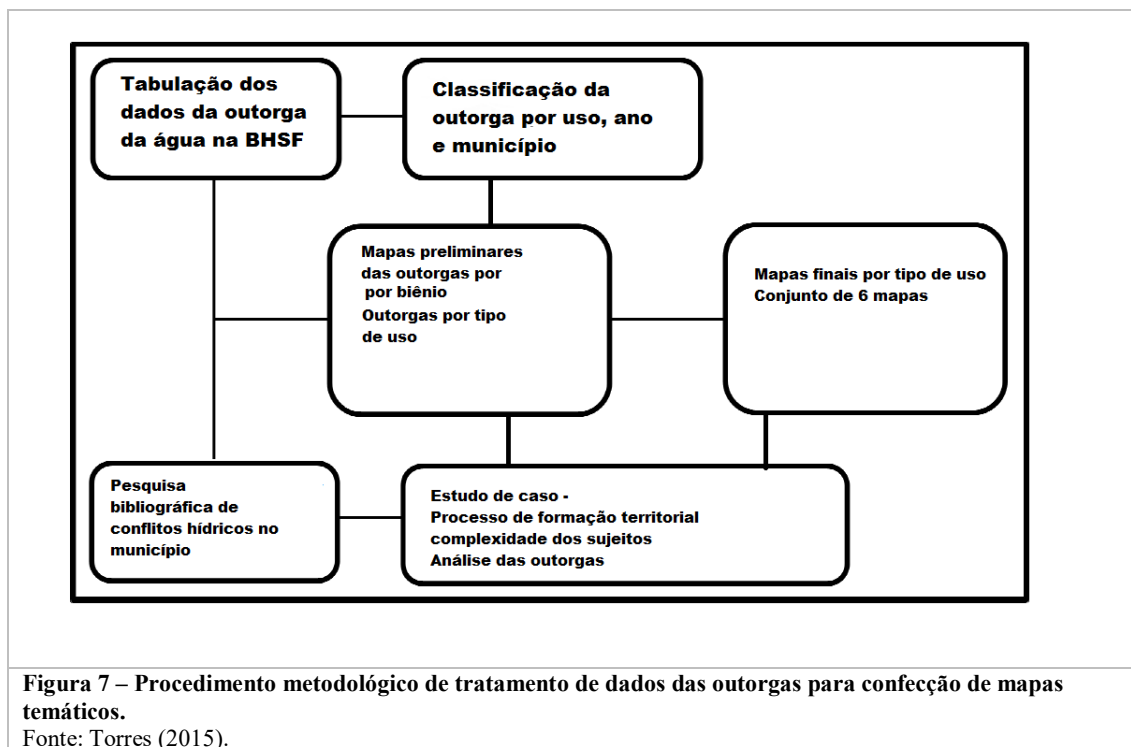
Na geografia, a participação nas últimas edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) e nas jornadas do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) permitiu uma interlocução com temas diretamente ligados ao uso múltiplo das águas. Os diálogos estabelecidos nos eventos científicos também serviram para acompanhar a forma como os pesquisadores estão interpretando o tema, além de possibilitar as discussões sobre os avanços e desafios impostos durante a pesquisa. Alguns levantamentos ocorreram em instituições internacionais. Em destaque, o Museu da Água, em Portugal; a Biblioteca Nacional da Espanha e a Fundação da Nova Cultura da Água, em Zaragoza (ES), onde foi possível observar o posicionamento dos acadêmicos internacionais sobre a água e conflitos em dois eventos.

Para verificar a gestão do direito de uso, foram coletados dados da Outorga e Cobrança da água na Bacia Rio São Francisco (CNRH/AGB PEIXE VIVO, 2013), os quais foram sistematizados (gráficos, tabelas, quadros e fluxogramas e mapas), no intuito de oferecer uma forma mais legível e didática de apresentação das informações.

A espacialização das outorgas concedidas desde o início de aplicação da Lei n. 9.433/97 até o ano de 2014 tem o intuito de verificar o comportamento do Estado, representado pela ANA e CBHSF, mediante momentos de estiagem como a ocorrida desde o ano de 2010-2014. A partir dessa sistematização, foi feita a análise espacial do total dos volumes concedidos alterando a informação georreferenciada na outorga no formato de coordenadas geográficas (pontuais) para a espacialização do polígono municipal.

Dentro da dominialidade municipal, pudemos, assim, verificar quais municípios possuem maior concessão de captação de volumes de água. Tal procedimento metodológico possibilita a indicação de volumes de água espacializados por município. Ademais, pode dar pistas para a formação de conflitos hídricos, dada a concentração numa espacialidade, bem como pode apontar a formação de hidroterritórios (Figura 7). O conjunto de mapas dos diversos usos foi analisado e somente disponibilizados ao leitor aqueles que apresentaram indícios de formação dos hidroterritórios. Ou seja, a gestão

ANA, na liberação das outorgas hídricas e o acatamento do CBHSF desta ação, pode proporcionar disputas por estoques hídricos, além da formação de *hidroterritórios*. Esta é uma das hipóteses do problema da tese.



Na investigação em campo, foram efetuadas entrevistas junto aos diferentes sujeitos da pesquisa, sejam eles representantes no comitê de bacia que estão participando da gestão, sejam sujeitos da pesquisa atingidos pelas políticas energéticas e pela gestão político-territorial da bacia, quais sejam: camponeses, camponeses beraderos, pescadores, beraderos, quilombolas, indígenas, para saber as condições de vida e de trabalho, suas trajetórias e histórias de vida antes e depois das barragens.

Entendemos que a riqueza do uso de entrevistas abertas ocorre quando o interlocutor determina o caminho, sua história oral a respeito do tema, permitindo aos sujeitos das pesquisas contribuir para a investigação sem interferências ou direcionamentos por parte do investigador. Foram realizadas entrevistas com os representantes membros do comitê de bacia do Rio São Francisco (pescadores, agricultores irrigantes, barqueiros, indígenas, organizações não governamentais e outros). As falas dos sujeitos da pesquisa foram transcritas e usadas como recortes textuais com o objetivo de evidenciar seu entendimento ou vivência do fenômeno estudado. Todas as transcrições da tese não evidenciam o nome dos interlocutores. Eles serão denominados

por sua origem funcional, sendo enumerados de acordo com a cronologia das falas expostas em ordem cardinal (Pescador 1, Pescador 2 etc.). A intenção é preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

Os *trabalhos de campo* foram realizados na bacia do Rio São Francisco, no período de 2011 a 2015, com o objetivo conhecer, através da observação da realidade, os sujeitos inseridos especificamente na região fisiográfica do Submédio e Baixo, recorte espacial desta pesquisa. Consideramos como trabalho de campo nesta pesquisa:

- As diversas reuniões como membro de comitê de bacia hidrográfica do Rio São Francisco em diferentes escalas de representação: 1) Nas plenárias, momento de encontro de todos os 62 membros efetivos da bacia para votar as deliberações produzidas nas várias esferas de atuação, envolvendo desde câmaras técnicas que elaboram documentos até os direcionamentos de políticas concretizados pela direção do comitê (DIREC); 2) Nas reuniões da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio e nas avaliações técnicas, função exercida na Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) que, em particular, avaliava a composição do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para direcionamento dos recursos do ano de 2013 a 2015.
- As viagens no leito do rio, de 2011 a 2015, proporcionaram uma melhor compreensão da vivência das pessoas que direta ou indiretamente dependem do ambiente aquático para a sobrevivência. A interpretação dos fatos proporcionados pelas entrevistas e depoimentos coletados em campo, realizados no que denominamos como “com os pés no rio”, momento de mergulho e convivência com as comunidades, beraderos do Submédio e Baixo São Francisco.
- As visitas realizadas ao projeto hidroambiental do Riacho da Onça, em Brejinho (PE), nascente do Rio Pajeú, na tentativa de perceber se de fato os montantes investidos inadvertidamente, segundo o comitê de bacia do Pajeú, tiveram eficácia nos seus objetivos finais.

Ressaltamos que, por vezes, esta tese não obedece a uma sequência cronológica rígida, estabelecida de forma temporal. Entendemos existir uma necessidade de se remeter a relações sociais materializadas no passado, inclusive porque o recuo histórico pode ajudar a elucidar fatos e questões relacionadas à assimetria de poder, dos mandatários dos rios (em diferentes tempos) e os expropriados do seu modo de vida,

sujeitos submetidos à ordem das políticas econômicas e sua progressiva destruição da Natureza e das formas tradicionais de vida às margens do rio.

Dessa forma, ao direcionar essas reflexões e aplicando no loco da pesquisa, no Rio São Francisco, lançamos a proposta de avaliar em duas delimitações espaciais da bacia do rio definidas pela Agência Nacional de Águas (ANA), denominadas de regiões fisiográficas do Submédio e do Baixo São Francisco.

Para a compreensão e interpretação do tema, assumimos a proposta de verificar alguns fatores de política e planejamento econômico regional que influenciaram a “nova vida” dos beraderos. Abarcamos o significado da gestão hídrica da Bacia do São Francisco através das ações, intenções e mutações proporcionadas por um modelo do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC e outras ações do planejamento econômico. Tais políticas refletem prioridades não condizentes com a capacidade de captação e distribuição de água do Rio São Francisco, impostas na lei como uso múltiplo, mas concentradas para poucos fins, implícitos na metamorfose contemporânea do mundo do capital. São elas:

1. - As **políticas de projetos de irrigação**, iniciadas desde os anos 1940 pela Comissão do Vale do São Francisco – CVSF e atualmente sob a maestria da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF;
2. - A **política energética** do “governo militar” nos anos 1970 no Brasil, do incremento da produção com a implantação de hidroelétricas, principalmente no Submédio do Rio São Francisco e seus deslocamentos populacionais;
- 3- A política de **Projeto de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco- PISF** e outras “integrações”²⁰ já concretizadas ou planejadas.

Nossa atenção se volta, portanto, para os processos contraditórios que regem a lógica do comitê, da sua estrutura de recursos e do metabolismo político dos que ali estão representados. Através desta investigação e análise, pretendemos revelar a importância de incorporar a perspectiva de hidroterritórios na análise das formas contemporâneas de

²⁰ O Canal do Sertão Alagoano (em operação parcial), Canal do Oeste Baiano (em fase de elaboração do projeto básico) e a possibilidade de se fazer um canal para o Piauí, já ventilada por políticos da região.

articulação e mobilização das representações de ordem política, étnica, econômica e cultural a sua influência na redefinição territorial.

Esta análise enfatiza a voz dos pescadores, ribeirinhos, isto é, trabalhadores do rio, bem como dos movimentos sociais, das comunidades que acatam ou resistem à utilização da água em seus usos múltiplos a partir da concessão de outorgas do Rio São Francisco. Sobretudo para tentar uma aproximação de seu significado histórico, cultural e simbólico enquanto classe e grupo específico, gerando novas ideias e novas hipóteses, avançando, portanto, na interpretação teórica da realidade.

Acreditamos não só na força deste tipo de análise, mas também na conformidade da aplicação para se compreender as nuances da gestão hídrica como o aqui apresentado. A análise quantitativa, as estatísticas disponíveis de vazão e outorgas não oferecem informações suficientemente significativas para se perceber em profundidade o porquê de tantas outorgas em determinados espaços. Já nos “bastidores” da gestão, a articulação de interesses dos diversos sujeitos para se gerenciar ou se apropriar dos estoques hídricos ficam evidentes.

Desta feita, esta pesquisa tem um caráter exploratório-descritivo, de análise qualitativa, e utiliza dados primários e secundários para a investigação do objeto proposto. Os dados primários foram obtidos nas entrevistas realizadas ao longo de dois anos de atuação no comitê do São Francisco para se entender a gestão e nas diversas visitas a cidades do rio para reuniões e plenárias. Outro momento de entrevistas e observações de campo ocorreu na região do Baixo São Francisco, desde o mês de julho de 2013 até agosto de 2014, quando a CHESF praticava baixas vazões. Vale destacar que, durante este segundo momento do trabalho de campo da pesquisa, em julho de 2013, os volumes da vazão foram coincidentemente elevados pela CHESF na represa de Sobradinho, talvez numa tentativa de “ajudar” a difícil navegação da equipe de pesquisadores.

Com base nos procedimentos técnicos adotados, pode-se caracterizar-se como uma pesquisa de natureza empírica, cujo procedimento serve como rebatimento aos relatórios apresentados pela CHESF que indicavam baixos impactos, algo contraditório à realidade vivida pelos pescadores. Segundo Bethemont (1995 apud TORRES; LIMA; VIANNA, 2008, p. 01),

a reflexão teórica a respeito da relação causal entre água e ocupação do território, gestão dos recursos hídricos e a gestão territorial, já foram apontadas para melhor compreender os processos de formação e configuração territorial. Um dos pioneiros foi Jaques Bethemont que ao definir “espace hydraulique” para o vale do Reno. Esse autor caracterizou os Recursos Hídricos como o articulador principal da produção de energia, da navegação, da localização

industrial, da produção agrícola e das bases do planejamento territorial, onde todos estes aspectos são derivados do controle das águas.

Esta mesma observação dos usos múltiplos e do papel de articulador produtivo e social da formação dos territórios também se aplica ao Rio São Francisco. Um rio pujante que foi represado para atender às necessidades principalmente do setor elétrico e produtivo, particularmente de agricultura irrigada, ampliando, com isso, a possibilidade de “fronteira agrícola”. Como efeito colateral, a dinâmica social oriunda da promoção desse arranjo produtivo acarretou perda da autonomia de vida dos beraderos que utilizavam o rio como fonte de renda e de segurança alimentar. Tal situação os tornou dependentes do emprego na agricultura irrigada, ou mesmo da aquicultura, fazendo-os passar de sujeitos trabalhadores autônomos a trabalhadores assalariados, sendo isto o que acontece na atualidade às margens do Submédio e Baixo São Francisco. Alguns projetos governamentais assumem esse caminho operacionalizado pelo Governo ao longo das décadas de 1970 a 1990 e atualmente via Plano de Aceleração de Crescimento (PAC).

A apreensão do conhecimento geográfico para respaldar a análise e interpretação do processo de ocupação do espaço requer conhecimentos teóricos e práticos da área em estudo. No processo de aprendizagem, os trabalhos de campo da pesquisa serviram para fomentar a construção de aprendizado através da leitura e interpretação da dinâmica espacial. Dessa forma, o campo caracterizou-se como instrumento de compreensão do real e, a partir da compreensão empírica do fenômeno, buscamos colaborar com a compreensão teórica dos fenômenos dos conflitos hídricos, apresentando uma colaboração dos procedimentos metodológicos e políticas aplicadas para o ordenamento do espaço em sua contemporaneidade.

Destacamos que, para analisar a contemporaneidade deste espaço, é importante observar a paisagem, bem como o processo histórico da ocupação através de documentos, artigos acadêmicos, relatos de pescadores, ribeirinhos, das lavadeiras, dos beraderos do rio, entre outros. A contemporaneidade do espaço é decorrente das dinâmicas temporais de ocupação, uso e gestão e suas possíveis resistências à modificação no modo de vida local, nas práxis do lugar.

Assim, até o fechamento desta tese, passaram-se mais de dez anos de pesquisa sobre a temática água, particularmente na região Nordeste do Brasil e, em alguns momentos, em Portugal e na Espanha, para verificar a História da gestão hídrica em diferentes lugares e épocas. Esperamos assim contribuir para uma melhor compreensão

desta trama inquietante e atual da crise hídrica no Brasil, país com o segundo maior estoque hídrico do mundo.

(Os títulos dos mapas, tabelas, figuras em geral deve vir em negrito)

CAPÍTULO 1

ASPECTOS NATURAIS, SOCIOECONÔMICOS E HISTORIOGRÁFICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

1.0 - ASPECTOS NATURAIS, SOCIOECONÔMICOS E HISTORIOGRÁFICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

O São Francisco, desde o descobrimento até início do século XX, era regido pelo seu curso natural, sujeito a períodos de seca e cheia de acordo com a natureza. Por mais de quatro séculos, o chamado “rio da integração nacional” teve um fluxo comercial intenso, com uma logística hídrica e de transporte de mercadorias que obedecia à sazonalidade das cheias e secas. Mas, mesmo em momento de escassez hídrica, as terras de aluvião favoreciam a agricultura e a permanência dos habitantes de suas margens.

A navegabilidade era aproveitada de diversas formas. A princípio, para a exploração das riquezas naturais e povoamento, pois se tratava de uma hidrovia natural. A importância deste rio no período colonial deve-se a seu papel fundamental na marcha da colonização, por se tratar de um caminho natural que permitia a comunicação, transporte e comercialização de produtos dada a sua posição geográfica, cortando diferentes regiões do Território-Nação. Nesse sentido, a dinâmica de cada ciclo econômico foi idealizada para ser produzida ou escoada através de seu leito. É importante destacar nossa interpretação de que a condição de moradia à beira do rio e, portanto, com acesso à água, não significavam elementos de riqueza econômico-financeira. Tal condição de acesso à água era aproveitada para produzir alimentos enquanto camponês beradouro, ou mesmo como alternativa de pesca e caça. Estar à beira do rio significava, para esses sujeitos, a reprodução material da vida através do trabalho ontológico²¹.

No início do século XVI, a corte portuguesa, na busca de reconhecer e mapear o território brasileiro, envia sua primeira expedição exploratória ao Rio São Francisco. No dia 4 de outubro de 1501, Américo Vespúcio, em sua caravela comandada por Gonçalo Coelho, chega à foz do rio, conferindo-lhe este nome em homenagem ao santo festejado naquele dia. Cerca de 50 anos depois, em 1553, Tomé de Souza, por ordem de Dom João III, inicia a exploração da nascente do rio, motivado pela informação de que os espanhóis haviam encontrado ouro e esmeraldas. Segundo o MINC/IPHAN (2010, p. 04),

²¹ [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2002, p. 211).

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Livro I, v.1).

a expedição foi encomendada ao castelhano Francisco Bruza Espinosa, que formou a primeira companhia de penetração, despertando a atenção para a existência de pastagens naturais, propícias a criação do gado. O roteiro dessa viagem e uma carta do Padre Aspilcueta Navarro que acompanhou a expedição foram os primeiros documentos descritivos do São Francisco.

O acervo de uma hidrografia colonial foi traçado pelos desbravadores enquanto colônia portuguesa e no período de ocupação holandesa. Conforme o IBGE²² (2014),

[...] A partir de 1560, os exploradores iniciaram a subida pelo rio São Francisco em busca de novas descobertas. Atingindo o Ipanema, encontraram nele uma estrada aberta para suas penetrações ao interior, que chegaram até Pesqueira, no estado de Pernambuco. Foi exatamente no ponto de encontro entre os dois rios, que se estabeleceu um núcleo populacional onde missionários, colonizadores e comerciantes dos centros maiores faziam seus negócios.

Outro documento importante, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*²³, escrito por Gabriel Soares de Souza, colono e senhor de engenho que viveu no Brasil, relata o cotidiano da vida no rio no século XVI. Ele dedica um capítulo com uma breve descrição do Rio São Francisco²⁴, no qual relata a importância deste manancial para a navegação, as riquezas das terras de suas margens e as características geomorfológicas.

Ressalta-se que, no texto, o autor afirma, em sua descrição do rio, que, na boca da barra do rio, a água que desembocava na foz possuía duas léguas marítimas de largura e facilmente poderiam ser avistadas suas águas barrentas a cerca de quatro ou cinco léguas marítimas mar adentro²⁵. Sousa (1987) faz uma detalhada descrição do adensamento populacional que ocorria às margens da bacia do Rio São Francisco no século XVI, justificada pela abundância de água, peixes e solo fértil.

[...] está o rio de São Francisco em altura de dez graus e um quarto, **o qual tem na boca da barra duas léguas de largo, por onde entra a maré com o salgado para cima duas léguas somente**, e daqui para cima é água doce, que a maré faz recuar outras duas léguas, não havendo água do monte. [...] sempre muito povoado, e tiveram uns com outras sobre os sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grandes pescarias.

²² IBGE. Histórico – Belo Monte, Alagoas (AL). 2014. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=270090&search=alagoas%7Cbelo-monte%7Cinphographics:-history&lang=>>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

²³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

²⁴ *Capítulo XX*, que trata da grandeza do rio de São Francisco e seu nascimento.

²⁵ Essas informações referenciam os depoimentos dos ribeirinhos entrevistados durante as viagens de campo, quando afirmam que os navios e naus abasteciam seus porões de água doce do Rio São Francisco em alto mar.

Quem navega por esta costa conhece este rio quatro e cinco léguas ao mar pelas aguagens que dele saem furiosas e barrentas (SOUSA, 1987, p. 43. Grifos nossos).

Porém, a principal pista deixada por este explorador diz respeito à navegação e à dinâmica fluvial de formação de ilhas e da contribuição de sedimentos que o rio depositava na costa brasileira. No documento, ele observa também que, nos anos de 1501, existia uma rota de navegação de navios cargueiros até a cachoeira de Paulo Afonso, barreira natural à navegação. Segundo Sousa (1987, p. 44),

navega-se este rio com caravelões até a cachoeira, que estará da barra vinte léguas, pouco mais ou menos, até onde tem muitas ilhas, que o fazem espaiar muito mais que na barra, por onde entram navios de cinquenta tonéis pelo canal do Sudoeste, que é mais fundo que o do Nordeste. **Da barra deste rio até a primeira cachoeira há mais de 300 ilhas; no inverno não traz este rio água do monte, como os outros, nem corre muito; e no Verão cresce de dez até quinze palmos.** E começa a vir esta água do monte, de outubro por diante até janeiro, que é a força do verão nestas partes; e neste tempo se alagam a maior parte destas ilhas, pelo que não criam nenhum arvoredor, nem mais que canas-bravas de que se fazem flechas (Grifos nossos)

Enquanto o rio foi território ocupado pelos holandeses, foi construída uma fortaleza denominada Maurício na cidade da Vila de São Francisco, nome anterior a Penedo, simbolizando, entre outros aspectos, a importância de adentrar no território ainda pouco explorado (Figura 8). De acordo com Muniz (2011, p. 07),

[...] a área que engloba o entorno da vila, onde foi construído o forte Maurício, o rio São Francisco e a margem oposta do mesmo. Intitulado *Castrum Mauritiij*, é uma das estampas que fazem parte do livro de Gaspar Barléus. O mapa está dividido horizontalmente em três faixas: o trecho superior traz informações detalhadas sobre a vila e o forte; na faixa central, aparece o Rio São Francisco ocupando a maior parte da imagem, e na faixa inferior, um trecho da Capitania de Sergipe Del'Rei.

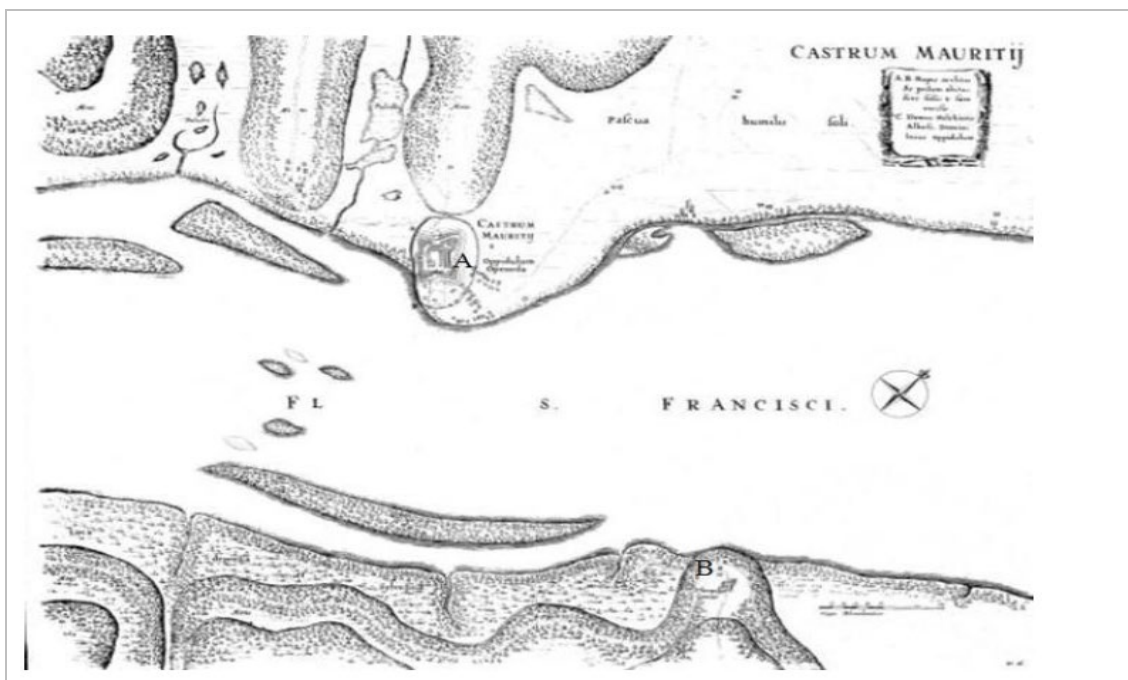


Figura 8 - Mapa “Castrum Mauritij, Marcgrave” (1647).
Fonte: Muniz (2011).

Os motivos para a construção de um forte na vila são revelados por Barleu (2005), que julgou ser um lugar estratégico para fazer progressos no território inimigo (referindo-se à Carta do Conde ao Príncipe de Orange), já que, ao chegar à Vila de Penedo, a seis léguas do mar, percebeu características físicas do rio, que possuía aproximadamente 10 metros de profundidade.

[...] Contentes de havermos expulsado o inimigo de tôda a capitania de Pernambuco, aí firmamos a nossa vitória e demos por satisfeitos os votos da primeira campanha. Julgo esta capitania própria para prosseguirmos na luta contra as terras inimigas, mormente no sítio onde o rio de São Francisco, de notável largura noutros pontos, estreita o seu álveo. Por essa razão levantei-lhe na margem, a 6 léguas da costa, um forte bastante sólido, cuja planta mostra o incluso mapa, resolvendo colocar outro menor na própria foz. Em outra parte, não se encontra um rio tão célebre e tão vantajoso, **pois em certos trechos é tal a sua largura que não o atravessava uma bala de canhão de seis libras;** e é tal a sua velocidade ímpeto, **que as suas águas, impelidas longe da foz até alto mar, se conservam doces. Sua profundidade é tal que atinge 8, 12 e 15 côvados**²⁶. E' de acesso difícil por causa das areias que lhe cercam a barra. Nossos navios ligeiros sobem com facilidade até o Penedo e mais além (BARLEU, 2005, p. 48. Grifos nossos).

Vários foram os exploradores do rio em diferentes épocas. O naturalista Saint-Hilaire percorreu mais de 16 mil km em diversas regiões do país. Em Minas, fez três

²⁶ Um côvado equivalia à medida entre o cotovelo e o dedo médio estendido de um homem, sendo o seu valor no Brasil de 66 cm.

longas viagens, deixando um legado de registros do Rio São Francisco nos anos de 1800. Foram seis anos, entre 1816 e 1822, que permitiram conhecer e descrever as paisagens e lagoas marginais do manancial. Saint-Hilaire trabalhava com rigor científico para detalhar os peixes abundantes naquele tempo: surubim, dourado, pacu, matrinhã, traíra, curvina, curimatá. Ele também relatou a importância do porto de Januária e suas “gaiolas”, nome atribuído aos vapores que circulavam de Sabará (MG) até Juazeiro (BA) (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 340-361).

O atlas e relatório apresentado em 1860 pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, resultado da expedição realizada à época para exploração do Rio São Francisco, foi feito sob a ordem de Dom Pedro II, no intuito de conhecer o estado em que se encontrava o rio, além das possibilidades e dos obstáculos à navegação (Figura 9). A análise do engenheiro foi criteriosa: “légua a légua, desde a Cachoeira da Pirapora até o Oceano Atlântico”.

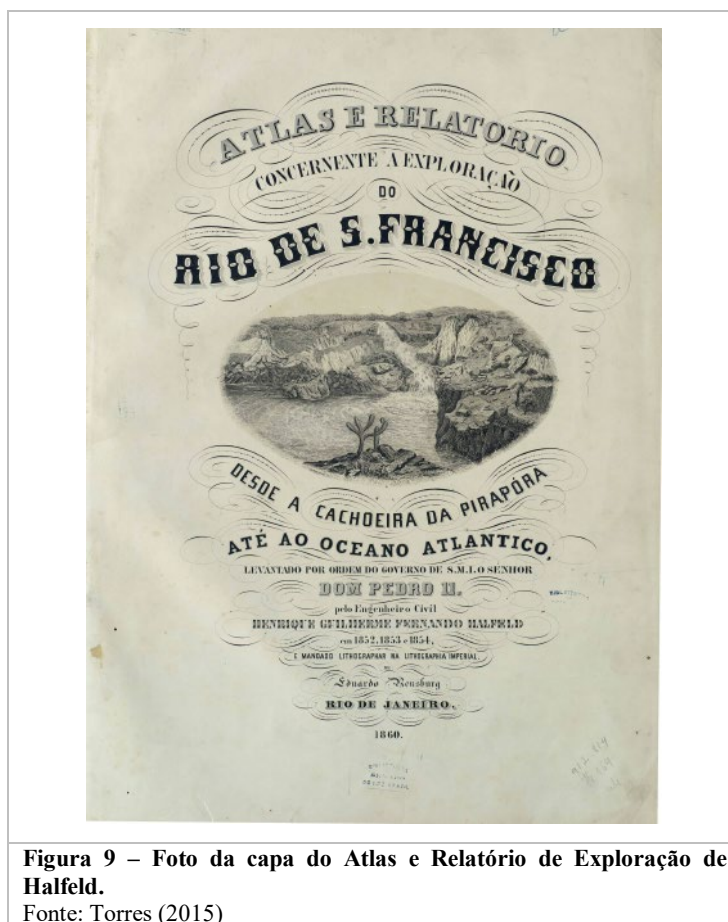


Figura 9 – Foto da capa do Atlas e Relatório de Exploração de Halfeld.

Fonte: Torres (2015)

O interesse dos exploradores não se limitava apenas ao desejo de conhecer o território do Vale do São Francisco. Tratava-se de uma empreitada para verificar outras

possibilidades de aproveitamento do rio para dinamizar a economia e adentrar no território brasileiro, proporcionando um fluxo comercial à economia ao longo do manancial.

A ideia de transpor parte das águas do Rio São Francisco foi apontada pela primeira vez com a grande seca que atingiu o Nordeste, vitimando 1,7 milhões de pessoas em 1847, pelo engenheiro cearense e deputado Marcos de Macedo, com o objetivo de amenizar os efeitos da seca. De forma oficiosa, antes mesmo de 1847, Dom João VI encomendou um estudo para verificar a possibilidade de transposição, mas nenhum documento deixa pistas de que o projeto de pesquisa tenha sido executado. Segundo afirma o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

A primeira vez que a transposição do São Francisco foi aventada ocorreu em 1847, quando o engenheiro cearense Marcos de Macedo, deputado pelo Estado de Ceará, apresentou a ideia ao imperador Dom Pedro II, com o propósito de amenizar os problemas gerados pela seca nordestina. Nada foi realizado. Antes de 1847, D. João VI já havia mandado estudar a possibilidade da transposição, mas não há registro de proposta efetiva de realização do projeto. A ideia da transposição seria novamente debatida no decorrer do Segundo Reinado (1840-1889), quando em 1856 uma comissão científica, chefiada pelo Barão de Capanema, foi encarregada de estudar o problema da seca e recomendou a abertura de um canal que ligasse o rio São Francisco ao rio Jaguaribe. Esse estudo foi concluído em 1859 e depois arquivado. O tema da transposição voltou à baila em 1886, quando outro engenheiro cearense, Tristão Franklin Alencar, reativou a ideia, que foi logo abandonada (CASTRO²⁷, s.d).

Não obstante a realidade encontrada nos diversos documentos elaborados pelos exploradores, pode-se perceber que o Rio São Francisco viveu realidades promovidas pelos diversos “gestores” e precursores do uso dos seus recursos naturais originários de sua abundância hídrica. Por um lado, a historicidade documentada aponta para um rio que era tão pungente a ponto de soltar água a 36 Km da sua foz, até o alto mar no oceano. Por outro lado, a visão de levar suas águas para outras partes do Nordeste seco existe como anseio de política hídrica desde os tempos do Império. As diversas políticas alteraram sua fisiografia, chegando a um cenário contemporâneo a ser tratado no tópico a seguir.

1.1 A fisiografia da bacia do Rio São Francisco

²⁷ CASTRO, César Nunes de. **Boletim regional, urbano e ambiental. Brasília: IPEA, s.d.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/090725_boletimregional2_cap13.pdf. Acesso em: 25 jan. 2016.

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco se situa entre as coordenadas 7°17' a 20°50' de latitude sul e 36°15' a 47°39' de longitude oeste, e é formada por diversas sub-bacias que deságuam no manancial, e este, por sua vez, no Oceano Atlântico, em divisa com os Estados de Alagoas e Sergipe. Possui uma extensão territorial de 638.323 Km², que corresponde a 8% do território brasileiro. Sua área de drenagem abrange 503 Municípios, sete Unidades da Federação: Bahia (307.794 Km², 48,2% da Bacia), Minas Gerais (235.635 Km², 36,9%), Pernambuco (68.966 Km², 10,8%), Alagoas (14.687 Km², 2,3%), Sergipe (7.024 Km², 1,1%) e Goiás (3.193 Km², 0,5%), e parte do Distrito Federal (1.277 Km²), representando 0,2% da Bacia.

Devido à sua grande extensão e diferentes biomas a bacia hidrográfica do rio São Francisco se compartimenta em quatro (4) regiões fisiográficas definidas como: **Alto São Francisco**, que tem seu percurso da nascente (Serra da Canastra-MG) até a cidade de Pirapora (MG), com uma extensão de 111.804 Km², representam 17,5% da bacia; **Médio São Francisco**, desde Pirapora (MG) até Remanso (BA), perfazendo uma área de 339.763 Km², corresponde a 53% da bacia; **Submédio São Francisco** - de Remanso (BA) até Paulo Afonso (155.637 Km² - 24,4% da região); **Baixo São Francisco** - de Paulo Afonso até sua foz (32.013 Km² - 5,1% da região) (Figura 10). “Os principais rios da região são o São Francisco (2.637 Km), das Velhas (689 Km), Grande (502 Km), Verde Grande (458 Km), Paracatu (448 Km), Urucuia (381 Km), Paramirim (345 Km), Pajeú (333 Km), Preto (315 Km) e o Jacaré (297 Km)” (ANA, 2015).

Além das quatro regiões fisiográficas (Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco), a bacia está subdividida em 34 sub-bacias que têm como espinha dorsal o Rio São Francisco, um dos maiores do país, com uma extensão de 2.863 Km (Quadro 1). Cerca de 85% da água do São Francisco tem origem nos cerrados e 72% de sua vazão provém do Estado de Minas Gerais (MMA, 2006a).

Características	Alto São Francisco	Médio São Francisco	Submédio São Francisco	Baixo São Francisco
Altitudes (m)	1.600 a 600	1.400 a 500	800 a 200	480 ao nível do mar
Declividade do rio principal (m/km)	0,70 a 0,20	0,10	0,10 a 3,10	0,10
Principais afluentes	Margem esquerda: Indaia, Abaeté Margem direita: Pará, Paraopeba, Velhas e Jequitai	Margem esquerda: Paracatu, Urucuia, Carinhanha Margem direita: Verde Grande, Caraíba e Paramirim	Margem esquerda: Pontal, Brigida, Pajeú e Moxotó Margem Direita: Salitre, Poço e Curaça	Margem eq: Capiá, Ipanema, Traipú, Marituba Margem direita: Capivara, Gararu, Betume
Clima predominante	tropical úmido e temperado de altitude	tropical semi-árido e sub-úmido seco	semi-árido e árido	sub-úmido
Precipitação média anual (mm)	2.000 a 1.100	1.400 a 600	800 a 350	1.500 a 350
Trimestre mais chuvoso	nov-dez-jan	jan-fev-mar	jan-fev-mar	mai-jun-jul
Trimestre menos chuvoso	jun-jul-ago	jun-jul-ago	jul-ago-set	set-out-nov
Temperatura média (°C)	23	24	27	25
Insolação média anual (horas)	2.400	2.600 a 3.300	2.800	2.800
Evapotranspiração média anual (mm)	1.000	1.300	1.550	1.500

Quadro 1- Características Físicas e Naturais da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
Fonte: ANA/GEF/PNUMA/OEA (2004).

A bacia do Rio São Francisco está inserida em grande parte na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de prolongadas estiagens, resultado de baixa pluviosidade e alta evapotranspiração, fazendo com que o Rio São Francisco desempenhe um importante papel nesta região.

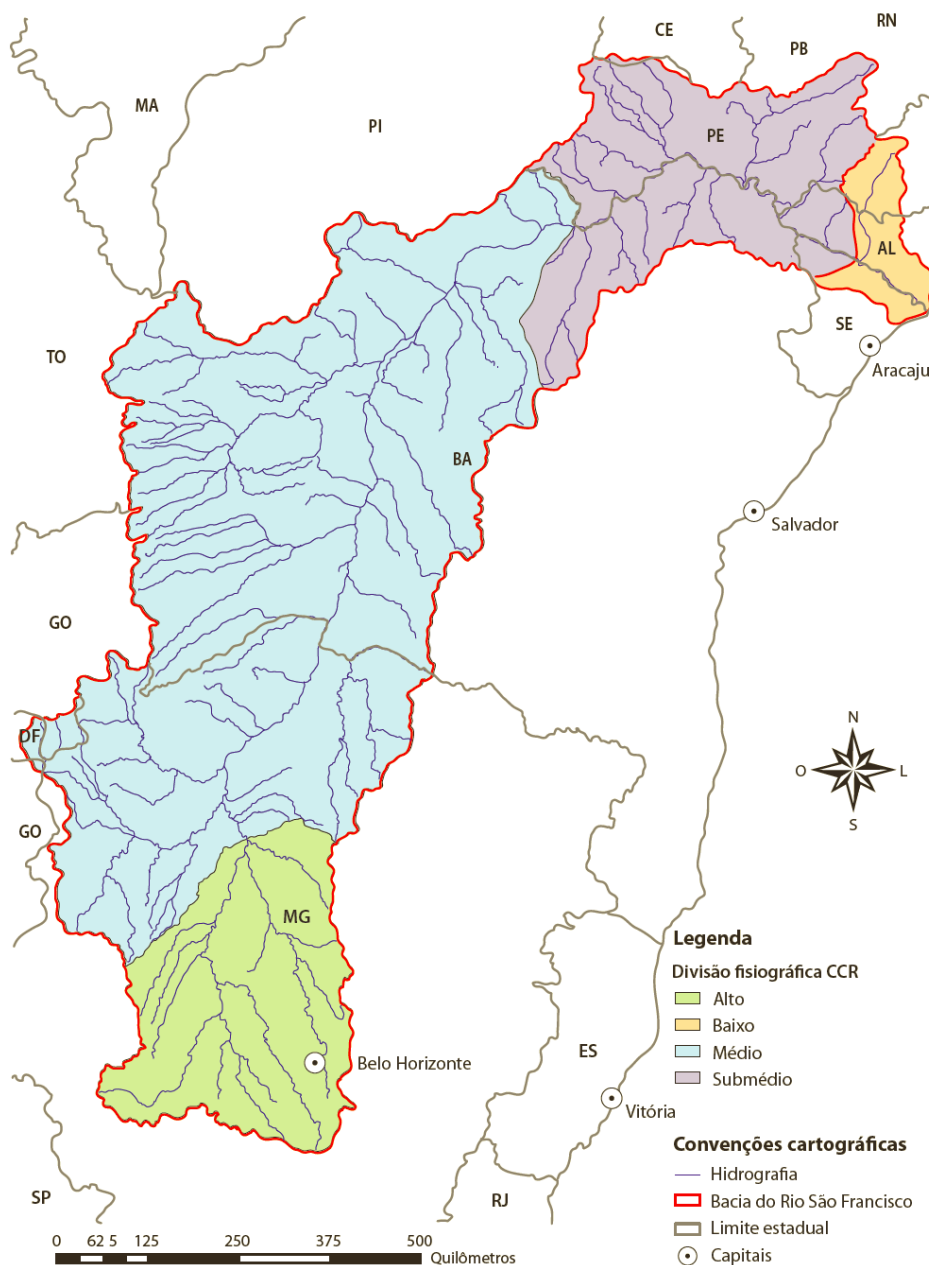


Figura 10 - Divisão Fisiográfica da Bacia do Rio São Francisco.
Fonte: ANA (2011).

Segundo a classificação de Köppen, a área de estudo apresenta diversos tipos de clima. No Alto São Francisco, o clima predominante é do tipo Aw, quente e úmido com chuvas de verão. O Médio São Francisco assume como clima predominante Aw, apresentando também outra variação climática, o clima BShw, semiárido. O Submédio

São Francisco apresenta clima BShw, ou seja, um clima semiárido. No Baixo São Francisco, o clima predominante é o AS' (quente e úmido, com chuvas de inverno).

Conforme dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a precipitação média anual da bacia do rio São Francisco é de 1.003 mm, muito abaixo da média nacional, que é de 1.761 mm. A disponibilidade hídrica superficial da bacia é de 1.886 m³/s, o que corresponde a 2,07% da disponibilidade superficial do país (91.071 m³/s). Já a vazão média é de 2.846 m³/s, correspondendo a 1,58% da vazão média nacional (179.516 m³/s), e a vazão de retirada (demanda total) é 278 m³/s (9,8% da demanda nacional).

No que diz respeito aos aspectos naturais da bacia, a cobertura vegetal contempla fragmentos da floresta atlântica nas cabeceiras. O cerrado cobre praticamente a metade da área da bacia, compreendendo quase todo o estado de Minas Gerais e oeste e sul da Bahia, enquanto a caatinga predomina no nordeste da bacia a partir da divisa dos estados de Minas Gerais com a Bahia, justamente sob as condições de clima mais severas.

De forma geral, os usos do solo, bem como das águas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sofreram várias mudanças em função da dinâmica de atividades econômicas, as quais, desde o Brasil-colônia aos dias atuais, ainda são incompatíveis com a vocação natural dos biomas que a caracterizam, sobretudo na manutenção do recurso hídrico.

O primeiro passo nesta direção ocorreu durante o período colonial, quando a extração da madeira das margens do Rio São Francisco foi utilizada nas caldeiras dos barcos a vapor que faziam o transporte fluvial da região. Ainda neste período, foi considerada uma região de baixa atividade agrícola, cujas cheias periódicas prejudicavam as culturas de vazante. Durante a segunda metade do século passado, esta condição foi alterada em função da construção das grandes barragens e da agricultura irrigada ainda nos anos 1970.

Com base no documento *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras*, em sua edição especial, elaborada pela Agência Nacional das Águas (ANA), no ano de 2015, foi feita a caracterização física referente aos corpos hídricos.

Dentre as demandas hídricas na bacia do Rio São Francisco, a que predomina são as vazões de retirada para irrigação, cujo valor é de 213,7 m³/s, perfazendo 77% do total de demandas da bacia em relação aos demais usos. A demanda urbana é o segundo maior percentual, com 31,3 m³/s (11%), tendo sua concentração principalmente na Região

Metropolitana de Belo Horizonte e a demanda industrial com 19,8 m³/s (7%). A demanda animal da região é de 10,2 m³/s (4%) e a rural, de 3,7 m³/s (1%). A bacia apresenta uma demanda total de 278,8 m³/s de vazão de retirada, representando 9,8% da demanda nacional. A irrigação está presente em uma área total de 626 mil ha, correspondendo a 10,9% dos 5,8 milhões de ha irrigados no Brasil (ano base 2012).

Os municípios com perímetros públicos em operação na bacia totalizam 467 mil ha, sendo 162 mil ha de área implantada (ano base 2011). As cidades de Juazeiro e Petrolina se destacam como perímetros irrigados para produção de fruticultura, o Polo de Barreiras, no oeste baiano (produção de soja) e a bacia do Rio Preto/Paracatu como principais áreas de irrigação da região.

Nas cidades de Barreiras e Rio Preto, observa-se uma alta concentração de pivôs instalados, especialmente nos municípios de Paracatu, ocupando cerca de 38 mil ha, seguidas pelos municípios de São Desidério e Barreiras, com cerca de 24 mil ha (Figura 11).

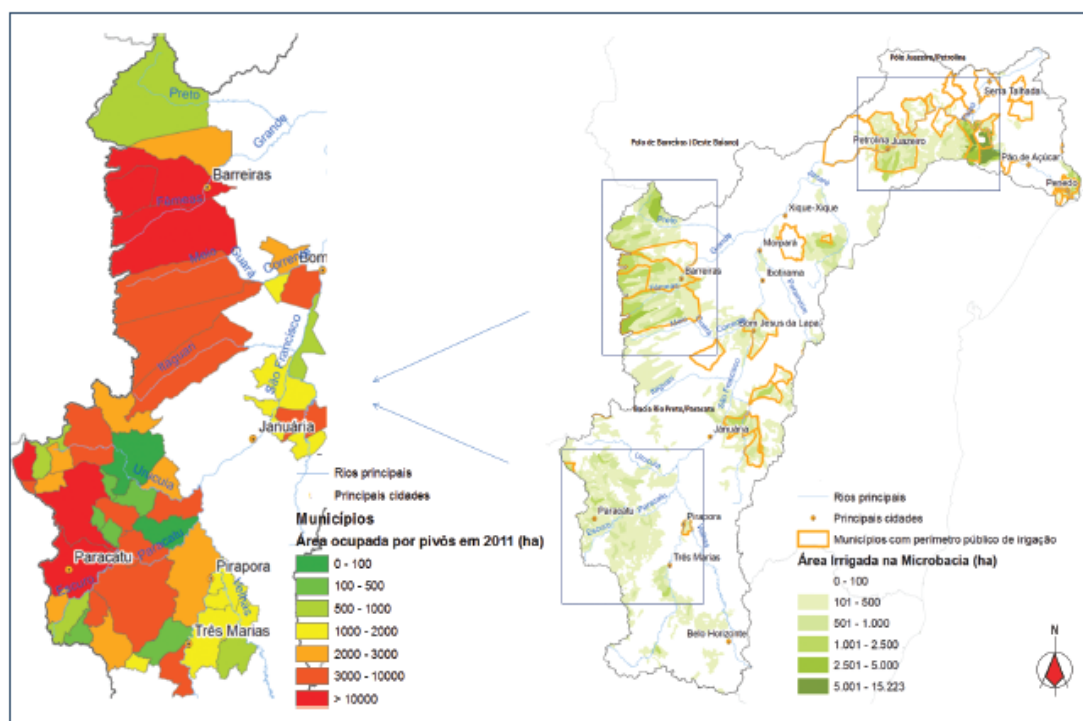


Figura 11- Área irrigada, perímetros públicos de irrigação e concentração de pivôs.
Fonte: ANA (2015).

A vazão de retirada na região hidrográfica do São Francisco, de 2006 a 2012, passou de 190,8 m³/s para 279,8 m³/s. O principal responsável por esse incremento foi o uso para irrigação, que praticamente dobrou neste período. Em 2006, alocava 123,3 m³/s, passando em 2010 para 213,7 m³/s, ou seja, um incremento de 73% em 4 anos. Uma outra questão também demanda uma reflexão: os aspectos climáticos e o cenário de longo período de estiagem no qual se encontra esta região hidrográfica²⁸. Desde o início da estiagem de 2010, não ocorreram restrições ou mesmo uma redução na emissão das outorgas concedidas.

Na verdade, ocorreu um incremento significativo de emissão de outorgas num momento de escassez hídrica. Em parte, tal situação aponta para a baixa atuação (efetividade) do comitê, no sentido de diminuir a pressão sob os estoques hídricos da bacia. Se uma das atribuições do CBHSF é administrar os conflitos ocorridos devido aos usos múltiplos da água, como esta instituição administra a escassez? Como expectador das emissões de outorgas concedidas pela ANA ou como agente proativo na gestão? O CBHSF deveria estar equacionando a pressão dos diversos interesses de uso, particularmente os exercidos pelos setores agrícolas e pelo setor hidroelétrico para a produção de energia.

Segundo ANA/GEF/PNUMA/OEA (2004), o aproveitamento hidroelétrico na bacia do Rio São Francisco está distribuído em 18 usinas, sendo sete usinas na região Sudeste e 11 na região Nordeste (Quadro 2). Ressalta-se que a maioria desses projetos de geração de energia historicamente foi concretizada quando não havia uma legislação ambiental. O passivo gerado traz consequências das mais diversas formas, principalmente para as populações deslocadas e que se encontram na jusante das barragens.

Das 11 usinas instaladas na bacia do Rio São Francisco e situadas na região Nordeste, sete pertencem à região do Submédio. A primeira de todas as usinas do Rio São Francisco encontra-se desativada. Angiquinho foi idealizada pelo comerciante e industrial Delmiro Gouveia e construída para fornecer energia para atender a uma fábrica de linhas Gouveia. Segundo a MELLO (2011, p. 102),

em 1913 entra em operação a primeira hidroelétrica do Nordeste Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia na margem alagoana da cachoeira de Paulo Afonso, com 1,1 MW instalados. A casa de força foi implantada no trecho médio da escarpa granítica da margem esquerda do salto principal. A energia produzida era direcionada para a fábrica de linhas e para a vila residencial na localidade de Pedra, hoje Delmiro Gouveia (MELLO, 2011, p.102).

²⁸ Regiões hidrográficas e bacias hidrográficas são sinônimos.

Apesar de o uso para geração de eletricidade ser o maior responsável pelos conflitos de usos múltiplos, a concessão da outorga para esse tipo de atividade não gera recursos diretos à arrecadação da ANA e o devido repasse para o CBHSF. Tais recursos poderiam corrigir ou minimizar os impactos decorrentes da regularização do rio a partir das barragens. É necessário ressaltar que a CHESF paga um valor²⁹ de baixa estimativa ante os impactos socioambientais gerados pela atividade, notoriamente na região fisiográfica do Baixo São Francisco.

Usina ¹	Prop ¹	Rio ¹	UF ¹	Potência ¹ MW	EnFirme Mwmed	EAsseg Mwmed	Subsistem a ¹	NA Max ¹	NA Min ¹	VolMax hm ³	VolMin hm ³
Cajuru	Cemig	Pará	MG	7,2	3,73	3,86 ⁴	Sudeste	753,0	745,0	192	60
Gafanhoto	Cemig	Pará	MG	12,88	6,84	6,68 ⁴	Sudeste	708,0	708,0	4,2	4,2
Três Marias	Cemig	S. Francisco	MG	396,0	254,62	239 ³	Sudeste	572,5	549,2	19.528	4.250
Rio de Pedras	Cemig	Velhas	MG	9,28	5,0	4,6 ⁴	Sudeste	898,0	886,0	24,2	6,5
Paraúna	Cemig	Paraúna	MG	4,08	3,72	1,9 ⁴	Sudeste	638,0	638,0	1,4	1,4
Queimado	Cemig	Preto	MG/GO	105,0	58,0	58,0 ⁵	Sudeste	829,0	811,0	540	85,7
Pandeiros	Cemig	Pandeiros	MG	4,2	2,10	2,07 ⁴	Sudeste	489,5			
Total subsistema Sudeste				538,64	334,01	316,11					
Correntina	Coelba	Correntina	BA	9,0	7,0	8,0 ⁴	Nordeste	498,0	497,0	0,1	0,1
Alto Fêmeas 1	Coelba	Das Fêmeas	BA	10,0	8,26	9,0 ⁴	Nordeste	619,8	619,2	0,0	0,0
Sobradinho	Chesf	S. Francisco	BA	1.050,0	543,3	531 ³	Nordeste	392,5	380,5	34.116	5.447
Itaparica	Chesf	S. Francisco	PE/BA	1.500,0	1.004,22	959 ³	Nordeste	304,0	299,0	10.782	7.234
Apolônio Sales	Chesf	S. Francisco	AL/BA	400,0	263,63		Nordeste	251,5	251,5	1.226	1.226
Paulo Afonso 1	Chesf	S. Francisco	BA	180,0	118,7		Nordeste	230,3	230,3	26	26
Paulo Afonso 2	Chesf	S. Francisco	BA	445,0	291,94	2.225 ³	Nordeste	230,3	230,3	26	26
Paulo Afonso 3	Chesf	S. Francisco	BA	800,0	527,26		Nordeste	230,3	230,3	26	26
Paulo Afonso 4	Chesf	S. Francisco	BA	2.460,0	1081,0		Nordeste	251,5	251,5	121	121
PA Piloto	Chesf	S. Francisco	BA	2,0	0,30	-----	Nordeste	229,5	228,8		
Xingo	Chesf	S. Francisco	AL/SE	3.000,0	2.124,22	2.139 ³	Nordeste	138,0	138,0	3.800	3.800
Total subsistema Nordeste				9.856,0	5.969,83	5.871,0					
Total geral				10.394,64	6.303,84	6.187,1					

Quadro 2- Aproveitamento Hidroelétrico na Bacia do Rio São Francisco.
 Fonte: ANA/GEF/PNUMA/OEA (2004).
 Onde: 1 – Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro – SIPOT, versão Dina 2002, 2 – valores calculados a partir dos valores em GWh do SIPOT, 3 - resolução ANEEL n. 453, de 08 de dezembro de 1998, 4 - resolução ANEEL n. 169, de 03 de maio de 2001, 5 - contrato de concessão n. 06/1997.

Diante do exposto neste tópico, percebe-se, ao longo da formação espacial, que existe uma relação intrínseca da socioeconomia São Franciscana com a dinâmica hídrica. A base econômica do Vale do São Francisco e de todas as políticas direcionadas ao crescimento econômico da região promoveram, ao longo de sua existência, por um lado,

²⁹ “[...]. Desde 1988, a Chesf repassa, diretamente para os Estados e os municípios da Bacia do São Francisco, 6% do seu faturamento bruto, o equivalente a R\$ 90 milhões por ano. É um dinheiro que, segundo a Lei, deve ser obrigatoriamente aplicado em ações de revitalização do rio” (PATRIOTA, 2014, p. 33-34).

socioeconomia local e, por outro, a destruição das riquezas naturais pela extração predatória dos recursos hídricos. Num paradoxo de extremos de riqueza e pobreza, chancelado pelo Estado em favor do capital privado e em detrimento das populações beradeiras do Vale do São Francisco. Para melhor compreender esta relação, no tópico a seguir, será apresentada uma breve caracterização da área de estudo.

1.2 A socioeconomia da bacia do Rio São Francisco

Em termos de população total da bacia, segundo dados do IBGE de 2013, é de aproximadamente 14,2 milhões de habitantes, cerca de metade localizada na região do Alto São Francisco (Tabela 1), onde se localiza a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Caracteriza-se por possuir população predominantemente urbana, representada por 77% do total de seus habitantes. A densidade populacional média na RH São Francisco é de 22,4 hab./Km², igual à média brasileira.

Bacia Hidrográfica	Área (ha)	Sedes municipais (nº)	Pop. Urbana (nº)	Pop. Rural (nº)	Pop. Total (nº)
Alto São Francisco	100.085	151	6.706.784	368.803	7.075.587
Médio São Francisco	402.491	156	2.189.862	1.349.447	3.539.309
Sub-médio São Francisco	110.473	73	1.340.371	893.532	2.233.903
Baixo São Francisco	25.417	72	775.351	665.803	1.441.154
RH São Francisco	638.466	452	11.012.368	3.277.585	14.289.953

Tabela 1 - População da BHSF.

Fonte: - ANA Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras.2015/Censo 2010.

Como se pode perceber, a população é predominantemente urbana: 50% da população da Bacia vive em 14 municípios com população urbana maior que 100.000 habitantes, localizados nos estados de Minas Gerais (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, Divinópolis, Ibirité e Sabará), Bahia (Juazeiro e Barreiras), Alagoas (Arapiraca) e Pernambuco (Petrolina).

Dentre as cidades com população acima de 50.000 habitantes (IBGE, 2010), destacam-se: Belo Horizonte/MG (2.375.151 hab.), Petrolina/PE (293.962 hab.), Juazeiro/PE (197.965 hab.), Barreiras/BA (137.427 hab.), Paracatu/MG (84.718 hab.),

Serra Talhada/PE (79.232 hab.), Pirapora/MG (49.970 hab.) e Penedo/AL (52.385 hab.). Somente três Municípios da região semiárida têm população superior a 100.000 habitantes: Petrolina (PE), Arapiraca (AL) e Juazeiro (BA).

A bacia possui um mosaico de contrastes socioeconômicos, abrangendo áreas de acentuada riqueza e alta densidade demográfica em contraposição a áreas de pobreza crítica e população bastante dispersa. De acordo com os dados do IBGE, em 2000, 12.823.031 indivíduos habitavam a bacia hidrográfica do São Francisco. Em 2011, essa população foi estimada em 18.219.575 habitantes, distribuídos em 505 municípios. Segundo o IBGE³⁰ (2009):

No período de 1991 a 2000, a taxa média geométrica de crescimento anual da população (1,68%) da região foi ligeiramente superior à média nacional (1,5%). Mais de 70% dos municípios registram crescimentos abaixo da média nacional, sendo que 23,5% tiveram perda de população, no período 1991/2000. Em números absolutos, a população cresceu de cerca de 13,4 milhões para 16,1 milhões de habitantes. Na região, a população urbana passou de 69,0%, em 1991, para 75,9%, no ano 2000. A população da região concentra-se no sudoeste de Minas Gerais, no Distrito Federal e em Alagoas, enquanto as menores densidades demográficas ocorrem na porção oeste, tanto na Bahia quanto em Minas Gerais, além de algumas áreas em Pernambuco. Esses espaços de baixa densidade demográfica correspondem tanto às pequenas propriedades agropecuárias tradicionais do sertão nordestino quanto às áreas de agricultura moderna, que demandam pouca mão de obra.

No atlas do censo demográfico do IBGE do ano de 2010, especificamente no mapa da dinâmica do crescimento populacional, de 2000-2010, por microrregiões, pode-se perceber a expansão da fronteira agrícola e a intensa taxa média geométrica de crescimento da população nas regiões hidroagrícolas. Destaca-se a expansão do agronegócio na região Norte do país, no oeste baiano como possíveis dinamizadores das migrações em busca de postos de trabalho. No Nordeste, a maior expressão de crescimento populacional encontra-se justamente na região onde foram implantados projetos hidroagrícolas (Figura 12).

O desenvolvimento econômico regional e os usos das águas se “estruturaram” em polos de desenvolvimento industrial e agrícola, instalados em pequenos municípios de baixa dinâmica demográfica e de características eminentemente rurais. O povoado de Mimoso do Oeste é um exemplo recente dessa dinâmica. Em 1997, foi transformado em

³⁰ IBGE. **Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009 (n. 6). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4411915-Instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

distrito do município de Barreiras e, no ano de 2001, foi levado ao status de município Luís Eduardo Magalhães, localizados na região fisiográfica do médio e Submédio, respectivamente, fronteira agrícola da soja e algodão.

De acordo com IBGE (2002)³¹, a evolução da produção de soja no oeste da Bahia foi de 220.402 t, em 1990, para 1.508.115 t, em 2000, ou seja, um aumento de 584,26%. A área plantada de soja na safra 2011/12 foi de 1.150.000 ha, com incremento de 5% em relação ao ciclo anterior de 1.100.000 ha.

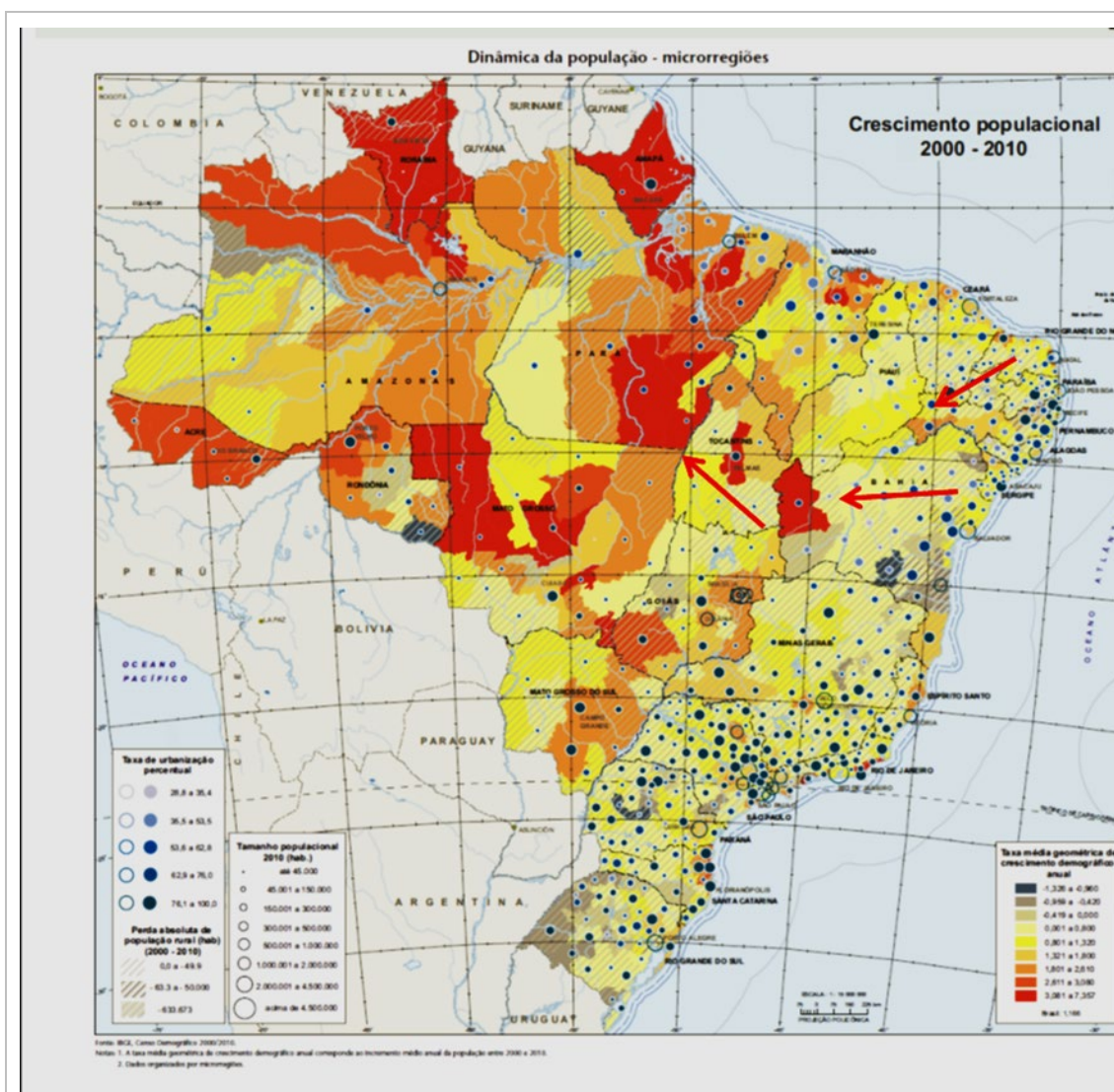


Figura 12 - Mapa da dinâmica populacional por microrregiões- Crescimento 2000-2010.
 Fonte: IBGE - Atlas do Censo Demográfico -2010.

³¹ Citado no documento da AIBA (2012).

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB indicam que a Bahia plantou uma área de 417,5 mil ha de algodão em 2012. Grande parte desta produção é destinada ao grupo Companhia de Tecidos do Norte de Minas (COTEMINAS), maior fiadora do mundo com sede em Campina Grande (PB). A cotonicultura no cerrado do oeste baiano passou a ser uma atividade de elevado nível tecnológico e empresarial, com extensa área de produção. Nesse sentido, o cenário de vulnerabilidade ambiental e social na ocupação da bacia do Rio São Francisco foram se estabelecendo por meio da tutela do Estado, através dos incentivos fiscais e estruturais de um modelo agroexportador³², comprometendo a sustentabilidade hídrica da bacia.

Quanto à disponibilidade hídrica da Bacia do Rio São Francisco, há regiões que apresentam deficiências de água utilizável pela sociedade em quantidade e qualidade, principalmente em grandes concentrações urbanas e densidade populacional³³. A pressão sobre a qualidade e a quantidade ocorre por meio do crescente desmatamento decorrente dos processos de urbanização, expansão agrícola e industrial.

Do ponto de vista urbano, a qualidade da água está diretamente relacionada à elevada carga orgânica e à poluição industrial. A diminuição da vazão reduz a capacidade de diluição dos poluentes e incide na concentração de material orgânico. Novamente, salienta-se a importância dos volumes disponibilizados para o Baixo SF, pois, com o rio regularizado pelas barragens, quem opera a vazão é a CHESF³⁴.

Para se ter uma ideia dos prejuízos à saúde causados por esta realidade, no período crítico de baixa vazão em 2013, foram contabilizados, no final de julho, 50 óbitos em Alagoas decorrentes da falta de tratamento de água contaminada e da má conservação dos tanques, além da água distribuída por carros-pipa, que propiciam doenças de vinculação hídrica. De acordo a Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde de Alagoas³⁵, nos seis primeiros meses de 2013, ocorreu quase o dobro dos casos registrados no mesmo período do ano passado, quando foram contabilizadas 45.633 ocorrências.

³² PROALBA – Programa de Incentivo à Cultura do Algodão na região Oeste do Estado da Bahia. Através deste programa, o produtor fica inserido na cadeia do agronegócio do algodão, contemplado por ações de pesquisa, transferências de tecnologia, defesa fitossanitária e infraestrutura suficiente para a implantação de um parque fabril de máquinas e equipamentos têxteis. Atualmente, há 20 municípios da região Oeste beneficiados pelo programa.

³³ A carga orgânica de esgoto doméstico urbano é de 499 t DBO/dia corresponde a 7,8% do País. Fonte: MMA (2006a, p. 56).

³⁴ Até o patamar considerado como “vazão ecológica” de 1.300 mts³/s, a Chesf pode operar mediante sua necessidade. Em abril de 2013, solicitou praticar vazões menores, na base de 1.100 mts³/s, o que foi devidamente autorizado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA.

³⁵ Maiores detalhes estão disponíveis em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-04/agua-distribuida-por-carros-pipa-em-alagoas-pode-ter-matado-37-pessoas>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

Apesar de o uso para geração de eletricidade ser o maior responsável pelos conflitos de usos múltiplos, nesta percepção, a concessão da outorga para esse tipo de atividade não gera recursos diretos para que possam ser corrigidos ou minimizados os impactos decorrentes da regularização do rio a partir das barragens. É necessário ressaltar que a CHESF paga um valor de baixa estimativa ante os impactos socioambientais gerados pela atividade, notoriamente na região fisiográfica do Baixo São Francisco.

Um dos importantes vetores da construção do tecido socioespacial da bacia do Rio São Francisco foi a utilização de suas águas para a navegação. Desde o descobrimento e a exploração comercial da coroa portuguesa, o Rio São Francisco sempre teve um papel de grande importância para a circulação de mercadorias de forma a dinamizar a economia ao longo de seu leito a partir do século XVI. A navegabilidade sempre esteve como elemento essencial até o terceiro quartel do século XX, quando as políticas de desenvolvimento mudaram a lógica do deslocamento das pessoas e das mercadorias ao investir maciçamente na malha rodoviária do país, levando à quase extinção dos transportes fluvial e ferroviário.

No que se refere ao transporte hidroviário, o Rio São Francisco apresenta dois principais trechos: o primeiro entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), com 1.371 Km navegáveis, e o segundo, com 208 Km, entre Piranhas (AL) e a foz do rio. Este último trecho tem, nas barragens e no assoreamento do rio, os maiores obstáculos para a navegação comercial.

No total, são quase 1.600 Km navegáveis na calha do rio, ao quais se pode acrescentar outros 700 Km em seus afluentes (Rio Paracatu - 104 Km, Rio Corrente - 155 Km, Rio Grande - 351 Km e Rio das Velhas - 90 Km). Contudo, a partir de 2013, a navegabilidade neste trecho ficou bastante comprometida devido ao longo período de estiagem que ocorreu de 2010 a 2014.

Em virtude do quadro que apresentava a hidrovia, no ano de 2013, foi elaborada uma nota técnica informando o cenário de navegabilidade, provocado não só pela estiagem, mas também pela operacionalização das barragens para produção de energia, que racionaram a vazão decorrente para este fim.

Segundo o Superintendente da AHSFRA/CODOMAR, a parte navegável do Rio São Francisco pode ser dividida em quatro sub-trechos (Figura 13), os quais possuem diferentes características:

- No trecho entre Pirapora (MG) – PK 1982 e Ibotirama (BA) – Denominado tecnicamente de trecho PK 1263, o rio pode ser navegável

em corrente livre, dependendo das condições hidrológicas, bem como da operação da UHE de Três Marias;

- Entre Ibotirama (BA) e Pilão Arcado Velho (BA) – Denominado PK 1263 PK 967, navegado em corrente livre, com lâmina d’água dependente das condições hidrológicas da bacia hidrográfica;
- Entre Pilão Arcado Velho (BA) – Denominado PK 967 e a Barragem de Sobradinho – PK 732, de navegação lacustre³⁶;
- Entre Sobradinho – Denominado PK 732 e Juazeiro-BA/Petrolina (PE) – chamado de PK 690, navegado em corrente livre, com lâmina d’água dependente das descargas praticadas na UHE Sobradinho;
- Sub-trecho Pirapora (MG) – Denominado PK 1982, a Ibotirama (BA) – PK 1263, trecho com cerca de 720 Km de extensão, com inúmeros baixios e pedrais. Este sub-trecho apresenta leito de fundo móvel, com migração acentuada de bancos de areia.

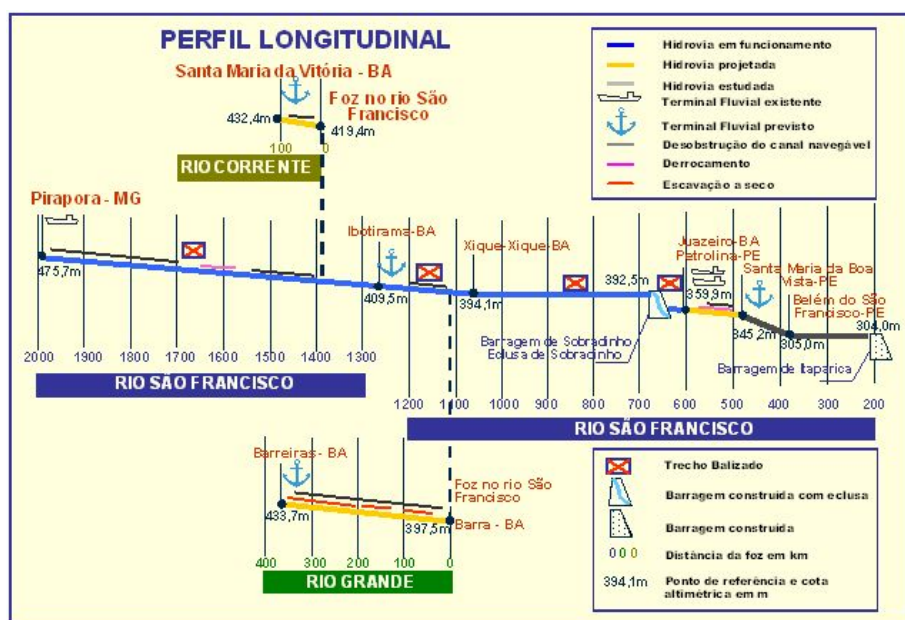


Figura 13- Perfil Longitudinal das Hidrovias dos Rios São Francisco, Corrente e Grande.

Fonte: MT (2011)

³⁶ Nas margens ou nas águas de um lago.

Apesar desta descrição da hidrovia, na atualidade, sua navegabilidade se encontra tão comprometida que um estudo foi encomendado pelo Governo do Estado da Bahia e realizado pelo Banco Mundial, no intuito de justificar investimentos para reativar e modernizar a hidrovia, interligando-a a outros modais do entorno, numa tentativa de diminuir o “*custo Brasil*”³⁷. Segundo a CODEVASF³⁸ (2013),

de acordo com o Banco Mundial, o Corredor Multimodal do rio São Francisco tem potencial para reduzir custos logísticos no fluxo de cargas de regiões como o Oeste baiano em pelo menos 15%, consideradas as atuais condições de navegação e infraestrutura na área do rio São Francisco. Analistas do Banco afirmam que os ganhos poderiam ser ampliados significativamente, além dos 15%, com a implantação de melhorias sugeridas em relatório recente da instituição. Na avaliação do Banco, o custo do milho, por exemplo, pode ser reduzido, em média, de R\$ 200 para R\$ 170 por tonelada em uma rota hipotética do Oeste baiano até João Pessoa (PB), nas atuais condições de navegação da hidrovia. O custo do trecho rodoviário no Corredor, no entanto, ainda representaria 74% do frete total, dado que o percurso compreende 1.200 Km de rodovia e 600 Km de rodovia. Por esta razão o projeto propõe o estabelecimento de novas rotas ferroviárias, entre elas um ramal entre Petrolina (PE) e Salgueiro (PE).

O rio, que, em sua história, foi navegável, deixa de ser, fato proporcionado pela lógica de priorização da produção de energia e do uso da água para o agronegócio. A difícil tarefa de conciliação dos usos múltiplos aponta para a necessidade de investimentos vultosos para retomar a logística das hidrovias e ferrovias como figurou no passado. Na lógica do capital, primeiro é preciso destruir para construir uma nova demanda. **(Releia esse parágrafo e veja se é isso mesmo, pois final ta meio solto)**

1.3 Os novos caminhos produtivos e logísticos do “velho” São Francisco

Mais uma “reedição” de política de transporte está em curso. Diante do assoreamento do rio e de o “custo Brasil” ser bastante elevado, o Banco Mundial, a pedido do Governo do Estado da Bahia, elaborou, no ano de 2013, uma série de estudos para viabilizar a logística produtiva, formando novos corredores hídricos interligados

³⁷ O Custo Brasil é uma expressão utilizada no país relacionada ao custo de se investir em atividades produtivas e nossa baixa competitividade, principalmente por dois fatores críticos: a carga tributária e a logística.

³⁸ CODEVASF. **Importância da reativação da hidrovia do São Francisco é destacada durante abertura de Seminário em Salvador.** 31 jan. 2013. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/importancia-de-reativacao-da-hidrovia-do-sao-francisco-e-destacada-durante-abertura-de-seminario-em-salvador/>. Acesso em: 25 jan. 2016.

principalmente com a ferrovia Transnordestina (em execução) e a Ferrovia da Integração Oeste Leste (FIOL). Trata-se do corredor multimodal do Rio São Francisco, inserido no Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT).

Segundo o Ministério dos Transportes (MT, 2011, p. 12), a principal meta do PNLT é “dar maior equilíbrio à repartição modal, com a redução do modal rodoviário e aumento da participação relativa dos modais aquaviário e ferroviário”. Já que mais da metade da distribuição da matriz modal do transporte regional de carga estava concentrada no transporte rodoviário, com 52% do total.

No portfólio dos projetos do PNLT de 2011, estavam previstas intervenções para a melhoria da hidrovia já existente no rio, explorada por uma única empresa, a ICOFORT.

Os investimentos de curto, médio e longo prazo previstos no plano estratégico hidroviário para o São Francisco estão na ordem de 5,4 bilhões. Apesar de o Ministério dos Transportes justificar tais investimentos para melhor distribuição da matriz modal, sabe-se que as melhorias previstas para o corredor do São Francisco virão para atender principalmente à produção no oeste baiano, incluindo soja, milho e algodão (Figura 14).

A produção da soja envolve três principais subprodutos: grão, farelo e óleo. O oeste baiano é o maior polo gerador de carga de óleo de soja, aproximadamente 350 mil toneladas. Os fluxos mais significativos são o consumo regional, direcionados para os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Bahia. Já o farelo de soja gera carga de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas. O milho tem como maiores produtores no Nordeste o oeste baiano. Produz cerca de 1,5 milhão de toneladas, ficando em segundo o estado de Sergipe, que produz aproximadamente 500 mil toneladas. Ambas as produções são destinadas principalmente ao consumo regional. Entre os principais fluxos de produção da região para a exportação, o Banco Mundial³⁹ estimou que em 2011/2012 representou:

1. 49% da produção de pluma de algodão;
2. 59% da produção de farelo de soja;
3. 93% da soja comercializada *in natura*;
4. 0% a 2% do caroço de algodão, do milho e do óleo de soja.

³⁹ BANCO MUNDIAL. **Projeto do corredor multimodal do Rio São Francisco: Sumário Executivo 2.2** (Análise das redes). Brasília: [s.n.], 2013.

Segundo o mesmo estudo para se transportar a produção da produção de 2011 do Oeste Baiano, foram necessários cerca de 5.501 bitrens e 4.104 rodotrens (Quadro 3). O cálculo feito pelo Banco Mundial ponderou o dimensionamento de frotas de veículos necessários:

[...] considerando os ciclos possíveis a serem realizados por mês, considerando veículos padrão o bitrem de 7 eixos e Peso Bruto Total Combinado de 57 toneladas (30,7 m³ ou 42.200 kg) e o rodotrem de 9 eixos, 25m de comprimento e PBTC de 74 toneladas (51,3 m³ ou 56.900 kg). Os dados operacionais considerados foram uma distância de 1.000 Km, velocidade média na estrada de 60 Km/h, 5 horas para carregamento e expedição, 8 horas para descarregamento, 30 dias úteis de operação por mês, 10 horas de jornada de trabalho (considerado 2h extras de trabalho diário). Densidades de carga: soja = 770 kg/m³; milho = 750 kg/m³; farelo de soja = 400 kg/m³; caroço de algodão = 300 kg/m³; algodão = 70 a 220 kg/m³; e algodão compactado = 450 kg/m³. Considerando também, os volumes de produtos agrícolas gerados em 2011 e transportados de forma homogênea em 12 meses [...] (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 12).

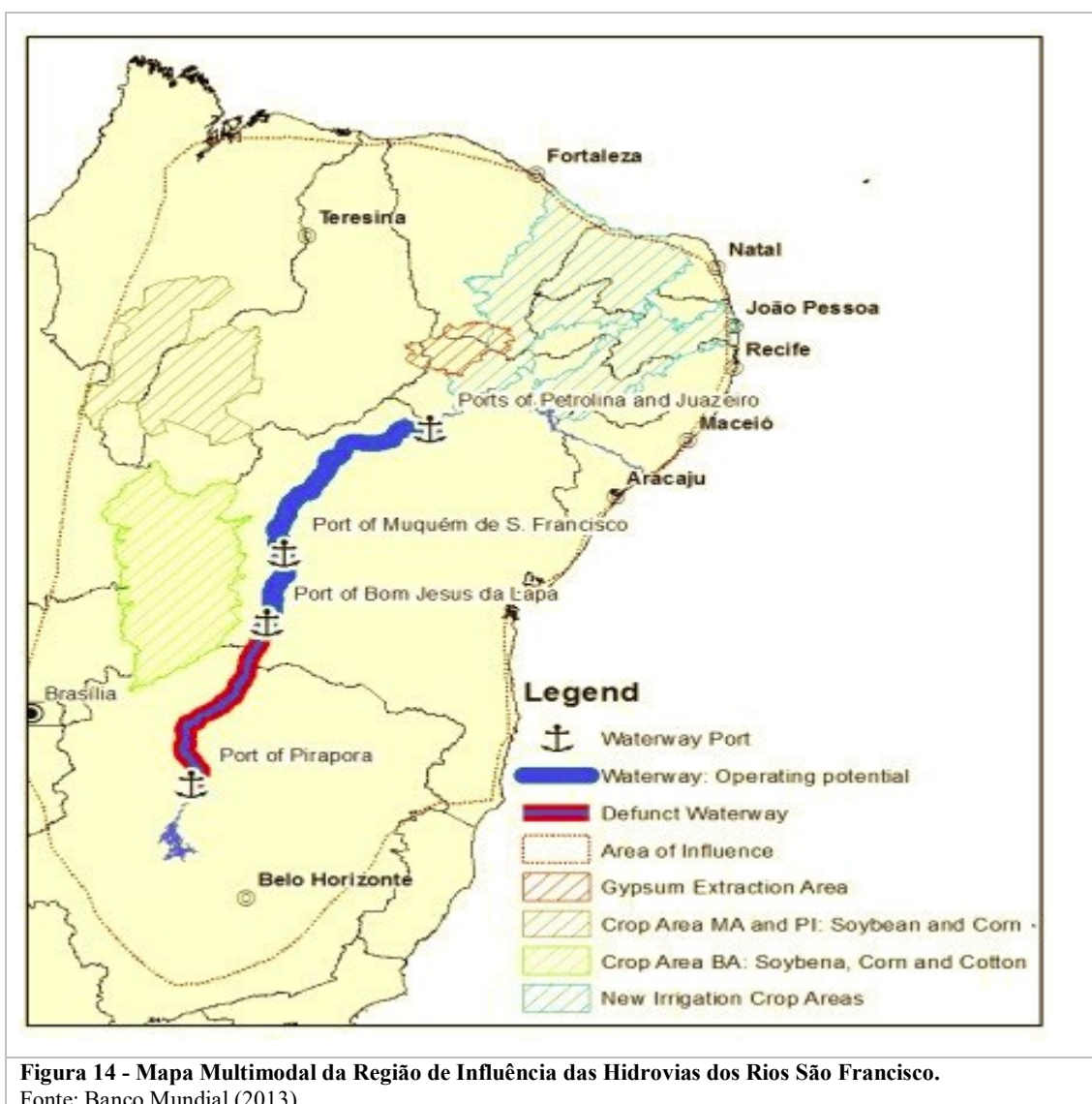
Produto	Volume (t/safra)	Número de Caminhões (12 meses)		Número de Caminhões (diário)		Número Veículos Equivalentes (VMD demanda)	
		Bitrem	Rodotrem	Bitrem	Rodotrem	Bitrem (5,10)	Rodotrem (6,44)
Caroço de Algodão	881,000	1360	816	294	177	1500	1140
Algodão em Pluma	300,000	695	379	150	82	765	528
Farelo de Soja	1,700,000	1968	1181	425	255	2169	1643
Soja	1,600,000	967	570	209	123	1067	793
Total:		4990	2946	1078	637	5501	4104

Quadro 3 - Perfil frota de caminhões necessários para safra 2011 e No. equivalente de veículos.
Fonte: Banco Mundial (2013).

O transporte pela hidrovia servirá para diminuir o fluxo de caminhões acima citado, bem como minimizar o “custo Brasil”, pois será complementado pelas ferrovias e rodovias, formando, assim, o complexo multimodal do Rio São Francisco, sob a administração da CODEVASF, composto por:

- FIOL:** Ilhéus – Barreiras – Figueirópolis (PNLT/PAC);
- Transnordestina:** Ramal Juazeiro/Petrolina a Parnamirim/Salgueiro/Suape (PNLT);
- Lucas do Rio Verde (MT) – Uruaçu (GO) – Corinto (MG)**, passando por Pirapora (Programa de investimentos em logística: rodovias e ferrovias).

O desenho logístico está direcionado para o escoamento da produção, principalmente o originário do oeste baiano. São eles: soja, farelo de soja, óleo de soja, algodão (pluma e caroço), milho, gesso agrícola/gipsita, calcário e combustíveis (diesel, etanol e gasolina), na área de influência do corredor do Rio São Francisco (Figura 14).



Os estudos elaborados pelo Banco Mundial (BM) foram apresentados ao CBHSF em duas ocasiões: Uma delas em Salvador, quando foram convidados o Presidente do Comitê, Anivaldo Miranda, e a nossa representação da UFRPE, enquanto vice-presidente. A segunda oportunidade ocorreu durante a plenária, a todos os membros do CBHSF. Os documentos apresentados foram os sumários executivos do enquadramento legal da hidrovia, da análise de rede de transporte, da análise do fluxo de cargas e da cadeia logística.

Neles, pôde-se perceber que o *Corredor Multimodal* foi elaborado para atender principalmente às necessidades de escoamento da produção e da compra de insumos da região de maior produção do agronegócio do Nordeste, o oeste baiano. Em nenhum dos

documentos, foi registrada a possibilidade de aproveitamento da mão-de-obra local para o incremento logístico da hidrovia ou mesmo das principais ferrovias, a Transnordestina e a FIOL. Como pensar em viabilizar a bacia do Rio São Francisco em seu trecho navegável, de Pirapora (MG) até Juazeiro (BA) do corredor multimodal, se não existe água suficiente para tal propósito. Seria necessário não apenas a dragagem do rio; deve-se também viabilizar a revitalização do rio, cujo projeto encontra-se em andamento há cerca de dez anos. Caso contrário, a manutenção da hidrovia em termo de dragagem será uma constante.

Entre 2007 e 2015, mais de R\$ 2,4 bilhões foram investidos em ações de revitalização da bacia do Rio São Francisco. Porém, não são percebidas melhorias na disponibilidade hídrica. Prova disto é que, na região fisiográfica do Submédio, os volumes do Lago de Sobradinho chegaram a 1,6% da sua capacidade.

Revitalizar significa recuperar, conservar e preservar ambientalmente por meio da implementação de ações que deveriam ser integradas, no intuito de promover o uso sustentável dos recursos naturais. A prioridade das ações de revitalização deveria focar na “produção de água”, viabilizada para incentivar pequenos produtores, inseridos em minifúndios para a proteção das nascentes, de forma a gerar renda e garantir estoques sustentáveis deste recurso. A gestão sustentável da água da bacia do Rio São Francisco só acontecerá de fato quando a política de controle e poder territorial deixar de ser centralizada e instrumentada para atender à demanda do capital.

Notadamente, trata-se de mais uma edição de políticas que não enxergam as populações tradicionais às margens do rio, os beraderos. As políticas promovidas para o desenvolvimento do Vale do São Francisco, de melhoria da infraestrutura necessária ao escoamento da produção agrícola, na atualidade, tendem a perpetuar uma nova roupagem, o poder dos coronéis historicamente construído no Nordeste brasileiro. Verdadeiros “donatários” desta região, os coronéis exerciam o domínio territorial por coerção e violência, viabilizada inclusive pela escassez hídrica, em um fenômeno dialético de dependência das comunidades locais e assistencialismo, sem romper com os padrões de controle.

No próximo capítulo, procuraremos compreender como foi construído o domínio da água no Nordeste brasileiro desde o tempo dos coronéis até a atualidade, com o controle político e territorial da água exercido pelo CBHSF após a vigência da Lei n. 9.433/97. O caminho está trilhado em temporalidades diferentes, mas que possuem como pano de fundo o poder de cada sujeito/grupo para dominar o território.

CAPÍTULO 2

**O CONTROLE DA ÁGUA NO NORDESTE
BRASILEIRO: DO CORONELISMO AO COMITÊ
DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO**

2.0 - O CONTROLE DA ÁGUA NO NORDESTE BRASILEIRO: DO CORONELISMO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO

O Brasil é reconhecidamente um país continental, constituído por uma sociedade formada por um mosaico cultural, com características peculiares e particulares. Nesse sentido, a trama social possibilita várias leituras, ou seja, perceber os vários “brasis” no mesmo país, entre eles, o “Brasil Nordeste”. O Nordeste brasileiro é resultado das lógicas de poder que permearam e permeiam inúmeras ações e as políticas públicas, historicamente concretizadas no espaço nordestino.

As políticas atendem às necessidades da reprodução do capital por meio dos agentes detentores do poder. São várias as formas pelas quais se apresenta este poder. Entre elas, temos o processo de coerção do capital para com o trabalhador, camponeses presentes nas comunidades locais. Tal processo faz parte do legado histórico dessas comunidades, revela sua fragilidade e desvela a ordem do poder local.

Na realidade nordestina, a população reconhece a existência de oligarquias que deliberam quase todas as práticas políticas, econômicas, sociais e “legais”, exercendo-as através da coerção, com domínio do território. A dimensão sociopolítica e cultural do Nordeste brasileiro é bastante distinta de outras regiões. Nesta região do Brasil, as estratégias de dominação são historicamente marcadas não apenas pelo domínio econômico de uma classe que é oligárquica, mas também por convenções impostas, muitas vezes pela força e violência, pelos chamados “coronéis”, ícones de práticas coercitivas do universo nordestino. Para Castro (1994, p. 07),

o mandonismo e a organização oligárquica são instrumentos políticos bastante familiares ao exercício do poder na escala local e conhecida dos habitantes do sertão nordestino, que deles extraem o que podem, e sua manifestação é evidente nos períodos eleitorais, quando suas práticas adquirem visibilidade nacional. O poder político formal que surge destas práticas incorpora-as e tem por tarefa essencial de sobrevivência a sua reprodução.

Exercer a coerção econômica, política e social para atender a interesses particulares e de concentração de poder assume, ao longo da história, diversos formatos no Nordeste brasileiro. As práticas políticas geram uma rede de conhecimento de bastidores que faz emergir, por parte poder hegemônico instalado, diversas políticas

direcionadas para a acumulação de capital e perpetuação do poder oligárquico nesta região.

Um adendo interessante é constatar que práticas relacionadas a mecanismos de controle e crenças relativas à água estão encravadas no processo histórico de formação das civilizações. No passado, gerir a água para as civilizações aborígenes Pilagás e Wichis, do Chaco Paraguai, significava, entre outros aspectos, proibir mulheres que estivessem em seu ciclo menstrual de ter contato com qualquer fonte de água, pois se acreditava que tal contato poderia poluir a fonte. Não obedecer a tal regra das leis da tribo significava a morte da transgressora (VARGAS; PINEYRO, 2005, p. 85). Os sacrifícios serviam como compensações e/ou agradecimentos na crença desses povos (TORRES, 2007). Shama (1996, p. 263) acredita que “a relação entre sacrifício, propiciação e abundância fluvial parece ter ocorrido em todas as grandes culturas da Antiguidade que giravam em torno dos rios”.

À medida que novos mecanismos de “sacrifício” foram criados no discurso e nas práticas nordestinas, houve um incremento das desigualdades regionais. Foram lançadas novas estratégias de controle por parte das oligarquias. Dentre elas, o poder de escolha de quem vai ter acesso à água. No início do século passado, o controle social era feito com a apreensão do título de eleitor ou do controle da votação, o chamado “voto de cabresto”. Conforme Santos (2006, p. 04),

a partir da instalação da chamada Primeira República (1889-1930), estes coronéis incrementaram sua estrutura de poder baseados num sistema eleitoral que não previa a votação secreta. A dependência dos trabalhadores rurais em relação aos coronéis e a possibilidade de conferência dos votos criaram uma situação na qual o “voto de cabresto” era praticamente obrigatório. Desta forma, os coronéis municipais se aliavam às oligarquias estaduais, representadas principalmente pelos governadores, e estas ao Governo Federal, numa intensa rede de favores.

A formação dessa coercitiva estratégia “coronelistas” teve sua origem na insegurança geral no período colonial, que justificou a práxis dos fazendeiros em exercerem “militância própria”. Por isso, nesta região, as práticas de coerção são incorporadas no cotidiano, na cultura local, e ganham aspectos de convenções traçadas e marcadas pelo poderio local. A coerção por violência e o acatamento por medo se tornaram elementos ainda mais concentradores de poder e riqueza no Nordeste brasileiro.

As limitações físicas de escassez hídrica, entre outros fatores, justificam historicamente a construção de uma cultura de submissão política às ordens dos coronéis.

Nos períodos de seca profunda, o controle social ainda ficava mais gritante. A garantia da perpetuação de um estado de miséria, no qual os coronéis disponibilizavam uma condição mínima que garantisse a subsistência do seu curral eleitoral, era suporte para cada concentração econômica do poderio local no início do século. Segundo Vilaça (2003, p. 42), um coronel seria

chefe político, árbitro social e fonte de coerção, aceita e incorpora, até com desvanecimento, influências externas, que sem o diminuir, como que institucionalizam seu domínio nas figuras do prefeito, do juiz, do delegado submetidos à sua discricção, e que promovem e alastram sua fama [...].

O livro de Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, sintetiza algumas das formas como os coronéis se perpetuaram no poder ao longo do século passado, pois

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...]. Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema “coronelistas”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1997, p. 40).

Para entender como as oligarquias nordestinas adquiriram esse poder sobre as populações locais e de que forma tal poder influencia a análise do tema em estudo, buscou-se, na história da formação do Nordeste, elementos que apontassem a origem do poder dessas oligarquias.

Segundo Andrade (1980), a formação da “cabrada⁴⁰” ocorria pela ausência de uma “aparelhagem policial”, o que, por si só, já justificava a proteção e dominação dos fazendeiros. Dessa forma, o “prestígio político do fazendeiro” dava respaldo para que seus filhos e genros “doutores” assumissem cargos políticos.

A estratégia de exercer um poder hegemônico por parte das oligarquias se dava a partir da hierarquização escalonada do poder político representativo. Primeiro, as oligarquias assumiam cargos públicos eletivos em nível do poder local, nas câmaras de vereadores. Depois, assumiam cargos nas Assembleias Legislativas até chegar ao Senado Federal. As diferentes escalas de poder dão pistas da dominação exercida pelos coronéis

⁴⁰ Milícia civil que representava o poder armado dos coronéis.

de forma tentacular, resultando em favorecimentos políticos, materializadas nas áreas de escassez hídrica em políticas patriarcalistas.

Como exemplo clássico, temos as frentes de emergência, que propiciaram a construção de obras de açudagem em terras privadas com recursos públicos, que duplamente deixavam cativas as populações desta área. Ao garantir estoques privados de água, asseguram-se também como retroalimentadores da concentração de terras e capital do Nordeste.

A submissão da população ao poder local foi historicamente construída. Permanece, na atualidade, quase inalterada, embora com estratégias outras, inclusive incorporando estratégias de reprodução do trabalhador, como a “mobilidade do trabalho” e a “plasticidades do trabalho”⁴¹, também utilizadas para atender à demanda de uma nova lógica de fluidez do capital; consequentemente, para reforçar o poder das oligarquias nordestinas, que buscam sua manutenção e ampliação no modo capitalista de produção, vendo na mobilidade do trabalho a possibilidade de concretizar sua ampliação.

Segundo Thomaz Júnior (2007, p. 03),

a constante migração de atividades laborativas, condições de trabalho e vínculos territoriais no seu exercício cotidiano nos põe frente a frente à necessidade de apreendermos os elementos compósitos essenciais tanto em nível material quanto subjetivo do ser trabalhador. Está em questão captarmos as formas geográficas de externalização do trabalho, por meio de um movimento duplo, a um só tempo: a plasticidade existente entre as diferentes existências do trabalho (assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, informais, desempregados, etc.), e as capilaridades entre as esferas da convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural, etc). Poderíamos questionar as limitações para apreendermos as capilaridades existentes entre a cidade e o campo, ou mais precisamente, entre as formas de expressão do trabalho nessas duas manifestações do tecido social, ou ainda, os mecanismos que redimensionam as reflexões sobre o universo do trabalho, os movimentos operário e camponês, e os movimentos sociais como um todo, que fazem emergir em cena a questão do sujeito que trabalha.[...]. A vitalidade teórica que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, considerando seus *diferentes mundos*, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer que sua centralidade **além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, também exige que decifremos as diferentes identidades do ser que trabalha, no tempo e no espaço**, ou seja, é no interior da dinâmica geográfica que apreendemos a malha de relações que edifica os significados das lutas, das bandeiras de luta, das aspirações dos trabalhadores e dos movimentos sociais (nos campos e nas cidades), da mesma forma que os projetos transcontinentais da burguesia e do capital, para darem prosseguimento à dominação e controle sociais (Grifos nossos).

⁴¹ Para maiores detalhes, ler a interpretação de plasticidade do trabalho em Thomaz Júnior (2002).

Como a seca atingia de formas diferenciadas inclusive os grandes proprietários, esse momento de “dormência produtiva” e perda de capital com a morte dos rebanhos fazia com os fazendeiros buscassem politicamente recursos para alavancar a melhoria da infraestrutura particular das suas terras, utilizando como mão-de-obra as populações atingidas pela seca com o financiamento federal das frentes de emergência. Desse modo, o universo do trabalho em tempos de seca se resume a duas opções: migrar para outras regiões ou, caso exista a disponibilidade, sujeitar-se às jornadas de trabalho das *frentes de emergência*. Elucida Garcia (1984, p. 69):

Tão cíclicas quanto as secas foram as “ondas” de preocupação com o Nordeste por parte dos governos. Toda vez que a calamidade da seca torna a tensão social insustentável, alguém “descobre” que o Nordeste faz parte do Brasil e que as forças nacionais devem ser mobilizadas. Essa mobilização nacional, pregada no calor dos discursos e esquecida logo depois pela grande maioria, quase sempre se limitou a três tipos de medidas: eventuais campanhas de assistência (precária) aos flagelados, criação de frentes de emergência para a construção de açudes (que acabam secando) e abertura de estradas nem sempre necessárias. Mesmo quando foram tentadas medidas de maior porte como a criação da SUDENE, que através da industrialização ia levar o desenvolvimento ao Nordeste, ou a construção da Transamazônica, que pretendia facilitar a mobilidade dos migrantes nordestinos para a ocupação da Amazônia, poucos resultados se fizeram sentir.

Grande parte do legado histórico e geográfico descrito sobre o Nordeste brasileiro, suas restrições hídricas, seus costumes, entre outros, pode ser lida e analisada a partir da lente de José Américo de Almeida⁴², que se dedicou, dentre outras coisas, a estudar o fenômeno das secas. Ele aponta diversas características, potencialidades e problemas da gestão da água no Nordeste brasileiro. A partir de suas expedições e relatos, pode-se entender um dos momentos históricos da problemática da seca. Em seus escritos, o autor aborda diversos eixos de enfrentamento. Um deles é o modelo de fixação dos nordestinos em períodos de estiagem:

[...] o que se está fazendo é muito, mas é pouco, como plano de ação para os problemas do Nordeste. Há construções de caráter permanente que se beneficiam com o reforço de verbas e o excesso de mão de obra [...]. À oposição aos deslocamentos para concentrações produtivas em núcleos de trabalho organizados cabe a responsabilidade dessa fragmentação. É mais para matar a fome, como um movimento de salvação. [...] A estrada não é inútil. Se a Rio - Bahia se transformou num escoadouro das últimas reservas da região é

⁴² Renomado escritor paraibano, ex-governador da Paraíba, foi ministro da Viação e Obras Públicas e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele escreveu, entre outros, o livro *As secas do Nordeste* (1991).

por culpa de agenciadores impunes e ausência de uma organização de correntes de migração interna que disciplina esses movimentos. Infelizmente, só se intensificam as obras sob a pressão da seca, quando o rendimento é mínimo (ALMEIDA, 1991, p. 24-25).

O autor descreve que, no ano de 1953, o modelo de atuação federal possuía duas linhas de ação para os planos de emergência em períodos de grandes estiagens. As ações se traduziam na construção de estradas e grandes açudes, sem observar a necessidade de ações voltadas ao social que confluíssem benefícios para a população, e não em benefício dos coronéis. Na primeira linha de ação, é revelada a exploração de um enorme exército industrial de reserva⁴³ por “agenciadores” que deslocavam populações fragilizadas pela seca e, por conseguinte, pela fome, submetidas à precarização do trabalho em locais inóspitos da construção de rodovias.

Com a concretização de estradas para um próximo e próspero ciclo produtivo, as oligarquias agregavam valor à terra com as novas condições de deslocamento e proporcionavam novos aportes de capital, apropriados a partir das verbas enviadas para pagar os trabalhadores das frentes de emergência. Almeida (1991) comenta o atraso de pagamento dos trabalhadores das obras no Ceará:

Encontrando-se Arrojado Lisboa em inspeção ao Orós, perguntou-lhe um caipira: “Doutor e esse açudão também vai ficar no fiado?”. Somente no 1º Distrito, no ano passado, houve atraso de 11 meses. [...] – Os pagamentos passaram a ser feitos em dinheiro e semanalmente, eliminando-se, desse modo, os intermediários que levavam, no mínimo, 10% dos salários [...] (ALMEIDA, 1991, p. 21-22).

Desta feita, um grande contingente de pessoas, decorrentes dos períodos de seca, sujeitavam-se ao trabalho em troca de alimento, apenas para minimizar a fome e a desnutrição. Na prática, parte de seus salários era usurpada pelos mandatários das obras.

Na segunda linha de ação, na qual o autor se refere à construção de grandes barragens, Almeida (1991) se posiciona adepto delas, embora reconheça seu caráter falho no “seu papel para um fim essencial” de atender aos flagelados da seca. Ele descreve:

Por maior que seja a sua capacidade e por mais bem equipados que estejam não poderão esses reservatórios cumprir sua principal missão que seria

⁴³ Marx afirma que o exército industrial de reserva é um contingente de pessoas pobres que podem ser utilizadas ou descartadas à vontade do capitalista para acumulação de capital. MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista (cap. XXIII). In: _____. **O Capital** (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 712-827.

absorver as massas flutuantes, a avalanche dos deslocados do campo nas épocas de desemprego ocasionado pela paralisação das atividades agrícolas, por falta de chuvas. A superfície irrigada será logo saturada, como um oásis cobiçado, sem deixar margem para outras infiltrações. Será um ponto de concentração rural. O que parece tão simples envolve um interesse capital, porque, como vem relevando a experiência, o que falha não são os planos, mas a execução. E outro ponto fundamental: a água não é para guardar mas para irrigar. Parece incrível que tenhamos de repisar tais coisas, mas os fatos justificam estas exortações para que se faça o que já se devia ter feito e é um crime não fazer. Não se pode, porém, falar em irrigação sem determinar o regime de exploração de terras irrigáveis (ALMEIDA, 1991, p. 28-29).

Na citação acima, o autor revela de forma sutil os verdadeiros motivos da construção dos grandes açudes: melhoramento da infraestrutura hídrica para uso das oligarquias. Na afirmativa de que não existe “margem para outras infiltrações”, aponta que a cobiça dos políticos/fazendeiros não deu espaço para que a população de trabalhadores da obra tenha acesso a essas terras.

Já na contemporaneidade, o poder representado pelas oligarquias se alicerçou, também na submissão subliminar, na imposição dos poderosos aos seus subjugados, de acordo com os argumentos e elementos disponíveis na dinâmica temporal de cada época. Na atualidade, o capital, nas suas diversas formas, utiliza-se das mídias como difusoras e formadoras de opinião para justificar suas práticas, de forma que não pareçam coercitivas, camuflando a violência sofrida pelos trabalhadores, incluídos na lógica do trabalho abstrato, assalariado e alienado.

Soma-se a esta conjuntura a criação de uma justificativa mítica para a miséria na região Nordeste, embasada no determinismo ambiental atrelado ao paternalismo e à manutenção de currais eleitorais, uma rede estratégica viciosa que resulta em desvios de recursos direcionados à população flagelada, na não implantação de políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da região e, por fim, na perpetuação das oligarquias no poder. Para Ferreira (2007, p. 01),

a compreensão das secas não apenas como fenômeno climático, mas, sobretudo relacionada com a estrutura socioeconômica e política no decorrer da história brasileira é de vital importância para o entendimento da persistência de certas práticas nos dias de hoje. No estudo das secas nordestinas fica evidenciada com clareza que a persistência de seus efeitos deve-se à ação das oligarquias locais sempre se apropriando dos recursos destinados a população flagelada, além de não interessar a esses grupos o fim de tão de tão rico veio de verbas.

Esta lógica de “cultivar o problema” é simetricamente (re)criada em espaços menores, viabilizando a possibilidade de vinculação da imagem de uma indústria da seca, focada na objetivação da visão da água como instrumento de poder.

Para Hall (1978), o maior problema decorrente da seca se encontra na estrutura agrária nordestina, que tem como característica a concentração de terra nas mãos das oligarquias e, por conseguinte, os domínios dos escassos estoques de água.

As populações frequentemente atingidas pela seca e expropriadas da possibilidade de trabalho concreto fazem resistência ao modelo esmagador, excludente e desigual materializado no trabalho abstrato, trabalho estranhado. Tal condição traz à tona, nas últimas décadas, a necessidade de se organizar para lutar, a busca de garantir suas necessidades básicas para manutenção da vida.

Dentro deste contexto, são indispensáveis os acessos à terra, suporte do seu trabalho capaz de garantir o alimento, em conjunto com a água, assegurando sua reprodução (necessidades básicas de hidratação do corpo) e produção. Portanto, a resistência é reflexo do resgate da qualidade de vida desejada, presente na memória dessas populações, atrelada à recusa e estranhamento das novas práticas impostas pela lógica capitalista, materializada no trabalho abstrato (assalariado e estranhado) e mediada pelo Estado por seus representantes eletivos. No caso do Nordeste, personificada no agronegócio e, na maioria das vezes, pelas antigas oligarquias. A possibilidade de ter acesso à água, elemento essencial à vida, sem ter que se sujeitar às vontades do poderio local é o principal motivo da luta emancipatória.

Nesta região, muitas comunidades só obtêm o acesso à água mediante a troca de votos. Dessa forma, as oligarquias elegem seus representantes para defender suas proposições em busca de maior concentração de poder, de políticas que defendam seus interesses e de maior concentração do capital dos antigos coronéis, em particular, do sertão nordestino. Logo, a formulação da política deveria considerar essa *práxis* para diminuir a desigualdade social da região com maior escassez hídrica do país e maior densidade populacional do mundo na sua porção semiárida. Elementos como violência, coerção e escassez hídrica no Nordeste brasileiro são contraditórios quando percebidos na visão macro, da abundância hídrica, pois somos detentores de 12% do total de água disponível no mundo. No entanto, no tocante à distribuição espacial, a água está 70% concentrada na região amazônica, que detém a menor densidade populacional do país.

O fato de não haver equidade de acesso à água pela má distribuição no território brasileiro, em consonância com o quadro de violência das oligarquias no Nordeste do

Brasil, por si só já exige um olhar diferenciado dos formuladores de políticas sociais, no intuito de promover a água como elemento estratégico, tornando-a uma necessidade prioritária que deveria ser incorporada pelo Estado. A violência está não apenas no controle social. Encontra-se, em muitos casos, na “morte encomendada” de quem incomoda ou mesmo questiona as ordens do “patrão”.

A violência encontra-se também em subjugar pelo controle armado, pelo controle de acesso à água de beber e através de outras formas mais sutis, a exemplo da política de barrar o acesso à terra fértil e irrigação, como também à assistência técnica rural, sob a égide do Estado. Enfim, tal população é alijada das condições mínimas necessárias para que seus membros se reconheçam enquanto sujeitos de direito. Nas desigualdades de acesso a esse bem, podem ocorrer lutas das mais diversas. Nos tensionamentos e resistências pela posse da água, ocorre o fenômeno de territorialização, cuja gênese está na disputa de classe, definida por Torres (2007) como hidroterritórios.

Uma primeira tentativa de equacionar os problemas acima citados encontra-se em andamento. Trata-se do Programa “Água para Todos”, idealizado a partir do Plano Brasil sem Miséria, política pública do Governo Federal que assumia o compromisso de superar a pobreza extrema no país até o ano de 2014. No item *Acesso à água*, estava previsto pelo governo promover “o acesso universal à água na zona rural, em especial na região do semiárido brasileiro” (CAMPOS; ALVES, 2014, p. 03). Tal assertiva é fundamental para superar a extrema pobreza na região Nordeste. Segundo o Ministério da Integração (MI), em sua página oficial⁴⁴ na Internet, quando apresenta o programa:

O primeiro passo para buscar a universalização foi identificar a demanda por cisternas de consumo no semiárido. Essa estimativa partiu da intersecção de três variáveis para a definição do público-alvo prioritário do Programa Água para Todos, a ser identificado no Cadastro Único: a) ser domiciliado em município do semiárido; b) ser domiciliado na zona rural do município; e c) não possuir acesso à rede pública de abastecimento de água. [...] Quais são os objetivos do Água para Todos? Promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social. O fornecimento de água de qualidade, seja para o consumo humano, seja para atividades produtivas, inclusive criação de animais, é realizado especialmente através da instalação dos seguintes equipamentos: a) cisternas de consumo; b) cisternas de produção; c) sistemas coletivos de abastecimento de água; d) kits de irrigação; e) barreiros (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2015).

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/perguntas-frequentes#AGT1>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

O programa tem de fato possibilitado o acesso a cisternas, mas os meios de acesso à água foram pontualmente deturpados pelo poder político local, que utiliza a água como instrumento de controle em duas situações: a primeira se concretiza quando o poder local administra a logística de distribuição de água por carros-pipa em momentos de estiagem, como ocorre no Nordeste desde 2010. Um dos problemas detectados foi o traçado do roteiro de distribuição que, por vezes, atende aos correligionários dos partidos políticos que governam o município, descriminando os demais eleitores contrários à gestão eleita. Um fenômeno desse tipo foi estudado na dissertação de mestrado de Torres (2007) e ocorreu no distrito de Perpétuo Socorro⁴⁵, na cidade de Alagoinha (PE).

No segundo caso, quando o governo institucionaliza as cisternas de poliuretano em substituição às cisternas de placas, modificando a dinâmica de mobilização social existente ao deixar de confeccioná-las em sistema de mutirão. Novamente, o controle se estabelece, pois, com a cisterna de plástico, o prefeito pode determinar o destino deste reservatório de água sem o envolvimento da comunidade, porquanto ela é confeccionada e pronta para ser instalada, sem dinamizar a economia local e participação social da vizinhança.

Construir as cisternas de placas, feitas de cimento armado com o material comprado localmente, permite dinamizar a economia do lugar, bem como promove o empoderamento das comunidades em um objetivo comum. Já as cisternas confeccionadas em plástico, feitas numa fábrica localizada em Petrolina (PE), não permitem a articulação acima descrita, tornando o processo individual e desarticulado das comunidades. Tal situação ocorreu principalmente no semiárido pernambucano.

Antes mesmo de existir essa política pública desvirtuada pelos gestores municipais, conforme foi descrito acima, a mobilização para a construção das cisternas de placa ocorria principalmente através de ONG's, pioneiras na promoção do acesso à água através da captação de recursos para este fim. Diferentemente da lógica comercial existente na produção das cisternas de poliuretano, confeccionadas nos moldes industriais de produção em larga escala e sem a contratação de efetivos locais. Assim, o Estado

⁴⁵ No estudo de caso feito durante a dissertação de Torres (2007), o distrito começou a ter autonomia hídrica quando foi implantado um dessalinizador, doado pelo BIRD, que supria as necessidades da comunidade sem precisar do “assistencialismo” do prefeito. Um sistema de distribuição comunitária foi implantado com uma cobrança simbólica de R\$ 0,10 centavos por balde de 20 litros e funcionava perfeitamente. A contrapartida do município era realizar a manutenção do equipamento, cumprida por um curto período de tempo, levando o equipamento a ser abandonado. Em seguida, a comunidade voltou a ser controlada e dependente do serviço dos carros-pipa em um roteiro determinado pelo prefeito.

enfraqueceu também a Assistência Técnica Rural (ATER), que vinha desempenhando um trabalho eficiente com o engajamento das comunidades rurais.

Dito de outro modo, o Estado apropriou-se das estratégias de controle feitas pelos coronéis para o domínio social e político do território em troca do acesso à água, desarticulando a mobilização social pré-existente que promovia o empoderamento das comunidades locais. A distribuição espacial das cisternas de poliuretano, sob as ordens dos políticos locais, pode ser considerada como uma moeda de troca por votos, um novo mecanismo de controle de acesso à água.

Se existisse uma gestão efetiva, com o acesso à água de forma equitativa, o processo de participação política, caracterizado pela mobilização coletiva, serviria para evitar tal dependência. Ao mesmo tempo, fortaleceria a sociedade civil organizada. As resistências às práticas de controle sociais são desenvolvidas a partir dos sujeitos que reivindicam suas necessidades de sobrevivência via acesso à água. Portanto, a gestão só aconteceria de fato caso existisse uma ação do Estado em reprimir esse tipo de conduta do poder local, que se apropria das políticas de acesso à água. Porém, nesta interpretação, entende-se que o Estado neoliberal sempre estará a serviço do capital, com vistas a mercantilizar a água, em detrimento das populações locais.

A resistência significa, de forma germinal, que os sujeitos (camponeses, pescadores, beraderos) se reconhecem enquanto identidade política, ideológica e cultural, reforçando a visibilidade da luta em busca dos direitos de acesso à água como exercício de cidadania. Fica mais frequente a possibilidade de visualizar esse tipo de luta dos que reivindicam a preservação do modo de vida das populações tradicionais, a exemplo do recente clamor das comunidades pesqueiras que buscam o reconhecimento e a concepção institucional dos territórios pesqueiros como política para pescadores artesanais.

Ao mesmo tempo, é imprescindível lembrar o discurso forjado pelo capital, no intuito de tornar a água uma mercadoria rara. Uma prática recorrente no meio acadêmico, locus da construção da ciência que, em muitos casos, impõe como única verdade a condição de raridade da água, que por si só já justificaria a lógica de torná-la o “ouro azul”, elemento mercantilizado e disponível apenas como mercadoria.

O mercado vem paulatinamente “gotejando” o discurso no qual a água tratada, filtrada e potável pode ser prejudicial à saúde. A água de boa qualidade para beber é a água comprada em botijões, comercializada de forma privada. Vale lembrar que a exploração de água mineral consiste em uma concessão pública, uma outorga, sob a égide do capital.

Em uma sociedade capitalista, o poder do capital está em toda a parte, inclusive no meio técnico-científico. Na Academia, não é diferente. As pesquisas são financiadas, em boa parte, na pauta de interesses do capital privado nas engenharias, na produção farmacêutica, na transgenia dos alimentos, enfim, nas possibilidades de exploração mercantil de seus resultados. O mercado já estabeleceu categoricamente a água como recurso hídrico, cuja interpretação é meramente econômica. Para Torres (2012, p. 03),

nesses termos, a escala se torna assim cada vez mais confusa e difícil de delimitar. Por um lado, temos um sujeito a ser estudado que possui uma dimensão concreta, do espaço que habita impregnado de tradições, ritmos e ritos locais, e outro, traçado por uma lógica mundial que lhe transmite que a água tem que ser para quem tem dinheiro e poder. Na rejeição os conflitos se estabelecem pelo poder que a água aufere a quem a tem.

De forma fugaz, porém contínua, esta lógica imprime ao território um movimento dinâmico que deve ser observado com um olhar geográfico. Assim, novas interpretações do mundo, da cultura da água assumem uma trama da política, econômica, social e acadêmica, dinâmica complexa e pungente. No consumo, a rápida vida desta mercadoria imposta, na escala local, por práticas oligárquicas exige cada vez mais “inovações” ou reinvenções das tradições que possam ser absorvidas sutilmente, perpetuando a dominação. Ou seja, a água já foi instrumento de poder por meio da coerção das oligarquias e atualmente se perpetua nesta função no ambiente institucional, promovido pela lei das águas brasileiras, a exemplo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O poder econômico, por meio de suas representações políticas, estabelece-se nos loci da construção das leis, no parlamento, e, com isto, pode-se assim garantir uma nova possibilidade de acumulação com a apropriação de coisas, inclusive da natureza, como fonte de riqueza. Portanto, o aparato legal da água está sendo esvaziado de sentido legal por não prover a equidade social. Segundo Torres (2012, p. 04),

assim acontece com a tradição de pagar pela água no Nordeste brasileiro. O valor atribuído a água tanto pode ser financeiro quanto simbólico, a troca de favores pelo voto é reconhecida prática dos candidatos a representantes políticos dessa região. Ou seja, em territórios nordestinos historicamente construindo por uma lei própria, muitas vezes demarcada pela violência do poderio econômico e político, que intimida as expressões populares do direito de acesso à água e, por conseguinte do direito à vida.

Como se pode notar, o território, uma construção das relações sociais, políticas e econômicas, torna-se dinâmico com forças ambíguas de criação, (des)construção e reprodução, cujo objetivo é atender ou resistir prioritariamente aos interesses do capital. E assim se estabelece uma luta de forças desiguais: dos que utilizam a água como mercadoria ou como instrumento de poder e uma consequente cultura de acatamento da práxis da água privada, estabelecida pelas oligarquias nordestinas, e dos que rejeitam essa lógica. Mais recentemente, com a organização dos movimentos sociais de classe, as populações se organizam e lutam por direito à terra para a produção agrícola com o seu complementar necessário, a água.

O poder local pode ser reforçado pelo discurso de eficiência produtiva, da nova raridade qualitativa da água e dos interesses do capital que aufere globalmente, via empresas transnacionais, a água como um bem privado. Refletindo a respeito dessas questões, Santos e Antonello (2006) afirmam que,

[...] com os avanços da ciência, da tecnologia e da informação, o capitalismo estabelece a diferenciação dos espaços, ou, mais precisamente dos territórios, pela materialidade por eles apresentada, traduzindo-se na divisão espacial entre os países, regiões e cidades, fruto do desenvolvimento desigual e combinado, próprio da lógica capitalista, aumentando as disparidades socioeconômicas e espaciais, expressão de luta entre local/global (SANTOS; ANTONELLO, 2006, p. 143).

Logo, a práxis do poder de muitos lugares do semiárido nordestino foi e ainda é lugar em que a lei é a estabelecida pelo poder econômico/político. De acordo com Maranhão e Oliveira (2010, p. 03),

os conflitos pela água também estão presentes e são de grande relevância quando se trata do acesso e da distribuição do recurso e as possibilidades de ganhos e desenvolvimento social para os pequenos agricultores das comunidades sertanejas. As obras contra as secas não são espacialmente distribuídas pela necessidade das comunidades, mas, muitas vezes por questões políticas, os açudes e poços se encontram nas grandes propriedades, tornando-se patrimônio privado (MARANHÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 03).

A afirmação acima não se presta a polemizar ainda mais o estereótipo nordestino de aceitar a práxis estabelecida pelo poderio local, mas, sim, para alertar sobre o fato de que, cada vez mais, a centralidade do poder nordestino está nas transformações “plastificadas” do capital para dominação territorial.

Na ciência geográfica, existem pensamentos próximos a esta interpretação concernentes aos agro-hidroterritórios, derivados do conceito de agro-hidronegócio. Thomaz Júnior (2002) se refere à nova sistemática implementada pelo capital na região do Pontal do Paranapanema, que subordina a mercantilização da água à dinâmica dos setores agropecuários e da produção de energia elétrica. A análise feita no trabalho do autor citado é a partir da categoria fundante de “trabalho”. Para Thomaz Júnior (2002, p. 03),

em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento de pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das veredas e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade.

No conceito aqui proposto, o elemento norteador é a identidade cultural, inclusive enquanto trabalho ontológico. Entende-se que as comunidades tradicionais⁴⁶ se autodenominam como trabalhadores que extraem seu sustento da natureza, em uma “apropriação” extrativista da mesma, feita de forma coletiva. Esse é o caso dos pescadores e camponeses que habitavam a beira do rio antes da formação das barragens do Rio São Francisco e, conseqüentemente, antes da sua remoção compulsória, fenômeno que será tratado no capítulo quatro desta pesquisa.

A falta de uma identidade cultural é resultado da ausência de valorização das suas práticas cotidianas que, por sua vez, estão atreladas à sua forma de viver, morar, alimentar-se, de como plantar, de onde plantar. Dessa forma, sem a real percepção do que se é integralmente, não há resistência, muito menos tensões. Deixa-se, portanto, o controle do território (água e terra) à mercê das regras criadas para beneficiar os coronéis e manter os camponeses em estado de submissão. Por outro lado, quando os camponeses se reconhecem como sujeitos de direito, reconhecem por extensão suas práticas cotidianas

⁴⁶ O Decreto Federal n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelece que “Povos e Comunidades Tradicionais” são os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Como exemplo, podem ser citados os indígenas, quilombolas, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, cipozeiros. Tais grupos sociais vivem em estreita interação com o ambiente natural e cultural, reconhecendo-se como pertencentes ao meio (território) e adotando práticas juridicamente consensuadas pelo grupo social”.

como elemento norteador da sua cultura. Nesse caso, sim, surge a resistência ao controle e à mercantilização da água.

O conceito de Thomaz Júnior (2002) assume um aspecto diferente do que ora é proposto, ao apontar o caráter germinal da luta pela água em seus aspectos básicos. Mesmo que a resistência seja para processos produtivos nos moldes da agricultura camponesa, ela se dá por pura sobrevivência. Para as análises dos conflitos de água, que se tornam cada vez visíveis no Brasil e na América Latina, a categoria trabalho não necessariamente assume a base do conflito, apesar de muitas vezes ele estar relacionado à condição de vida das populações tradicionais.

Raffestin (1993, p. 155) argumenta que a apropriação e transformação dos recursos naturais como instrumento de poder quase nunca acontece de forma “[...] aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais”.

O poder econômico, por meio de suas representações políticas, estabelece-se nos loci da construção das leis, no parlamento. Destarte, pode-se assim garantir uma nova possibilidade de acumulação com a apropriação da natureza. A crise da água no semiárido proporcionou políticas direcionadas para o enfrentamento da escassez; entretanto, favoreceu a dependência de populações sem acesso a este bem vital aos que possuíam açudes públicos e privados em suas propriedades, concentrando ainda mais o poder.

Portanto, a práxis de muitas bacias hidrográficas, reservatórios e, mais recentemente, das integrações no semiárido nordestino foi e ainda é lugar em que a lei é a estabelecida pelo poder econômico/político. O aumento da incidência dos conflitos de água⁴⁷ acontece como resposta de determinadas comunidades que se opõem à lógica capitalista mercadológica desse poder. A resistência ao modo imposto por décadas pelas oligarquias e coronéis se dá progressivamente quando etnias, identidades – que se tornam comunidades ou grupos de luta por acesso à água se materializam espacialmente - contribui para a tese de formação de territórios específicos a partir dos conflitos movidos pela luta de acesso à água, os hidroterritórios.

A fragilidade do aparato legal da gestão hídrica brasileira desconsidera as práticas culturais de acatamento ao poder oligárquico, historicamente construído no Nordeste brasileiro. Os longos períodos de estiagem sempre representaram submissão da população

⁴⁷ Ver Cadernos de conflitos CPT (2011). Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=292&catid=43. Acesso em: 30 nov. 2015.

local - mesmo que possuidora de terras - às oligarquias. O aparato legal da gestão dos recursos hídricos no Brasil, a Lei n. 9.433/97, possui instruções normativas pouco factíveis à realidade construída e vivida na dinâmica espacial da região Nordeste. Principalmente quando afirma que a priorização do uso da água em momentos de escassez seja o consumo humano.

Um dos exemplos de pouca factibilidade da lei pode ser percebido no que tange às vazões defluentes praticadas pela CHESF, que desconsideram as cotas consideradas mínimas para o bom funcionamento desse ecossistema aquático. Desde o ano de 2013 e mais acirradamente no ano de 2015, a CHESF, com autorização do MMA, vem praticando vazões defluentes abaixo da chamada vazão ecológica, que é de $1.300 \text{ m}^3/\text{s}$ e, a partir do mês de maio, a vazão de defluência à jusante da barragem de Xingó esteve em 900 m^3 , priorizando o uso da água para produzir energia, desconsiderando as necessidades de abastecimento humano na região fisiográfica do Baixo São Francisco.

O reservatório de Sobradinho, segundo maior lago artificial do mundo, esteve, em dezembro de 2015, com volumes nunca antes registrados, abaixo de 1,8% da sua capacidade. A causa da baixa no volume do reservatório de Sobradinho é, em parte, devido ao longo período de estiagem, que ocorre desde 2010, considerada a maior dos últimos 50 anos, concomitantemente com a continuidade das emissões de outorgas novas para captação da água no Rio São Francisco.

A Lei n. 9.433/97 afirma que, em momentos de escassez, a prioridade é para uso humano e dessedentação animal. Todavia, na prática, mesmo com os baixos volumes, a produção de energia é priorizada. Uma das provas materiais é a constante liberação de menores vazões, permitidas pelo MMA para a CHESF. De 2013 para 2015, o MMA e a ANA liberaram todas as solicitações de diminuição de vazão defluente desta companhia, que saiu da vazão considerada mínima para a sustentação da biota, a chamada vazão ecológica, de $1.300 \text{ mts}^3/\text{s}$ para o volume de $900 \text{ mts}^3/\text{s}$, praticados de forma contínua desde abril de 2015 na barragem de Sobradinho.

Mesmo com o volume do lago crítico, a ANA continua liberando novas concessões de outorga na bacia do Rio São Francisco. Somente no mês de novembro de 2015, até o dia 13, foram concedidas 14 outorgas novas, sendo sete delas de irrigação, duas para captação, uma para lançamento de efluentes da mineração, uma para lançamento de efluentes, duas para captação de água para a indústria, uma para abastecimento e uma para dessedentação animal. O período de validade das outorgas

emitidas é de dez anos. Cabe um questionamento: como, em um período de escassez crítica de volumes de água, ainda assim se emitem permissões de captação de água?

Acredita-se que, na atualidade, o controle da água, exercido no passado pelos “coronéis” do Nordeste, perpetuou-se numa relação “repaginada”, agora vista na forma de controle da classe trabalhadora pelo capital do agronegócio. O que une a forma de agir dos coronéis com a do CBHSF é a relação de poder. No caso da CBHSF e de seus membros, o poder concedido a eles é aferido pela lei, como entidade gestora da bacia, forjado no *modus operandi* de controle e clientelismo a favor dos interesses particulares dos membros do comitê.

Nessa dinâmica, novas formas de controle se estabelecem no Nordeste brasileiro, em particular, na bacia do Rio São Francisco. As oligarquias, os antigos coronéis adquirem novas ferramentas de coerção, manipulação sutil e maciça, numa escala geográfica. Novas estratégias de controle são administradas agora no espaço institucional de gestão hídrica, os Comitês de Bacias, que serão estudadas no tópico a seguir.

2.1 Estratégias de controle neoliberal: das teorias de mercantilização da água à prática da ineficácia da gestão dos recursos do comitê de bacia do São Francisco

No século XXI, mesmo com os avanços das tecnologias, da legislação e do gerenciamento, os usos múltiplos da água vêm acarretando inúmeros conflitos pela posse e gestão deste recurso em diversas escalas, devido às necessidades sociais e produtivas e à percepção de uma eminente crise hídrica, mediante a qual alguns terão acesso à água e outros não. Essa expectativa de limitação ou mesmo exclusão de acesso tem gerado fenômenos de acirrada competição dos indivíduos e/ou firmas para obter a posse da água. A observação da disputa gera aos pesquisadores de fenômenos sociais a possibilidade de obter amplo leque de interpretações dos pares antagônicos presentes nesta relação, formando um fenômeno de alta complexidade.

Do ponto de vista epistemológico, existem várias interpretações e argumentações teóricas a respeito da categoria geográfica “território”. Ao longo do tempo, autores como Gottmann (1952), Vagaggini e Dematteis (1976), Raffestin (1993), Souza (1995), Dematteis (2008), Quaini (1979), Haesbaert (2004) e Saquet (2004) fizeram interpretações do conceito de território. Tais obras e autores, cada qual com suas preocupações e abordagens, contribuíram como as bases teóricas para refletir a respeito das relações de poder nas quais o elemento água é o eixo norteador de formação dos

territórios. Porém, quanto à explicação de como ocorre o “controle político de espaços materiais” e da formação de território, consideramos ser a de Antônio Carlos Robert de Moraes a conceituação da construção social do território que se aproxima do que constatamos na pesquisa, como pode ser visto a seguir:

O processo de construção de um território é um processo bélico (de conquista e apropriação de espaços), além disso, é também um processo jurídico (de legitimação do domínio), e ainda um processo ideológico (de afirmação de uma identidade referida àquele espaço). Embora os territórios não se constituam necessariamente nessa sequência, apresentam sempre esses componentes em sua formação. Trata-se de um processo socialmente conflituoso. A construção nacional é sempre um desejo político de homogeneização cultural, de controle social, e de domínio territorial. E, enquanto tal enfrenta resistências, sofre questionamentos que também se colocam no campo da geografia, como outras formas de consciência do espaço e como outras territorialidades. Para entender esse movimento, a geografia tem que articular as diferentes formas de ver o espaço que se expressam em conceitos e em escalas” (MORAES, 2008, p. 09).

Os referidos intelectuais estudaram profundamente os fenômenos que caracterizam a formação de territórios. Mostram suas interpretações a respeito desta categoria teórica eminentemente espacial que, em qualquer interpretação estudada, tem-se um elemento concatenado: o poder (político, econômico e social), sua espacialidade e possíveis resistências. Dada a complexidade e dinâmica organizacional do espaço geográfico ao longo do tempo, novas espacialidades ou territorialidades foram norteando os estudos da Geografia Humana, de acordo com os paradigmas científicos vigentes em cada época.

A teoria e os conceitos geográficos são construídos, renovados e ampliados conforme a dinâmica das práxis em cada período de construção do conhecimento geográfico, sob o tripé das esferas social, temporal e espacial, de forma a enriquecer o conceito de maneira crítica e dinâmica.

Numa perspectiva temporal, pode-se afirmar que determinados bens da natureza foram subestimados em sua importância para a perpetuação da vida em nosso planeta. Da mesma forma, os estudiosos de cada época negligenciaram esses elementos da natureza ao não os perceber enquanto um poderoso ferramental de coerção e domínio do território. No caso da água, desde a Antiguidade conferia-se certo destaque ao mapeamento da água para fins povoamento e/ou estratégia de guerra.

É evidente que a apropriação da natureza oferece ao seu possuidor possibilidades de acumulação de capital, poder econômico, social e político. Isto pode ser percebido inclusive em escalas maiores, como o caso de Estado-Nação, a exemplo da exploração

dos recursos naturais no processo de ampliação territorial com a posse de “novas colônias”. De maneira secular tal realidade foi vivenciada por nossa nação desde o descobrimento.

Segundo Souza (1995), o maior questionamento que auxilia a identificação da formação de um território é: “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 1995, p. 78-79). O questionamento, em síntese, significa: quem concretiza o exercício do poder? É possível que a preocupação de observar elementos da natureza como ferramental de dominação social não tenha ocorrido justamente por não haver escassez de determinados elementos naturais, entre eles, a água, como ocorre na atualidade.

Hoje, o controle dos grandes estoques de água nordestinos já possui novos donos, quais sejam: a hidroeletricidade e o agronegócio, respectivamente. Trata-se da modernização capitalista, a partir da qual o Estado dá seu aval sob a justificativa de ele ser codinome de eficiência produtiva. Nesse contexto, a disputa pelo território que possui água, necessária para a sobrevivência (humana ou do capital), estabelece-se o polígono de disputa por este bem, espaço delimitado que interpretamos como hidroterritórios.

Dessa forma, a resistência se estabelece no âmbito das lutas de classe, a resistência contra a modernidade destruidora do capital, que se apropria dos recursos naturais existentes no território para transformá-los em riqueza privada com o aval do Estado. A resistência é estabelecida pelos antigos “usuários” da natureza, os camponeses e ribeirinhos da beira do rio, luta desigual do “atrasado” contra o “moderno”. Como afirma Dourado (2015, p. 156),

os hidroterritórios (TORRES, 2007) se constituem num ambiente conflituoso, porque colocam em disputa modelos de desenvolvimento antagônicos, revelando as urdiduras do capital e do Estado para garantir o controle de áreas com abundância hídrica. Mesmo com todo o aparato midiático, as personas do capital não conseguem camuflar o fato de que a criação dos perímetros irrigados acaba fomentando a plasticidade e a mobilidade do trabalho, tanto nas comunidades próximas à sua localização quanto na cidade. A demarcação de territórios pelo capital em função da disponibilidade de água é uma realidade neste limiar de século XXI, com sérios agravos para os milhões de miseráveis de todo o mundo e, principalmente, da América Latina, a quem foi atribuída a responsabilidade de prover a manutenção do “desenvolvimento” do restante do planeta devido à riqueza de sua sociobiodiversidade (DOURADO, 2015, p. 156).

O poder hegemônico global ou de um lugar legítimo representante do capital, a fim de se apossar dos estoques de água, principalmente nos períodos de escassez, elabora dispositivos sociais de coerção e violência para posse e dominação da água. Por outro

lado, nesta mesma perspectiva, em seu par dialético, a abundância da água em um determinado território potencializa as possibilidades de produção, como também suas decorrentes transformações territoriais e sociais, de acordo com o acesso de uso privado ou comunitário.

As tramas de pares dialéticos presentes nos conflitos hídricos, em virtude da escassez qualitativa e/ou quantitativa, apresentam pares dialéticos de escassez e abundância; vida e morte; dominação e submissão; acatamento e resistência; riqueza e pobreza; subjetividade e utilidade; tradição e modernidade; cultura e religião; desenvolvimento e desertificação humana⁴⁸. Enfim, desvela-se uma complexa transformação da práxis mediante o cenário da qualidade e quantidade de água nos territórios.

Logo, a eficiência das políticas que influenciaram e mudaram o Rio São Francisco não são diferentes das políticas hídricas contemporâneas que nortearam a formulação do aparato legal vigente. Em particular, a política que instituiu o comitê de bacia do Rio São Francisco, seus objetivos, metas e ações desenvolvidas desde a sua formação inicial até a gestão atual. A gestão de bacia possui temporalidades, ritmos e ciclos específicos inerentes a cada segmento de suas regiões fisiográficas. Em uma perspectiva escalar globalizada, percebe-se notadamente uma tendência à sujeição aos poderes que priorizam a privatização da água. Barth (1999) alertava que, mesmo com uma lei nacional, a mudança de perspectiva de uma água sem valor econômico para o novo tipo de gestão deveria ser feito de acordo com as particularidades do local: **(AINDA COM LETRAS DE TAMANHOS MELNORES)**

[...] a implantação do gerenciamento de recursos hídricos deve ser vista como um processo político, gradual, progressivo, em etapas sucessivas de aperfeiçoamento, em consonância com as características e condições brasileiras, respeitadas as peculiaridades de cada bacia ou região (BARTH, 1999, p. 01).

A primeira pergunta que pode ser lançada neste capítulo é: Para que foram criados os comitês de bacia? A resposta, em sua gênese, pode ser bastante simples ou complexa, a partir da lente ideológica do observador. Simples, quando entende a água como um

⁴⁸ Em Algarve, Portugal, estudos acadêmicos de dinâmica de populações e suas mobilidades têm verificado um fenômeno de esvaziamento populacional em locais com severa escassez hídrica. Fonte: (DCEA/FCT/UNL; 2002). DCEA/FCT/UNL (2002) – Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente/Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa. **Relatório da Sessão de Participação– Desertificação na Serra: Que Sinais? Que Soluções.** Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Alcoutim.

recurso econômico cobiçado para a captura e “criação” de riqueza concentrada nas mãos daqueles que possuem recursos econômicos e poder de geri-la nos territórios. Complexa, enquanto abarca a concepção de elemento vital para a vida no planeta e, por conseguinte, elemento inalienável, cuja gestão não se pode transferir, vender ou ceder de forma privada. Ademais, a água existe ao longo do tempo, proporcionando os serviços ambientais⁴⁹ da natureza, que provêm a vida de todos. Portanto, nessa lógica, é lançada uma segunda pergunta: Quem tem o direito de tirar a vida de outrem (Já que a água é um elemento indissociável à vida)?

No sistema capitalista, foram criados elementos dinamizadores da economia baseados na acumulação de riqueza através da concentração da propriedade dos meios de produção e da expropriação do trabalho. A contradição está no fato de que a produção social se reverte em apropriação privada, fazendo com que o processo produtivo inteiro seja controlado por poucos agentes econômicos. Destarte, o acesso a bens e serviços se faz por meio da renda e do entesouramento de cada indivíduo.

A competição e excludibilidade são elementos metodológicos, “do modo capitalista de ser”. A excludibilidade se refere à condição de uso de um determinado bem privado que veta o direito a outros do seu uso, exceto quando autorizado pelo proprietário. Nesse sentido, o aparato teórico da Economia e seu *mainstream* neoliberal afirmam que, em caso de bens cujos direitos de propriedade não são bem definidos, ou seja, não têm dono, podem ocorrer problemas, as chamadas “falhas de mercado”⁵⁰.

Seguindo esses fundamentos, os detentores do capital se apropriam da natureza em um processo de mercantilização dos recursos naturais. Tal fenômeno de mercantilização da natureza tornou-se tema de pesquisa nos estudos ambientais críticos, já que este inquietante fenômeno tem se popularizado globalmente. O “ambientalíssimo de mercado” tornou-se alvo dos teóricos da Geografia Crítica e da Ecologia Política, combatendo, assim o discurso promovido pela chamada “Economia Verde”, que vê a mercantilização como uma solução para a degradação ambiental.

⁴⁹ Serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos são os benefícios que a natureza, direta ou indiretamente, proporciona às pessoas através dos ecossistemas, a fim de sustentar a vida no planeta.

⁵⁰ A teoria tradicional microeconômica considera que, estabelecidos alguns pressupostos básicos, os mercados poderiam funcionar perfeitamente sem qualquer intervenção estatal, de modo que os preços e as quantidades estabelecidos neles seriam de eficiência econômica. Entretanto, a dificuldade em verificar os pressupostos empiricamente e as repetidas crises sistêmicas pelas quais passaram as sociedades revelam que os mercados apresentam falhas de funcionamento que justificariam a intervenção pública, desde a regulação econômica dos mercados até a entrada do Estado na produção de bens e serviços.

Dessa forma, um novo pensamento dialético se confronta: os defensores da expansão das normas de mercado, relações e modos camuflados de governança privada e seu contraditório, aqueles que se opõem a esta expansão. Os críticos enfatizam como problemática as incoerências, consequências físicas e éticas indesejáveis provocadas pela mercantilização dos recursos naturais.

Com a expansão do capitalismo, no intuito de se apropriar das riquezas naturais em amplitude e profundidade, elementos anteriormente externos ao sistema de mercado se tornam "mercadorias", a saber: água, ar, energia solar etc. No caso do ar, o crédito de carbono é título emitido quando, por exemplo, uma empresa diminui a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o aquecimento global em nosso planeta. Com isso, a corporação obtém estes créditos, podendo vendê-los nos mercados financeiros nacionais e internacionais.

Os créditos de carbono são considerados commodities. Um crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO² (dióxido de carbono) que deixou de ser produzido. Com relação à energia solar, a Espanha já institucionalizou que nenhuma pessoa pode instalar placas solares para geração de energia, mesmo para uso doméstico, sem a autorização do governo espanhol, a fim de cobrar impostos pela geração da energia solar.

A vigilância do sistema se estabelece no discurso, nas entidades e processos para que, no cotidiano, considere-se natural até mesmo a mercantilização da vida.

A forma de instituir a privatização da água e a transformação da água em commodities⁵¹ assemelha-se à instituição da propriedade privada na "economia-mundo capitalista". Conforme explica Wallerstein (2010, p. 03),

de que forma é que uma pessoa obtinha direito de propriedade da terra que, neste sentido legal específico, previamente não era propriedade de ninguém? O que normalmente acontecia era uma pessoa apropriar-se dessa terra e simplesmente autoproclamar-se seu proprietário. Isto por vezes era feito com a autorização legal de um grande suserano (como um rei). Outras vezes, resultava da conquista de uma região por parte de um Estado, que então autorizava esse tipo de apropriações. Habitualmente, o Estado conquistador começava por conceder autorizações de apropriação aos participantes na conquista. Posteriormente, esta autorização poderia ser alargada a todos aqueles que o Estado conquistador em causa permitisse apropriarem-se das terras. Normalmente, a esta situação dava-se o nome de "desenvolvimento" da terra – ou, para usar a maravilhosa expressão francesa, "miseenvalueur". Analisemos um pouco a expressão francesa – amplamente utilizada até, pelo menos, 1945. Literalmente, a palavra "valeur" significa "valor". Assim, quando atribuímos (mise) valor a alguma coisa, significa que adquiriu valor

⁵¹ Significa mercadorias em inglês que possui como característica a padronização e possível negociação em bolsas de valores nacionais e internacionais, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado.

dentro de um sistema económico capitalista. Presumivelmente, antes da “miseenvalueur”, não tinha esse valor; posteriormente, já o tinha.

Na sociedade capitalista, cada vez mais “coisas” se transformam em mercadorias, inclusive a comercialização das commodities, que já podem ser classificadas dentro de quatro tipos:

- Agrícolas: soja, suco de laranja congelado, trigo, algodão, borracha, café etc.;
- Minerais: minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata etc.;
- Financeiras: moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais etc.;
- Ambientais: créditos de carbono.

Esta última tipificação, adjetivada como uma commodities ambiental, é bastante recente, pois se deu a partir de 1997, quando foi assinado o Protocolo de Kyoto, no momento em que algumas nações firmaram o compromisso de reduzir a emissão de gases. No entanto, na prática, o início efetivo do protocolo aconteceu em fevereiro de 2005. A partir daí, cresceu a possibilidade de o carbono se tornar um mercado, dada a gradativa “transição” para Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O MDL foi estabelecido a fim de conceder créditos para projetos que reduzam ou evitem emissões nos países em desenvolvimento. Trata-se de um mecanismo de grande importância, pois funciona como um canal através do qual os governos e as corporações privadas transferem tecnologias limpas e promovem o desenvolvimento sustentável. Os créditos são obtidos na forma de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs)⁵² (FELIPETTO, 2007, p. 14).

O objetivo dessas reflexões é corroborar uma melhor compreensão do papel central da água na formação e organização do espaço. A apropriação econômica deste elemento afere o controle político e social; e, por conseguinte, imprime características peculiares e particulares no espaço. O poder atribuído ao possuidor do controle da água favorece a formação de territorialidades particulares, presentes em diversas escalas espaciais de análise geográfica. Vale dizer: espaço, território ou lugar (TORRES, 2007).

Para a apropriação e acumulação de riquezas, pode-se perceber que, dependendo dos interesses de cada época, diferentes elementos da natureza foram motivadores de

⁵²Em inglês: Certified Emission Reductions (CERs).

disputa. Devido ao valor econômico do recurso natural ao longo do tempo, novos arranjos territoriais eram formados. Assim:

Adam Smith elaborou o *paradoxo do valor*, que mostrava as formas econômicas de catalogar as coisas, podendo essas serem bastante abstratas. Ele demonstrou que a água apesar de sua intensa utilidade para a vida, não tinha nenhum valor econômico naquele dado momento, enquanto o diamante, elemento de nenhuma utilidade, já possuía um alto valor econômico. Como se pode verificar, o valor econômico de um elemento da natureza pode ser classificado apenas temporalmente, pois, de acordo com as novas técnicas e espaços temporais, vai sendo mudado e diversificado ao longo da existência humana (TORRES, 2007, p. 60. Grifo do autor).

Raffestin (1993) comenta o fato da transformação da percepção da importância do carvão na sociedade, já que, ao longo tempo, só passa a ter valor quando a técnica torna este elemento da natureza algo útil como combustível, matéria-prima essencial à mudança tecnológica da época, agora com novas propriedades e valores econômicos, mas não deixando de ser o mesmo elemento físico, extraído da natureza. O grau de importância (valor de uso e valor de troca) de um elemento da natureza pode ser alterado ao longo do tempo, inclusive por descobertas tecnológicas.

Nesta tese, também interpretamos que, com o passar do tempo, determinados elementos até então destituídos de valor econômico passam a tê-lo, assim como assinala Raffestin (1993). No entanto, acrescentamos mais um elemento que pode adquirir valor: o interesse do capital de mercantilizar algo, seja por moda, por uma determinação da práxis social de cada época, por mecanismos sofisticados de criar a raridade⁵³ de algo que não estava escasso (TORRES, 2007). Quando se fala em valor social, este é interpretado como o reconhecimento de uma sociedade do valor de algo. Ele descreve este fenômeno nos seguintes termos:

A referência a uma matéria é sempre caracterizada por um ponto de vista que permite integrar tal ou tal substância numa prática [...]. De fato por ocasião de outras práticas outras propriedades podem aparecer. Assim o homem não esgota nenhuma realidade material, a menos que suponha uma estagnação definitiva de suas práticas. Essa hipótese é admissível local e temporalmente, mas não definitiva e genericamente (RAFFESTIN, 1993, p.224).

⁵³ A raridade é colocada na questão ambiental a serviço do capital, quando um determinado espaço tem seu valor elevado por estar situado próximo a uma faixa de mata, em uma região urbana e concretada. Porém, em um período anterior, o desmatamento foi concretizado para que o capital imobiliário se expandisse, com a construção de prédios. Ou seja, a própria especulação criou a raridade da área verde. Lefebvre, em 1970, já compreendia que os “elementos” – a água, o ar e a luz - estavam ameaçados, encaminhados na iminência de uma “utopia negativa”. Estes valores de uso se transformaram em valores de troca. Assim, a natureza é “[...] posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente” (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

No decorrer do tempo, no tocante ao valor da água, vem sendo construído um caminho que leva à universalização da mercantilização deste elemento, em um movimento globalizado pelo discurso da raridade. A água, em virtude do valor e poder que auferi a quem a possui, torna possível a observação de determinados territórios cujo motivador da formação de espacialidades, em diferentes escalas de poder econômico e político, seja a disputa pela água local ou global.

Como se pode perceber, o domínio da água não se estabelece na atualidade pela violência e coerção dos coronéis. Agora, ela existe de forma sofisticadamente camuflada pelos detentores do poder, que orquestram as leis através do Estado. As resistências também foram enfraquecidas pela lei, ao estabelecer a representação de classes para compor a gestão hídrica “democrática”.

A partir da Lei n. 9.433/97, as instruções normativas para a implantação da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) e de formação de Comitês de Bacia vem sendo implementadas no Brasil. O comitê do Rio São Francisco, objeto de estudo desta pesquisa, passa a existir no ano de 2001, com a formação dos primeiros membros indicados pelo governo.

A Lei Federal n. 9.433/1997 institui também o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), regulamentando o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Águas, os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal e os Comitês de Bacia Hidrográfica, além de órgãos dos poderes públicos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, cujas competências se relacionem à gestão de recursos hídricos.

Fica assim estabelecida a relação tripartite da gestão integrada dos recursos hídricos: de uma bacia hidrográfica, da relação entre o comitê de bacia, entidade deliberativa, sua respectiva agência das águas, atuando de acordo com as regras da ANA, que estabelece as normas de cobrança, arrecadação e repasses financeiros para as entidades delegatárias (Figura 15).



Figura 15 – Organograma da gestão integrada dos recursos hídricos.
Fonte: ANA (2014).

As agências de água têm de exercer a função de secretaria executiva do comitê, na abrangência de seu território, ou seja, na bacia hidrográfica. Contudo, uma agência de águas pode administrar mais de uma bacia. A sua criação será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), quando solicitado por um ou mais Comitês, ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), no caso de rio localizado no domínio estadual. As agências só podem ser criadas se existir viabilidade financeira assegurada para a cobrança, isto é, proporcionada por uma receita, assim como ocorre em uma empresa qualquer inserida no mercado competitivo.

O CNRH e os CERHs poderão delegar a organizações sem fins lucrativos o exercício de funções de competência das Agências de Água. A peça jurídica que normatiza como podem ocorrer os Contratos de Gestão entre a Agência Nacional de Águas e Entidades Delegatárias de funções de Agências de Águas é a Lei Federal n. 10.881/2004, que dispõe sobre como poderão delegar a organizações sem fins lucrativos (Entidade Delegatária), por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água, excetuando-se inclusive a arrecadação dos recursos da Cobrança. As competências das Agências de Água se enquadram no disposto pelo art. 43 da Lei n. 9.433/1997, a saber:

- Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

- Associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
- Organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;
- Organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;
- Outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997, art. 47).

Os recursos para a operação e manutenção da entidade delegatária têm que estar de acordo com a Lei n. 10.881/2004. Só poderão ser destinados à Entidade Delegatária recursos orçamentários e o uso de bens públicos necessários ao cumprimento dos Contratos de Gestão. Estes têm que ser originárias das transferências da ANA, provenientes das receitas da cobrança pelos usos de recursos hídricos em rios de domínio da União. Dessa forma, a seleção e recrutamento do pessoal, bem como as compras e contratações de serviços necessários para administrar a gestão da bacia, devem estar de acordo com o art. 9º da Lei n. 10.881/2004, que dá poderes à ANA de normatizar como deve ocorrer a operacionalização da agência das águas.

- A Resolução ANA n. 552, de 8 de agosto de 2011, estabelece os procedimentos para compras e contratação de obras e serviços com emprego de recursos públicos pelas Entidades Delegatárias;
- A Resolução ANA n. 306, de 26 de maio de 2008, estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Entidades Delegatárias para a seleção e recrutamento de pessoal. Nela constava que o processo de recrutamento e seleção deveria ocorrer por meio de um processo seletivo. Conforme a ANA (2006, p. 01),

a seleção de pessoal realizada pelas entidades delegatárias com recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e transferidos por intermédio do contrato de gestão firmado com a ANA dar-se-á por meio de processo seletivo, o qual observará os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal. § 1º O processo seletivo poderá ser executado pela entidade delegatária ou por instituição especializada contratada, observadas as disposições da norma especificamente editada pela ANA para a contratação de obras e serviços pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água, nos termos da Lei nº 10.881, de 2004. § 2º O processo seletivo conterá etapas eliminatórias e classificatórias, observadas as peculiaridades de cada categoria profissional. § 3º O edital estabelecerá a quantidade de vagas, as remunerações previstas, as condições para inscrição, o local de trabalho, as atividades a serem desempenhadas pelo contratado, além dos requisitos, regime e prazo de contratação.

O Comitê de Bacia, instituído a partir da lei e da efetivação da PNRH, é uma entidade deliberativa cujas decisões, em sua primeira fase, eram executadas pela Agência Nacional de Águas (ANA). Após um processo licitatório no ano de 2010, o CBHS passa a ter uma entidade delegatária, a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (AGB PEIXE VIVO), uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, a partir das normas estabelecidas no Contrato de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA 014/ANA/2010 (ANEXO I).

Durante os dois primeiros anos da AGB PEIXE VIVO, alguns funcionários foram efetivados sem uma seleção técnica, particularmente em cargos técnicos ou operacionais ligados às sedes regionais da agência, que existiam no ano de 2012: a regional do Alto, localizada em Pirapora (MG); a regional do Médio, localizada em Bom Jesus da Lapa (BA); a do Submédio, localizada em Petrolina (PE); e, por fim, a regional do Baixo, localizada em Penedo (AL).

Em alguns momentos do mandato de 2010-2013, o desempenho do CBHSF foi ainda mais enfraquecido por questões éticas. Havia deturpações da função de um membro do comitê por interesses particulares. Comprovadamente, pode-se apontar que os problemas de ordem ética ocorreram em três momentos, os quais puderam ser observados por meio de documentação, como atas ou e-mails denúncia. O primeiro se refere à contratação de terceiros para desempenhar funções junto à entidade delegatária AGB PEIXE VIVO.

Durante a nossa participação, obteve-se a informação que alguns funcionários da AGB PEIXE VIVO haviam sido contratados para apoio às CCR's por indicação de membros do comitê. Uma delas com laços familiares, como o caso do cargo de analista ambiental, ocupado pela nora do então coordenador do Submédio da gestão 2010-2013. Questionado a respeito da contratação, o coordenador afirmou que trabalhava com “pessoas de sua confiança” e que a sede da CCR ficava fixa em Petrolina, distante da localidade onde ele morava, e isto dificultava a execução das ações de articulação do comitê. Apesar de não ser ilegal esse tipo de contratação, no mínimo reproduz o nepotismo, tão combatido na atualidade em instituições públicas.

O comitê de bacia e sua entidade delegatária, respectivamente, deliberam e administram uma receita pública decorrente da cobrança da água, que é um bem público. Dessa forma, as auditorias e alocações desses montantes devem seguir normas de transparência, condizentes com suas fontes de receita. Segundo a deliberação da ANA

552/2011, os impedimentos à contratação de pessoal da entidade delegatária estão descritos em seu Art. 6:

Fica proibida a contratação de servidores ou empregados da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista bem como de suas subsidiárias ou controladas, ressalvados os casos autorizados por lei (ANA, 2011, art. 6).

Entende-se que os cargos de coordenação e direção do Comitê deveriam evitar o enlace de interesses particulares nas contratações e atos convocatórios licitados pelo seu braço executivo, a AGB PEIXE VIVO. Essa lógica foi compartilhada por nossa representação com a AGB PEIXE VIVO. Ainda no ano de 2012, foi feito um concurso⁵⁴ com 19 vagas distribuídas para as funções de assistente administrativo, analista ambiental e coordenador regional, promovido pela entidade delegatária para sanar os problemas.

O segundo momento refere-se a um e-mail de um funcionário da empresa terceirizada contratada pela AGB PEIXE VIVO, que denunciava a coordenação da CCR do Alto, por estar utilizando o serviço de duas funcionárias contratadas para efetuar limpeza na sede da AGB em serviços particulares.

De acordo com o denunciante, as funcionárias eram deslocadas do local onde deveriam realizar suas atividades, o escritório da AGB PEIXE VIVO, e enviadas para fazer a limpeza da pousada da coordenadora da CCR do Alto. Por fim, o denunciante afirmou que a coordenação fez a proposta de destinar parte do salário das contratadas para sua administração e contratação “de outras pessoas”, pois eles passariam a trabalhar meio expediente (ANEXO II). Diante da denúncia, a ANA, ao tomar conhecimento, mandou encerrar as atividades do escritório, que nunca foi reaberto. A ata de reunião da CCR do Alto (ANEXO III) informa como ocorreu a sindicância e qual o veredicto da comissão:

Após as oitivas e análise dos documentos, a Comissão identificou os seguintes fatos importantes: 1. Os depoimentos convergem para a existência de generalizada confusão de papéis entre o Espaço Grande Rio, as ONGs presididas pela Sr^a. Delvane e as atividades de coordenação da CCR Alto SF; 2. Os depoimentos convergem pela utilização dos funcionários do escritório em funções que extrapolavam suas obrigações pelas quais foram contratadas pela AGB Peixe Vivo, como equipe de apoio ao escritório da Câmara Consultiva; 3. Inexistência de comprovações documentais tanto da coordenadora quanto dos funcionários da realização de trabalho remunerado

⁵⁴ Ato convocatório n.15/2012. Disponível em:

<<http://www.agbpeixe vivo.org.br/images/ATOS e TDRs/ANA2012/ato%20convocatorio%2015.2012.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

com recursos próprios da coordenadora para atividades fora do horário de serviço e particulares; 4. O ambiente político de Pirapora interferiu em todo o processo de funcionamento do escritório da CCR Alto SF. Por vezes, as atividades políticas partidárias locais da coordenadora foram mescladas com atividades e com a imagem do CCR Alto SF. A comissão entende que a função de coordenação de uma CCR é um cargo público que deve ser conduzido com legalidade, impessoalidade, moralidade, da forma mais isenta possível, e cujo exercício deve estar eticamente comprometido com os objetivos da CCR Alto SF e dando ciência de todos os seus atos para os seus membros. Pelos fatos apurados, consideramos que a Sr^a. Delvane infringiu tais princípios, colocando em risco a credibilidade da CCR Alto SF (CBHSF⁵⁵, 2012, p. 02).

Com o direito de resposta, a então coordenadora licenciada apresenta suas justificativas, segundo consta em ata:

Após a apresentação do relatório, a Sra. Delvane Maria Fernandes faz uma apresentação de sua defesa que se baseou na explanação dos documentos veiculados pela mídia local a respeito da denúncia, a contestação do depoimento de Hécio Aparecido da Silva e apresentação do Boletim de Ocorrência lavrado no dia 30.06.12. Informou que o escritório da CCR Alto SF foi fechado de forma arbitrária e que todos foram pegos de surpresa, que o funcionário da sede da AGB Peixe Vivo requisitou o celular, o notebook, cancelou o acesso ao ultra-mail e que a mesma foi tratada como uma bandida. Em sua opinião, a AGB Peixe Vivo agiu impulsivamente, deveria ter passado um e-mail a DIREC e apurado os fatos. Informa que no espaço funciona uma unidade de educação ambiental e que os banners do CBHSF e da CCR Alto SF estão sempre em evidência. O local possui um alojamento para estudantes. Sobre os funcionários, a mesma informou que a funcionária Débora, contratada pela empresa CONAPE não trabalhou aos sábados e que todos os funcionários estavam ociosos, por este motivo, pediu que exercessem outras atividades. Informa que a ARPA e o CEIP foram premiados pelo Ministério da Cultura e que tentou otimizar o trabalho que já vem sendo executado, diz que o Espaço Grande Rio foi maldosamente chamado de pousada. Sobre a questão da divisão do salário, informou que houve apenas uma sondagem política e não uma proposta de divisão de salário. No que se refere a sua coordenação, informou que não agiu de forma autoritária e que sempre se dedicou a causa do Rio São Francisco e que pessoas do próprio Comitê do Rio São Francisco não querem seu sucesso. A mesma questiona a postura da AGB Peixe Vivo, que agiu de uma forma intempestiva e frisa que seu nome está na lama na cidade de Pirapora e que a CCR Alto SF poderia fazer o reparo com a reabertura imediata do escritório em Pirapora. Finaliza dizendo que todo trabalho desenvolvido pela coordenação da CCR Alto SF tinha o conhecimento e apoio do Presidente do CBHSF à época, Sr. Geraldo José dos Santos (CBHSF, 2012, p. 03).

Foi colocada a proposta de destituição do cargo da coordenação, em votação sob a seguinte justificativa: [...] a Sindicância não encontrou problemas administrativos e sim problemas éticos e sugere aos membros a substituição da coordenadora da CCR Alto, para recompor a credibilidade da CCR. [...] (CBHSF, 2012, p. 04). O então presidente da

⁵⁵ COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO [online]. BELO HORIZONTE, 04 de setembro de 2012. p. 1-8. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=934>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CBHSF, segundo a ata da reunião, votou contra a proposta de destituir o cargo da coordenação do Alto. Porém, em sua fala, levanta a hipótese de outras irregularidades:

*[...] Justifico o meu voto. Não voto contra o relatório. O relatório para mim foi o que foi feito, o que foi levantado, o que foi posto e o que vocês recolheram. As conclusões foram as que vocês retiraram e do relatório e tudo bem. Apenas a justificativa do meu voto de ser contrário (palavra incompreensível) esta forma de agir está no fundamento de como foram tomadas as atitudes com relativas a este fato. Nós, câmara do alto, ou nós comitê do São Francisco por inteiro estamos aqui ratificando uma ação que não é da responsabilidade nem de ANA, nem de Peixe Vivo. Nós comitê, nós deveríamos tomar as atitudes que julgássemos a adequada e não abonarmos as atitudes tomadas por quem não tem o direito legal de fazê-lo. O comitê tem sim, tem sim o direito de fazer o que achar conveniente fazer, não existir simplesmente um inquérito administrativo, ações desenvolvidas por quem estabelece a lei, não tem o direito de fazê-lo, somente o Conselho Nacional de Recursos Hídricos poderia intervir dentro de qualquer comitê. Estamos trabalhando inclusive com um **contrato de gestão que falha, que falha redondamente no respeito à lei, que tem falhas incríveis que se prosperam podem ser questionadas a qualquer momento em qualquer quórum.** Portanto, essa não é a maneira que o comitê poderia agir com respeito aos seus direitos e seus deveres. O que aqui foi praticado, sabendo dos direitos e deveres do comitê. A ação se baseou em uma ação indevida, inadequada que fora feita anteriormente. Por isso a minha justificativa do voto, sou contra porque estamos trabalhando por sobre uma ação que é absolutamente ilegal” (CBHSF, 2012, p. 04. Grifos nossos).*

A CCR do Alto decidiu destituir a então coordenadora licenciada e elaborou uma moção de repúdio ao ato da ANA que determinou o fechamento do escritório da AGB do Alto. Segunda a ata, consta no texto da moção:

Considerando os fatos que levaram ao fechamento do escritório da CCR do Alto São Francisco, por meio de um ato administrativo determinado pela ANA que culminou com a intervenção da Agência Peixe Vivo do escritório da CCR do Alto São Francisco; Considerando que a Diretoria do Comitê não foi comunicada ou consultada quanto às medidas adotadas em virtude das questões levantadas na sindicância realizada pela ANA; Considerando que a ANA não deu a conhecer à Diretoria do CBHSF o teor do processo de sindicância que motivou a intervenção sobre sede do CCR Alto, apesar de formalmente solicitada pela referida diretoria; RESOLVE: Aprovar esta moção a ser encaminhada à Agência Nacional de Águas - ANA e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com os seguintes objetivos: I - Manifestar a discordância com a intervenção promovida pela ANA, por meio da AGB Peixe Vivo, junto à Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco, que culminou com o encerramento das atividades do escritório da referida Câmara; II - Ressaltar a importância da reabertura do escritório da CCR ALTO SÃO FRANCISCO, a fim de que as atividades da própria Câmara não sejam prejudicadas e debilitadas em razão da ausência de suporte técnico-operacional. Márcio Tadeu Pedrosa, Secretário da CCR Alto, Coordenador em Exercício (CBHSF, 2012, p. 05).

Nesse caso, a lógica midiática na qual o CBHSF se encontra não propiciou a ampla divulgação dos acontecimentos desvirtuados da esfera político-administrativa desta entidade. Apenas duas atas da sindicância foram disponibilizadas publicamente. A circulação do e-mail denúncia circulou apenas na esfera da direção; não foi reportada no site da entidade. A exposição midiática difunde um comitê eficiente, inclusive com o slogan da lógica empresarial de promover a alocação eficiente dos recursos da cobrança, que não se aplica à prática do CBHSF. Serão apontados alguns casos a seguir.

A empresa AGB PEIXE VIVO administra os montantes arrecadados da cobrança da água, bem como tem o papel de planejar, apontar determinadas demandas e cumprir metas de execução da peça orçamentária do CBHSF, do período 2013-2015; entre elas, o componente “comunicação”, que exige uma ampla divulgação das realizações e da imagem do CBHSF. Nesse intuito, a AGB contrata a empresa a CDLJ PUBLICIDADE LTDA ME, via concorrência, por período de vigência inicialmente de três anos, empregando os montantes de R\$ 3.489.642,49⁵⁶ (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), alocados para a comunicação, cuja vigência foi de 09/03/2012 a 08/03/2014.

Os valores representam aproximadamente 7% do total de recursos disponíveis pela cobrança da água. A saber, o contrato foi renovado, mas o nome de fantasia da empresa foi alterado para Yáyá Comunicação, cujos proprietários são os mesmos da empresa anteriormente contratada. Um “Termo Aditivo ao Contrato 07/2012” foi firmado em 7 de março de 2014, com vistas a prorrogar o prazo de duração da vigência contratual por mais 24 meses, com acréscimo de R\$ 3.489.642,49 (três milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos). Um segundo termo aditivo foi firmado no dia 5 de junho de 2015, justificado por um aumento quantitativo no objeto do contrato e o consequente aumento de R\$ 795.464,42 (setecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos). Ou seja, 4,2 milhões gastos com comunicação até o ano de 2016.

A justificativa da contratação da empresa de comunicação encontra-se na necessidade de dar maior visibilidade ao comitê, devido aos indicadores necessários para a aprovação das metas determinadas para a entidade delegatária, que envolvem desde a execução de um plano de comunicação até a utilização dos recursos com metas quantitativas. Nesse sentido, foram confeccionados produtos de comunicação pautados

⁵⁶ Os valores estão disponibilizados no site do comitê no sítio: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/contrato-de-gestao/contratos-firmados-2>>.

em apelos midiáticos e de exposição no meio político e ministerial, corroborando a interpretação de uma nova gestão pautada na imagem, sem grandes compromissos com a realidade vivida das populações à margem do rio. O contrato tem como objetivos específicos:

Tornar efetiva a comunicação entre o CBHSF e os diferentes públicos da Bacia, mediante o **estabelecimento de estratégias e a construção de relacionamentos**; promover e facilitar os fluxos de comunicação interna do CBHSF; Desenvolver atividades de relacionamento com a imprensa; Planejar e criar elementos para campanhas educativas e sociais, **com vistas a difundir conceitos institucionais indutores de práticas positivas**; Apoiar o processo de mobilização social (CDLJ⁵⁷, 2012, p. 02. Grifos nossos).

Durante os dois anos de participação no comitê, foram percebidos em algumas peças publicitárias de divulgação um direcionamento da imagem vinculada do comitê à imagem da presidência⁵⁸ da entidade. Os compromissos do presidente estão estritamente direcionados ao que ele define como “pauta positiva”, cujas ações estão vinculadas principalmente a visitas políticas aos Ministérios, Câmara e Senado Federal, além de outros países, objetivando a “divulgação” da gestão do comitê, sempre acompanhado de uma cobertura jornalística, tendo como meta a divulgação no site, na revista do CBHSF e toda a editoração dos produtos de comunicação.

É oportuno ressaltar que, de fato, existe uma necessidade de visibilizar o comitê. Contudo, o princípio básico da alocação de recursos deveria ser traçado, a priori, no diálogo com as comunidades, historicamente impactadas pelos barramentos para a produção de energia e pela captação da água para a irrigação. Na última década, os usuários desses dois segmentos dos usos múltiplos da água na bacia potencializam conflitos de ordem das mais diversas, devido à escassez da água, tanto quantitativa quanto qualitativa.

No que concerne à questão do uso múltiplo das águas, está previsto na Lei n. 9.433/97, na denominada lei das águas brasileira. Porém, a factibilidade de tão harmônica convivência dos diversos interesses em utilizar os estoques hídricos da bacia sinaliza para um cenário de conflitos ainda maiores, os quais deveriam ser resolvidos no âmbito dos comitês, o que não tem ocorrido na prática.

⁵⁷ CDLJ PUBLICIDADE LTDA. Documento de apresentação da empresa CDLJ PUBLICIDADE LTDA apresentado à CBHSF no ano de 2012. Só tivemos acesso a ele enquanto ocupávamos o cargo de vice-presidente desta última entidade, pois ele é de circulação interna da CBHSF.

⁵⁸ O presidente eleito interinamente no ano de 2012 para a vacância ocorrida nesse mesmo ano foi reeleito para o mandato do período de 2013-2016.

Cotidianamente, os impactos causados pela produção de energia mediante a operacionalização de vazões abaixo das consideradas mínimas, com defluência a partir de Sobradinho de $1300\text{mts}^3/\text{s}$, foram desconsiderados desde abril de 2013. Vale salientar que a vazão na proporção supracitada já foi praticada anteriormente. Todavia, quando aconteceu, foi realizada em seguida uma vazão compensatória, com maiores volumes de água, diferentemente do que vem ocorrendo desde 2013.

No início do ano de 2015, a ONS solicitou diminuir a vazão de defluência para $900\text{mts}^3/\text{s}$ e esta foi concedida pelo Ministério do Meio Ambiente. Como se pode perceber, a administração dos usos múltiplos que, em tese, deveria ser da alçada do CBHSF, na verdade, é decidida em outra esfera institucional, o que torna o comitê um mero expectador das decisões de usos múltiplos da água na bacia. Para materializar ainda mais esta hipótese, aponta-se o novo quadro de restrição solicitado pela CHESF para operar com a vazão defluente de $800\text{mts}^3/\text{s}$. Segundo a ASCOM⁵⁹ do CBHSF:

Diante do cenário hídrico desfavorável que vive o rio São Francisco, a vazão que sai da represa de Sobradinho será novamente reduzida este ano. Atualmente, a barragem, localizada na Bahia, opera com $900\text{m}^3/\text{s}$. A previsão é que a partir de 1 de dezembro sejam iniciados os testes para que se chegue aos $800\text{m}^3/\text{s}$. A possibilidade foi admitida pela Agência Nacional de Águas (ANA) em reunião realizada com o setor elétrico nesta terça-feira (27.10), na sede do órgão, em Brasília. A norma evitaria o esvaziamento da capacidade hídrica da usina, hoje com apenas 4,55%, pior nível da sua história. No entanto, a redução só será validada pela agência reguladora no final de novembro, após nova rodada de discussão com os atores da bacia para avaliação dos prejuízos na economia local e no abastecimento da população ribeirinha. Até lá, a vazão se mantém em $900\text{m}^3/\text{s}$, em consonância com a resolução acordada durante a reunião. Participando do encontro na qualidade de observador, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco se opôs à regra restritiva, defendendo que se avalie a aplicação ou não da medida a partir do término do período úmido. “Os parâmetros apresentados não foram suficientes para nos convencer da necessidade de uma redução ainda maior da vazão defluente de Sobradinho. Num contexto em que qualquer decisão, seja qual for, vai provocar conflitos, é melhor ter mais segurança e mais cautela na hora de adotar medidas que possam comprometer a qualidade das águas”, disse Anivaldo Miranda, presidente da entidade. Em outro momento, Miranda defendeu a mudança nos atuais modelos de operação dos reservatórios da bacia do São Francisco. “A proposta do Comitê é que se construa uma agenda futura em paralelo ao da crise hídrica, dedicada ao estudo de saídas mais duradouras para as crises de escassez de água. Isso só poderá ser feito quando forem adotadas posições corajosas de mudança nos modelos de gestão das usinas hidrelétricas do país”, frisou (CBHSF, 2015).

⁵⁹ Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/vazao-de-sobradinho-podera-sofrer-nova-reducao/>>. Acesso em: 26 out. 2015.

Apenas três conflitos de uso múltiplo foram registrados no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF): o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), o conflito de navegabilidade instruído pela ONG *Canoa de Tolda* e a empresa privada *Estrela Guia*, de 2014, e o terceiro conflito, apontado pelo presidente do comitê do Rio Salitre (BA), que se refere ao conflito de uso das águas desse afluente do Rio São Francisco.

O conflito do PISF foi protocolado no ano de 2004⁶⁰ pelo Fórum de Defesa Permanente do Rio São Francisco, com a intenção de proibir a execução do projeto. Uma primeira análise por parte da Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL) só ocorreu no ano de 2005 (ANEXO IV). Ademais, a morosidade da análise dos processos de conflito parece ser característica deste comitê, pois o encaminhamento para os órgãos responsáveis pelo PISF só ocorreu no ano de 2008.

Como resposta ao pleito, os órgãos responsáveis, o MMA e o Ministério da Integração (MI), justificam que a competência hierárquica de arbitrar a respeito de conflitos de uso está prioritariamente relacionada ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos. Segundo o Ministério da Integração, esse conflito já havia sido julgado no âmbito jurídico, alicerçado no fato de que o PISF já possuía licença prévia para a instalação, bem como tinha o aval do Supremo Tribunal Federal através dos autos da ACO/876.

O recebimento do parecer do MI, bem como as justificativas do MMA para a autorização da licença prévia, recebidos pelo secretário do CBHSF em 18 de março de 2008, só foram encaminhados no ano de 2015 para o conhecimento da CTIL. A morosidade em analisar os processos de conflitos tornou-se uma marca da ineficiência do CBHSF. Tais processos foram sempre encaminhados para outros órgãos da instância superior, isto é, MMA e ANA, depois de um longo tempo tramitando internamente nas câmaras técnicas. Afinal, não seria responsabilidade do comitê julgar e resolver conflitos?

Diante do exposto acima, pode-se afirmar que o comitê não possui poder de arbitrar, de forma final, os conflitos que existiram ou venham a existir na BHSF, dada a sua posição hierárquica no processo de decisão, somada à sua ineficácia no que tange à celeridade de julgar os processos administrativos sob sua responsabilidade, referente a conflitos de usos múltiplos. Um dos objetivos de formação do comitê é “estabelecer as

⁶⁰ Processo Administrativo 001/04, que culminou na Deliberação n.19, de 27 de outubro de 2004, que define os critérios de análise do conflito de uso.

regras de conduta em favor dos usos múltiplos das águas”. Porém, não detém o poder de deliberar de forma conclusiva.

O segundo conflito registrado no CBHSF teve como sujeitos da ação a ONG Canoa de Tolda⁶¹ e a empresa privada Estrela Guia⁶², no intuito de resolver o problema de navegação de longo curso no trecho do Baixo SF, diante do regime de redução de vazão. Com o regime de redução de vazão, as duas entidades, a Canoa de Tolda e a Estrela Guia, não conseguiam navegar no leito do Rio São Francisco, na região fisiográfica do baixo curso, impossibilitando a realização de suas atividades de barco. Ou seja, a baixa vazão prejudicava as atividades de cunho social, já que a Canoa de Tolda tem projetos de educação ambiental cuja utilização do barco é tombada pelo Patrimônio Histórico Natural. Já a Estrela Guia, empresa com fins de transporte de carga (carros, motos, caminhões etc.) via balsa de uma margem à outra, fica impedida de efetivar suas atividades.

No caso do conflito da Canoa de Tolda e empresa Estrela Guia, a primeira audiência foi marcada com a defasagem de um ano, pois a solicitação ocorreu em 2014. Somente em 2015 ocorreu a primeira audiência, sem a presença das partes interessadas que apontaram o conflito. Segundo o responsável pela Canoa de Tolda, por meio de correspondência dirigida ao presidente do CBHSF, ele conduziu o agendamento da audiência mesmo sem a concordância do local e hora determinados pelo comitê, dificultando a conciliação do conflito.

A justificativa da ONG Canoa de Tolda refere que a “dupla nulidade”⁶³ a constar no Ofício CT-030/2015– 22.06.2015 (ANEXO V) consiste na localização indicada da referida audiência:

Por se tratar de cidade fora da bacia hidrográfica do São Francisco e distante dos domicílios dos proponentes hipossuficientes do conflito, violando assim os princípios da participação e da publicidade, essenciais à atuação do CBHSF. A segunda nulidade consiste na escolha da data da audiência para dia em que o CBHSF já havia sido comunicado da impossibilidade de uma das partes se fazer presente (CANOA DE TOLDA, 2015, p. 01).

⁶¹ Entidade que atua há mais de 20 anos na região do Baixo SF, no âmbito da educação ambiental e preservação do patrimônio naval.

⁶² Realiza o transporte de pessoas e veículos na travessia do rio, inclusive com a realização serviços turísticos.

⁶³ Para Martins (2004, p. 177), “[...] Nulidade é a sanção determinada pela lei, que priva o ato jurídico de seus efeitos normais, em razão do descumprimento das formas mencionadas na norma jurídica [...]” Martins, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho, Atlas, 22ª edição, 2004, p.177”.

A viagem foi comunicada diretamente ao presidente do CBHSF no dia 17/04/2015, conforme documentação acima citada. A conduta de agendar e manter reunião para uma data em que o proponente havia previamente comunicado a impossibilidade de comparecer viola o direito de se fazer presente em ato essencial para o deslinde do processo.

A pouca celeridade do CBHSF em resolver os conflitos já é uma prática recorrente no comitê. O fato ocorreu no caso do PISF e foi replicado no caso do conflito de uso registrado pela entidade Canoa de Tolda em abril de 2014. Todos os casos citados apresentaram morosidade. Uma primeira pauta a respeito desta questão para realizar uma audiência só ocorreu em fevereiro de 2015, por parte da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL). O conflito estabelecido em 2014 ainda não tinha o conhecimento de todos os membros do comitê (houve uma plenária no segundo semestre de 2014 e o conflito sequer figurou como ponto de pauta). A primeira vez que o tema foi abordado foi um ano depois do início do conflito, apenas no âmbito de um pequeno grupo de especialistas que não chegaram a nenhuma conclusão ou ação. No final do ano de 2015, precisamente no dia 10 de dezembro, a CTIL divulga a notícia no site do CBHSF⁶⁴:

O coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), Roberto Farias, confirmou que a denúncia feita em 2014 pela organização Canoa de Tolda, sociedade socioambiental do Baixo São Francisco e a empresa fluvial Estrela Guia (que opera na travessia entre Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE) se caracterizou, de fato, como sendo um conflito pelo uso da água. A apresentação integrou a XXVIII Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que vem acontecendo no Hotel Catussaba, em Salvador (BA). Na época, a reclamação dos denunciantes era sobre as dificuldades de navegação no São Francisco, sobretudo na região do Baixo, entre Alagoas e Sergipe, por causa do assoreamento e das frequentes reduções das vazões de 1300m³/s para 1100m³/s, autorizadas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A CTIL, por meio de uma comissão, concluiu que a denúncia tem fundamento e sugeriu uma deliberação à plenária do CBHSF, aprovada na sessão de hoje, com exceção de algumas entidades, a exemplo da Chesf, que votou contrário ao documento, alegando que as reduções só foram realizadas por conta da situação hidrológica desfavorável nos últimos anos na bacia, não havendo intenção de prejudicar os usuários em questão (CBHSF, 2015).

Foram necessários dois anos tramitando internamente o processo do conflito para despachá-lo a outras instâncias. Vale lembrar que foram realizadas reuniões para este fim,

⁶⁴ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CBHSF. CTIL confirma conflito de uso. **Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco [online]**. 10 dez. 2015. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/ctil-confirma-conflito-de-uso/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

inclusive com diária para os integrantes, custeadas pelos montantes recebidos da cobrança. Uma simples observação de caráter técnico do comitê da impossibilidade de as duas embarcações navegarem no rio poderia dar o mesmo veredito. Percebe-se que seu objetivo básico, “Implementar a política de recursos hídricos em toda bacia, estabelecer regras de conduta locais, gerenciar os conflitos e os interesses locais⁶⁵”, não está sendo cumprido.

No conflito de uso para a navegabilidade de longo trecho, o registro se deu após inúmeros alertas feitos pela entidade Canoa de Tolda. Ainda enquanto membro titular do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, tais alertas foram relativizados e minimizados perante a necessidade de uso para a produção de energia e irrigação. Antes de registrar o conflito, a entidade Canoa de Tolda provocou os membros do comitê a realizar uma expedição no ano de 2013, para verificar o impacto causado pela redução de vazão do rio, abaixo da considerada vazão ecológica, que garante minimamente a preservação da flora e da fauna às suas margens.

No que se refere à atuação no comitê, foi possível observar que as ações relacionadas à solicitação oficial da CHESF de diminuir a vazão e o acatamento de tal demanda por parte do IBAMA foram, no mínimo, inócuas. Por duas vezes, a CHESF conseguiu diminuir a vazão. A primeira ainda em 2013, para a cota de 1100 m³/s, a segunda, já em 2015, para 900 m³/s e a terceira cota para 800 m³/s em dezembro de 2015. O comitê “assistiu” à empreitada como mero espectador.

Com o discurso de necessitar produzir mais energia, no dia 1 de abril de 2013, a CHESF solicita operar numa vazão de 1.100. m³/s, em um momento de seca profunda. Alerta-se que a CHESF praticou esse volume de vazão até o início de 2015, com o agravante de desconsiderar também o que usualmente foi estabelecido, “soltar mais água” em períodos secos e menos água nos períodos úmidos na bacia. Até o desfecho desta pesquisa, em agosto de 2015, o cenário de crise hídrica e ambiental no baixo curso do rio se agravava, até mesmo porque a CHESF em Sobradinho operava a 900 m³/s de vazão defluente. A decisão do MMA de apoiar todas as solicitações de diminuição dos volumes operados à jusante de Sobradinho aponta para a total fragilidade do poder decisório do CBHSF, que não foi consultado se tal ação poderia ocorrer, sendo apenas comunicado da decisão, a qual foi verticalizada no âmbito dos ministérios federativos.

⁶⁵ CBHSF. **Objetivos e competências**. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/objetivos-e-competencias/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

Alguns relatórios foram confeccionados pela CHESF ao longo do período de 2013 até o ano de 2015, em grande parte com base apenas em registros fotográficos aéreos. Tais relatórios informavam, por vezes, que as Companhias Estaduais de Água e Esgotos do Baixo São Francisco teriam a captação comprometida, sugerindo que fosse providenciado o remanejamento da posição das bombas para não prejudicar o abastecimento público.

Entre tantas tentativas malsucedidas de vetar a operacionalização, uma única ação do comitê foi financiar a expedição para observar a dinâmica e evolução dos impactos ambientais por uma equipe de especialistas, em sua maioria membros da entidade. Dessa forma, foi possível confrontar os dados oferecidos pelas empresas impactantes com esse conhecimento empírico apreendido nas visitas técnicas. Os relatos dos ribeirinhos e trabalhadores do rio, de uma forma geral, foi que o rio “está morto”. A navegação está prejudicada, os peixes estão cada vez mais escassos e até a água de beber, que antes era tirada do rio, hoje não pode sê-lo, pois a “maré alta” leva, segundo alguns ribeirinhos, o sal até a cidade de Penedo.

Os trabalhos de campo, realizados no ano de 2013 com os membros do comitê e, no ano de 2014, de forma independente, pretenderam coletar dados primários por meio dos relatos dos ribeirinhos, com a finalidade de sistematizar a memória oral. Os dados primários e secundários da pesquisa foram transcritos e analisados para melhor compreender como ocorre o fenômeno de priorização do uso água para hidroeletricidade, ante a sobrevivência de populações ribeirinhas do Rio São Francisco.

Para os ribeirinhos, a convivência historicamente construída ao longo dos séculos de prover a segurança alimentar da família por meio do uso dos recursos existentes às margens do rio tornou-se insustentável. O cultivo de arroz nas lagoas marginais e a pesca tradicional não mais garantem o alimento das populações tradicionais. Este foi o cenário encontrado durante a expedição realizada em 2013, do qual pudemos participar. Este aspecto será tratado no quarto capítulo desta pesquisa.

Uma sinalização do afastamento do propósito genuíno do comitê, isto é, mediar conflitos de uso múltiplos, foi o ingresso na direção de outra ideologia, traçada ainda no ano de 2007, como mostrava a Revista n. 01 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2ª Edição). As palavras do atual presidente se traduziam no seguinte pensamento:

Reduzir o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ao cadastramento dos usuários, à implantação da agência de bacia e do sistema de cobrança pelas águas não é exatamente o que pensa a maioria dos seus

membros. O CBHSF quer muito mais. Quer ser também o porta-voz da verdadeira gestão das águas e do espaço. Quer ser instrumento de organização da sociedade. Quer ser incentivador do debate do desenvolvimento. Quer ser lugar de intermediação dos conflitos da água com o olhar da sustentabilidade. (MIRANDA, 2007, p. 28)

Nesses termos, cabe perfeitamente a interpretação de que, naquele momento, os membros afastados por pretensões à candidatura política estadual já aludiam o verdadeiro intuito da sua participação, traduzido na síntese de como o comitê vinha atuando. Numa perspectiva de interesse pessoal, a participação no comitê destinava-se para fazer marketing como ativista ambiental, no intuito de galgar espaço na política em qualquer esfera. Nas palavras do deputado Jorge Khoury (2007, p. 28),

face à necessidade em atender às exigências da legislação eleitoral, o companheiro Anivaldo Miranda e eu precisamos nos afastar da diretoria que passou a ser dirigida, de forma exemplar, pelo trio por demais conhecido de todos e que vem, ao longo deste tempo, dando estabilidade e consolidando as ações do CBHSF, nomeadamente: Presidente – José Carlos Carvalho; Vice-Presidente – Luís Carlos Fontes; e Secretária Executiva – Yvonilde Medeiros, professora da Universidade Federal da Bahia - UFBA, destemida defensora da bacia, respeitada técnica, reconhecida nacional e internacionalmente, que vem respondendo com segurança.

A respeito da formação da nova DIREX⁶⁶, do ano de 2007, apontada pelo deputado Jorge Khoury⁶⁷, do Partido Democratas (DEM) da Bahia, na citação acima, pode-se afirmar que esta foi a mais “acadêmica” de todas, pois a vice-presidência e secretaria eram constituídas por dois representantes das instituições de pesquisa, a saber: UFS e UFBA, respectivamente. Durante esta gestão, o comitê era financiado pela ANA

⁶⁶ DIREX- Diretoria executiva, no Comitê do São Francisco, formada pelo presidente, vice-presidente e secretário.

⁶⁷ O deputado não conseguiu se reeleger nas últimas eleições. Exerceu os seguintes mandatos (na Câmara dos Deputados): Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, BA, PFL. Dt. Posse: 01/02/1991; deputado federal, 1995-1999, BA, PFL. Dt. Posse: 01/02/1995; deputado federal, 1999-2003, BA, PFL. Dt. Posse: 01/02/1999; deputado federal, 2003-2007, BA, PFL. Dt. Posse: 01/02/2003; deputado federal, 2007-2011, BA, PFL. Dt. Posse: 01/02/2007. Licenças: Licenciou-se do mandato de deputado federal, na legislatura 1991-1995, para exercer o cargo de secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, de 2 de janeiro a 31 de janeiro de 1995, assumindo, como suplente, o deputado José Penedo. Licenciou-se do mandato de deputado federal, na legislatura 1995-1999, para exercer o cargo de secretário da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia, de 3 de fevereiro de 1995 a 3 de abril de 1998. Licenciou-se do mandato de deputado federal, na legislatura 1999-2003, para exercer o cargo de secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, de 2 a 31 de janeiro de 2003. Licenciou-se do mandato de deputado federal, na legislatura 2003-2007, para exercer o cargo de secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, de 4 de fevereiro de 2003 a 14 de fevereiro de 2006 e, a partir de 21 de fevereiro de 2006, licenciou-se do mandato de deputado federal, na legislatura 2007-2011, para tratamento de saúde, por 30 dias, a partir de 8 de novembro de 2010, e de 8 de novembro a 8 dezembro de 2010, sem convocação de suplente. Filiações Partidárias: PDS, 1980-1986; PFL, 1986-2007; DEM, 2007.

e ainda não existia o braço executivo do comitê. A agência das águas e o comitê ainda não possuíam dotação orçamentária para a gestão. Todo o custeio para mobilização social foi financiado pela Agência Nacional das Águas.

Para melhor compreender como foram formalizadas a autonomia de gestão financeira e a política da gestão hídrica por bacias no Brasil, serão apresentados, no tópico a seguir, os procedimentos e práticas de gestão estabelecidas no âmbito dos comitês de bacia, em particular, no CBHSF.

2.2 O comitê de bacia hidrográfica do Rio São Francisco: práticas e procedimentos

O intento deste tópico é apresentar como o comitê é formado, sua operacionalização, bem como de que forma ele se concretiza no jogo político. Acredita-se haver uma necessidade urgente de reformulação estrutural nos comitês de bacia do Brasil, considerando o que foi vivenciado, exposto a seguir.

A Política Nacional dos Recursos Hídricos norteia como deve ser gerida a água no Brasil, seguindo, entre outros, os seguintes princípios:

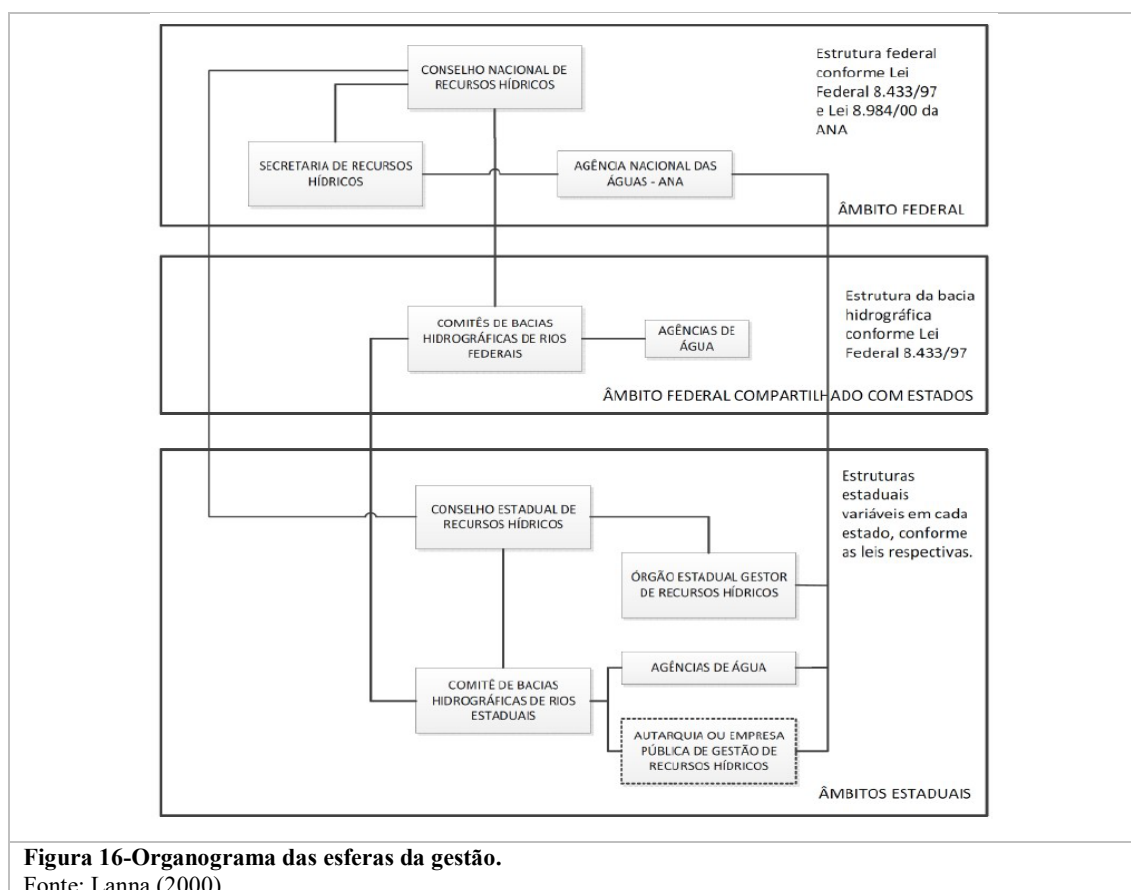
- A água é um recurso limitado, sendo um bem de domínio público, dotado de valor econômico;
- Em momentos de escassez, o uso prioritário da água é para o consumo humano e para a dessedentação de animais;
- A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação e gestão da PNRH e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH);
- A gestão da água, enquanto recursos hídricos, deve proporcionar o uso múltiplo das águas;
- A gestão da água deve ser descentralizada, constituída em um formato tripartite com a participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil organizada;
- A Agência Nacional das Águas (ANA) é o órgão superior nacional cujo objetivo é “disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos”⁶⁸. Trata-se do órgão superior na hierarquia de gestão hídrica no Brasil.

⁶⁸ ANA. **Sobre a ANA**. Disponível em:

<<http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/default.aspx>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

A depender da unidade federativa, há também órgãos estaduais e municipais que tratam exclusivamente dessas questões. Nessas duas últimas esferas, o tratamento das questões hídricas pode ou não estar vinculado a um órgão exclusivo ou a secretarias que administram os recursos naturais como um todo (Figura 16).

Um rio estadual que é afluente de outro federal pode gerar interesses diversos, nas distintas esferas de planejamento e gestão. A partir dessas considerações, constata-se a possibilidade da deflagração de conflitos institucionais, por conta da questão da dupla dominialidade (estadual e federal). No caso do São Francisco, que é um rio federal, algumas políticas macroeconômicas voltadas para o desenvolvimento propostas por ministérios podem servir como aceleradores dos processos de degradação do rio, causando conflitos de uso e de sustentabilidade socioambiental relacionados a outras esferas de gestão.



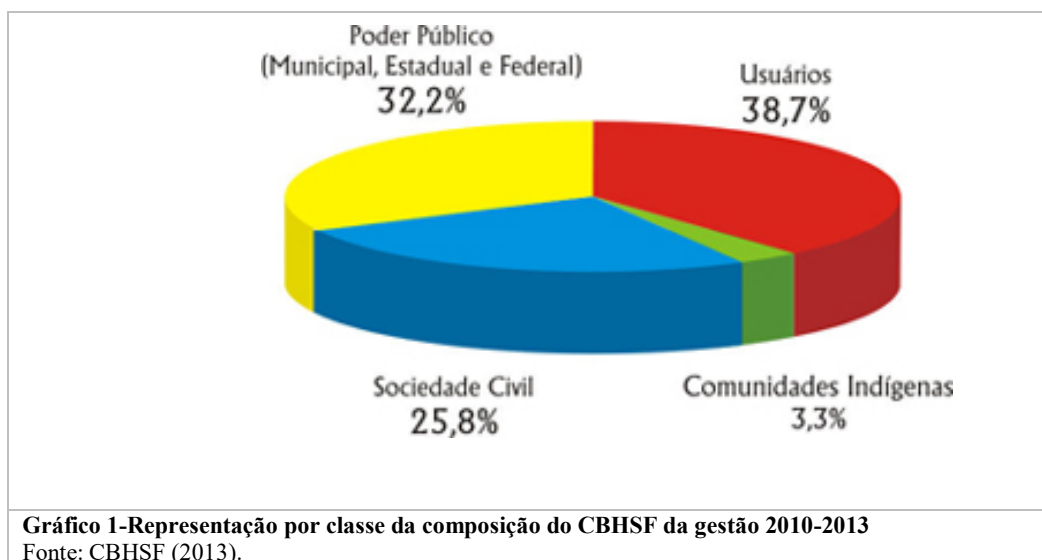
A partir da institucionalização da gestão hídrica no Brasil, através da promulgação da Lei n. 9.433/97, tem-se o modelo de como deveria ser tratada a questão da

representatividade da sociedade como um todo, norteadas por um discurso segundo o qual haveria uma gestão “participativa” das representações nos comitês brasileiros.

O Comitê de Bacia do Rio São Francisco, em sua composição, possui representantes dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e do Distrito Federal, além dos municípios situados, no todo ou em parte, na bacia, como também dos usuários e das entidades civis de recursos hídricos, com atuação comprovada na bacia.

A função de escritório técnico-financeiro do CBHSF é exercida por uma agência de bacia, escolhida em processo seletivo público, conforme estabelece a legislação. A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas – AGB PEIXE VIVO opera como braço executivo do Comitê desde 2010, utilizando os recursos originários da cobrança pelo uso da água do rio para implementar as ações do CBHSF.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF é um órgão colegiado cuja finalidade é realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da bacia. Para tanto, o Governo Federal lhe conferiu atribuições normativas, deliberativas e consultivas. Criado por decreto presidencial em 5 de junho de 2001, o CBHSF, em sua composição tripartite (formada por *Poder Público*, *usuários* e *sociedade civil*) possui 62 membros titulares com seus respectivos suplentes e, em tese, deveria expressar os interesses dos principais sujeitos envolvidos na gestão dos recursos hídricos da bacia. Em termos numéricos, no CBHSF, os *usuários* somam 38,7% do total de membros, o *poder público* (federal, estadual e municipal) representa 32,2%, e a *sociedade civil* detém 29,1%, sendo 3,3% pertencentes às comunidades tradicionais (Gráfico 1).



Os membros titulares devem se reunir duas vezes por ano. Mas, na prática, ocorrem anualmente mais reuniões em caráter extraordinário. As reuniões do plenário, órgão deliberativo do Comitê, são públicas. A diversidade de representações e interesses torna o CBHSF um desafio a mais, pois é a mais complexa experiência de gestão colegiada envolvendo Estado e sociedade no Brasil.

Do ponto de vista operacional, a política institucional é exercida pela Diretoria Colegiada (DIREC), já que estes se reúnem com maior frequência e deliberam, às vezes, por *ad referendum*, as questões mais urgentes da bacia. A Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e os coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais (CCR's) das quatro regiões fisiográficas da bacia - Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco - compõem a DIREC. Esses sete dirigentes têm mandatos coincidentes, renovados a cada três anos, por eleição direta do plenário (Figura 17).



Figura 17 –Estrutura do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
Fonte: CBHSF (2015).

Além das Câmaras Consultivas Regionais, o CBHSF também é composto por Câmaras Técnicas (CT's) de ordem consultiva, que auxiliam as decisões a serem tomadas, já que estas examinam pautas específicas de cunho técnico-científico e institucional, de forma a subsidiar a tomada de decisões do plenário ou mesmo da DIREC. Tais câmaras deveriam ser compostas por especialistas indicados por membros titulares do Comitê. Porém, percebemos, como participante de todas essas esferas descritas, que as cadeiras são negociadas politicamente.

Durante nossa participação na Câmara Técnica de Projetos, Planos e Programas (CTPPP), havia, entre outros, membros indicados pela CCR do Submédio que não possuíam os requisitos técnicos para a elaboração de planejamento econômico-financeiro.

No mandato de 2010-2013, a CTPP tinha como um de seus objetivos preparar o Plano de Aplicação Plurianual⁶⁹ (PAP), referente ao triênio 2013-2015, com os recursos advindos da cobrança da água. Para elaborar o PAP do triênio 2013-2015, foi considerado o conjunto de intervenções descritas no plano de recursos hídricos da bacia, bem como a deliberação CBHSF n. 14, de 30 de julho de 2004, que estabelecia os componentes prioritários, a saber:

- a. Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGHR) e do plano de uso da bacia;
- b. Componente II - Uso sustentável dos recursos hídricos, proteção e recuperação hidroambiental da bacia;
- c. Componente III - Serviços e obras de recursos hídricos e uso das terras da bacia;
- d. Componente IV - Qualidade e saneamento ambiental da bacia;
- e. Componente V - Sustentabilidade hídrica da bacia.

No plano da bacia elaborado em 2004, constavam subdivisões desses componentes acima citados que concretizavam 18 ações e 48 atividades. Esta sistematização foi revisada por um grupo de suporte técnico, que ampliou para 29 ações e 139 atividades. A modificação foi chancelada no artigo 3º da deliberação CBHSF n. 14/2004.

⁶⁹ O Plano de Aplicação Plurianual – PAP é um instrumento de orientação dos estudos, planos, programas, projetos e ações que deverão ser executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Para sua elaboração considera-se os programas estabelecidos no Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2004-2013), as metas definidas no Contrato de Gestão firmado entre a AGB Peixe Vivo e a Agência Nacional de Águas – ANA, e as metas definidas na Carta de Petrolina (CBHSF, 2015).

Mesmo com o esforço da CTPPP de elaborar o PAP, envolvendo reuniões extraordinárias e a ampliação de despesas da mobilização, o plano plurianual preparado culminou na deliberação CBHSF n. 71⁷⁰, aprovada em plenária no município de Penedo (Al), em 28 de novembro de 2012, e esta foi modificada no início do outro mandato, apesar de o presidente, secretário, coordenadores das CCR's do Alto, Médio e Baixo serem os mesmos representantes⁷¹.

Uma parte da construção coletiva elaborada e votada pela plenária, instância maior para deliberar a gestão participativa e democrática do CBHSF, no que concerne à sua execução, foi modificada⁷² para atender à nova pauta estabelecida pela DIREC no ano de 2013, que direcionou parte das verbas para dar apoio ao programa de fortalecimento institucional e aos planos de saneamento municipais, em detrimento da execução de projetos hidroambientais.

O Quadro 4 se refere aos recursos destinados aos investimentos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, de um total previsto de R\$ 44.604.174,40, foi executado o valor de R\$ 13.906.533,80.

AÇÕES DE GESTÃO	R\$
Programa Fortalecimento Institucional	
- Apoio ao CBHSF.....R\$ 1.184.669,55	
- Comunicação e mobilizaçãoR\$ 2.473.670,86	
	3.658.340,41
Instrumentos de Gestão	
- Atualização do plano de baciaR\$ 10.191,33	
- Acompanhamento ações/investimentosR\$ 544.201,75	
	554.393,08
AÇÕES DE PLANEJAMENTO	
Água para Todos	
- Planos municip. de saneamento básico.....R\$ 1.795.000,05	
- Estudos e projetos hidroambientaisR\$ 1.200.713,64	
- Projetos especiaisR\$ 66.067,85	
- Implantação de projetos hidroambientais	
	3.061.781,54
	6.632.018,77
TOTAL	13.906.533,80

Quadro 4 – Demonstrativos de despesas de gestão e planejamento do CBHSF do ano de 2014.
Fonte: RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 7/2015/AUD, ANA (2015).

⁷⁰ CBHSH. **Deliberação CBHSF n. 71**, de 28 de novembro de 2012. Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015 e dá outras providências. Maceió: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 2012. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1131>. Acesso em: 26 jan. 2016.

⁷¹ O coordenador do baixo permaneceu somente até novembro de 2013.

⁷² Esse procedimento também ocorreu na mudança de regimento interno do CBHSF.

A auditoria contratada para avaliar a gestão da AGB PEIXE VIVO/CBHSF revelou os valores totais executados no ano de 2014:

[...] a aplicação de recursos nos investimentos da bacia **evidencia que o elevado custo do programa Fortalecimento Institucional representou 26% (R\$ 3.658.340,41) daquelas despesas no exercício de 2014, sendo que 8,5% (R\$ 1.184.669,55) para apoio ao Comitê, o que significa gasto médio mensal de R\$ 98,7 mil.** Os restantes 17% (R\$ 2.457.395,16) foram gastos com o plano continuado de comunicação – média mensal de R\$ 204,8 mil, mais o valor residual de R\$ 16.275,70 referente ao plano continuado de mobilização. (RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 7/2015/AUD, ANA 2015, p. 05. Grifos nossos).

Mais de um quarto das despesas (26%) executadas no ano de 2014 foram alocadas para o fortalecimento institucional. Entre elas, as ações de apoio ao comitê, que representaram 8,5% das despesas de 2014. No Plano de Aplicação Plurianual (PAPI), a conta sintética de “Fortalecimento Institucional” envolve as seguintes rubricas:

- Apoio à Realização de Reuniões;
- Apoio às atividades da DIREC, das CCR's e câmaras técnicas;
- Apoio à participação de eventos nacionais e internacionais, entre outros.

Com relação à participação em eventos, a *Deliberação CBHSF-DIREC 35* aprovou o patrocínio da participação do Presidente do CBHSF na Conferência de *Cooperação para Água, Energia e Segurança Alimentar em Bacias Transfronteiriças sob mudanças climáticas*, realizada em abril de 2014, na cidade de Ho Chi Minh City, no Vietnã. Na ocasião, a presidência do CBHSF foi acompanhada de um funcionário da CDLJ, empresa responsável pela comunicação CBHSF, para a cobertura jornalística⁷³. Cabe ressaltar que a bacia do Rio São Francisco não está enquadrada como uma *Bacia Transfronteiriça*. Segundo a ANA (2006, p. 53), “rios fronteiros são aqueles que formam fronteira com dois ou mais países”.

Segundo a Auditoria da ANA em 2015, no que diz respeito à participação no evento,

registra-se que nos dias 2 e 3/4/2014, o Presidente do CBHSF participou da “Conferência de Cooperação para a água, energia e segurança alimentar em bacias fronteiriças sob mudanças climáticas”, em Ho Chi Minh City, Vietnã. Os custos da viagem somaram R\$ 13.354,49, sendo que, destes, R\$ 8.661,72 foram custeados pelos organizadores do evento; o custo para o Contrato de Gestão ANA foi complementar de R\$ 4.692,77, que incluiu despesas com

⁷³ A cobertura jornalista consta no site do CBHSF, no link: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/cbhsf-discute-sobre-gestao-participativa-da-agua-no-vietna/>>.

passagens no território brasileiro, diárias, câmbio e reembolso de despesas de táxi. (RELATÓRIO DE AUDITORIA N. 7/2015/AUD, ANA 2015, p. 05).

Além dos gastos de deslocamento e estadia do funcionário da CDLJ (que não constam no comentário da auditoria), ainda se onerou em R\$ 4.692,77 as despesas custeadas pelo CBHSF, para participar por dois dias do mesmo evento. Nesta interpretação, tal participação não envolve uma real necessidade para a gestão da bacia do São Francisco, por não se enquadrar como bacia transfronteiriça. Fica a questão: quanto tempo dura uma viagem para o Vietnã para envolver diárias e despesas neste valor?

Faz-se relevante ressaltar que as diárias praticadas pelo CBHSF são bem superiores às exercidas para o custeio de servidores públicos federais (exceto para cargos especiais e ministros). Ademais, como a plenária, em geral, só acontece duas vezes por ano, pode-se notar que a maioria das decisões do comitê concentra-se na esfera da DIREC, o que dá abertura para o questionamento se a administração da gestão da bacia encontra-se de fato sob a chancela da plenária, espaço democrático e soberano, ou sob a maestria da presidência. Vale ressaltar que, no último mandato, pôde-se contatar que a maioria das deliberações é gerada a partir de demandas pautadas no âmbito da DIREC.

Ao se analisar os documentos do comitê (atas, memórias de reuniões, deliberações, moções), pôde-se verificar uma preocupação com relação à imagem do comitê, inclusive para divulgação internacional. Na minuta da ATA, denominada “Ajuda Memória”, referentemente à reunião da diretoria colegiada - DIREC- realizada em 16 de abril de 2014, na cidade de Maceió- AL, consta a seguinte informação:

O Sr. Anivaldo Miranda reitera a reclamação sobre a ausência de cobertura jornalística nas inaugurações de projetos, a necessidade de melhoria das fotografias feitas pela CDLJ e, principalmente, a falta de atenção à mídia externa. Solicita também a elaboração de publicações em inglês. A Sra. Malu Follador disse que não recebeu o convite para a inauguração da obra em Feira Grande e que a fotografia feita em celulares de boa qualidade atualmente são utilizadas pela imprensa profissional, já que a qualidade das imagens nesses equipamentos são melhores ou iguais a algumas máquinas profissionais. A Sra. Juliana Araújo esclarece a todos que no dia 27 de março, o convite para entrega do projeto em Feira Grande/AL foi encaminhado tanto para a Diretoria da AGB Peixe Vivo, como para a CDLJ (CBHSF, 2014, p. 03).

O CBHSF possui, na atualidade, o pensamento nos moldes empresariais, e isto está posto na avaliação na reunião da DIREC a respeito da diminuição da receita do comitê, somada às hipóteses ventiladas para proporcionar um aumento da receita, sendo feita uma

reavaliação que extrapola os valores já praticados, ou a inclusão da cobrança dos afluentes, conforme consta na memória da reunião da DIREC realizada em Maceió no dia 16 de abril de 2014:

Abertura do presidente do CBHSF; contextualizando as divergências que o CBHSF está tendo com a AGB Peixe Vivo, relacionadas ao atendimento ao comitê; informa sobre a destinação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sobre as reuniões na ANA para tratar do uso dos 7,5% do custeio; **explica sobre a dotação originária da CFURH destinada pela ANA à AGB Peixe Vivo, ressalta que não houve um acompanhamento adequado pelo comitê e que ocorreu um descontrole no uso desse recurso**, que foi finalizado no ano de 2013. Informa que reclamou com a agência que o problema deveria ter sido compartilhado com o comitê, e explica que o momento atual está voltado para resolução dessa situação. **Para o presidente, uma das saídas seria aumentar a capacidade de arrecadação, identificando quem não está pagando ou aumentar o preço da água bruta, o qual atualmente é insignificante.** O Sr. Anivaldo Miranda informa que na reunião com o presidente do conselho de administração da agência no dia 18 de março, pediu à AGB Peixe Vivo a elaboração de uma fundamentação para solicitação à ANA de um novo aporte financeiro, reforça o pedido, pois diz que ainda não recebeu nenhum retorno a esta demanda. O secretário informa que conversou com o vice-presidente do CBHSF sobre a criação uma comissão para discussão do assunto. Para o Sr. Cláudio Pereira, deve-se fazer a implementação da cobrança nas bacias dos rios afluentes, pois são grandes demandantes de água (CBHSF, 2014, p. 01. Grifos nossos).

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)⁷⁴, a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários, Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Na Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que passa a contar com modificações atribuídas pelas Leis n. 9.433/97, n. 9.984/00 e n. 9.993/00, do total arrecadado, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das Usinas Hidroelétricas (UHE's). A União fica com 10%, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A compensação financeira é na ordem de 6,75% do valor da energia produzida. A receita da arrecadação é calculada segundo uma fórmula padrão: $CF = 6,75\% \times \text{energia gerada no mês} \times \text{Tarifa Atualizada de Referência (TAR)}$. A TAR é definida anualmente por meio de Resolução Homologatória da ANEEL. A produção de energia gerada pelas

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) são dispensadas do pagamento da Compensação Financeira.

Os 10% da CF destinados à União são divididos entre o Ministério de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (3%); o Ministério de Minas e Energia arrecada 3% e, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, são destinados 4%, administrados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O percentual de 0,75% é repassado ao MMA para a aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Uma das observações constatadas por meio da análise documental foi a institucionalização da visão mercadológica empresarial da necessidade de propagar a imagem de um comitê ativo e preocupado com as questões ambientais, que justificam a ampliação dos gastos com diárias e deslocamentos principalmente da DIREC. A partir de 2013, no segundo mandato da atual presidência, todas as deliberações emitidas pela DIREC, além das deliberações do CBHSF demandadas pela DIREX, são estritamente ligadas ao remanejamento financeiro de rubricas alocadas para o Plano Plurianual de Aplicação (PAP), que estavam de acordo com a vontade da plenária, soberana em suas demandas.

A DIREC vem regularmente remanejando valores destinados a rubricas chanceladas pela plenária, acima dos percentuais citados na deliberação 71, que autoriza a AGB PEIXE VIVO com o aval da Direção Colegiada (DIREC), sem a necessidade do aval de uma nova plenária. Se, nos dois últimos anos, várias rubricas foram remanejadas, para que fazer um planejamento orçamentário? Para que foram realizadas despesas de mobilização da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) no intuito de fazer uma verificação final do que foi sugerido pela AGB PEIXE VIVO? Ademais, a agência recomenda a alocação para o plano de aplicação e já no segundo ano aconselha modificações.

Vale ressaltar que uma das funções da agência de águas é cumprir com as metas elaboradas e deliberadas para execução. Se é possível sugerir o rearranjo dos valores rubricas, há também a possibilidade de readequar as metas nas quais não se teve efetividade e, por conseguinte, obter uma avaliação positiva de cumprimento da gestão.

Alguns representantes da DIREC questionam alocações que deveriam ser orçadas por órgão com dotações orçamentárias específicas, ou mesmo redirecionadas para outras ações. Na memória da reunião da DIREC realizada em 5 de junho na cidade de Maceió, o vice-presidente do CBHSF expressa preocupação com os gastos do CBHSF. Entre eles,

os valores desembolsados para o Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) no documento consta: “[...] a preocupação dele além da contenção de despesa do CBHSF, é gastar com que não deve ser gasto [...]” (CBHSF, 2015, p. 4). No relato, o vice-presidente se refere à parte dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em apoio às atividades de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), coordenadas pelo Ministério Público dos estados da Bahia e de Alagoas, que podem ser ampliadas no novo PAP de 2016-2018, em valores e abrangência.

Durante a execução do PAP 2013-2015, foram alocados para este fundo o total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) com a distribuição do repasse de meio milhão ao longo de três anos. A preocupação do vice-presidente, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), reflete a ponderação do setor industrial e a lógica privada da alocação dos recursos. Uma consulta foi realizada junto ao Supremo Federal para verificar a legalidade da transação.

Nos diálogos estabelecidos para a elaboração do PAP 2013-2015, do qual participamos, levantamos a questão da legalidade da utilização desses recursos alocados para o FPI, apresentando valores relativamente significativos no montante geral da cobrança da água.

Acredita-se que os Ministérios Públicos (MP) possuem dotação orçamentária para a realização de fiscalização. Além disso, no caso de existir tal convênio, este deveria ser distribuído igualitariamente para todos os Ministérios Públicos dos estados que compõem a bacia. Segundo o CBHSF⁷⁵: “No ano passado, o Tribunal de Contas da União respondeu a uma consulta apresentada pelo CBHSF, através da qual considera legal o custeio de policiais e servidores, na forma de diárias, quando na execução de ações de apoio ao Comitê” (ASCOM, 2015).

Segundo o CBHSF, desde 2002⁷⁶, existe o programa do FPI no Ministério Público da Bahia, que já realizou 35 edições das expedições, com visita a 115 municípios, além de 34 audiências públicas e mais cursos e encontros com a temática ambiental. A promotora pública, Luciana Khoury afirmou, durante a cerimônia e renovação da parceria: “Mais de 10 mil animais silvestres, que estavam sendo criados ou comercializados de forma ilegal,

⁷⁵ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CBHSF. Promotores querem apoio do Comitê para fortalecer FPI. In: **Comitê Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. 4 ago. 2015. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/promotores-querem-apoio-do-comite-para-fortalecer-fpi/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

⁷⁶ O Ministério Público de Alagoas passou a realizar ações semelhantes somente a partir de 2012.

foram resgatados⁷⁷”. Ainda segundo a promotora, passa a ter a abrangência ampliada, assumindo para, pelo menos, três operações de fiscalização por ano.

Com o apoio de CBHSF, no ano de 2014, foi lançado o livro *Velho Chico: A experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia – FPI*, organizado pela promotora Luciana Khoury e pela técnica administrativa do MPE, Priscila Araújo Rocha. Possivelmente, a ajuda financeira ao FPI deve ter seus valores dobrados caso seja aprovada a proposta da AGB PEIXE VIVO, a ser votada em 9 de dezembro de 2015, que sugere a aplicação de R\$ 3.00.000,00 (três milhões de reais) igualmente distribuídos ao longo de três anos, com a cooperação técnica renovada por cinco anos.

Ainda na reunião de maio de 2015 realizada em Maceió, foi apresentada a execução financeira do PAP no período de janeiro a abril de 2015, o qual, segundo a AGBPV, justifica a necessidade de remanejamento para os gastos de mobilização para reuniões.

Notadamente, os gastos com o item diárias e logísticas, que fazem parte da rubrica de mobilização, são bastante elevados não apenas pela quantidade, mas também pelos valores das diárias. No relatório da auditoria independente, realizada no ano de 2014, foi apontado que os valores das diárias elevadas pela DIREX naquele ano superavam os valores das diárias de servidores públicos federais. Os valores das diárias do comitê passaram a ser, para Brasília, de R\$ 400,00 (quatrocentos reais); outras capitais, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e R\$ 300,00 (trezentos reais), reajustando respectivamente os valores em 33,3%, 34,6% e 13,6% que prevaleciam anteriormente (Quadro 5).

Local	Valor Anterior R\$	Novo Valor R\$	Reajuste (%)
Brasília	R\$ 300,00	R\$ 400,00	33,30%
Outras Capitais	R\$ 260,00	R\$ 350,00	34,60%
Outros Municípios	R\$ 220,00	R\$ 250,00	13,60%

Quadro 5 – Valores das diárias para custeio de despesas do CBHSF praticadas a partir de 2014.
Fonte: AGB (2014).

Além do aumento significativo nos valores das diárias, o número de diárias também é algo a se questionar. Desde 2012, a quantidade de diárias e os gastos com a logística

⁷⁷ CBHSF. **Comitê assina Termo de Cooperação Técnica da FPI**. 22 set. 2015. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/comite-assina-termo-de-cooperacao-tecnica-da-fpi/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

dos deslocamentos são significativos. No documento da reunião da DIREC, realizada em abril de 2015, no qual a AGBPV apresenta a execução financeira dos gastos com a DIREC, CCR'S e FPI, no período de janeiro a março de 2015 foram gastos com diárias, passagens e ajudas de custo R\$ 225.901,27 (duzentos e vinte cinco mil, novecentos e um reais e vinte e sete centavos). Em três meses, foram gastos com diárias para custeados aproximadamente 209 diárias para capitais (R\$ 400,00), numa média de 23,2 diárias por dia.

Ao se considerar que, até então, não havia ocorrido nenhuma plenária que exigiria deslocamento dos membros a ser custeado pelo comitê, de modo a justificar os montantes gastos, os valores executados para logística de deslocamento são numa média diária de R\$ 1.545,09 (um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e nove centavos), valores bastante expressivos se avaliarmos os quantitativos de membros do CBHSF.

O comitê tem 62 membros efetivos e 62 membros suplentes, que só devem ser convocados na ausência justificada dos titulares. No momento de renovação de um mandato para outro, ou seja, a cada três anos, a plenária será formada pelos novos membros e antigos. Todavia, em algumas plenárias e reuniões, caso a DIREX considere necessário, pode convidar especialistas ou referências para tratar sobre algum tema relacionado à pauta política e/ou técnica em discussão.

Além dos valores aportados para as diárias dos membros custeados, ainda existem despesas referentes às plenárias e eventos do comitê. Nesse momento, os membros do comitê não recebem diárias, pois todas as necessidades (hospedagem, alimentação e logística) são contratadas de forma coletiva. Este formato, a nosso ver, torna-se a melhor alocação para o recurso de mobilização.

No ano de 2015, até o mês de setembro, foram realizados quatro eventos custeados pelo comitê (Tabela 2). Neles, pode-se constatar um gasto médio inferior ao realizado para concretizar reuniões dos membros da DIREC, DIREX e CCR's. Nas plenárias e eventos, os membros custeados não recebem diárias e a logística de deslocamento de aeroporto/hotel, em geral, acontece de forma coletiva, por ônibus e vans disponibilizadas pela AGBPV. Até o mês de setembro do ano de 2015, foram gastos, com eventos e plenárias, R\$ 216.069,24 (duzentos e dezesseis mil, sessenta e nove reais, e vinte quatro centavos) enquanto apenas no primeiro trimestre, de janeiro a março, a DIREC e as Câmaras Técnicas já haviam gasto R\$ 225.901,27 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e um reais e vinte e sete centavos) para realizar 11 reuniões (Quadro 6).

Rubrica do PAP	Valor (R\$)
Diárias de viagens para membros custeados do CBHSF	83.617,01
Passagens aéreas e terrestres para atendimento aos eventos	141.758,61
Apoio à participação em eventos e reuniões	525,65
Valor total (R\$)	225.901,27

Quadro 6 – Gastos do 1º. Trimestre de 2015 com custeio das Diretorias e Câmaras Técnicas.
Fonte: CBHSF (2015). Elaboração: Própria.

Durante os anos de 2010 a 2012, era possível visualizar os gastos de custeio e diárias dos membros da Diretoria Colegiada (DIREC) individualmente. Entretanto, essa metodologia de transparência dos gastos foi substituída. Desde 2013, no site do CBHSF, só é possível efetuar a consulta à informação analítica, isto é, pela rubrica “Diária de Viagens para membros custeados do CBHSF”, sem especificar os gastos de cada membro do comitê, o que desvia a possibilidade de se avaliar quais membros custeados apresentam um maior percentual de gastos quando comparados a outros.

Os maiores montantes de despesas encontram-se alocados na rubrica destinada à logística dos integrantes da DIREC, que representaram 57,24% do valor total da rubrica da Direção colegiada no ano de 2014. É oportuno citar que, durante o nosso mandato, podem-se constatar valores praticados para a execução da logística são superiores aos das locadoras de automóveis, de âmbito nacional. Na reunião realizada na cidade de Flores, no ano de 2013, um membro da CCR representando o setor “Irrigação” fez uma grave denúncia. Ele afirma ter protocolado junto ao comitê um flagrante de superfaturamento do valor do serviço para a execução da sua logística. Segundo o membro do comitê, os valores repassados para um motorista local de sua cidade não condizem com aqueles faturados pela empresa contrata. Na gravação de reunião, consta:

Quero dizer para os senhores **que já foi protocolada junto ao comitê, toda documentada.** Espero e acredito que, a partir desse momento, eles vão também tomar providências, **até fiscalizar melhor os recursos que estão sendo destinados para determinadas empresas** que não são idôneas. Estão querendo levar o dinheiro de forma irresponsável; então eu tô relatando isso porque aconteceu comigo. O transporte que me conduziu a uma plenária em Paulo Afonso e a empresa subordinou a pessoa que realmente fez esse trânsito, então eu tomei conhecimento e através desse conhecimento eu coloquei ela em documento e está a conhecimento do comitê. Espero que todos colaborem, porque se nós somos custeados, eu estou aqui, não estou de graça. Eu não cobro nada, mas alguém tá me bancando. Então, eu quero que me banque realmente

pra que eu seja mais uma pessoa a colaborar com esse cenário que tanto precisa (informação verbal⁷⁸. Grifos nossos).

O depoimento acima revela que, uma empresa contratada sublocou o serviço a terceiros, pagando valores praticados no mercado, retardando o pagamento ao motorista contratado, porém superfaturando para prestar conta a agencia delegatária. Por se tratar de orçamento público entende-se que, seria necessária uma melhor alocação do recurso.

⁷⁸ Transcrição de trecho da reunião realizada da DIREC em 2014, proferido por um dos membros do comitê de bacia do Rio São Francisco.

Gastos com Diárias Logística de Membros da DIREC (2014)								
Nome	Cargo	Diárias e Reembolsos (R\$)		Logísticas de viagem (R\$)		TOTAL (R\$)	% DO TOTAL	OBSERVAÇÕES
Anivaldo Miranda	Presidente	23.162,06	19%	33.551,61	20%	56.713,67	20%	Do valor total das despesas, R\$ 48.947,57 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 7.766,10 são de outras rubricas do PAP
Wagner Soares	Vice-Presidente	5.730,36	5%	6.119,69	4%	11.850,05	4%	Totalidade das despesas são referentes apenas à rubrica I.1.1.4
José Maciel Nunes	Secretário	29.408,60	24%	42.497,41	26%	71.906,01	25%	Do valor total das despesas, R\$ 65.984,28 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 5.921,73 são de outras rubricas do PAP
Melchior Carlos	Coordenador CCR Baixo SF	4.568,00	4%	12.831,94	8%	17.399,94	6%	Do valor total das despesas, R\$ 1.481,24 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 15.918,70 são de outras rubricas do PAP
Cláudio Pereira	Coordenador CCR Médio SF	30.445,53	25%	18.927,29	11%	49.372,82	17%	Do valor total das despesas, R\$ 19.895,82 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 29.477,00 são de outras rubricas do PAP
Manoel Uilton	Coordenador CCR Submédio SF	27.760,23	22%	45.837,57	28%	73.597,80	25%	Do valor total das despesas, R\$ 17.482,17 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 56.115,63 são de outras rubricas do PAP
Márcio Pedrosa	Coordenador CCR Alto SF	2.799,00	2%	6.075,57	4%	8.874,57	3%	Do valor total das despesas, R\$ 7.366,45 são referentes à rubrica I.1.1.4 e R\$ 1.508,12 são de outras rubricas do PAP
TOTAL		123.873,78	100%	165.841,08	100%	289.714,86	100%	
Nota Explicativa: O valor gasto em 2014 da Rubrica I.1.1.4 foi de R\$ 299.895,41 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), o que inclui despesas com viagens dos membros da DIREC e convidados.								
Tabela 2- Resumo dos gastos com a logística de membros da DIREC, gestão (2013-2016).								
Fonte: AGB PEIXE VIVO (2015).								

RESUMO DOS GASTOS – EVENTOS 2015 (ATÉ SETEMBRO DE 2015)					
EVENTO /LOCAL	PRINCIPAIS ASSUNTOS	VALOR GLOBAL	QUANT. DIAS DO	Nº DE PARTICIPANTES	GASTO MÉDIO DIÁRIO
	ABORDADOS	GASTO	EVENTO		P/PARTICIPANTE
XXVII Plenária Ordinária do CBHSF/Petrolina (PE)	- Aprovação da deliberação que renova a indicação da AGB PEIXE VIVO para desempenhar as funções de Agência de Água do CBHSF -Apresentações diversas - Mesas redondas sobre Crise Hídrica e Ações de Revitalização na bacia.	R\$ 92.758,92	2	105	R\$ 441,71
II Reunião com os Membros das Inst. Téc. de Pesquisa e Ensino Sup. da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco /Salvador (BA)	Apresentações das instituições de ensino e suas linhas de pesquisa – projetos em andamento relacionados à bacia hidrográfica do Rio São Francisco - Deliberação sobre cronograma de trabalho – Moções.	R\$ 33.657,92	2	32	R\$ 525,91
I Seminário sobre Escassez Hídrica na Região do Alto São Francisco /Belo Horizonte (MG)	- Mesa redonda sobre a situação hídrica na região do Alto São Francisco - Apresentação dos comitês afluentes - Posicionamento da CCR Alto SF no Seminário Legislativo – Águas de Minas III.	R\$ 21.726,93	1	41	R\$ 529,93
III Encontro do CBHSF e Comitês Afluentes do São Francisco/ Brasília (DF)	Palestras e debates: Status da cobrança no Brasil e na bacia hidrográfica do São Francisco - Atividades da CTOC - Apresentação dos Comitês Afluentes - Atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	R\$ 67.925,47	1	53	R\$ 1.281,61
TOTAL DE DESPESAS		R\$ 216.069,24			
Tabela 3 – Demonstrativo dos gastos com eventos do CBHSF até o mês de setembro de 2015. Fonte: CBHSF (2015). Elaborada pela pesquisadora.					

A partir do mandato de 2010-2013 do CBHSF, várias deliberações da DIREC foram elaboradas para atender a mudanças no planejamento orçamentário do que havia sido votado e aprovado em plenária. A alocação de recursos do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013-2015 em uma gestão democrática não sofreria tantas alterações após aprovação em uma plenária, instância máxima do CBHSF. Este plano aponta os valores destinados a cada rubrica, atendendo ao que foi considerado como metas prioritárias para a bacia por um período de três anos.

Após uma prévia formatação e sugestão de como deveriam ser alocados os recursos, tarefa realizada pela AGB PEIXE VIVO, a CTPPP efetua reuniões para verificar a consistência do documento, bem como realizar mudanças na peça orçamentária ajuizadas pelo corpo técnico da câmara consultiva. Logo, trata-se do documento norteador das ações financiadas pela cobrança da água, considerando uma deliberação emitida normatizando possibilidades de eventuais mudanças justificadas pela ABG em conjunto com a DIREC. Nos anos de 2014 e 2015, a DIREC elaborou e disponibilizou no site oito resoluções (da Deliberação 31 até a Deliberação 38). Metade delas se destinaram a remanejar valores das rubricas do PAP.

Na Resolução DIREC/CBSF n. 29⁷⁹ (ANEXO VI), a mudança foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dentro do que estava previsto na Deliberação *CBHSF-DIREC n. 71* (ANEXO VII), que aprovou a alocação de recursos referentes ao PAPI 2013-2015. A deliberação considera, quando necessário, a possibilidade de remanejar 20% do valor de uma rubrica para outro componente, desde que justificada a demanda e aprovada pela DIREC. No texto da resolução já não consta esta ressalva, pois foram remanejados valores bem mais expressivos: R\$ 4.080.000,00 (quatro milhões e oitenta mil reais), conforme texto da resolução, nos artigos 1º e 2º, de acordo com os parágrafos abaixo:

§1º Fica autorizado o remanejamento **R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais)** previstos na rubrica Ações Estruturais sendo relativos aos itens: III.1, III.2, III.3.2, III.4, estes sendo remanejados na sua totalidade.
§2º Fica autorizado o remanejamento de **R\$ 3.280.000,00 (três milhões duzentos e oitenta mil reais)** previstos na rubrica Ações de Planejamento, relativos aos itens: II.1.1.1, II.2.1.1, II.2.1.2, II.2.1.3, II.2.2.1, II.2.3.1, II.3.2.1, II.4.1.2, II.4.2, II.4.3.1, estes sendo remanejados na sua totalidade. **Art. 2º** Os valores descritos no artigo 1º parágrafos 1º e 2º serão somados e distribuídos e

⁷⁹ CBHSF. **Resolução DIREC/CBHSF n. 29**, de 14 de março de 2013. Dispõe sobre a autorização da DIREC à AGB Peixe Vivo para promover o remanejamento de rubricas do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013-2015. Maceió: CBHSF, 2013. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=994>. Acesso em: 26 jan. 2016.

no item III.3.1 (Implantação de Projetos hidroambientais) (CBHSF, 2014, p. 01. Grifos nossos).

A justificativa da DIREC para esta reformulação está embasada na proposta feita pela AGB, constando em anexo a Resolução DIREC/CBHSF n. 33, de rearranjar a alocação pelo seguinte motivo:

Em 2012 foram previstos a contratação de 22 projetos hidroambientais, com um valor estimado da ordem de R\$ 15 milhões, para serem executados ao longo de 2012 e 2013. Deste total, estavam previstos desembolsos da ordem de R\$ 9 milhões para 2012 e R\$ 6 milhões em 2013. Como ao longo de 2012 não houve o desembolso previsto acima, por defasagem nas contratações e execuções, um maior desembolso e execução está ocorrendo neste ano, com previsão de se ultrapassar o valor de R\$ 6 milhões previsto no PAP 2013-2015 para este ano. Verificamos também que algumas atividades não serão contratadas, como inicialmente previstas, motivo pelo qual propõe-se o atual remanejamento (CBHSF, 2013, p. 03).

Vale alertar que tal motivação de atraso na execução ocorreu, em parte, pela rejeição de alguns dos projetos eleitos para execução, por parte de algumas comunidades ou mesmo da câmara técnica, como no caso dos comitês de bacia afluentes do São Francisco, dos projetos de Brejinho (PE) e Riacho das Onças, no município de Afogados de Ingazeira (PE).

O primeiro projeto citado será apresentado em um tópico específico, ainda neste capítulo, com vistas a oferecer ao leitor uma amostra de como ocorre o processo democrático do comitê através desta ação arbitrária, sob a orientação do então coordenador da CCR do Submédio, em prol da execução de projeto em desacordo com o comitê do Pajeú (COB - Pajeú), mesmo com uma ampla argumentação técnica que apontava outras necessidades para a bacia. Contudo, a CCR autorizou a execução. Para verificar se de fato os montantes alocados apresentaram resultados que comprovem a eficácia da ação, durante dois anos acompanhamos sua sustentabilidade em períodos secos e úmidos.

Consoante a resolução *CBHSF-DIREC n. 34*, de 11 de julho de 2014, foram remanejados o total de R\$ 8.020.000,00 (oito milhões e vinte mil reais) da rubrica “ações para o plano de comunicação”, na forma prevista nos parágrafos abaixo:

§1º Fica autorizado o remanejamento do valor de R\$ **3.020.000,00** (três milhões e vinte mil reais) **previstos na componente “Ações de Gestão” para o item I.1.2.1 - Plano Continuado de Comunicação**, referente aos itens: Item I.1.1.1 - apoio a reunião de plenárias: R\$120.000,00 previstos para o ano de

2014. Item I.1.2.3 - plano continuado de educação ambiental: R\$ 1.400.000,00 previstos para os anos de 2014 e 2015, na sua totalidade. Item I.1.3 - capacitação membros do CBHSF: R\$ 920.000,00 previstos para os anos de 2014 e 2015, na sua totalidade. Item I.1.4 - capacitação para CBH afluentes: R\$ 580.000,00 previstos para os anos de 2014 e 2015, restando o valor de R\$ 110.000,00 para o ano de 2014 e o valor de R\$ 110.000,00 para o ano de 2015. §2º Fica **autorizado o remanejamento valor de R\$ 5.000.000,00** (cinco milhões de reais) previstos na componente “Ações Estruturais”, para item III.3.1 - implantação de projetos hidroambientais, conforme os itens: Itens III.2.1, III.2.2 e III.2.3 - Esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana: R\$ 4.400.000,00 previstos para os anos de 2014 e 2015, na sua totalidade. Item III.4.2.1 - **Serviços e obras especiais demandados da DIREC: R\$ 600.000,00** previstos para o ano de 2014 (CBHSF, 2014, p. 01. Grifos nossos).

Na *Resolução CBHSF-DIREC n. 37*, foram remanejados **R\$ 2.000.734,00 (dois milhões, setecentos e trinta e quatro mil reais)** previstos no componente “Ações de Gestão” para os seguintes itens:

§1º Fica autorizado o remanejamento do valor de **R\$ 1.000.367,00 (um milhão trezentos e sessenta e sete mil reais)** previstos na componente “Ações de Gestão” para os seguintes itens: Item I.1.1.11 - **Apoio à participação em eventos nacionais e internacionais** :R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Item I.1.1.12 - Apoio à realização de audiências públicas, oficinas e seminários: R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais). Item I.1.2.2 - Plano continuado de mobilização: R\$ 730.367,00 (setecentos e trinta mil trezentos e sessenta e sete reais). §2º **O valor de R\$ 1.000.367,00 (Um milhão trezentos e sessenta e sete mil reais)** será remanejado da rubrica dos seguintes itens: Item I.1.1.1 - Apoio à realização de reuniões plenárias ordinárias/extraordinárias: R\$ 88.690,00 (oitenta e oito mil e seiscentos e noventa reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.2 - Apoio à realização de reunião de extraordinária eleição de 2013: R\$ 77.378,00 (setenta e sete mil e trezentos e setenta e oito reais) referentes a residual de 2013. Item I.1.1.5 - Apoio às atividades das câmaras técnicas (CT) do CBHSF: R\$ 103.740,00 (cento e três mil e setecentos e quarenta reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.6 - Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional do Alto SF (CCR): R\$ 51.684,00 (cinquenta e um mil e seiscentos e oitenta e quatro reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.7 - Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional do Médio SF (CCR): R\$ 88.289,00 (oitenta e oito mil e duzentos e oitenta e nove reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.8 - Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional do Sub Médio SF (CCR): R\$ 17.817,00 (dezessete mil e oitocentos e dezessete reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.9 - Apoio às atividades dos Grupos Técnicos do CBHSF: R\$ 77.188,00 (setenta e sete mil e cento e oitenta e oito reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.10 - Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional do Baixo SF (CCR): R\$ 90.061,00 (noventa mil e sessenta e um reais) do total previsto para 2015. Item I.1.1.13 - Apoio às atividades de integração dos comitês afluentes: R\$ 105.520,00 (cento e cinco mil e quinhentos e vinte reais) do total previsto para 2015 (CBHSF, 2015, p.01-02. Grifos nossos).

Salvo mudanças de regimento, ou mesmo de alguma nova deliberação que não conste no site oficial do comitê, pode-se interpretar que tal modificação não só fere a deliberação 71, como também abre espaço para interpretações de condução particular da

presidência, atendendo a interesses não coletivos do que foi aprovado em plenária. Ficam explícitas, na deliberação acima citada, as condições de mudança na alocação de recursos de forma parcial, quando nela consta:

§3º A AGB Peixe Vivo durante o ano de execução, **poderá remanejar valores conforme previsto no caput, no valor máximo de 20% de cada componente, desde que devidamente justificada e acatada pela DIREC**, sem a necessidade de aguardar o relatório anual do grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão - CACG, devendo informar ao Plenário na reunião subsequente. §4º **Apenas em caráter excepcional, declarado pela DIREC, poderão ser remanejados valores entre componentes para o atendimento de ações emergenciais**, não previstas no PAP, levando ao conhecimento do CBHSF, na primeira plenária prevista. Art. 4º O PAP para o próximo período, após 2015, poderá ser revisto totalmente e compreender toda a forma organizacional, bem como os percentuais destinados para as Ações de Gestão, Planejamento e Estruturais, desde que de acordo com o Plano da Bacia vigente (CBHSF, 2012, p. 02. Grifos nossos).

Todos os casos apontados no decorrer deste tópico foram cuidadosamente sistematizados de acordo com a documentação que coletamos (Atas, documentos, e-mails, gravação das reuniões) e por pesquisa no site do CBHSF ou da AGB PEIXE VIVO. Entretanto, alguns dos casos apresentados apontam ações que ferem os interesses públicos e os princípios éticos, de forma que não foram disponibilizados amplamente no site das esferas da gestão acima citadas. Outras situações a respeito das quais tínhamos documentação disponível no nosso e-mail institucional de vice-presidente do CBHSF foram acidentalmente destruídas quando, no ano de 2013, o servidor apresentou um problema, “deletando” toda a correspondência. Destarte, por não estarem devidamente documentadas, tomamos o cuidado de não as apresentar.

Entendemos que a gestão participativa abriu um leque de possibilidades para a participação popular, esmerada nas representações da sociedade civil organizada. Porém, acredita-se haver uma ineficácia dos gastos públicos, principalmente quando se priorizam ações de mobilização e comunicação do comitê, em detrimento de ações que poderiam contribuir, de fato, para uma sinergia social.

Existe uma rubrica no PAP, ainda sem despesas realizadas, que poderia despertar nas comunidades interessantes práticas de manejo racionais e de proteção dos mananciais alicerçada na “produção de água”. Ou seja, a preservação, ou mesmo a ampliação do estoque hídrico, seria compactuada com os camponeses, minifundiários localizados ao longo da bacia, via pagamento da preservação das nascentes e matas ciliares do seu

entorno. Experiências exitosas já se encontram operacionalizada, no Estado do Espírito Santo⁸⁰, no município de Camboriú (SC)⁸¹.

O acesso à seguridade hídrica para todos só ocorrerá se forem combinados investimentos em infraestrutura hídrica em conjunto com ações de manejo: recuperação de matas ciliares e melhoria do uso do solo na bacia. Tais ações devem ser induzidas de modo a promover a participação popular, oferecendo para o “produtor de água” ganhos tanto financeiros diretos, proporcionados pelo pagamento do incremento de água, como indiretos, quando recupera a capacidade produtiva de sua terra.

Com estas medidas, ganha o CBHSF, prestando um serviço ambiental ao Rio São Francisco, e a população São Franciscana. Sobretudo se a agência de água, em conjunto com o CBHSF, abandonar a ideia que vem propagando nas peças jornalísticas de abraçar “projetos de maior envergadura”. A experiência de projetos hidroambientais devem acontecer na capilaridade do rio, nas microbacias.

O que será apresentado no tópico a seguir sinaliza preocupações futuras caso o rumo das ações do comitê seja centralizado em megaprojetos. Especialmente porque, como maciços investimentos, em virtude da imaturidade da gestão, podem proporcionar, de um lado, o conforto para a AGB PEIXE VIVO concretizar suas metas auditáveis do contrato de gestão e, por outro, a possibilidade de desvirtuar a imagem do comitê perante as comunidades receptoras dos projetos hidroambientais, tema a respeito do qual trataremos a seguir.

2.3 Os projetos hidroambientais e sua importância para a promoção política dos representantes da gestão participativa

Gestão participativa corresponde a uma série de ações planejadas com os valores arrecadados pela cobrança das águas **(Não é esse o significado de gestão participativa! Reveja a definição que quer usar. Falta pesquisa bibliográfica sobre o tema)**. Entre elas, a elaboração de projetos hidroambientais de demanda espontânea, a serem executados dentro da bacia. A chamada para esses projetos aconteceu em sua primeira fase no âmbito

⁸⁰ ESPÍRITO SANTO É O PRIMEIRO ESTADO A REMUNERAR AGRICULTORES POR ÁREAS DE FLORESTAS PRESERVADAS. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo: Portal do Estado do Espírito Santo. Disponível em:

<http://www.idaf.es.gov.br/WebForms/wfNoticia.aspx?cd_Noticia=365>. Acesso em: 21 jan. 2016.

⁸¹ PRODUTOR DE ÁGUA PROTEGE O RIO CAMBORIÚ. Portal Oficial de Balneário do Camboriú. 06 jan. 2015. Disponível em:

<<http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br/imprensa/noticia.cfm?codigo=14904>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

do CBHSF, como uma mobilização interna demandada pelas comunidades, tendo ocorrido principalmente por demanda dos membros de cada Câmara Consultiva Regional (CCR).

A deliberação 66 do CBHSF regulariza o processo de seleção de projetos e define, em seu artigo 6º, as demandas espontâneas, definindo como elas ocorrem e quais os critérios para a seleção. Os projetos passaram por duas etapas de triagem. Uma primeira avaliação eliminatória afere requisitos básicos de coerência metodológica, resultados pertinentes, possibilidade de replicar a experiência, entre outros fatores. A segunda classifica os projetos triados na primeira fase, considerando alguns critérios. O primeiro deles está na origem da proposta, que deve estar atrelada à demanda da CCR em que seria implementada. Deve ainda estar de acordo com o Plano Decenal da Bacia⁸², referente ao período de 2004-2013. A urgência do tema e a replicação multiplicadora são outros critérios considerados, e, por fim, os resultados do projeto devem apresentar uma melhoria mensurável da disponibilidade hídrica na bacia.

A primeira crítica está na forma como foi promovida a demanda espontânea, já que ela atende a preceitos internos ao comitê, sem nenhuma consulta pública realizada para dar conhecimento aos povos franciscanos, ou mesmo oportunizar o envio de sugestão de projetos. Desta feita, dificilmente um cidadão distante da convivência com os membros do comitê teria acesso a informações que possibilitassem submeter uma proposta de projeto para contribuir com a melhoria do manejo do rio.

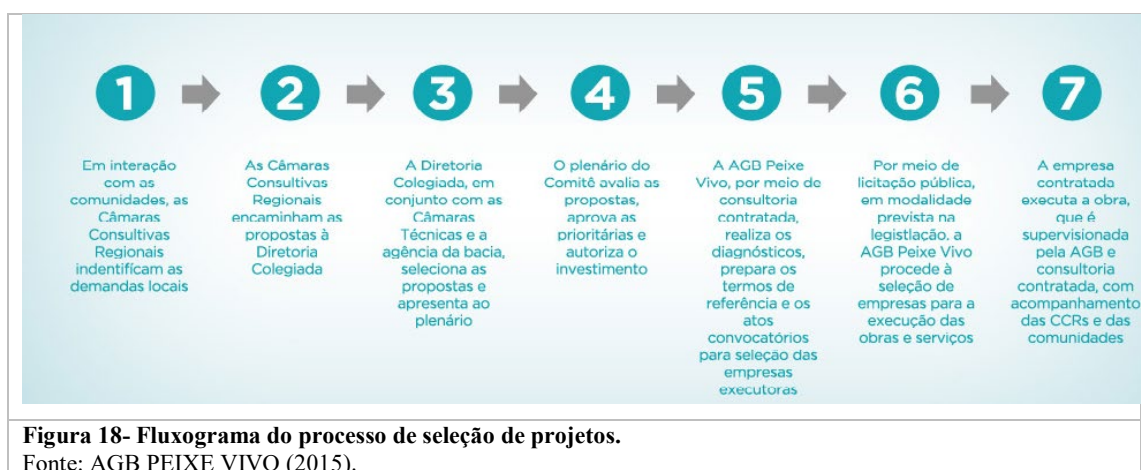
O processo tinha como metodologia o envio de uma proposta. Todavia, o proponente não tinha a obrigação de elaborar o projeto, podendo contribuir apenas com a ideia, que a posteriori seria elaborada por uma equipe contratada pela AGB PEIXE VIVO. O processo de elaboração de projetos se deu da seguinte forma: após a empresa GAMA elaborar as fichas técnicas dos projetos apresentados e selecionados, a empresa TBR foi contratada para a elaboração dos 22 projetos selecionados.

O financiamento desses projetos hidroambientais foi decorrente da cobrança da água no Rio São Francisco. No primeiro lote, foram aplicados cerca de 20 milhões de reais para a execução de 22 projetos selecionados como prioritários, distribuídos nas CCR's. A seleção ocorreu em novembro de 2011. Foi realizada pela Diretoria Colegiada – DIREC, em conjunto com as Câmaras Técnicas (CTs), com a agência delegatária AGB

⁸² O Plano Decenal da Bacia trata-se de um documento norteador as ações do comitê de bacia e está previsto na Lei n. 9.433/97. Seria uma espécie de plano diretor da bacia.

PEIXE VIVO e com as Câmaras Consultivas Regionais (CCR'S) das quatro áreas fisiográficas da bacia.

Segundo a agência delegatária, os projetos deveriam apresentar ações demonstrativas de controlar processos erosivos, proteger as nascentes dos afluentes, recompor a vegetação nativa. Poderiam também realizar obras de engenharia, tendo como principais ações a construção de curvas de nível, barraginhas para a contenção de águas pluviais, melhorias das estradas vicinais e cercamento de nascentes. Segundo o planejamento da AGB PEIXE VIVO, o processo de seleção tinha interação com as comunidades, enquanto a plenária, instância soberana decisória democrática do comitê, efetuar a análise final de todos os projetos (Figura 18).



A AGB contratou a empresa GAMA ENGENHARIA E RECURSOS HÍDRICOS LTDA, através do Contrato n. 011/2012, firmado com o objetivo de prestar serviço de assessoramento técnico e fiscalizar a execução dos projetos hidroambientais. O produto 1 do contrato foi a elaboração de fichas cadastrais simplificadas, que visavam à elaboração dos projetos das quatro CCR's da bacia do Rio São Francisco para promover a recuperação hidroambiental da bacia. De acordo com a GAMA ENGENHARIA (2012, p. 05):

Durante o período de amadurecimento do CBHSF, entre os anos de 2001 a 2011, foi percebido que os projetos ligados ao programa de revitalização do rio São Francisco não atendiam às expectativas da maioria de seus membros. Daí muitas deliberações do CBHSF foram criadas com objetivos, métodos e critérios que incorporassem o desejo dos membros do CBHSF; o que foi um sucesso, se observado o resultado destas deliberações, pois de fato estes projetos partem do seio das CCR.

Portanto, o documento afere às CCR a centralidade das ações, que, por sua vez, materializam o desejo dos membros do comitê, seus interesses e o esforço para a concretização dos “sonhos” do CBHSF. Como afirma a empresa,

“o Projeto” nasce com a busca, por parte da empresa contratada, na AGB Peixe Vivo e nas CCR, dos anseios sociais postos para o CBHSF. As ideias locais, que podem estar em estágios diferentes de maturação, são postas no papel por meio de Fichas Cadastrais Simplificadas. Este processo de criação é da empresa, no entanto os “sonhos” são do CBHSF (GAMA ENGENHARIA, 2012, p. 06).

Com os projetos selecionados, ocorreu a contratação da Empresa TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira LTDA. para prestar assessoria técnica, com o objetivo de desenvolver diagnósticos nas regiões fisiográficas da bacia (Alto, Médio, Submédio e Baixo curso do Rio São Francisco), articular estudos/projetos a serem executados e elaborar os termos de referência para contratação de serviços demandados pelos projetos selecionados (Tabela 4).

Região	Projeto
CCR Alto	1 - Revitalização e Recuperação da Lagoa e das Nascentes do Rio Jatobá, Buritizeiro, MG
	2 - Revitalização e Recuperação das Nascentes do Córrego do Onça, Pirapora, MG
	3 - Revitalização e Recuperação das Nascentes do Rio das Pedras e Córrego Buritis, Guaraciama, MG.
	4 - Revitalização na Sub bacia do Rio São Pedro, Paracatu, MG
	5 - Felixlândia e Pompéu (Nascentes e Drenagem Impactadas pelos Rejeitos da Ardósia, MG)
	6 - Construção de Bacias de Contenção de Águas Pluviais no Município de Pompéu (MG), Micro bacia do Ribeirão Canabrava
	7 - Revitalização da Micro bacia do Rio Santana, Lagoa da Prata
	8 - Revegetação e Proteção da Mata Ciliar do Rio Bananeiras e Córrego da Estiva, Conselheiro Lafaiete e Igarapé, MG
CCR Médio	9 - Revitalização da Região das Nascentes do Rio Correntes, Correntina, BA
	10 - Revitalização das Nascentes do Rio Grande, São Desidério, BA
	11 - Recuperação e Revitalização da Lagoa das Piranhas, Bom Jesus da Lapa, BA
	12 - Recuperação e Revitalização da Barra do Rio Pituba, das Lagoas de Água Fria e do Banheiro Grande, Serra do Ramalho, BA
CCR Submédio	13 - Vida ao Rio Santo Onofre, Afluente do “Velho Chico”, Ibotirama BA
	14 - Cercamento e Renaturalização das Nascentes do Rio Salitre, Morro do Chapéu, BA
	15 - Revitalização da Micro Bacia do Riacho Mocambo e afluentes, Curaçá, BA
	16 - Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, Nascente em Brejinho, PE
	17 - Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, Micro Bacia do Riacho da Onça, Afogados da Ingazeira, PE
	18 - Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Moxotó, Micro Bacia do Rio Diogo na Margem do Açude Poço da Cruz, Ibimirim, PE
	19 - Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Moxotó, Perímetro Irrigado e Ibimirim, PE
CCR Baixo	20 - Revitalização da Micro Bacia do Rio Jacaré, Propriá, SE
	21 - Revitalização das Nascentes do Rio Piauí, Arapiraca, Bananeiras e Junqueiro, AL
	22 - Recuperação das Nascentes dos Rios Batinga, Boacica, Itiúba, Perucaba e Tibiri, na RH do Rio Piauí, AL

Tabela 4 – Relação de Projetos hidroambientais selecionados em 2011 .
Fonte: AGB PEIXE VIVO (2011).

Na CCR do Submédio, uma das delimitações geográficas deste estudo (área de nossa atuação, enquanto representação da UFRPE), os procedimentos adotados para a seleção de projeto não ocorreram de acordo com a metodologia apresentada pela AGB PEIXE VIVO. Foram selecionados para esta região fisiográfica sete projetos pelo coordenador *ad referendum*, sem a participação dos membros da CCR, que também não tiveram conhecimento do conjunto de ações e do conteúdo dos projetos. Apenas tiveram acesso ao nome dos selecionados. A saber:

1. Vida ao Rio Santo Onofre, Afluente do “Velho Chico”, Ibotirama BA;
2. Cercamento e renaturalização das nascentes do Rio Salitre, Morro do Chapéu, BA;
3. Revitalização da Micro Bacia do Riacho Mocambo e afluentes, Curaçá, BA;
4. Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, Nascente em Brejinho, PE;
5. Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú, Micro Bacia do Riacho da Onça, Afogados da Ingazeira, PE;
6. Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Moxotó, Micro Bacia do Rio Diogo na Margem do Açude Poço da Cruz, Ibimirim, PE;
7. Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Moxotó, Perímetro Irrigado e Ibimirim, PE.

Diante do desconhecimento do conjunto de ações de cada projeto finalístico, em reunião realizada já no ano de 2012, na cidade de Itacuruba (PE), membros das CCR's do Submédio e do Comitê da Bacia do Pajeú – (COB-Pajeú) solicitaram acesso a essas informações, tendo como resposta por parte da coordenação que se tratava de informações “sigilosas”. No entanto, se algum membro desejasse averiguá-las, deveria solicitar formalmente. Este foi o procedimento tomado pelo Comitê da Bacia do Pajeú – (COBH-Pajeú), no âmbito da reunião, para conhecer os projetos a serem executados em suas delimitações.

Por ocasião de outra reunião, em setembro de 2012, na cidade de Campo Formoso (BA), o então coordenador da CCR do Submédio admitiu ter enviado sem o aval do COB-Pajeú e dos membros da câmara regional o projeto de Mato da Onça, localizado em Afogados de Ingazeira (PE), cidade da qual o coordenador era prefeito. Na transcrição do áudio da reunião, o coordenador afirma:

(00:10:01) O projeto foi uma indicação nossa porque foi indicado, primeiro porque o projeto já foi apresentado ao comitê de bacia do São Francisco em dezembro, em Minas Gerais, aproximadamente 3 anos, e foi aplaudido de pé lá pelo pessoal que estava lá (00:10:17). Hoje, tem resultados positivos deles e é abordado em Alagoas e na Paraíba. Teve até a visita exclusiva do presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. Então, um projeto que já tem uma implantação desse tipo a gente não poderia perder a oportunidade de deixar que esse projeto não brilhasse. Foi apresentado na realidade por mim. Foi eu que apresentei e o comitê de bacias do Pajeú apresentou o projeto da nascente lá em Brejinho. O fluxo de questionamentos vai ser encaminhado pra lá, eu vou emitir a minha opinião pra um coordenador, pros questionamentos que o comitê, que a câmara fez e vou. Não adianta a gente ficar “mas, que é isso?”, que vou. No começo da apresentação desse projetos, não tinha coordenador. Isso foi discutido na reunião de aniversário na plenária de Petrolina, quando o Submédio estava sem coordenador. Assumiu Almacks, de Petrolina, e eu que consegui, inclusive, ampliar, com muita discussão, com muitas pessoas se posicionando contra. Conseguimos ampliar o prazo para a entrega desses projetos. Então, o problema de projeto é esse. Professora Avani vai colocar, eu estou com um relatório da reunião que vocês fizeram, estou com um relatório da PAC. Doutora Mariza mandou pra mim, vou analisar e vou me pronunciar como coordenador do Submédio já que vocês já se pronunciaram não para o coordenador do Submédio, vocês se pronunciaram para a Agência Peixe Vivo e para algumas instituições. Não estou querendo aqui dizer que vou ser a favor nem contra; tem uma série de questionamentos que tem sentido e que tem outras que não são interessantes, tá, levando em consideração já que vocês podem prejudicar o projeto (informação verbal⁸³).

A afirmativa de que o projeto de Brejinho (PE) havia sido elaborado pelo COHB-Pajeú não foi confirmada. Um documento foi elaborado pelo COBH-Pajeú, a posteriori, no mês de maio de 2014, no intuito de documentar todo o trâmite. A memória do ocorrido foi entregue à promotoria pública do município de Afogados de Ingazeira (PE). Nela, constam todos os documentos e solicitações feitas da Câmara Técnica do COB-Pajeú, do qual foi extraído o conteúdo a seguir. Segundo o COBH-Pajeú, próximo ao final do ano de 2011, a CCR do Submédio solicitou uma minuta de projeto para a recuperação ambiental da bacia do Pajeú. Uma comissão foi formada e elaborou-a, de forma “bastante incipiente e inacabada” para um projeto básico. Não constavam indicações para as duas obras selecionadas. De acordo com o COB-Pajeú (2014, p. 02-03),

passado um bom tempo o COBH-PAJEÚ tomou conhecimento, em meados de 2012, da existência de dois projetos aprovados e encaminhados pelo CBHSF para a bacia do Pajeú e dada a incipiência do que foi enviado antes, no (ANEXO I), e do desconhecimento do que realmente estava sendo proposto, membros do COBH-PAJEÚ se deslocaram para uma reunião da CCR do Submédio na Cidade de Itacuruba- PE onde, segundo a pauta previamente divulgada, os tais projetos seriam apresentados para a apreciação dos membros, daquela regional, no qual tem acento com voz e voto a presidência do COBH-PAJEÚ. Nessa reunião, após uma longa discussão

⁸³ Trecho de transcrição realizada pela pesquisadora em setembro de 2012, trazendo parte do depoimento do coordenador da CCR do Submédio Rio São Francisco.

sobre a permissão do que teríamos ou não acesso naquele momento, ao escopo do que estava sendo projetado, nos foi finalmente autorizado uma “consulta” rápida do que estava em construção para a nascente do Pajeú e para uma área do Rio Salitre na Bahia, de forma que mesmo precariamente, **conseguimos detectar problemas graves na concepção dos mesmos e que, na nossa visão, mereciam um estudo mais aprofundado** do que se estava propondo fazer. Diante do quadro e com a demora para que esses projetos chegassem ao Comitê do Pajeú, na plenária seguinte do COBH-PAJEÚ, tirou-se como encaminhamento a solicitação oficial ao COBHSF do envio dos escopos dos projetos para uma análise mais aprofundada por parte da Câmara Técnica do Comitê [...] marcou-se uma reunião entre a Câmara e a empresa que elaborou o projeto no coletivo a partir da compreensão que os membros da Câmara tiveram ao fazer uma leitura mais detalhada dos projetos. Assim feito, esta reunião já agendada com a devida antecedência foi desmarcada. Para a surpresa de todos, no dia seguinte ao cancelamento dessa reunião, tomamos conhecimento na plenária da CCR do Submédio que ocorreu em Triunfo no dia 22 de agosto de 2012, da existência de uma carta convite distribuída por essa mesma CCR já convocando empresas interessadas em executar as obras previstas nos projetos e que naquele momento passavam pela análise da Câmara Técnica” (Grifos nossos).

Com a informação de tramitação da carta convite para as empresas que poderiam se interessar em executar os projetos, tendo em vista que eles não foram sequer aprovados pelo COBH-Pajeú, em caráter de urgência foi elaborado um parecer técnico a respeito dos “graves problemas encontrados nos projetos propostos para a Bacia do Pajeú” (COBH-PAJEÚ, 2014, p. 03). Porém, contrariando toda a polêmica e questionamentos levantados pela Câmara Técnica, o então presidente do COBH-Pajeú emitiu uma carta de anuência, no dia 1 de outubro de 2012, para os dois projetos orçados em aproximadamente 1,4 milhões de reais em sua primeira fase. Após se instalar uma crise institucional, gerada pela missão do documento que autorizava a execução do projeto, o presidente pede desligamento do Comitê. Para o COBH-Pajeú (2014, p. 04-05),

é importante notar que após a reação/repercussão negativa que este fato causou estabeleceu-se de vez uma crise institucional no COBH-PAJEÚ, tendo a assinatura dessa “carta de anuência” levado o Sr. Homembom de Magalhães a renunciar ao cargo de presidente do Comitê. [...] De posse da “carta de anuência” a CCR do Submédio deu prosseguimento aos processos licitatórios para contratação das obras que se efetivaram e passaram a ser executadas sem as discussões e ajustes efetivos levantados pelo COB, de forma que em visitas técnicas realizadas a nascente do Pajeú, após a conclusão das mesmas e com o registro de chuvas no meses de Dezembro de 2013 e Janeiro de 2014, comuns e previsíveis na Bacia nessa época do ano, já detectou-se muito precocemente, problemas que comprometem a vida útil do que o projeto intitula de “barraginhas” construídas ao longo das margens das estradas vicinais e que, com as primeiras descargas hídricas, começaram a assorear pelo carreamento considerável de sedimentos para dentro do seu leito e consequente ruptura as bases da estradas pela potencialização do escoamento proporcionado pela forma como a obra foi instalada [...] e que , com certeza, encurtará a vida útil do que foi implantado, perdendo rapidamente eficiência na ação de proteção e

na melhoria do estado da Bacia para qual foi planejada e tornando a relação custo/benefício da obra executada muito baixa ou insignificante.

As visitas técnicas citadas acima fizeram parte do trabalho de campo desta pesquisa. Foi realizado, posteriormente, mais um trabalho campo para comprovar definitivamente o que foi exposto no documento da Câmara Técnica do COBH-Pajeú. A câmara técnica dispõe, na formação do seu corpo técnico, em sua grande maioria, engenheiros agrônomos especialistas em hidrologia e/ou técnicas de manejo no semiárido. Tais profissionais são servidores da Agência Pernambucana de Águas (APAC). Notadamente, as suspeitas de alocação ineficiente dos recursos, dada a sua relação custo/benefício, confirmaram-se.

Na pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2015, algumas poucas barraginhas se mantinham funcionais. O cercamento realizado já possui estacas de eucalipto rachadas, indicando uma curta vida útil e material de péssima qualidade, o que barateia os custos. Animais se encontravam na área cercada, que, no momento da visita, estava sendo utilizada como pastagem, numa demonstração de que o processo de mobilização da comunidade como parceira colaboradora no projeto foi insuficiente (Figuras 19,20,21, 21, 22). De forma geral, alguns moradores relatam que “[...] a empresa apenas passou nas propriedades, comunicando que haveria uma reunião em Afogados e entregou um documento para ser assinado” (informação verbal⁸⁴).

⁸⁴ Informação concedida por um colaborador anônimo à pesquisadora no momento da visita a campo, em fevereiro de 2015.



Figura 19 – Estaca de eucalipto apresentando rachaduras com menos de seis meses de uso.
Fonte: Torres (2015).

O processo de assoreamento da barraginhas durante as chuvas de fevereiro ficam perceptíveis. De modo que o agricultor protegeu o local com madeira para diminuir a dinâmica fluvial, que carregou sedimentos, provocando processos erosivos (Figura 20).



Figura 20 – Assoreamento das barraginhas.
Fonte: Torres (2015).



Figura 21 – Cerca aberta por moradores para utilizar como pastagem.
Fonte: Torres (2015).



Figura 22- Barraginha assoreada.
Fonte: Torres (2015).

Além dos problemas relacionados a dois projetos da bacia do Pajeú acima citados, outros dois, direcionados para a região fisiográfica do Submédio, também tiveram problemas, seja na elaboração do projeto final, seja em sua execução.

No projeto de Curaçá (BA), a comunidade não ficou satisfeita com a execução do projeto hidroambiental que envolvia ações de cercamento e renaturalização de nascentes no Rio Mucambo, afluente do Rio São Francisco, orçada em quase 1 milhão e 300 mil reais. A comunidade solicitou transparência das ações, inclusive acionando o Ministério Público da Bahia. O proponente do projeto, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), em conjunto com a comunidade, demandou, no momento de entrega do projeto por parte da empresa contratada, a Aliança Pinturas e Reformas LTDA., maiores esclarecimentos a respeito de etapas do projeto que foram modificadas, ou mesmo não executadas. Segundo o IRPAA⁸⁵ (2015),

uma experiência que apresenta dificuldades é o projeto de recuperação do Riacho Mucambo, no município de Curaçá (BA), **uma vez que a empresa**

⁸⁵ PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE MICROBACIAS DO SÃO FRANCISCO SÃO DISCUTIDOS EM REUNIÃO DA CBHSF. 24 out. 2013. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/noticias/818/projetos-de-recuperacao-de-microbacias-do-sao-francisco-sao-discutidos-em-reuniao-do-cbhsf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Executora paralisou as obras sem concluir e sem comunicar à comunidade. Segundo Arnaldo Cardoso, presidente da Associação de Mucambo, **foram poucas reuniões com a comunidade e algumas tecnologias não foram feitas corretamente, a exemplo dos barreiros trincheiras que não possuem as medidas adequadas e o cercamento da nascente que não foi finalizado.** O Irpaa, que elaborou e apresentou ao Comitê o Projeto do Riacho Mucambo, avalia que houve vários problemas na execução do projeto no Riacho Mucambo, como a falta de experiência e de equipamentos adequados da empresa para implantar as tecnologias (a exemplo dos barreiros trincheira). Além disso, as/os moradores reclamaram da falta de comunicação entre a empresa e a comunidade (Grifos nossos).

Os esclarecimentos pleiteados pela comunidade só aconteceram em agosto de 2015, após uma manifestação pública ocorrida por ocasião da Plenária CBHSF, que aconteceu nos dias 21 e 22, no Hotel Quality, em Petrolina (PE). Segundo o IRPAA⁸⁶, foi agendada uma reunião em agosto de 2015, a saber:

Em resposta às solicitações da comunidade do Mucambo, município de Curaçá – BA, representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), AGB Peixe Vivo, as empresas Gama Engenharia e Aliança Pinturas, Irpaa e a promotora regional de Justiça Luciana Khoury, estiveram reunidos com a comunidade na última terça-feira (18), para dialogar a respeito da prestação de contas detalhada da execução do projeto “Revitalização da Micro-Bacia do Riacho Mocambo e afluentes, no Município de Curaçá-BA”. Em 9 de novembro de 2013 a empresa Aliança, executora da obra, entregou o projeto à comunidade junto com a empresa fiscalizadora Gama Engenharia e AGB Peixe Vivo – Agência de Bacia que presta apoio ao gerenciamento dos recursos financeiros do CBHSF. **Desde então a comunidade vem solicitando uma maior transparência na prestação de contas da obra, uma vez que o projeto não foi executado de forma satisfatória, ou seja, não está de acordo com a proposta apresentada pelo Irpaa**, entidade idealizadora do projeto. Em 2014, o Irpaa formalizou o pedido do relatório técnico e financeiro do projeto a AGB Peixe Vivo para ser analisado junto com a comunidade, porém a solicitação não foi atendida. De acordo com diretor técnico da AGB Peixe Vivo, Alberto Simon, o projeto sofreu algumas modificações devido a características naturais da região [...]. Ele também admitiu que o **“projeto não foi perfeito e que ficaram coisas por fazer”**, mas que tudo foi justificado no relatório do projeto que foi entregue ao Ministério Público e ao CBHSF (Grifos nossos).

Por fim, também houve modificações no projeto referente ao Rio Moxotó. A proposta foi uma e o projeto selecionado foi outro, conforme depoimento do membro da CCR, representante da associação dos irrigantes do Moxotó, na ocasião da Plenária realizada em Penedo. Segundo o membro da CCR (2012):

⁸⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO REAFIRMA DIREITO DE COMUNIDADES FISCALIZAREM OBRAS DO CBHSF. 19 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/noticias/1268/ministerio-publico-reafirma-direito-de-comunidades-fiscalizarem-obras-do-cbhsf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

Diante do que foi colocado aqui, a gente observa que existem muitas demandas em aberto, em andamento, e que deixam muitas explicações no ar. O último assunto da última reunião que nós tivemos em Flores e pelo projeto que foi contemplado lá para a Bacia do Moxotó, o açude Poço da Cruz e do perímetro irrigado, na realidade, o que Avani colocou aqui é pura verdade. Inclusive, **o projeto de Moxotó a gente encaminhou uma demanda. Em todas as deliberações e aprovações que existiram, eu estava aprovando aquele primeiro pensamento que tinha sido construído na base, de fato o que foi apresentado como projeto para a gente. Até eu me surpreendi, não tinha nada a ver com o que a gente tinha solicitado**, mas há uma possibilidade também de ser implantado. Não vou dizer aqui que vou cortar o mal pela raiz. Diante do que foi conversado, a proposta inicial do projeto do Moxotó era capacitação e plantação de mudas nas margens do rio, capacitar o povo para posteriormente receber outros tipos de projeto, e **o que chegou para a gente foi recuperação hidroambiental, é... pequenas barragens, cercamento do próprio rio, parte do açude. Então, foi uma coisa que pegou a gente de surpresa. Quando foi apresentado o projeto lá em Maceió, até eu me surpreendi, porque como eu tinha sido um dos que tinha encaminhado a proposta junto com o Certa, eu fiquei voando na realidade, que não era nada daquilo** e agora eu queria procurar entender por que eu não tinha conhecimento desse modelo de projeto” (informação verbal⁸⁷. Grifos nossos).

Diante dos fatos descritos, podem-se perceber três aspectos que materializam a ineficácia de algumas ações do comitê, administradas pela agência delegatária. A morosidade para resolver questões demandadas, já que todas as solicitações demandadas pelos proponentes dos projetos ou mesmo dos comitês de afluentes nunca foram respondidas ou corrigidas no mesmo ano. Outro caso a ser exemplificado é o de Curaçá, ocorrido em novembro de 2013, só obtendo resposta em agosto de 2015. O segundo ponto a ser levantado é o *modus operandi* de conduzir modificações de projetos originais, ou mesmo sua execução, sem o conhecimento ou aval da comunidade receptora do projeto. Por fim, o formato dos projetos “problemáticos” se deve à aparente reprodução de um mesmo escopo de projeto para diferentes localidades e demandas da CCR.

Apesar dos relatórios de auditorias independentes contratadas pela AGB PEIXE VIVO, bem como pelo fato de as auditorias realizadas pela ANA constarem que a gestão, por parte da agência de água, foi considerada como “satisfatória” ou “boa”, acredita-se que tais avaliações aconteceram em virtude dos critérios que constam no Contrato de Gestão ANA014/2010. Para a avaliação, são considerados cinco critérios, envolvendo a divulgação das informações, publicações de relatórios financeiros, gastos realizados em percentuais bem definidos, cumprimento dos contratos com as empresas contratadas e, por fim, a avaliação dos membros do comitê, que ocorre através de resposta a um questionário elaborado contendo questões objetivas e dissertativas (Quadro 7).

⁸⁷ Transcrição realizada pela pesquisadora de trecho do depoimento de um membro da CCR em 2012.

1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO	Disponibilizar informações atualizadas do CBHSF, da Agência São Francisco, do Contrato de Gestão e do SINGREH, na bacia do rio São Francisco.
	CONSULTAS ÀS PÁGINAS ELETRÔNICAS	Metas de acessos mensais médios às páginas eletrônicas do CBHSF e da Agência São Francisco
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	
	PUBLICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	Publicação anual onde conste a situação dos recursos hídricos da bacia sob os aspectos quantitativos e qualitativos, com a verificação de indicadores construídos para o acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos e com subsídios para os órgãos gestores.
	RELATÓRIO COM SUBSÍDIOS PARA AÇÕES DE REGULAÇÃO NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	Subsídios para as ações dos órgãos gestores quanto ao cadastramento de usuários, à fiscalização dos usos, à operação dos reservatórios, à arrecadação e repasse dos valores da cobrança
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	
	VALOR DESEMBOLSADO SOBRE O VALOR TRANSFERIDO PELA ANA (%)	Metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor transferido
	RECURSOS DAS CONTRAPARTIDAS ALAVANCADOS COM RECURSOS DA COBRANÇA (%)	Metas progressivas visando a aumentar a alavancagem de recursos externos com a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água
	AGILIDADE NA CONTRATAÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE APLICAÇÃO	Metas progressivas visando a eficiência administrativa da Agência São Francisco na execução do Plano de Aplicação.
4	GERENCIAMENTO INTERNO	
	PONTUALIDADE NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	Verificação do atendimento pela Agência São Francisco, nas datas previstas anualmente, da apresentação do relatório de gestão, da prestação de contas, do registro do extrato do demonstrativo financeiro no Diário Oficial da União, do encaminhamento da previsão de receitas para o ano seguinte e sobre a aprovação do termo aditivo ao contrato de gestão pelo CBHSF para o ano subsequente, visando a alocação dos recursos financeiros.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	
	AValiação PELOS MEMBROS TITULARES DO CBHSF	Avaliação realizada pelos membros titulares do CBHSF sobre as atividades exercidas pela Agência São Francisco considerando os aspectos técnicos e administrativos.
Quadro 7-Critérios de avaliação da agência delegatária AGB PEIXE VIVO. Fonte: CBHSF (2011).		

Em outros termos, os critérios de avaliação em geral levam em conta aspectos quantitativos. Talvez por esse motivo, por diversas vezes durante os dois últimos anos, o CBHSF tem elaborado deliberações para realizar mudanças dos montantes destinados a rubricas específicas que não foram realizadas conforme previsto. Em parte, a mudança de estratégia no direcionamento de ações da direção do comitê também pode significar

alterações nas metas previstas e planejadas pela a agência de águas. Se, por um lado, a pauta política da DIREC pode mudar o rumo dos gastos realizados, por outro, quem elabora o documento indutor dos gastos da gestão é a AGB PEIXE VIVO. A CTPPP apenas efetua ajustes e atua na apreciação da plenária. Percebe-se que poucos montantes são questionados e alterados.

A partir do ano de 2012, houve uma segunda leva de projetos hidroambientais selecionados. Entretanto, uma parte deles se encontrava sem atos convocatórios para a realização de licitações. A partir de 2013, houve uma mudança de estratégia do comitê, que passou a financiar projetos de saneamento básico para prefeituras de municípios pertencentes à bacia. Seria esta a função de comitê, já que existem outras fontes de financiamento público dessas ações? A agência delegatária elaborou um relatório com 98 páginas, no qual apresentou um leque de informações de investimentos dos ministérios, os quais destinam volumosos recursos para este fim.

Portanto, os membros do comitê têm conhecimento de outras fontes de recursos para fins de saneamento. Então, por que utilizam os recursos escassos do CBHSF para projetos de tal envergadura? Talvez a resposta possa envolver interesses particulares, quando se utiliza de influência interna do comitê para deliberar recursos para municípios de interesse pessoal. A segunda questão posta é: Quais os critérios para eleger os municípios contemplados? Tal questionamento existe inclusive entre membros do comitê, conforme minuta da ata da 4ª Reunião da CCR do Submédio, realizada em Águas Belas (PE), no dia 26/07/2014, consta:

O Sr. Nitalmo da Silva - Vereador, perguntou se Águas Belas havia sido contemplada e se vai ter uma nova convocação. O Sr. Luiz falou que não foi contemplada. **O Sr. Almacks Silva, completou dizendo que no início de 2015, a AGB Peixe Vivo, deve abrir chamada pública para novos projetos e que todos serão informados, mas que é possível também obter os PMSB pela CODEVASF, FUNASA e pela APAC.** O Sr. Totonho Valadares, salientou que quando foi feito esse pleito do plano de saneamento ele era o Coordenador da CCR, que foi feito contato com todas as prefeituras dos municípios pernambucanos e baianos da nossa área de cobertura e que recebemos pouca adesão por falta de interesse das prefeituras. O Sr. Walter Guerra, salientou que tem ido a reuniões em outras cidades de Pernambuco e Bahia, **e coincidentemente, as prefeituras contempladas tem ligação com membros de dentro do Comitê [...]** (CBHSF, 2014, p. 02. Grifos nossos).

De janeiro a maio de 2015, foram gastos 6,5 milhões de reais com elaboração e execução de projetos hidroambientais e planos municipais de saneamento básico. Do montante total destinado a projetos de saneamento, o estado de Alagoas foi o grande

contemplado, já que representa 16,31% do total (figura 23). Tratam-se de Planos Municipais de Saneamento Básico para a região do Baixo São Francisco. Os municípios contemplados são: Belo Monte (AL), Igreja Nova (AL), Feira Grande (AL), Ilha das Flores (SE), Propriá (SE), Telha (SE) e Traipu (AL). Apesar de diminuir o impacto dos efluentes lançados, a qualidade da água já se encontra bastante comprometida, dada a sua localização. O que leva à reflexão em torno da questão da representação, pois este estado possui três dos sete membros da DIREC: o presidente, o secretário do comitê e o coordenador da CCR do Baixo SF.

RESUMO DESPESAS (CBHSF) - PERÍODO DE EXECUÇÃO (01 JANEIRO A 31 MAIO DE 2015)		
Despesas com recursos de investimentos - 92,5%		%
Serviços de Planejamento e elaboração de programa de comunicação para o CBHSF	590.642,62	8,94%
Serviços com a realização de ações para a campanha social em defesa do Rio São Francisco	533.472,30	8,08%
Serviços de assessoramento técnico-operacional em apoio às atividades da AGB Peixe Vivo para fiscalização dos projetos contratados	388.921,00	5,89%
Elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Alto São Francisco	12.552,37	0,19%
Elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Baixo São Francisco	1.077.170,56	16,31%
Elaboração de Planos Municipais de saneamento básico Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para a região do Médio São Francisco, Município de Barra/BA.	31.934,61	0,05%
Elaboração de Planos Municipais de saneamento básico para região do Médio São	110.663,15	1,68%
Atualização do plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco PRH-SF elaborado para o período 2004-2013	209.475,00	3,17%
Realização de levantamento situacional fundiária das ocupações na calha, afluentes e nascentes na APA da foz do Rio São Francisco, estado do Sergipe	175.021,45	2,65%
Execução projeto hidroambiental na sub-bacia do Rio Guaviniapan, municípios de Bocaiúva, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont/MG	339.899,60	5,15%
Execução projeto hidroambiental na Lagoa das Piranhas, em Bom Jesus da Lapa/BA	4.051,92	0,06%
Execução dos serviços para recuperação hidroambiental na bacia do Rio Verde, município de Ibipê/BA	87.935,15	1,33%
Execução projeto hidroambiental no entorno da barragem Junqueiro na Bacia do Riacho Riachão, município de Junqueiro e São Sebastião/AL	111.647,06	1,69%
Execução projeto hidroambiental na Bacia do Rio Itapeçica, município de Divinópolis e adjacências/MG	92.064,25	1,39%
Execução dos serviços para recuperação hidroambiental na bacia do Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa/BA.	309.594,22	4,69%
Execução projeto hidroambiental na Bacia do Rio Jacaré, municípios de Lagoa da Prata e Santo Antônio do Monte/MG	80.994,30	1,23%
Execução projeto hidroambiental na Sub-bacia do Rio Salitre em Morro do Chapéu/BA.	193.463,98	2,93%
Execução projeto hidroambiental na bacia do Rio Boa Sorte, município de Catolândia/BA	222.145,51	3,36%
Serviços de consultoria e assessoria especializada para estudo das vazões reduzidas em caráter emergencial no Rio São Francisco a partir da UHE Sobradinho e proposição de alternativas que garantam o uso múltiplo das águas	63.985,17	0,97%
Execução projeto de apoio ao Programa de Fiscalização Preventiva Integrada - FPI	439.362,38	6,65%
Execução projeto hidroambiental na bacia do Rio São Desidério, município de São Desidério/BA	128.505,22	1,95%
Execução projeto hidroambiental na bacia do Córrego Pastos dos Bois, Uruana de Minas/MG	181.579,80	2,75%
Execução projeto hidroambiental no entorno do lago de Três Marias, município de Três Marias/MG	266.848,25	4,04%
Execução projeto hidroambiental na bacia do Ribeirão Extrema Grande, municípios de Felixlândia e Três Marias/MG	393.373,33	5,96%
Execução projeto hidroambiental na bacia do Rio Riacho Brejão, município de Santa Maria da Vitória/BA	138.770,16	2,10%
Diárias de viagens para membros custeados do CBHSF	146.432,43	2,22%
Publicação e divulgação de Atos convocatórios e extratos dos contratos dos projetos em jornais	50.145,67	0,76%
Passagens aéreas e terrestres para atendimento aos eventos: plenárias, reuniões de câmaras técnicas, oficinas, Seminários, reuniões de diretoria, reuniões de grupos técnicos e outros	222.437,40	3,37%
Apoio à participação em eventos e reuniões	525,65	0,01%
TOTAL GASTO EM AÇÕES E PROGRAMAS RELACIONADOS- TABELA (B)	6.603.614,51	100%

Figura 23 – Demonstrativo de despesas com recursos de investimento.

Fonte: AGB PEIXE VIVO (2015).

Neste tópico, procuramos apontar alguns pontos frágeis da gestão, em específico envolvendo questões de ordem técnica, ética e de pouca eficácia na alocação de recursos. Os pontos frágeis, caso não sejam resolvidos ou sanados no futuro, poderão dar espaço à formação de novos conflitos hídricos, proporcionando, assim, novos casos de formação

de hidroterritórios, fenômeno de espacialização de embates conflituosos, cuja finalidade é se apropriar da água, ora via controle, ora via uso para subsistência dos sujeitos detentores do poder e dos subjugados, respectivamente. Este tema será tratado no tópico a seguir.

2.4 A formação dos hidroterritórios

Nas últimas décadas, muitos dos conflitos sociais têm como raiz questões eminentemente hídricas, demonstradas efetivamente em sua expressão social. Um forte exemplo de conflito hídrico bastante divulgado em nível global foi o fenômeno de resistência cultural caracterizado pela mudança na gestão da água ocorrida em Cochabamba, na Bolívia, onde sua população, marcadamente de etnia indígena, resistiu à entrada da empresa transnacional Batchel, no serviço de distribuição da água. A empresa não só aumentou as taxas de cobrança da água, como instituiu a cobrança nas áreas rurais, tendo como objetivo proibir a captação de água de chuva. Dessa forma, um grande levante da população culminou na decretação de estágio de sítio. O conflito se acirrou quando a população exigiu do governo a expulsão da Batchel. Esse conflito foi denominado de “guerra da água”.

No Brasil, já na segunda década do século XXI, inúmeros casos de conflitos hídricos vêm sendo registrados. Entre eles, os conflitos de uso, relacionados aos baixos volumes de água em reservatórios que abastecem grandes áreas urbanas. Caso recente desta realidade ocorreu na maior cidade do País, São Paulo, decorrente de uma gestão que deliberadamente não racionalizou a distribuição de água nem elaborou um plano de uso e consumo para momentos de restrições hídricas, devido à escassez de chuva. A população foi conduzida a acreditar em um discurso enganoso, que trazia tranquilidade aos consumidores. Essa situação se deu porque o estado de São Paulo se encontrava em um momento político de acirrada disputa eleitoral, mascarando a crise hídrica que estava instalada.

Desde o ano de 2004, o megaprojeto de integração das águas do Rio São Francisco (PISF) também tem gerado polêmica. Em tese, afirma-se que o projeto vem atender a demandas de abastecimento humano e dessedentação animal para dois eixos de canais que conduzem a água do rio para os estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba. Parte da população atingida ou beneficiada por esta obra hídrica são potenciais sujeitos de

novos conflitos. Caso seja concluída a implementação do PISF, tal afirmativa indica a possibilidade de formação de um novo conflito: disputar a “nova” água, caso ela chegue de fato ao seu destino final, através dos eixos leste e norte.

Nas diferentes escalas, seja em âmbito global ou local, a água vem cada vez mais sendo a protagonista da história da humanidade, devido ao fato de ela ser indispensável à sobrevivência humana. Na maioria das vezes, o embate e o acesso a este bem vital ocorre por meio da luta de classes, mediante a qual os sujeitos da tensão, da resistência e do poder instalado estabelecem confronto de forças para ter o domínio da gestão do uso, a fim de atingir seus objetivos e garantir sua reprodução e/ou sua produção. Dominar territórios com estoques hídricos significa manter a posse do elemento fixador, dos sujeitos da luta, seja o capital (agronegócio), seja o trabalho (as populações que vivem na margem e da margem do rio, cuja maioria é camponesa ribeirinha).

A interpretação de hidroterritório está associada às dimensões “clássicas” do conceito de território. Como a política, a econômica e a sociocultural (mais recentemente discutida), além da dimensão ambiental, vale ressaltar que a dimensão ambiental não se encaixa na noção “clássica” de território. Esta última dimensão surge na atualidade, no final do século XX e início do século XXI, devido à ação antrópica cada vez mais impactante na degradação do meio ambiente, acarretando menores aportes de água. O conceito de hidroterritórios serve como um “tributário” do conceito de território, um indicador de conflitos hídricos, um conceito socioambiental que nos permite analisar fenômenos que abrangem desde o uso e gestão até as relações ambientais, estabelecidas no tempo e no espaço. Nesse sentido, Torres (2007, p. 14-15) define:

Entende-se como hidroterritórios aqueles territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão da água, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio, este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude, entre outras obras hídricas. No aspecto de formação territorial, o hidroterritório pode assumir dimensões e delimitações múltiplas, a origem e trajetória da água é que vai demarcar seu tamanho e forma. A normatização da gestão da água em cada território é diversificada e pode estar relacionada à cultura de um povo, quando uma comunidade em seu cotidiano expressa um conjunto de normas locais para administrar esse bem comum. Ou pode acontecer por interesse de um agente privado de explorar, controlar e consumir a água, desprezando as demais necessidades da população. Em geral, esse agente possui um status privilegiado na hierarquia social, que expressa nas ações para controlar a água do território. Por outro lado, a gestão hídrica pode vir num movimento verticalizado, por imposições da globalização repassadas aos Estados-Nação.

Existem hidroterritórios onde foram realizados estudos nos quais a água só é entregue para consumo humano, por meio de carros-pipa, nas casas dos correligionários políticos do prefeito⁸⁸. Atualmente, o Governo Estadual de Pernambuco sinaliza que os carros-pipa podem ser alvo de manipulação política. Como medida fiscalizadora, o então governador Eduardo Campos assinou o Decreto n. 38.178, de 16 de maio de 2012, que estabelece a instalação de GPS para monitoramento dos trajetos percorridos por tais veículos em época de seca. Conforme notícia do Diário Oficial de Pernambuco:

Com o **aumento significativo no número de veículos contratados**, fez-se necessária a divisão da tarefa. Para o governador, **a medida aumenta a vigilância sobre o fornecimento emergencial de água e afasta qualquer tentativa de uso indevido dos carros-pipa neste ano eleitoral [...]**. Desse jeito que vamos fazer agora não tem mentira, não tem exploração política. Nós não estamos fazendo isso como um favor, mas como um direito que o povo pernambucano tem de receber do poder público, pelo menos, a água que está faltando. Disse Eduardo Campos (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 2012, p. 01. Grifos nossos).

Apesar do monitoramento estabelecido pelo governo através de suas agências reguladoras, nos momentos de seca, os gestores podem decretar “estado de emergência”, dispensar processos licitatórios com a rápida contratação de carros-pipa, exercendo um controle do destino da água em troca de votos.

Nos trabalhos de campo realizados desde 2005, oriundos da pesquisa da dissertação da autora (TORRES, 2007), bem como de trabalhos de campo realizados em Alagoinhas (PE), Marcação (PB) e Sousa (PB) nos anos de 2005 e 2006, as comunidades afirmam que o roteiro dos veículos que entregam água é criteriosamente traçado em favor do gestor local. Novas formas sutis de poder e controle de acesso à água são estabelecidas. Se antes esse controle se dava mediante a permissão ou não de acesso aos açudes em terras privadas, descrito por Maranhão e Oliveira (2010), hoje dispositivos sofisticados garantem o controle de acesso à água de forma institucionalizada.

O acesso à água deriva de alguns pressupostos legais bem delimitados, os quais dificultam a emancipação das populações compostas por camponeses ribeirinhos do poder do capital que controla a gestão deste recurso.

A partir do final dos anos 1990, para se captar água em certo volume, faz-se necessário ter uma autorização do Estado por meio de uma outorga de uso, com prazo de

⁸⁸ Para maiores detalhes, consultar Torres (2007).

validade e quantitativos bem definidos. Além da outorga, o detentor deste direito de uso precisa, na maioria dos casos, efetuar um pagamento pelos volumes captados de água bruta. Dependendo do tipo de uso, como na agricultura, por exemplo, é preciso atender a alguns pré-requisitos, tais como: recurso financeiro, a outorga do Estado com cotas definidas e, por fim, e não menos importante, é preciso que o lugar determinado para a produção tenha estoque hídrico.

Constata-se que muitas dessas informações, bem como a condição financeira requerida, não fazem parte do mundo camponês. Esta singularidade de pouco acesso a recursos financeiros, ao crédito agrícola e informações características de uma produção planejada pela “técnica” já se tornam um impedimento ao camponês para realizar a produção irrigada, inviabilizada principalmente pela cobrança da água.

Observar a existência dos condicionantes naturais do lugar em termos de clima e precipitação, considerando fatores sazonais, as concessões de uso (novas outorgas) e possíveis incrementos proporcionados por novas infraestruturas, com barragens, barreiros e adutoras, são pressupostos da “Agricultura de Precisão”. No entanto, o agronegócio, para se instalar em qualquer território, efetua este levantamento prévio de forma privilegiada, proporcionado muitas vezes pelo próprio Estado. A assimetria de informações em favor do agronegócio proporciona, por vezes, a instalação de empreendimentos hidroagrícolas de grande porte em áreas onde, num futuro próximo, haverá a construção de infraestruturas hídricas (canais, adutoras), como os exemplos citados das outorgas prévias apresentados no capítulo 3.

Em conjunto com as condicionantes acima citadas, a fixação do agronegócio em um determinado território se concretiza, na maioria dos casos, com a expulsão do camponês historicamente ali instalado. Para acirrar ainda mais esta desigualdade de forças, no Nordeste brasileiro, em particular nas margens do Rio São Francisco, a grilagem se faz presente, bem como o favorecimento do Estado em “ceder” terras devolutas para o agronegócio (Figura 24). Com exceção do direito de outorga, os demais fatores sempre estiveram historicamente presentes na luta de classes por acesso à terra e à água nesta região do país. Tal afirmação é corroborada por Dourado (2015, p. 182):

Em se tratando da Bahia, a maior extensão de terras devolutas está localizada principalmente no vale do São Francisco [...] Trata-se de áreas cobiçadas pela burguesia agroindustrial e financeira, sendo a manutenção do latifúndio improdutivo e das terras griladas um importante instrumento catalisador para a permanência do grande capital na região, como é o caso da Odebrecht, presente no vale dos rios Verde e Jacaré, representada pela CODEVERDE. [...]

Um dos artifícios utilizados pelo Estado para facilitar a expropriação é torná-la “área de interesse social”; assim, evitam-se maiores problemas no tocante a possíveis reivindicações e contestações por parte das populações que ocupam os locais de interesse para o grande capital. A título de exemplificação, a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste expressa bem essa realidade, pois, ao cortar o estado da Bahia no sentido oeste-leste, passou por terras com pendências jurídicas (terras devolutas, áreas reivindicadas por populações tradicionais, etc.) e o Estado fez uso desse artifício para superar toda e qualquer possibilidade de impedir a execução da obra.

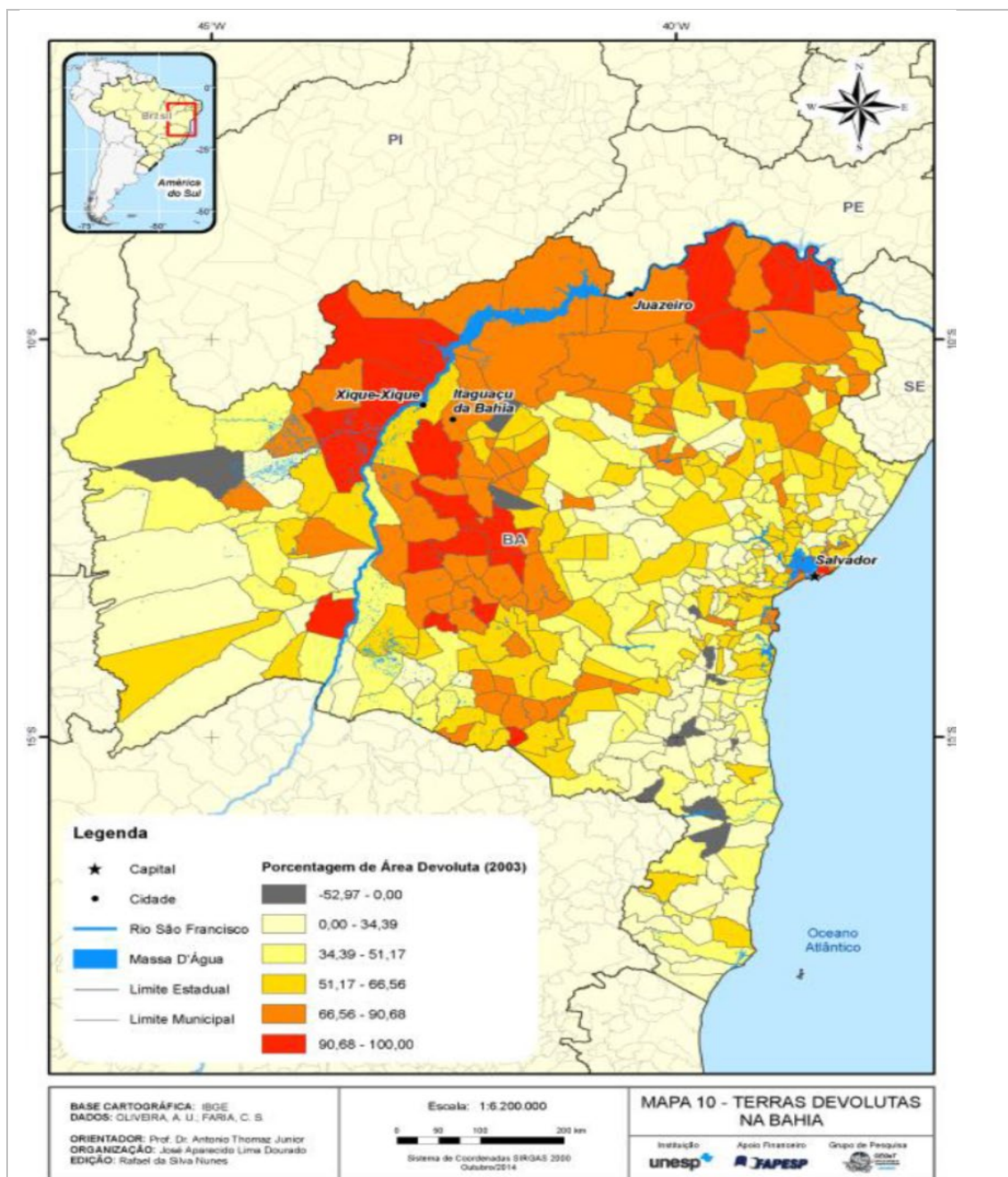


Figura 24 – Terras devolutas na Bahia.
Fonte: Dourado (2015).

No semiárido dos coronéis, descrito no início do capítulo, o controle da água era exercido pelo poder econômico e político, que cancelava a apropriação dos estoques hídricos ao seu domínio territorial. A partir da instituição da Lei n. 9.433/97, novos mecanismos de controle passam a administrar o direito de uso da água nos territórios. A depender do número de outorgas concedidas para fins não domésticos, pode afetar as demandas humanas para a sobrevivência.

A perspectiva histórica do processo de dominação da água, formação territorial e propriedade fundiária no Brasil, assim como a evolução dos mecanismos de apropriação utilizados pelos detentores do poder econômico e político, determinaram para si a apropriação ou o direito de propriedade das melhores terras no vasto espaço territorial brasileiro. A melhor terra sempre tem “os melhores donos”, raciocínio também presente nesta nova percepção da água enquanto elemento estratégico nos territórios. As melhores terras são as que tiverem melhores ou maiores estoques hídricos, numa delimitação espacial bastante definida, que desperta o interesse do capital no intuito de se apropriar principalmente dos estoques hídricos locais. Nesses termos, a disputa de classe pela água por parte dos camponeses desterrados pela violência e conivência do Estado em favor da territorialização do agronegócio dá início à formação dos hidroterritórios.

Assim, na pesquisa realizada na dissertação (TORRES, 2007), foi proposto um olhar diferenciado a respeito de territórios onde a centralidade da disputa e consequentes conflitos se encontram na apropriação dos estoques hídricos. Logo, cabe definir e diferenciar o que sejam conflitos. Para o CEIVAP (2002, p. 04),

[...] Os conflitos pelo uso da água na bacia, em geral, ocorrem em decorrência de: a) formas de uso que comprometem a disponibilidade hídrica para outros usos/usuários; b) formas de uso que degradam a qualidade da água, comprometendo outros usos e a saúde pública. Na verdade, essa divisão é, principalmente, de caráter metodológico, tendo em vista que essas duas categorias de conflito dificilmente serão encontradas isoladamente nos casos concretos que surgirão. A própria Lei 9.433/97 e o Projeto de Lei 1.616, que se encontra em discussão na Câmara dos Deputados, estabelecem a dissociabilidade do binômio quantidade-qualidade ao introduzir o conceito de vazão de diluição. No primeiro caso, os conflitos são aqueles comumente denominados conflitos por quantidade ou, dito de outra forma, são conflitos decorrentes de usos competitivos em relação a uma quantidade insuficiente de água para atender às necessidades do conjunto de usuários em determinado trecho da bacia hidrográfica. Esses conflitos podem ser permanentes ou temporários, uma vez que estão relacionados às variações do ciclo hidrológico ou, também, às diferentes formas de uso da água. Tradicionalmente, esses conflitos são mais comuns entre formas de usos consuntivos da água, como a irrigação, e outros usos, como o abastecimento doméstico, a geração de energia elétrica, a preservação de ecossistemas e a permanência de formas tradicionais de exploração de recursos naturais.

Com a maior quantidade de conflitos hídricos, alguns outros autores também têm se utilizado deste conceito para descrever fenômenos de disputa dos estoques hídricos de um determinado lugar. Segundo Dourado (2015, p. 156),

a expansão das áreas irrigadas no Semiárido baiano traz elementos para análise das controvérsias que perpassam a modernização desse território na perspectiva do agrohídronegócio, porque os prejuízos são socializados e a riqueza concentrada, com a formação de cidades-polo como é o caso de Juazeiro. Os *hidroterritórios* (TORRES, 2007) se constituem num ambiente conflituoso, porque colocam em disputa modelos de desenvolvimento antagônicos, revelando as urdiduras do capital e do Estado para garantir o controle de áreas com abundância hídrica. Mesmo com todo o aparato midiático, as personas do capital não conseguem camuflar o fato de que a criação dos perímetros irrigados acaba fomentando a plasticidade e a mobilidade do trabalho, tanto nas comunidades próximas à sua localização quanto na cidade. A demarcação de territórios pelo capital em função da disponibilidade de água é uma realidade neste limiar de século XXI, com sérios agravos para os milhões de miseráveis de todo o mundo e, principalmente, da América Latina, a quem foi atribuída a responsabilidade de prover a manutenção do “desenvolvimento” do restante do planeta devido à riqueza de sua sociobiodiversidade (Grifos do autor).

Afonso e Cleps Júnior (2011) buscaram analisar as formas de apropriação e gestão da água no hidroterritório do norte de Minas Gerais, identificando como os geraizeiros⁸⁹ administravam secularmente os recursos naturais e a exclusão de parcela da população rural do acesso à água. Os autores estudaram o processo de regulação das prioridades de uso dos recursos hídricos dos dois projetos hidroagrícolas e seus conflitos com as comunidades rurais de Lagoa do Barro, Lagoa da Tiririca e Pau D’Óleo, no vale do Riachão, em Montes Claros (MG), Jacarezinho e Vila Nova dos Porções, na sub-bacia do Gorutuba, em Janaúba (MG.). No local, convivem 80 famílias e sete empresas do agrohídronegócio.

Martins (2013), em seu estudo, trabalhou com a espacialização do conflito hídrico existente na micro-bacia hidrográfica do Córrego Sossego, localizada no município de Itarana (ES), que compõe a sub-bacia do Rio Santa Joana e faz parte do conjunto de bacias que formam a bacia do Rio Doce. Indicou-se um hidroterritório em uma realidade bem diferente da encontrada no semiárido brasileiro, estando espacialmente inseridas as três primeiras indicações dos hidroterritórios por ocasião da pesquisa de dissertação (TORRES, 2007). As particularidades do Nordeste, devido à convivência com a escassez

⁸⁹ Os Geraizeiros são povos que se localizam à margem esquerda do Rio São Francisco no norte de Minas. O nome vem da denominação *gerais*, ou seja, planaltos, encostas e vales das regiões de cerrados.

e as flutuações hídricas decorrentes do clima, proporcionam, em certa medida, a transformação da água em mercadoria ou moeda de troca, com finalidades políticas eleitorais. Martins (2011) aplicou o conceito de hidroterritório em uma realidade diferente. Assim, trouxe contribuições teórico-metodológicas que permitiram ampliar o espectro de possibilidades de utilizar o referido conceito para melhor compreender as dinâmicas territoriais motivadas pelo elemento água e, por conseguinte, a Geografia das águas.

Uma derivação do conceito de hidroterritório foi apontada por Thomaz Júnior (2010), ao elaborar o conceito de agrohidronegócio. O pesquisador verificou o conteúdo dos conflitos territoriais tendo como fio condutor as ações dos sujeitos envolvidos no cenário de expansão e consolidação do capital no Pontal do Paranapanema, abrangendo a mercantilização da água inserida na dinâmica dos setores agropecuário e de produção de energia elétrica.

No capítulo 3, elaboraremos uma metodologia de análise têmporo-espacial das outorgas e das concentrações de concessões temporalmente sistematizadas, verificando como se comporta o planejamento das ações do Estado em promover grandes aportes de água para uma determinada localidade inserida na bacia do Rio São Francisco, além dos possíveis conflitos hídricos decorrentes destas ações do Estado em convivência com o CBHSF. As concessões de outorga na Bacia do Rio São Francisco surgem no momento da aplicação da Lei n. 9.433/97, no âmbito da gestão da bacia com a responsabilidade legal do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A inoperância do CBHSF em não observar os possíveis conflitos que possam vir a existir a partir da concessão das outorgas auxilia a concretização dos hidroterritórios.

No quarto capítulo, foi necessário fazer um recuo temporal para a década de 1970, com vistas a verificar os fenômenos de desterramento dos beraderos ribeirinhos e comunidades tradicionais por ocasião das duas grandes diásporas para a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica. O fenômeno aponta para a formação de hidroterritórios, a jusante e a montante das barragens, decorrentes do modelo energético, e agrícola brasileiro. Com a formação do lago das barragens do São Francisco, as instituições agrícolas do Estado passam a administrar e definir o destino da água do lago, expulsando os ribeirinhos e comunidades tradicionais.

No primeiro movimento, os beraderos, ribeirinhos e comunidades tradicionais faziam uso das ilhas para plantar, pois possuíam terras, eram ricas em sedimentos e terras de aluvião, proporcionando bons resultados ao cultivo para os camponeses ribeirinhos.

Os pescadores tinham dieta rica em proteína, pois havia peixes em abundância não só no leito do rio, como nas lagoas marginais. Tais lagoas marginais, presentes em todo o rio, eram a segurança alimentar dos beraderos, pois ofereciam arroz e peixe principalmente para a região fisiográfica do Baixo São Francisco. A Figura 25 traz uma ilustração de como era a espacialização dos beraderos, camponeses, pescadores e comunidades tradicionais antes da construção das barragens. Havia vultoso fluxo de água para irrigação e para dessedentação animal em abundância. Os pescadores podiam navegar livremente no leito do rio e pescar, em virtude da grande quantidade de peixes.

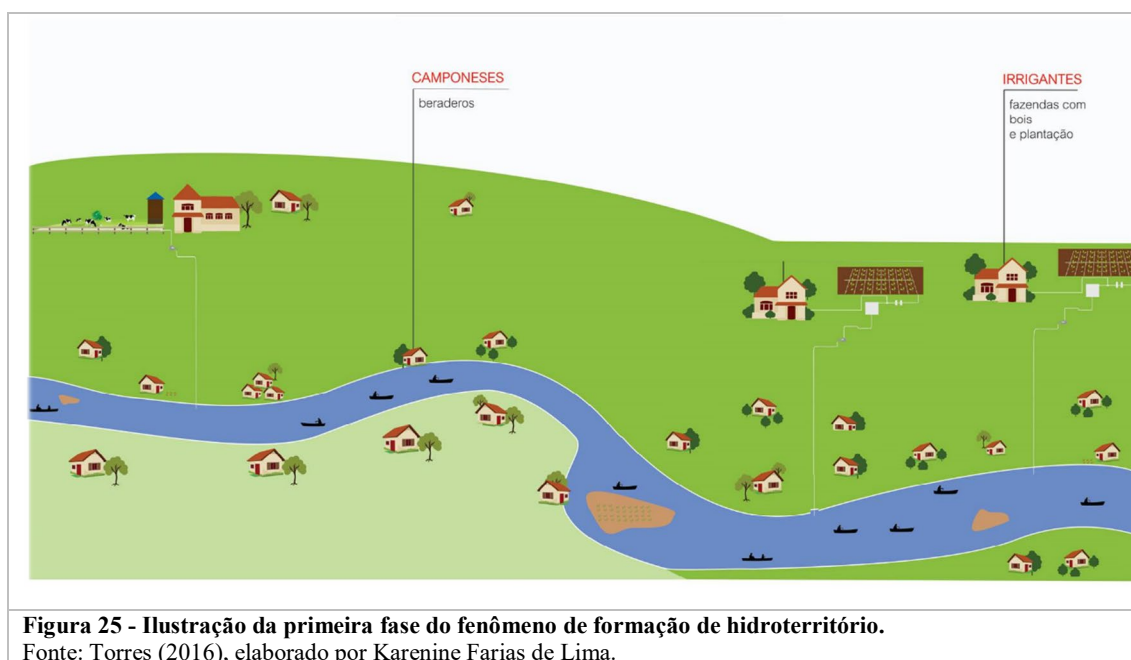
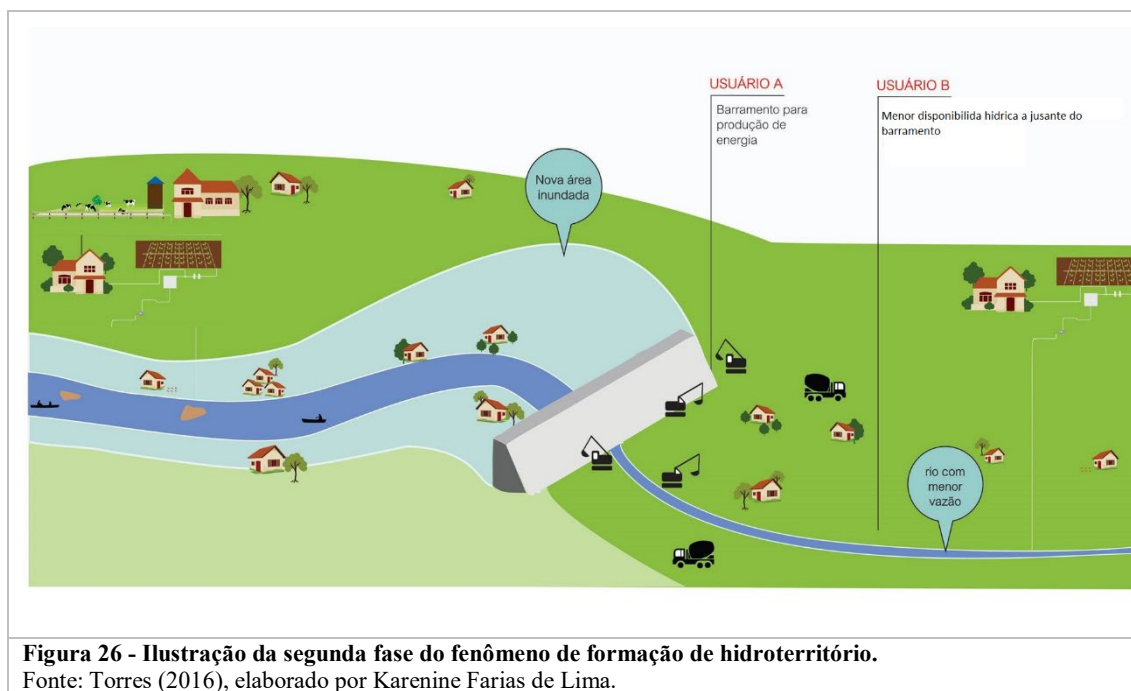


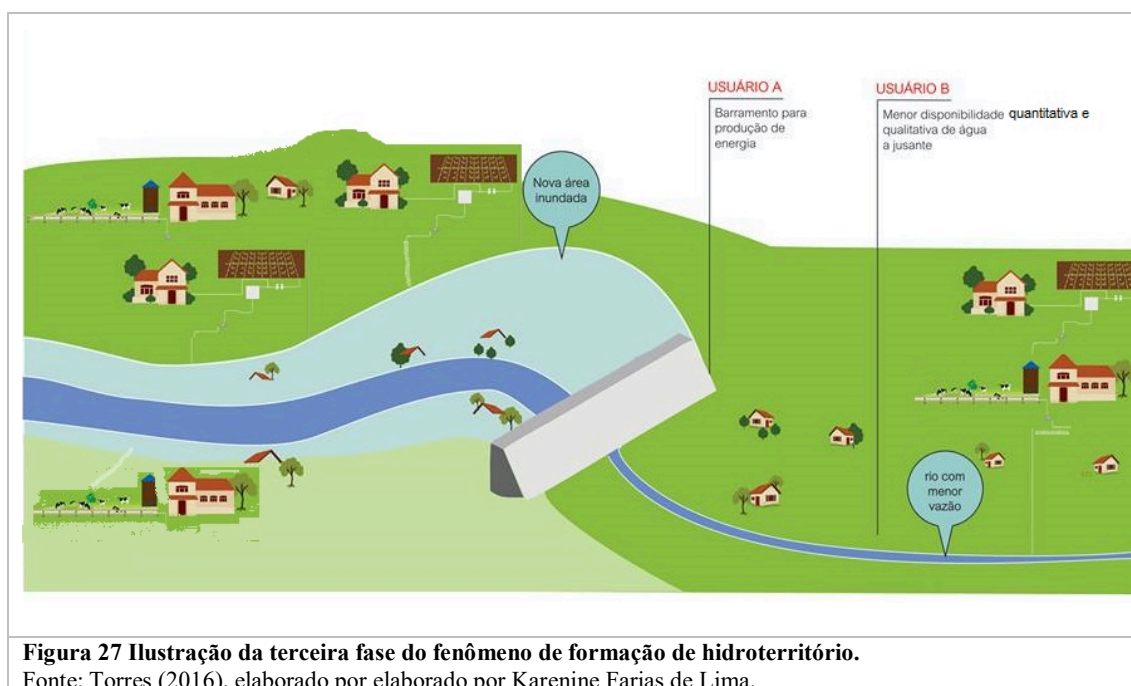
Figura 25 - Ilustração da primeira fase do fenômeno de formação de hidroterritório.
Fonte: Torres (2016), elaborado por Karenine Farias de Lima.

A Figura 26 ilustra o segundo momento do processo de formação de um hidroterritório, quando os beraderos são expulsos da beira do rio, em um processo de desterramento indiferente aos direitos resguardados por indenizações justas. Com a expulsão, algumas famílias permanecem na beira do lago, mas a maioria foi para localidades distantes. No caso de Itaparica, a maioria dos beraderos desterrados foram para 700 Km de sua origem. À jusante da barragem, o conflito hídrico ocorrerá dada a menor vazão defluente do rio, “controlada” pela empresa proprietária da barragem, que passará a praticar cotas de acordo com a disponibilidade hídrica de cada época, vindo a prejudicar os moradores e empresas que dependem da água do rio. A navegação à jusante passa a ser comprometida de acordo com a vazão praticada pela empresa proprietária da

barragem. A pesca fica precária e, por vezes, restrita à piscicultura em tanques-rede na margem do rio, prática que exige um investimento elevado para viabilizar a atividade.



A Figura 27 ilustra a expulsão dos beraderos, a permanência e ampliação dos grandes fazendeiros devido à nova disponibilidade hídrica à montante da barragem. A jusante, com os menores aportes de água e o controle da vazão da barragem, dificulta a reprodução das necessidades de reprodução, bem como as atividades produtivas às margens do rio. A borda do lago aumenta as possibilidades de irrigação, proporcionando ao agronegócio novas possibilidades de expansão territorial.



Ao longo do segundo capítulo, foram apontadas as estratégias de dominação e controle da água no Nordeste brasileiro. Nesta região, os coronéis determinavam o acesso à água, em virtude de seu poder de controlar e subjugar as populações sob seu domínio territorial. Em um segundo momento, apontou-se a institucionalização do poder de controle da água estabelecido a partir da Lei n. 9.433/97, que incube o comitê de bacia como uma entidade democrática de gestão.

No caso do CBHSF, foi possível apresentar diversas ações que não apresentavam eficiência de alocação de recursos, além da pouca celeridade do comitê em solucionar conflitos hídricos na bacia. A política de revitalização do Rio São Francisco e seus afluentes através dos projetos hidroambientais não apresenta resultados significativos de melhoria da quantidade e qualidade da água. Porém, acredita-se que esses projetos, em sua essência, servem como instrumentos para o fortalecimento político local nos moldes assistencialistas, estabelecidos na câmara de deputados e no senado federal.

No próximo capítulo, apontar-se-á de que forma o capital vem imprimindo uma conotação mercantilista à água, inclusive pela força da Lei n. 9.433/97. Os instrumentos de outorga são aplicados na BHSF desde 2003 e a cobrança da água, por captação de água bruta, passou a ser efetivada desde 2015.

CAPÍTULO 3

**DA TEORIA À PRÁTICA: O APARATO LEGAL
COMO FERRAMENTA DE CONTROLE
TERRITORIAL NA BACIA DO RIO SÃO
FRANCISCO**

3.0 DA TEORIA À PRÁTICA: O APARATO LEGAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE TERRITORIAL NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Para uma melhor compreensão da aplicabilidade prática do marco regulatório, faz-se necessário um resgate histórico da normatização jurídica relativa ao uso e proteção da água. A primeira normatização da proteção jurídica do direito de uso da água no Brasil ocorreu com a instituição do Decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, denominado “*Código de Águas*”. Tratava-se de promover a gestão hídrica, visando às necessidades de produção energética hidráulica, sob o controle do Ministério da Agricultura. Em seu texto, havia a orientação de como se daria o gerenciamento das águas, de acordo com os tipos existentes. Constava em seu preâmbulo:

[...] Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acordo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas; Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional; Considerando que, com a reforma porque passaram os serviços afetos ao Ministério da Agricultura, está o Governo aparelhado, por seus órgãos competentes, a ministrar assistência técnica e material, indispensável a consecução de tais objetivos; Resolve decretar o seguinte Código de Águas, cuja execução compete ao Ministério da Agricultura e que vai assinado pelos ministros de Estado.

O Código das Águas também distinguia águas públicas e privadas, de acordo com o tipo de propriedade da terra. Para ser considerada de propriedade privada, a água deveria se encontrar em um espaço exclusivamente particular. As demais águas eram domínio da União, dos estados ou dos municípios, de acordo com o território pelo qual circulassem os corpos hídricos. Este instrumento legal estabeleceu também que, ao se contaminar águas, o poluidor deveria pagar para mitigar o problema e poderia ser incriminado por perdas e danos a terceiros.

O aparato legal datado de 1934 vigorou até a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, quando em seus artigos 20, III e 26, I, se estabelece a “propriedade estatal” das águas de acordo com a esfera governamental, sendo consideradas águas de domínio federal os rios de fronteira ou de limite interestadual. São tidos no âmbito do domínio

estadual as águas subterrâneas e os rios internos aos estados neles contidos; são municipais quando suas águas percorrem apenas um município.

A CF instituiu, através do artigo 21, inciso XIX, como competência da União, a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH), em atenção à necessidade de “instituir e definir critérios de outorga de direito de seu uso” (BRASIL, 1988, art. 21). O artigo 225 determina a responsabilidade do Poder Público e da coletividade em cuidar da água e de outros bens naturais, e afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, art. 255). Vale dizer que todos têm direitos ao que compõe o meio ambiente, a saber: a água, o ar, a fauna e a flora, inclusive considerando as gerações futuras.

A partir desses elementos normativos da CF, foi a promulgação da Lei n. 9433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A nova lei alterou o aspecto inalienável do direito ao Meio Ambiente concebido na CF, conforme descrito no parágrafo anterior. Em seu artigo primeiro, a atual “*Lei das Águas*” situa a base da Política Nacional de Recursos Hídricos nos seguintes fundamentos:

I - A água é um bem de domínio público;

II - A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos consiste no consumo humano e na dessedentação de animais;

IV - A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

A lei define também os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, considerando que cada bacia deve ter um sistema de informações que indique o estado em que se encontra o corpo hídrico, qual seja: Os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;

a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a compensação a município e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (SNGRH).

Com relação ao SNGRH, a Lei n. 9433/97 institui:

- I. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
- II. Os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- III. Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH);
- IV. Os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos;
- V. As Agências de Água.

O termo “recurso hídrico” foi incorporado à Lei n. 9.433/97, sancionada em 8 de janeiro de 1997, em seu artigo 1º, inciso IV. Porém, as primeiras interpretações que tendiam a considerá-la um *recurso* ocorreram na Constituição de 1988. Segundo a ANA (2013, p. 17),

[...] As constituições anteriores somente traziam a palavra água. Assim, a União passou a ser responsável pela instituição do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e pela definição dos critérios de outorga para seu uso. Essa nova terminologia, enquanto recurso e não simplesmente um bem natural, remetia ao seu tratamento enquanto insumo para o sistema produtivo e, conseqüentemente, com valor econômico incorporado. Abria-se o caminho para que a Cobrança pelo Uso, conforme definida atualmente, pudesse ser regulamentada por uma nova política.

Atualmente, está em pleno funcionamento o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Todos os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal possuem suas leis estaduais e seus conselhos estaduais de recursos hídricos. Existem hoje em dia cerca de 190 comitês de bacias hidrográficas estaduais em atuação no Brasil, em sua maioria em bacias com águas de domínio exclusivamente estadual. A Lei n. 9433/97 recomenda que a Secretaria Executiva do CNRH seja exercida pelo órgão integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, responsável pela gestão dos recursos hídricos, ou seja, a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA.

Somente em 17 de julho de 2000, foi sancionada a Lei n. 9984, que instrui a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A ANA é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tendo como uma das suas principais responsabilidades emitir e

administrar as outorgas do direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, bem como realizar a normatização e fiscalização do uso dos recursos hídricos no Brasil.

A partir da instituição da Lei n. 9.433/97, uma série de mudanças relacionadas ao uso das águas enquadraram-na numa ótica economicista, passando a água a ser considerada como um “bem econômico”, por meio da outorga e cobrança. Esses dois instrumentos têm como alicerce teórico as ferramentas de comando e controle, para a gestão ambiental da bacia hidrográfica. Em tese, segundo a vertente liberal da economia, as leis do mercado operando livremente por meio das relações de “oferta e demanda” deveriam ser capazes de ajustar a disponibilidade dos bens e serviços a todas as necessidades existentes. Se isso fosse verdade, não seria necessária a implementação de políticas públicas de comando e controle para uso de um bem.

A água é um bem público, mas, no Brasil, por força da Lei n. 9.433/97, passa a ser adjetivada com um bem com possibilidade de ser excludente. Isto implica, portanto, que esse elemento da natureza, historicamente considerado um bem comum, passa a ter a possibilidade de exclusão ou mesmo de acesso restrito. Dessa forma, esbarramos em uma contradição latente: se o bem água é dotado de valor econômico, como a ciência econômica pode defini-la nos termos de um bem público?

Dois aspectos podem identificar um bem público. O primeiro é a impossibilidade de excluir-lhe o acesso por parte de qualquer indivíduo, com base no entendimento do conceito de não-exclusão; o segundo consiste em não permitir que exista rivalidade entre os indivíduos para ter acesso ao bem, inspirado no conceito de não-rivalidade:

[...] um bem público pode ser aproveitado por inúmeros indivíduos ao mesmo tempo (não-rivalidade) e uma vez que um bem público esteja disponível, negar seu acesso a um consumidor é proibitivamente dispendioso (não-exclusão). No outro extremo, um bem privado puro obedece aos princípios de exclusão e rivalidade. Estes últimos tendem a ser eficientemente produzidos pelos mercados (MOTTA, 1997, p. 172).

A cultura da crença do gerenciamento e concessão do acesso à água por parte do Estado, mediante pagamento, foi partilhada mundialmente. Sua gênese não foi traçada no ano de 1997, por ocasião da promulgação da Lei n. 9.433/97. Esse discurso foi elaborado em sintonia com argumentos ideológicos neoliberais, veiculados primordialmente em publicações do Banco Mundial e associados à exigência de uma maior participação do setor privado nos serviços essenciais de utilidade pública. Forjou-se a ideia de uma

necessidade inerente aos países em desenvolvimento, cujo mote era diminuir as desigualdades sociais, considerando a redução do déficit público e o fortalecimento da democracia (CASTRO, 2013). Essa lógica foi traçada lenta e gradativamente, tendo como precedentes principais três marcos institucionais:

- *A Carta Europeia da Água do Conselho da Europa*⁹⁰ - proclamada pelo Conselho da Europa em maio de 1968, norteando as doze preocupações a respeito da necessidade de acesso à água para prover a vida, alertando inclusive para a necessidade de uma gestão cooperativa do Homem com os demais seres vivos. O documento aponta duas concepções espaciais quando afirma: “[...] 11. A gestão dos recursos hídricos deve inserir-se **no âmbito da bacia hidrográfica natural** e não no das fronteiras administrativas e políticas. 12. **A água não tem fronteiras**. É um bem comum que impõe uma cooperação internacional (Grifos nossos).
- *A Carta da Declaração Sobre o Ambiente Humano*⁹¹ - declaração firmada por ocasião da Conferência das Nações Unidas, na cidade de Estocolmo, na Suécia, no período de 5 a 15 de junho de 1972 que, entre os cuidados de preservação da vida, inclui os direitos inter-geracionais, como aponta o segundo princípio:

Os recursos naturais da Terra, inclusos o ar, **a água**, o solo, a flora e a fauna, especialmente as amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em **benefício das gerações presente e futura**, mediante uma cuidadosa planificação ou regulamentação, segundo seja mais conveniente (ONU, 1972, p. 03. Grifos nossos).

- *A Declaração Universal dos Direitos da Água*⁹² - publicada pela ONU em 22 de março de 1992, dispõe sobre a necessidade de respeitar a lenta capacidade da natureza em oferecer os serviços ambientais para transformar a água em água potável (artigo segundo). Reforça, especialmente, o discurso econômico mediante o argumento da raridade da água e, por conseguinte, da necessidade de valorá-la a partir da atribuição de valor econômico, quando afirma em seu artigo sexto: “A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor econômico: precisa-

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.aguaonline.net/gca/?id=67>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

⁹¹ Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/jctyll/1904.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

⁹² Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/agua/aguas-superficiais/40-Declaracao-Universal-dos-Direitos-da-%C3%81gua>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo” (ONU, 1992, art. 2).

Por meio da interpretação econômica dos conceitos acima citados e norteando-se pela lei das águas brasileiras, pode-se interpretar que este bem vital passa a perder uma das principais características dos bens públicos, a não rivalidade e exclusibilidade.

No caso da outorga, após a criação da ANA, deu-se início ao processo de cadastro e autorização dos diversos usos da água de uma determinada bacia, mediante a emissão de um documento que afere a seu possuidor o direito de captar água de acordo com as especificações técnicas nelas contidas. A produção agrícola que necessitar captar água em um rio, canal ou reservatório acima de determinados volumes terá que solicitar a outorga e efetuar o pagamento.

Esta é uma situação que pode estar ocorrendo na bacia do rio São Francisco, quando camponeses ou mesmo associações de produtores da agricultura camponesa declaram captar acima de 4 l/s⁹³. Nos perímetros irrigados situados nesta bacia, em geral, as outorgas são emitidas para os órgãos que administram esses espaços, principalmente para a CODEVASF e órgãos estaduais. Seu acesso para usos consuntivos pode acontecer ou não dependendo de fatores naturais, sociais, econômicos e políticos, bem como do cenário de abundância ou escassez existente nas bacias hidrográficas em cada tempo e espaço.

A expressão *uso consuntivo* refere-se aos usos que retiram a água bruta de sua fonte natural, diminuindo suas disponibilidades quantitativas, espacial e temporalmente – por exemplo, a água captada como insumo produtivo na fabricação de um detergente líquido. Por sua vez, a expressão *uso não-consuntivo* diz respeito aos usos que retornam praticamente a totalidade da água utilizada à fonte da qual foi captada, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade quantitativa – por exemplo, a navegação, a recreação, a piscicultura. Outros exemplos de usos consuntivos e não consuntivos podem ser visualizados na Tabela 5.

Porém, alerta-se que um dos usuários que mais oferece impactos no âmbito socioambiental é originário de uma outorga não consuntiva, a hidroeletricidade. Entende-se que esse termo, utilizado normativamente, deveria passar por uma revisão, justificado principalmente pelos acontecimentos de retenção da água nos reservatórios dos barramentos (represas) para produção de energia nos momentos de escassez, ou seja, a

⁹³ A medida “litros por segundo” é bem inferior à medida 1 metro cúbico por segundo, que equivale a mil litros de água.

temporalidade afeta aos ecossistemas aquáticos a jusante das barragens, e tal efeito não é considerado no momento da outorga para o setor hidroelétrico. Segundo a ANA (2014, p. 15),

as solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos podem se destinar a usos consuntivos ou não consuntivos da água. As demandas para os usos não consuntivos são aquelas que não resultarão em retiradas de vazões ou volumes de água do corpo hídrico, mas, eventualmente, irão modificar as suas características naturais (por exemplo, construção de barramentos) e necessitam desta forma, de uma autorização da autoridade outorgante.

CATEGORIAS	DEMANDAS	NATUREZA DO USO
Infraestrutura social	- dessedentação; - navegação; - usos domésticos; - recreação; - usos públicos; - amenidades.	- consuntivo; - não-consuntivo; - consuntivo; - não-consuntivo; - ambos; - não-consuntivo.
Agricultura e aquicultura	- agricultura; - piscicultura; - pecuária; - uso de estuários; - irrigação; - conservação de banhados.	- consuntivo; - não-consuntivo; - consuntivo; - não-consuntivo e local; - consuntivo; - local.
Industrial	- arrefecimento; - mineração; - hidroeletricidade; - processamento industrial; - termoeletricidade; - transporte hidráulico.	- consuntivo; - não-consuntivo; - não-consuntivo; - consuntivo; - consuntivo; - consuntivo.
Em todas as categorias acima	- transporte, diluição e depuração de efluentes.	- não-consuntivo.
Proteção (Preservação, Conservação e Recuperação).	- consideração de valores de opção de uso, de existência ou intrínseco.	- não-consuntivo e local.

Tabela 5 - Principais categorias de demandas de água.

Fonte: Organização das Nações Unidas (1976).

Na bacia do rio São Francisco, a emissão da *outorga de uso da água* pela ANA, para se tornar efetiva, tem que ser divulgada em diário oficial. Conforme a ANA (2011a, p. 21),

a outorga é a garantia de água para todos os usos, sendo, portanto, obrigatória. Essa obrigatoriedade é necessária para que o poder público possa, efetivamente, assegurar o controle, tanto quantitativo como qualitativo dos usos da água, e para que o usuário tenha a autorização de direito de acesso à água para as finalidades desejadas.

Segundo a Lei Federal n. 9.433/1997, dependem de outorga:

- derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo d'água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- extração de água de aquífero subterrânea para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- lançamento em corpo d'água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e
- outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade existente em um corpo d'água (BRASIL, 1997, art. 12).

O uso residencial doméstico da água não necessita de outorga, porque não diz respeito a volumes expressivos que qualifiquem as casas, individualmente, como “usuários”. Já as companhias de distribuição e tratamento de água para abastecimento, sejam elas municipais ou estaduais, são denominadas de “usuários” por representarem uma escala macro de consumo.

A outorga, na prática, consiste numa licença de uso para captar água e/ou lançar efluentes num corpo hídrico. É realizada a partir de cadastro contendo uma solicitação do direito ao uso da água, na qual seu declarante revela informações imprescindíveis, tais como: finalidade, volumes, localidade. No caso da irrigação, pode-se observar inclusive a área, tipo de irrigação e de cultivo. Contudo, quando se busca o acesso a esses cadastros, nem sempre os dados referentes à outorga estão completos. Por vezes, as outorgas são cadastradas como “diversos”, quando solicitam mais de um uso, o que dificulta a análise da demanda efetiva. Esses dados, em tese, deveriam auxiliar no gerenciamento dos recursos hídricos, através do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CENARH) instituído em 2003.

Cada usuário, ao se cadastrar, tem a responsabilidade, inclusive jurídica, de informar com fidedignidade qual a destinação dos estoques de água a serem outorgados, bem como a frequência de uso, sob as penas da lei. O registro se aplica aos usuários de recursos hídricos, a pessoas físicas e jurídicas que captam água, lançam efluentes ou realizam usos não consuntivos diretamente em corpos hídricos (rio ou curso d'água, reservatório, açude, barragem, poço, nascente etc.). O conteúdo do cadastro inclui informações sobre a vazão utilizada, o local de captação, a denominação e a localização do curso d'água, o empreendimento do usuário, bem como a sua atividade ou a modalidade da intervenção que pretende realizar (ANA, 2014).

O Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNDARH), estabelecido pela Resolução ANA n. 317/2003, alimenta a base de dados que aponta o conjunto de usos registrados oficialmente de recursos hídricos no Brasil. Por sua vez, ele é alimentado pelo processo de cadastramento de usuários, sobre ele estarão baseados alguns dos principais instrumentos da gestão de recursos como a outorga, a cobrança e a fiscalização (ANA, 2014). Esses dados são utilizados para compor outros instrumentos da gestão, o enquadramento dos corpos de água que contribui para o planejamento da gestão. A bacia do Rio São Francisco ainda não possui o enquadramento de corpos de água. Tal peça do planejamento hídrico ainda não foi realizada, apesar da existência do CBHSF, desde 2001. Conforme institui a Lei n. 9.433/97,

o enquadramento de corpos d'água estabelece o nível de qualidade a ser alcançado ou mantido ao longo do tempo. Mais do que uma simples classificação, o enquadramento deve ser visto como um instrumento de planejamento, pois deve tomar como base os níveis de qualidade que deveriam possuir ou ser mantidos para atender às necessidades estabelecidas pela sociedade e não apenas a condição atual do corpo d'água em questão. O enquadramento busca “assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas” e a “diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes” (BRASIL, 1997, art. 9).

A priorização na realização do enquadramento dos corpos hídricos da bacia do rio São Francisco facilitaria uma execução orçamentária, com uma alocação eficiente, pois ofereceria informações precisas e atuais das localidades mais degradadas da bacia, na qual deveria haver maiores investimentos de recuperação ambiental. Outro agravante da gestão do CBHSF é a não concretização do que foi assumido como meta em seu Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (PBHSF) 2004-2013, uma espécie de “plano diretor”.

Sua primeira versão elaborada a partir de duas rodadas de consultas públicas, realizadas no prazo bastante curto de seis meses. O documento passou por pequenas modificações no âmbito do CBHSF, em conjunto com o Grupo de Suporte Técnico (GST), que auxilia na elaboração do PBHSF. Este grupo é formado por membros das Câmaras Técnicas do CBHSF e origina-se de consultores e representantes da CHESF e CODEVASF. Porém, para Silva e Cirilo (2011, p. 51),

[...] Apesar das alterações introduzidas na nova versão do PBHSF, não houve estimativa de investimentos para as novas atividades e ações incluídas. Na

versão do PBHSF aprovada pelo CBHSF, foi apresentado um Programa de Investimentos provisório, cujo prazo previsto de reavaliação e revisão foi dezembro 2005, não tendo sido realizado.

Ou seja, o primeiro PBHSF sequer concretizou todas as ações previstas na sua primeira versão, porém o CBHSF já destinou recursos para a elaboração da sua segunda versão. Entende-se a necessidade urgente da atualização dos dados referentes ao estado ambiental e social em que se encontra a bacia. Contudo, os mesmos erros encontrados na elaboração do primeiro documento se perpetuam, a exemplo da realização de oficinas em um curto período, com uma pequena participação das comunidades e custos elevados para a execução⁹⁴.

No novo Plano de Aplicação Plurianual 2016-2018 já existe uma dotação de 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil) reais para a elaboração do novo PBHSF. As oficinas feitas pela empresa contratada junto a setores de usuários e comunidades já apontam para a perpetuação e ampliação dos problemas socioambientais encontrados em sua primeira versão. Isso por si só já indica certa ineficácia das ações realizadas pelo CBHSF.

Caso o PBHSF e o enquadramento de corpos hídricos tivessem efetividade, a gestão contaria com elementos para fiscalizar e apontar usuários poluidores não cadastrados oficialmente e, conseqüentemente, a “contabilidade” da concessão de outorgas seria real. Ou seja, as alocações de recursos aplicados em ações não alteraram a disponibilidade e a qualidade hídrica da bacia do Rio São Francisco; na verdade, o estado de criticidade do rio se agravou.

Sabe-se que, no processo produtivo das empresas, a utilização da água afluyente e da água efluente gerada na produção, pode trazer custos adicionais às empresas, além de causar impactos externos (externalidade) às suas atividades, perniciosos e onerosos à sociedade, como é o caso das comunidades que sobrevivem a partir do que retiram do rio, como os beraderos e ribeirinhos. Essas mesmas empresas, por outro lado, trazem benefícios à sociedade, dinamizando a economia, com a criação de postos de trabalho diretos e indiretos.

⁹⁴ Durante a nossa participação no CBHSF, pudemos constatar e criticar a forma como são divulgadas e realizadas as oficinas, com baixa participação das comunidades.

Na teoria econômica, tal fenômeno é denominado de “*externalidades*”, que podem ser positivas ou negativas, como afirma Nusdeo (1997, p. 176-178)⁹⁵. Em suma, as externalidades são os efeitos não contabilizados monetariamente pelos agentes econômicos. Segundo a teoria, os malefícios que a produção de uma determinada indústria potencialmente cause à sociedade devem ser computados como custos “sociais” e equacionados mediante compensações, sejam elas financeiras ou mesmo medidas de outra natureza.

Na prática, as informações reais que gerariam os custos são omitidas⁹⁶ pelas empresas, por elevarem os gastos de produção e, conseqüentemente, causarem a diminuição do lucro para o capital. Tal postura é geralmente beneficiada pela baixa fiscalização efetiva dos órgãos gestores.

Percebe-se que o cenário de escassez hídrica pode proporcionar elementos motivadores para a privatização da água, já que a medida do valor de troca do bem é o preço. O preço está presente na teoria marxista como sendo a forma equivalente do valor para uma mercadoria, sendo definido como mercadoria-dinheiro. Toda mercadoria, segundo Marx (2013), obrigatoriamente tem em si seu valor de uso e seu valor de troca:

O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca. O valor de troca aparece inicialmente como uma relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*) (MARX, 2013, p.114).

Todavia, nem todo o conteúdo material da riqueza é necessariamente suporte material do valor de troca, mesmo sendo útil e produto do trabalho humano. Dessa forma, não se trata de mercadoria. Como Marx (2013) afirma,

uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é medida pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e

⁹⁵ São externalidades negativas as interferências prejudiciais geradas por uma indústria recém-instalada, como, por exemplo, os resíduos jogados no ar e no córrego que abastece uma cidade, ocasionando custos com tratamento da água e tratamentos de saúde para a população.

⁹⁶ Recentemente, essas ações podem ser materializadas no caso da Mineradora SAMARCO, cujo rompimento da barragem de resíduos em Minas Gerais vem causando impactos significativamente negativos para as populações, para a fauna e flora do entorno do rio Doce até sua foz, no Espírito Santo.

produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem que produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem (MARX, 2013, p. 118-119).

Um viés economicista, que faz tensão com o pensamento materialista histórico dialético, entende a água como mercadoria e despreza, desta forma, a possibilidade do uso daquela para garantir as necessidades de subsistência dos camponeses, dos pescadores, dos beraderos e ribeirinhos, por exemplo. As necessidades e preferências determinam a demanda pelo bem (mercadoria). Em geral, quanto maior a oferta do bem em questão, a disposição de pagar por ele diminui. No caso em apreço, a oferta origina-se de uma condição de escassez, determinada por fatores de natureza física, tecnológica, ou ainda ligados a práticas e políticas institucionais vigentes.

Mas, se os processos produtivos não pautarem a conservação dos recursos hídricos, estes se tornarão um elemento vital escasso, no que concerne aos seus múltiplos usos e não serão disponibilizados para as gerações futuras. Uma vez que a “raridade” qualitativa e quantitativa da água impulsiona seu preço, desperta no setor privado a percepção da viabilidade do mercado potencial. O ato ideológico de promover universalmente a mercantilização da água traz à tona novas preocupações sociais, como a da possível exclusibilidade de seu uso, dada a sua raridade e preço.

Na teoria econômica neoclássica⁹⁷, para concretizar a demanda é necessário fazer a escolha de consumo de um determinado bem, o que, por sua vez, sofre a influência de variáveis objetivas (preço do bem, preço do bem substituto etc.) e subjetivas (gostos, preferências, aspectos religiosos e culturais). Na prática, o comportamento do consumidor tem o valor de troca como principal fator para utilização ou restrição da escolha de um bem para consumo.

A sensibilidade do consumidor às variações dos níveis de preço dos produtos é chamada conceitualmente de elasticidade⁹⁸. Caso existam bens para substituir um

⁹⁷ Sempre que nos referimos à teoria econômica de forma genérica, estamos apontando e criticando a forma pela qual os ortodoxos da teoria neoclássica se posicionam a favor do liberalismo. O *mainstream*, expressão que se refere às teorias econômicas predominantemente ensinadas nas universidades, segue essa lógica, baseada no “individualismo metodológico”, que geralmente trata os indivíduos como seres relativamente autônomos ou mesmo de forma atomística (PINHO; VASCONCELOS, 2008).

⁹⁸ O conceito de elasticidades está relacionado ao *mainstream* da teoria econômica, sendo tradicionalmente creditado ao economista inglês Alfred Marshall (1842-1924). A elasticidade-preço da demanda é a variação percentual na quantidade demandada, dada uma variação percentual do bem. Mede a sensibilidade, a resposta dos consumidores quando ocorre uma variação no preço de um bem ou serviço. De acordo com a elasticidade-preço, a demanda pode ser classificada como elástica, inelástica ou de elasticidade-preço unitária (PINHO; VASCONCELOS, 2008).

determinado produto que teve seu preço elevado, em geral, os consumidores passam a eleger este outro bem para comprar. Por exemplo, se a carne de boi subiu de preço, naturalmente os consumidores a substituirão por frango, peixe etc. No caso da água, não existem produtos substitutos próximos com os mesmos benefícios para a saúde, o que a qualifica, portanto, além de insubstituível, como um bem vital.

Qualquer outro bem, dada a racionalidade dos agentes, poderia ser substituído em um efeito substituição-renda, ou seja, o agente, desprovido de renda para tal produto, o substituiria na sua “cesta de preferências” por um bem similar (por exemplo: manteiga x margarina). A utilidade do bem “água” não possibilita escolha de bens substitutos, já que a água é substância necessária para a sobrevivência humana. No que se refere às preferências, May, Lustosa e Vinha (2003, p. 246) afirmam que:

[...] cada indivíduo alcançaria sua posição ótima de equilíbrio quando igualasse as utilidades de margem de cada um dos vários bens em seus vários usos possíveis. Além disso, o consumidor é considerado como arranjando em sua própria mente uma hierarquia de preferências para os bens presentes e futuros, e distribuindo sua renda monetária de modo a maximizar a satisfação total que poderia obter.

Primeiro, é preciso entender o conceito de demanda frente ao conceito de necessidade conforme o define Iunes (1995, p. 116):

Sob um primeiro exame, o conceito de demanda se choca diretamente com o conceito de necessidade. Enquanto o primeiro está centrado sobre a liberdade e a autonomia de escolha do consumidor segundo sua própria estrutura de preferências, o conceito de necessidade é uma definição exógena feita por um expert.

Desde o final dos anos 1970, a bacia do São Francisco vem sofrendo um processo de degradação dos corpos hídricos pelo uso irracional da água. Esta dinâmica diminui a “produção de água”, em consequência do assoreamento do rio, causado pela exploração dos recursos naturais (madeira de mata nativa etc.) de forma insustentável. Por conseguinte, do uso irracional do território, somado à regularização das águas pelas barragens para produzir energia, exigiria, por parte do CBHSF, ações para coibir este comportamento e restringir novas licenças de uso da água na bacia, dada a crise hídrica em que esta se encontra.

Um dos instrumentos reguladores utilizados pelo Estado para coibir esta situação é a aplicação do princípio poluidor-pagador, ampliado para usuário-pagador. O princípio

poluidor-pagador, inspirado no estudo pioneiro do início do século XX de Artur Cecil Pigou, trata justamente de corrigir as externalidades negativas, mediante a cobrança de uma taxa ou tributo. Em tese, o princípio poluidor-pagador, através do sistema de preços, induz os consumidores a reduzir seu consumo excessivo, gerado pela gratuidade, ou reduzir sua ação poluidora para evitar a cobrança. No que se refere ao papel do Estado, May, Lustosa e Vinha (2003, p. 63) afirmam que “O Estado seja por constituição, seja por leis ordinárias, assume efetivamente o domínio, a propriedade, dos bens ambientais (tais como o ar e as águas) aos quais é impossível ou inconveniente alocar direitos de propriedade privada”.

O Estado, ao “internalizar” as ações de degradação do meio ambiente, impondo valor a um bem escasso, qualitativa e quantitativamente, recebe uma “renda de escassez” por um bem de domínio público, que pode possibilitar a exclusão de parte da população desprovida de renda. Quando se equaciona o problema (externalidade) através de uma compensação financeira, abre-se uma possibilidade para o setor privado explorar um recurso natural até a sua exaustão, caso a elasticidade da demanda seja insensível às variações do nível de preço.

Em outras palavras, o uso irracional da água em uma determinada localidade pode ser favorecido pelo Estado ao estabelecer a outorga e possíveis multas por degradação da natureza, em montantes inferiores aos impactos causados pela exploração desses recursos por uma empresa privada. Um exemplo prático de um desastre ambiental de grandes proporções ocorreu recentemente, em novembro de 2015, quando ocorreu o rompimento da barragem de rejeito da mineradora Samarco. A multa inicial corresponde a 9% do lucro líquido obtido pela Samarco, de R\$ 2,8 bilhões, no ano passado, segundo informações do Jornal Correio Brasiliense⁹⁹.

Na escassez de estoques hídricos, os consumidores se tornam insensíveis a mudanças de preço caso tenha renda suficiente para concretizar a demanda, com isso, os preços praticados podem inviabilizar o consumo por restrição orçamentária do consumidor, que passa a beber água sem a potabilidade necessária para o consumo humano¹⁰⁰. Segundo Ribeiro, Lanna e Pereira (1999, p.14),

⁹⁹ CARVALHO, Douglas. Samarco lucra os r\$ 250 milhões da multa que recebeu em apenas 32 dias. **Correio Brasiliense [online]**, 12 nov. 2015. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/12/internas_polbraeco,506217/multa-imposta-a-samarco-equivale-a-lucro-obtido-pela-empresa-em-32-dia.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹⁰⁰ Nos trabalhos de campo realizados ao longo dos dez anos de estudos a respeito de conflitos hídricos, visitando comunidades atingidas, foi verificado que com a escassez hídrica e as restrições orçamentárias dos sujeitos que moram em localidades de difícil acesso a água potável, induzem o hábito de beber água

os valores de cobrança propostos nos estudos brasileiros são de uma ordem tal que, aparentemente, não afetariam as quantidades consumidas dos usuários – o comportamento da demanda permaneceria inelástico. Isto acontece, como já comentado, porque a cobrança tem sido vista como um mecanismo financeiro.

A citação acima proveniente de três dos principais estudiosos dos modelos de cobrança no Brasil, revela que se trata de um mecanismo de captação de recursos. Os valores praticados não alteram as práticas de consumo dos grandes usuários da água, nem afetam a sua disposição de pagar. Porém, essa proposição pode causar a exclusão de parte da população desprovida de renda do acesso à água. Afeta principalmente aos camponeses ribeirinhos e à população urbana pobre, moradores das margens do rio, que não podem mais realizar suas atividades produtivas e reprodutivas para a manutenção da família, caso precise captar mais que 4 l/s.

Como se pode perceber, muitas vezes o governo assume um papel normativo, indutor e regulador, explícita ou implicitamente, estabelecendo condições estruturais e marcos de atuação para a gestão hídrica, que indiretamente viabilizam a água como um bem privado.

Na Política Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos (PNGRH), muitos fatores foram desconsiderados, entre eles a função social inerente à água, como suporte essencial de reprodução da vida. No estudo em pauta, faz-se uma análise sobre a implantação dos instrumentos de outorga e cobrança da água no Nordeste brasileiro. Acredita-se que estes instrumentos podem aprofundar ainda mais as desigualdades estabelecidas por meio de um precário sistema de normas, que não considera as especificidades de gerir a água em áreas de extrema escassez hídrica. Muitas dessas populações já possuem o hábito de pagar pela água, seja de forma simbólica, com a troca do voto pelo acesso à água, seja através da sua mercantilização, bastante difundida nessa região. Segundo Torres (2007, p.115),

[...] Quando se pensa nos consumidores dos recursos hídricos, faz-se necessário considerar de maneira sistematizada, quatro importantes aspectos abordados em separado: a) A possibilidade de falta de recursos financeiros para adquirir o bem em questão; b) a não correspondência entre necessidade e demanda; c) a existência de práticas de dominação pelo controle da água que fogem às normas estabelecidas na Política que impedem ou limitam o seu acesso à água; d) os condicionantes éticos de que nenhum bem ou serviço pode

barrenta e não potável. Nesse caso, o “não estranhamento” faz com que as populações não reivindiquem políticas públicas para acesso a água potável, acarretando em proliferação de doenças de vinculação hídrica, em geral para populações de baixa renda e em locais no qual o serviço público de distribuição de água não existe ou se torna caro para o usuário, fato bastante comum no semiárido nordestino.

ser considerado absoluto pelos consumidores, exceto os bens vitais que são a água e o ar.

Teoricamente, os aparatos legais da gestão dos recursos naturais no Brasil incorporaram sutilmente a face de uma gestão liberal e mercantilizada. O poder ilusório delegado aos cidadãos e representações sociais da sociedade civil nos comitês de bacia não possibilitaram melhorias ambientais para aquela. Um exemplo prático da ineficácia da gestão participativa, encontra-se nas ações promovidas no CBHSF. No intuito de melhorar o quadro ambiental, os projetos hidroambientais são pontuais e em geral, direcionados às localidades de origem dos representantes membros do CBHSF. Somando-se a esse fato, a gerência é compartilhada entre o Estado e meio técnico, com a presença efetiva da iniciativa privada nas tomadas decisões, enquanto defensores das demandas de um grupo específico de usuários do agronegócio, causando um hiato na garantia dos direitos ao acesso à água de forma igualitária, nos territórios de disputa, nos hidroterritórios.

Na sequência das reflexões acima apresentadas, serão explicitados a evolução da cobrança da água, no primeiro triênio da cobrança 2010 a 2012, apontando o perfil dos usos múltiplos, seguida da classificação de usuários por tipo de uso na Bacia Hidrográfica do São Francisco (BHSF). Busca-se também verificar a espacialidade desses estabelecimentos e os recursos pagos decorrentes da captação da água, bem como a evolução da arrecadação dos anos de 2010 até 2012.

3.1 Caracterização da cobrança da água no Rio São Francisco (2010-2012)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) foi o terceiro comitê federal do Brasil a implementar a cobrança da água, desde julho de 2010, para usuários que realizem a captação a partir de 4 litros por segundo. Os mecanismos e valores atuais de cobrança estão estabelecidos na Deliberação CBHSF nº 40/08, aprovada pela Resolução CNRH nº 108/10. Encontram-se nesse grupo de pagadores da água empresas de saneamento das cidades ribeirinhas, indústrias, fazendas e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

Uma dificuldade encontrada para efetuar a análise da evolução dos valores da cobrança foi a indicação de uso da água nas informações disponibilizadas nos sites da ANA e da AGB. Ambos os órgãos discriminam em seus documentos de solicitação do

uso de água a alocação denominada “outros” e “diversos”, sem explicar a metodologia aplicada para tal denominação. Em consulta realizada ao setor responsável pela cobrança na ANA, em visita que realizamos a Brasília em abril de 2013, foi-nos informado que essas duas denominações foram adotadas pelo Setor de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF), responsável pelo cadastro dos usuários aprovados.

Na prática, a denominação “outros” vem sendo utilizada para outorgas de derivações para a construção dos canais do PISF, pelas construtoras, e, ainda, para a outorga preventiva do uso que será captado e distribuído pela “transposição”, nos seus eixos norte e leste. Apesar de não estar em funcionamento, o PISF efetua anualmente o pagamento desde 2010, por se tratar de uma outorga preventiva, cujos volumes mínimos de captação estão em 24,6m³/s. A denominação “diversos”, por sua vez, vem sendo utilizada para o caso em que as águas captadas servem para mais de um uso, como abastecimento humano e irrigação, por exemplo. Atualmente, a competência pela aprovação do cadastro é da Superintendência de Fiscalização (SFI).

Os recursos arrecadados estão sendo alocados em ações de recuperação da bacia, mobilização, fortalecimento do CBHSF, entre outras ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A cobrança pelo uso da bacia tem como objetivo melhorar a quantidade e a qualidade de suas águas. Cada usuário é cobrado pelos usos de captação, pelo consumo e/ou pelo lançamento de efluentes. O Comitê instituiu o pagamento para os usuários que captam mais de 4l/s nos valores de R\$ 0,01 por metro cúbico (mil litros) captado e R\$ 0,02 (dois centavos) por metro cúbico de água consumida. Trata-se da diferença entre o quantitativo captado e o volume lançado no rio. O maior valor cobrado é o do quilo de carga orgânica lançada no Rio São Francisco, que custa R\$ 0,07 (sete centavos). A cobrança pelo lançamento de carga orgânica tem o intuito de promover a redução da poluição do rio causada pelos usuários da água, como as companhias de saneamento.

Os usuários pagam a cada mês, por meio de boleto, ou podem optar pelo pagamento integral anual. Os montantes arrecadados são recolhidos pela Agência Nacional de Águas (ANA) e repassados integralmente no mês seguinte à AGB PEIXE VIVO. Os preços praticados pela cobrança para todos os tipos de uso são fixos, fator que não contribui para incentivar os usuários a racionalizar o próprio uso em baixa escala de consumo. Se os preços praticados fossem escalonados “a taxas crescentes”, quem consumisse menos pagaria menos, quem consumisse mais pagaria mais (Gráfico 2).

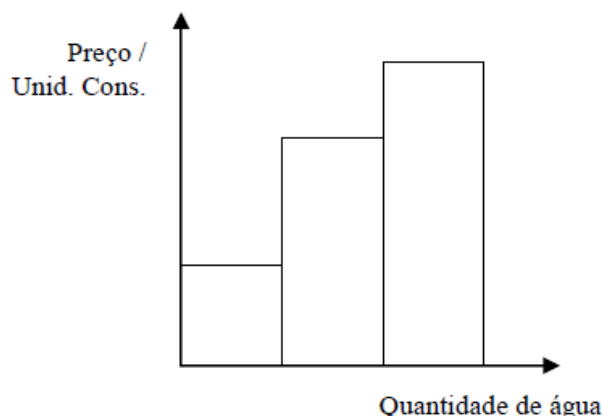


Gráfico 2 – Preço para a cobrança da água a taxas crescentes.
 Fonte: Elaboração própria (2015).

Se na bacia hidrográfica do Rio São Francisco fosse utilizado o método do preço crescente, teríamos uma receita variável, de acordo com os volumes outorgados pelos usuários. Os que captam maiores volumes teriam custos superiores que aqueles que captam menos, dada a maior tarifa; ou seja, quem capta mais água impacta mais os volumes e, por esse motivo, paga mais. O contrário, uma menor captação, pagaria valores relativamente menores. Estimular-se-ia, assim, a conservação da água, já que se cobra mais à proporção que aumenta o consumo. Ao mesmo tempo, teríamos uma compensação mais justa para os pequenos produtores, por se atribuírem diferentes preços, de acordo com a quantidade de água utilizada.

Com o método dos preços fixos, a cobrança da água contabilizou na bacia do rio São Francisco, em 2010, o montante de R\$ 10.514.674,14 (dez milhões, quinhentos e catorze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e catorze centavos), o que equivale a aproximadamente metade do valor anual estimado, porque a cobrança iniciou-se em 01 de julho de 2010, na metade do ano. Enquadraram-se na cobrança 716 empreendimentos.

Foi realizada uma campanha de regularização do uso dos recursos hídricos. Todavia, apesar do esforço, 152 empreendimentos deixaram de ser cobrados, devido às outorgas de direito de uso de recursos hídricos estarem vencidas (ANA, 2011). Na Tabela 6 verifica-se que cerca de 5% do número de usuários de 2010 representam quase 94% do valor total da Cobrança. No Gráfico 3 verifica-se que o uso “outros” representou 59,45% da receita da cobrança na bacia, a saber: o Ministério da Integração, com o empreendimento do PISF, correspondendo a R\$ 6,24 milhões em 2010, denominado no

uso cadastrado de “outros”. Nesse ano, não houve cobrança para o uso dessedentação animal.

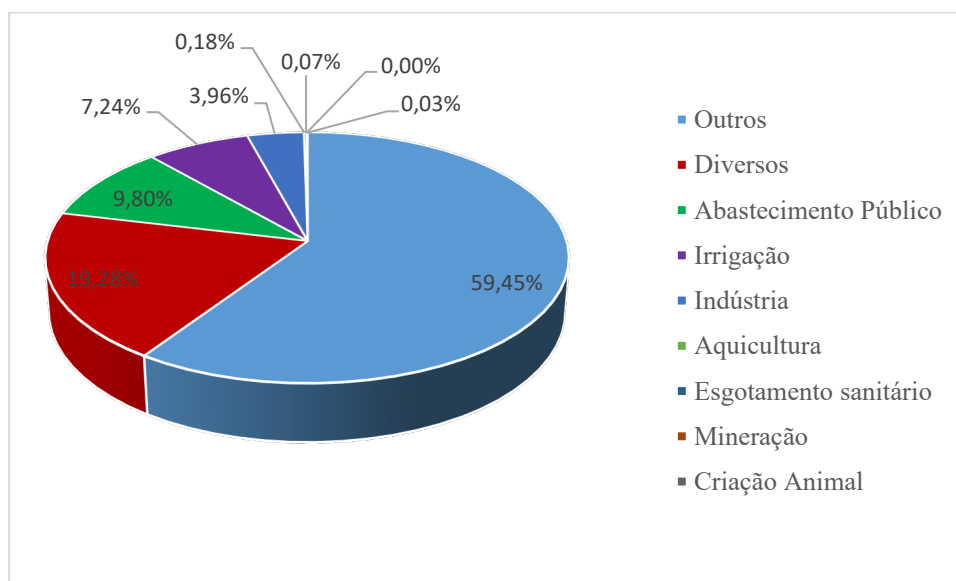


Gráfico 3 – Representatividade dos valores cobrados por finalidade de uso na BHSF em 2010.
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Na Tabela 6, apresenta-se a representação por bacia fisiográfica da cobrança de água bruta no ano de 2010. Em termos de participação nas outorgas cobradas, a região fisiográfica do Submédio é a de maior representatividade percentual, tanto no número de outorgas, com 44,97% do total, quanto nos valores cobrados, de 67,69%. Somente a outorga preventiva do PISF é responsável relativamente pelo montante de 87% do total cobrado, por captação de água bruta no Submédio. Apesar dessa região fisiográfica possuir cerca de 45% do total de outorgas no ano de 2010, o valor cobrado em média, nos demais estabelecimentos, está abaixo dos R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que equivale a cerca de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), ou seja, o PISF, mesmo não estando em plena atividade, é o grande pagador da cobrança da captação de água bruta.

Regiões Fisiográficas	Cobrança 2010		Nº	% dos
	% do R\$	R\$	Estab.	Estab.
Alto	9,07%	953.195,92	149	20,81%
Médio	9,39%	987.046,41	210	29,33%
Submédio	67,69%	7.116.952,54	322	44,97%
Baixo	13,86%	1.457.479,27	35	4,89%
Total	100,00%	10.514.674,14	716	100,00%

Tabela 6 – Cobrança da por água bruta em 2010 por região fisiográfica.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

No Gráfico 4, verifica-se que no ano de 2010 a maior representatividade por segmento de usuário estava no uso para a irrigação, que representou 78% das outorgas emitidas, particularmente localizadas nos estados da Bahia (55,40%) e Minas Gerais (29,10%). Desta forma, dois estados representam 84,50% do total dos empreendimentos cobrados. As outorgas cadastradas como “diversos” representam 12% do total, com 85 registros. Como já foi dito, esse tipo de cadastro de uso acontece, em geral, quando o empreendimento utiliza a água para mais de uma finalidade.

O Gráfico 4 também aponta que o abastecimento humano, neste mesmo ano, representou apenas 6% do total, com 43 outorgas distribuídas nas quatro regiões fisiográficas, considerando que mais da metade das outorgas para esse uso se encontram nos estados de Alagoas (28,9%) e Bahia (25,4%). As indústrias figuraram nesse ano em 15 cadastros, representando apenas 2% das outorgas da bacia. Um dado relevante é a quantidade de outorgas originárias do esgotamento sanitário, que representam cerca de 1% das outorgas cobradas, com apenas cinco registros no ano de 2010. Acredita-se que a emissão de esgoto do rio seja bem superior ao que foi declarado.

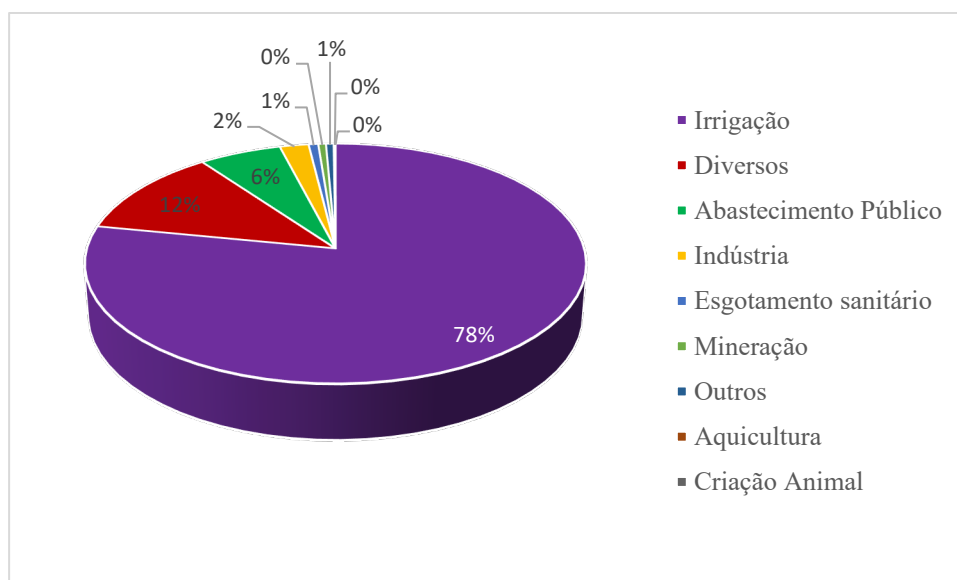


Gráfico 4 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

No Quadro 8, pode-se verificar as outorgas adimplentes e inadimplentes por setor de uso no ano de 2010. A cobrança da água bruta contabilizou inadimplência de R\$ 466.524,26 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos), valor equivalente a 4,44% do total cobrado. Deste montante, 54,56% foram representados pelo uso “diversos”, seguidos pelo uso para abastecimento público de 24,26%, referentes a quatro estabelecimentos que não efetuaram o pagamento no ano de 2010.

O setor industrial, que representava apenas 2% do total de outorgas cobradas, teve taxa de inadimplência de 20,44%; porém, não se trata de uma ocorrência de não pagamento, pois quatro indústrias depositaram valores menores do que foi cobrado. Nessa categoria (setor industrial), aconteceram também alguns casos de pagamento superior ao que foi cobrado no ano, por motivos desconhecidos. Observando-se os setores que não possuem registros na coluna “Nº de usuários que não pagaram”, ao mesmo tempo em que ocorrem montantes na coluna “valor não arrecadado”, significa que todos efetuaram o pagamento, mas o fizeram com valores menores do que os que foram cobrados.

Finalidade	Nº total de usuários	Total a pagar	Valor pago	Nº de usuários que não pagaram	Valor não arrecadado (%)	Valor não arrecadado
Abastecimento Público	43	1.030.440,21	917.283,67	4	24,26%	113.156,54
Aquicultura	1	18.542,06	18.542,06	0	0,00%	-
Criação Animal	0	-	-	0	0,00%	-
Diversos	85	2.027.179,22	1.772.664,25	22	54,56%	254.514,97
Esgotamento sanitário	5	7.179,61	8.306,67	0	0,20%	-
Indústria	15	416.036,09	320.701,74	0	20,44%	95.334,35
Irrigação	559	761.605,12	756.148,32	128	1,17%	5.456,80
Mineração	4	2.653,27	2.903,73	0	0,05%	-
Outros	4	6.251.038,56	6.251.599,44	0	0,12%	-
TOTAL	716	10.514.674,14	10.048.149,88	154	100%	466.524,26

Quadro 8 – Outorgas adimplentes e inadimplentes por setor de uso no ano de 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Na Tabela 7, verifica-se a espacialidade dos recursos cobrados no ano de 2011. A região fisiográfica do Submédio representou 67,14% do total cobrado na bacia no ano de 2011, da mesma forma que possui 48,42% do total de usuários, perfazendo 474 estabelecimentos cobrados. No outro extremo, percebe-se que a região fisiográfica do Alto representa pouco mais que 7% do total cobrado, com a participação de 195 estabelecimentos. As regiões do Baixo e Médio assumem, respectivamente, o segundo lugar, com 13,68%, e o terceiro lugar, com 11,98% dos montantes cobrados por captação de água bruta. No caso da região fisiográfica do Baixo, existiram apenas 37 estabelecimentos que justificavam a sua representação financeira, sendo esta composta, em boa parte, por empresas de distribuição de água ou mesmo por projetos de irrigação, administrados na esfera estadual e federal.

Regiões Fisiográficas	Cobrança 2011		Nº Estab.	% dos Estab.
	% do R\$	R\$		
Alto	7,19%	1.537.688,72	195	19,92%
Médio	11,98%	2.561.319,36	273	27,89%
Submédio	67,14%	14.351.439,73	474	48,42%
Baixo	13,68%	2.925.027,76	37	3,78%
Total	100%	21.375.475,57	979	100%

Tabela 7 – Cobrança da por água bruta em 2011 por região fisiográfica.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

O comportamento estatístico da representatividade do número de estabelecimentos por setor no ano de 2011 está representado no gráfico 5. O comportamento segue o padrão estabelecido em 2010, segundo o qual a irrigação obteve o primeiro lugar, com 58,6% do total de estabelecimentos cobrados, lembrando que esse percentual afere a quantidade de outorgas emitidas para estabelecimentos que captam a partir de 4 l/s de água bruta. O setor de “diversos” na contabilização do total contribuiu com 23,5% dos estabelecimentos e abastecimento público, com 8,1%.

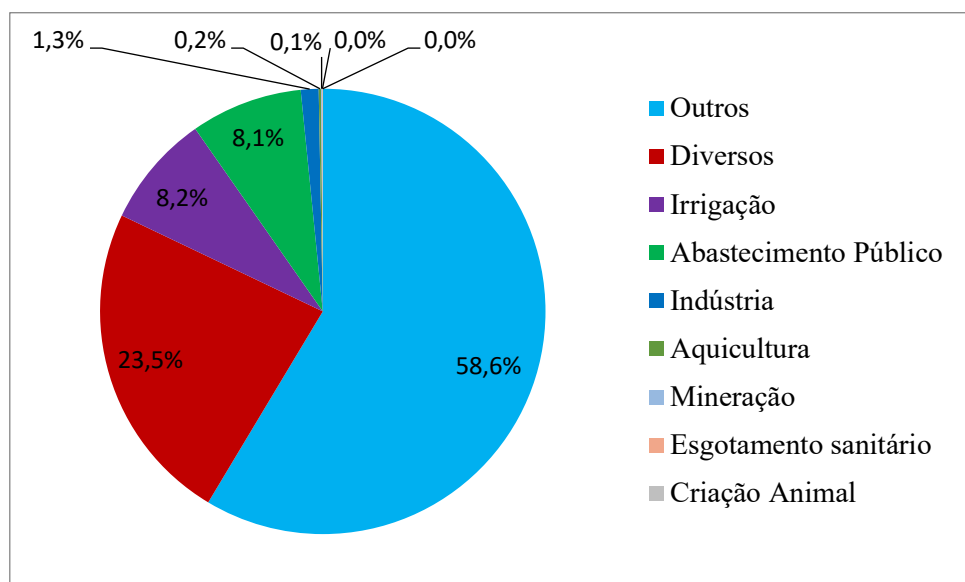


Gráfico 5 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2011.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

No Quadro 9, apresenta-se uma síntese do que ocorreu no ano de 2011. A quantidade de empreendimentos com a cobrança da água bruta ampliou de setecentos e dezesseis (716), em 2010, para novecentos e setenta e nove (979) estabelecimentos. Com relação às finalidades de uso, o comportamento apresentado no ano de 2010 se repete no

ano de 2011. O uso denominado de “outros” foi o grande responsável pelos montantes cobrados, a exemplo do PISF que, nesse ano, pagou R\$ 12.488.256,00 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais), representando 58,42% do total. Mais três empreendimentos, cadastrados nessa mesma categoria, estão relacionados com a construção do projeto de integração de bacias. A segunda maior representação está na categoria “diversos”, com 23,49% do total e cento e vinte e um (121) estabelecimentos.

Em seguida, temos, respectivamente, os estabelecimentos cadastrados para as finalidades de uso “irrigação”, com 8,21% e 777 estabelecimentos e “abastecimento público”, com 8,12% e 46 estabelecimentos. Em 2011, um comportamento surgiu com certa frequência: 94 estabelecimentos dos diversos setores efetuaram pagamento maior do que o que foi cobrado, representando aproximadamente 10% do total de usuários. Alguns destes montantes são decorrentes da quitação de débitos do ano de 2010; quanto aos demais, não se pôde constatar o motivo. Em compensação, a quantidade de estabelecimentos inadimplentes mais que dobrou, passando de 154 para 371 estabelecimentos, o que representou 37,8% do total. Em termos de montantes não pagos, o comportamento foi o mesmo do ano de 2010, ficando em 4% do total cobrado.

No ano de 2011, não foram arrecadados R\$ 877.689,02 (oitocentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e dois centavos), equivalentes a 4,1 % de inadimplência do total cobrado. Pode-se perceber, também, que existiram valores pagos acima do que estava contabilizado para aquele exercício, estando relacionados com pagamento e juros de exercícios anteriores, que representavam em valores monetários R\$ 117.357,45 (cento e dezessete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e cinco centavos). Os montantes em atraso foram pagos sobretudo pelos estabelecimentos do setor “diversos”, responsável por 94,75% do pagamento do montante acima descrito.

Com relação aos inadimplentes do exercício de 2011, foram contabilizados 371 estabelecimentos que não pagaram os valores cobrados, enquanto 33 estabelecimentos pagaram abaixo do valor devido. O maior inadimplente, em valores monetários, apresentou-se na categoria “diversos” e deixou de pagar o montante de R\$ 333.444,09 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), que representou 37,99% do total de recursos que não foram arrecadados. Um setor que não cumpriu regularmente as suas atribuições foi o de abastecimento público, sobretudo as empresas relacionadas aos serviços de abastecimento, autônomos ou não, de municípios alagoanos e baianos.

No Quadro 9, verifica-se também que, se somados o número de estabelecimentos que não efetuaram pagamento com os que o fizeram em montantes menores do que o cobrado, resultam em 404 inadimplentes, em um total de 979 (novecentos e setenta e nove) estabelecimentos. Ou seja, os valores não arrecadados, que representam 4%, estão pulverizados em cobranças de baixo valor, cuja média fica em torno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Finalidade	Nº total de usuários	% Total de Usuários	Total a pagar	Valor pago	Valor pago a mais	Nº de usuários que pagaram acima do valor cobrado	Nº de usuários que não pagaram	Nº de usuários que pagaram abaixo do valor devido	Valor não arrecadado
Abastecimento Público	46	4,70%	1.735.674,22	1.477.315,99	1.523,99	11	6	3	256.834,24
Aquicultura	2	0,20%	37.133,40	37.084,08	-	0	1	0	49,32
Criação Animal	1	0,10%	160,09	160,09	-	0	0	0	-
Diversos	121	12,36%	5.020.677,50	4.576.034,04	111.199,37	24	52	5	333.444,09
Esgotamento sanitário	4	0,41%	9.913,53	10.990,00	0,07	2	0	0	-
Indústria	15	1,53%	275.877,23	151.001,09	503,72	2	3	3	1.076,54
Irrigação	777	79,37%	1.754.200,89	1.598.616,74	4.127,22	54	304	22	124.372,42
Mineração	8	0,82%	15.569,59	5.089,19	3,08	1	4	0	151.456,93
Outros	5	0,51%	12.526.269,12	12.524.137,88	-	0	1	0	10.477,32
TOTAL	979	100,00 %	21.375.475,57	20.380.429,10	117.357,45	94	371	33	877.689,02

Quadro 9 – Outorgas adimplentes e inadimplentes por setor de uso no ano de 2011.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

No gráfico 6, apresentam-se os dados do ano de 2012. Os estabelecimentos cadastrados na finalidade “outros” representou 54,9% do total cobrado, considerando que o PISF foi responsável por 99,76% deste percentual. Percebe-se que o uso múltiplo da água nos estabelecimentos vem crescendo ao longo da série. O setor de “diversos” cresceu significativamente cinco pontos percentuais, ficando com 28,3% do total. Já os setores de abastecimento público e saneamento apresentaram comportamento similar aos anos anteriores, representando respectivamente 7,5% e 8,5% do total cobrado. O setor de mineração surpreendeu por seus valores inexpressivos do total arrecadado, ficando apenas com 0,2%, isto é, um setor que utiliza bastante água, principalmente para a formação dos lagos de rejeitos de minérios, somado ao risco de contaminação de corpos hídricos por conta destes rejeitos, não apresenta, neste contexto, valores condizentes com as suas necessidades de água para a extração de minérios.

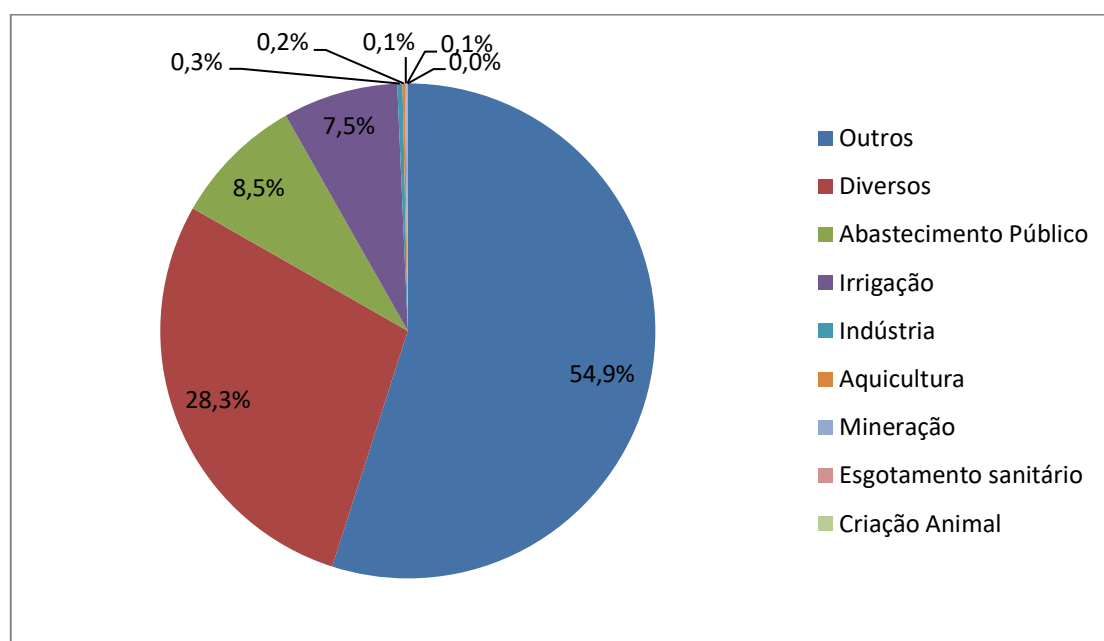


Gráfico 6 – Representatividade % dos estabelecimentos por setor em 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Na Tabela 8, foram trabalhados os dados da representatividade espacial dos valores da cobrança de 2012. Esta novamente afere ao Submédio o maior percentual, em montantes financeiros, com 63,10% e cobrança contabilizada em R\$ 14.416.734,84 (quatorze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), sendo o PISF responsável por R\$12.553.010,26 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e três mil e dez reais e vinte e seis centavos), restando R\$ 1.862.815,54 (um milhão, oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e

cinquenta e quatro centavos) para os demais estabelecimentos cobrados. Os menores valores assinalados na representação espacial estão relacionados à região fisiográfica do Baixo São Francisco, à qual importam 13,9% do total cobrado. Em número de estabelecimentos somam-se apenas 34, com 3,31% do total.

Regiões Fisiográficas	Cobrança 2012		Nº de Estab.	% dos Estab.
	% do R\$	R\$		
Alto	12,35%	2.821.523,98	215	20,93%
Médio	11,25%	2.570.864,37	284	27,65%
Submédio	63,10%	14.415.825,80	494	48,10%
Baixo	13,29%	3.036.876,49	34	3,31%
Total	100%	22.845.999,68	1027	100%

Tabela 8 – Cobrança da por água bruta em 2012 por região fisiográfica.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Na Tabela 9, foi apresentada a evolução do número de estabelecimentos outorgados, bem como do montante de recursos cobrados entre 2010 e 2012. Pode-se observar um crescimento do número de estabelecimentos outorgados, verificado em todas as regiões fisiográficas, com exceção da região do Baixo São Francisco que, apesar da elevação de outorgas em 2011, apresentou redução em 2012, mantendo o número de estabelecimentos em 2012 (34) praticamente inalterado em relação a 2010 (35). A região do Submédio continuou sendo a que possui o maior número de estabelecimentos com outorga para o uso da água: 494 estabelecimentos em 2012, o que representa 48,1% do total.

Os valores cobrados mais que dobraram nesse período: cresceram 117,8%, passando de cerca de R\$ 10,5 milhões em 2010 a R\$ 22,8 milhões em 2012. A distribuição espacial destes recursos encontra-se concentrada na região do Submédio (ver Tabela 9). Vale ressaltar que a elevada participação desta região fisiográfica no total de valores cobrados pelo uso da água se deve, em grande medida, ao pagamento da cobrança de concessão do uso da água pelo Ministério da Integração, referente à outorga preventiva do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF (Resolução ANA nº 29/05¹⁰¹), nos valores de R\$ 6.244.128,00 (seis milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais) em 2010;

¹⁰¹Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/projetos/pisf/Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20Anexo%20I%20-%20CE.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

R\$12.488.256,00 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais) em 2011 e R\$12.522.470,40 (doze milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos) em 2012.

Regiões Fisiográficas	2010		2011		2012	
	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$
Alto	149	953.195,92	195	1.537.688,72	215	2.821.523,98
Médio	210	987.046,41	273	2.561.319,36	284	2.570.864,37
Submédio	322	7.116.952,54	474	14.351.439,73	494	14.416.734,84
Baixo	35	1.457.479,27	37	2.925.027,76	34	3.036.876,49
Total	716	10.514.674,14	979	21.375.475,57	1027	22.845.999,68

Tabela 9 – Número de estabelecimentos com outorga para uso da água e valores totais cobrados na Bacia Hidrográfica do São Francisco entre os anos de 2010 e 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

A espacialidade da cobrança da água está representada no Gráfico 7, em termos de recursos cobrados dos estabelecimentos com outorgas, não obstante a discreta redução percentual no período 2010/2012, permaneceu concentrada na região do Submédio, isto é, em 2012 mais da metade (63,1%) dos valores cobrados pelo uso da água refere-se aos estabelecimentos localizados no Submédio São Francisco.

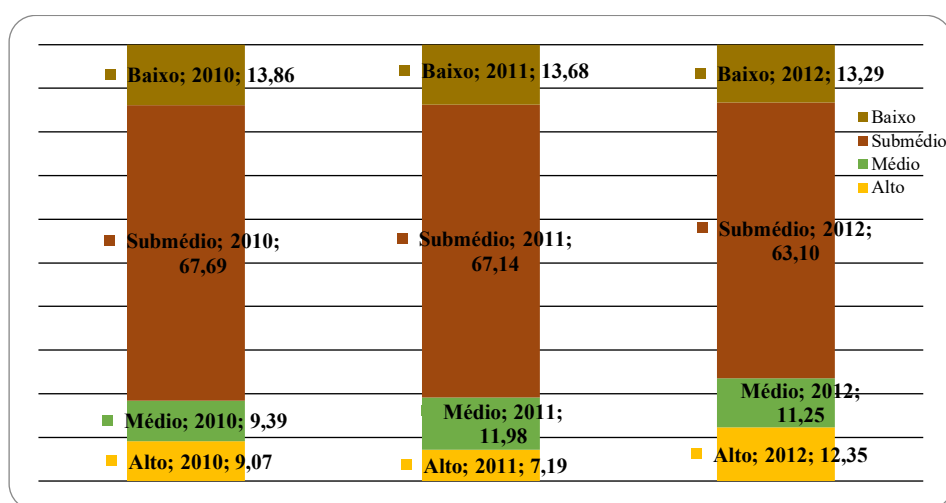


Gráfico 7 - Distribuição percentual dos Valores Cobrados pelo uso da água na BHSF.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Ainda em relação aos valores cobrados, vale mencionar a ocorrência do não pagamento integral do valor cobrado, por parte dos estabelecimentos, tornando-os assim,

inadimplentes. Desta forma, a taxa de inadimplência é definida como sendo a razão entre “Valor Cobrado – Valor Pago” e “Valor Cobrado”, pôde-se constatar que, no período 2010/2012 houve um crescimento desta taxa, passando de 5,18%, em 2010, para 6,72% em 2012 (Tabela 10).

Ainda de acordo com os dados da Tabela 10, observa-se uma redução importante da taxa de inadimplência na região do Alto São Francisco, bem como, reduções discretas no Médio e no Baixo, acompanhadas de um crescimento na região do Submédio, responsável pela elevação da taxa média da BHSF. Apesar do crescimento verificado, a taxa de inadimplência do Submédio, que era a menor da BHSF, em 2010, ainda ficou sendo a segunda menor taxa no ano de 2012. No entanto, deve-se enfatizar que os elevados valores (cobrados e pagos) relativos à transposição causam um “viés para baixo”, no cálculo da taxa de inadimplência da região do Submédio.

Regiões Fisiográficas	2010	2011	2012
Alto	9,87%	9,67%	2,60%
Médio	18,85%	17,30%	18,49%
Submédio	1,49%	1,91%	4,87%
Baixo	10,86%	9,29%	9,37%
Total	5,18%	5,32%	6,72%

Tabela 10 -Taxa de Inadimplência na BHSF - 2010/2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Na Gráfico 8, estão apresentados os valores referentes à distribuição percentual da inadimplência do pagamento do uso da água na BHSF. No ano de 2010, a região fisiográfica com maior taxa de inadimplência é a região do Médio São Francisco, com 34,18% do total não arrecadado. No ano de 2011, essa região também é recordista em inadimplência, com 38,93% do total não arrecadado. Em 2012, quase a metade (45,73%) dos valores não arrecadados provém do Submédio, sendo 30,96% do Médio, 18,54% do Baixo e apenas 4,77% do Alto São Francisco.

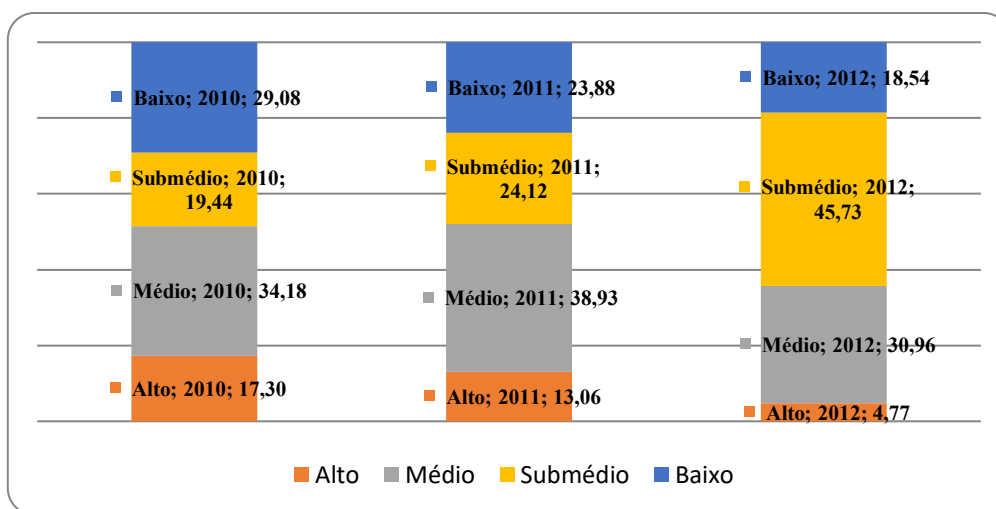


Gráfico 8 - Distribuição (%) dos Valores Não Arrecadados pelo uso da água na BHSF.
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Isto posto, passa-se à análise da evolução dos valores cobrados e dos valores não arrecadados apresentados na Tabela 11, de acordo com as diferentes finalidades de uso da água. Ao longo do período 2010/2012, foram identificadas nove finalidades de uso da água, pelos estabelecimentos outorgados, são elas: abastecimento público, aquicultura, criação animal, diversos, esgotamento sanitário, indústria, irrigação, mineração e outros. No entanto, como os valores referentes à transposição encontram-se na finalidade “outros”, este uso mantém-se como o mais expressivo em 2012 (54,9%), seguido de “diversos” (28,3%), “abastecimento público” (8,5%) e “irrigação” (7,5%). O setor que apresenta maiores taxas de inadimplência é o denominado de “diversos”. Como já foi mencionado anteriormente, essa denominação refere-se a outorgas emitidas para mais de um uso (em geral abastecimento e agricultura irrigada) e alocadas para canais adutores ou perímetros irrigados.

Considerando o período 2010-2012, a participação no valor total cobrado pelo uso da água para abastecimento público decresceu, caindo de 9,8%, em 2010, para 8,5%, em 2012, enquanto que o percentual para irrigação apresentou comportamento inverso, passando de 7,2%, em 2010, para 7,5% em 2012. No tocante ao valor total cobrado pelo uso da água para irrigação, tem-se que em 2012 a maior parte dos valores cobrados, representada por 82,7%, estava concentrada em estabelecimentos localizados nos estados da Bahia com 53,0% e Minas Gerais, com 29,7%. No entanto, não se identificaram municípios do oeste baiano, produtores de soja e algodão, com a presença de estabelecimentos outorgados. É provável que o crescimento das áreas agricultáveis,

especialmente no oeste da Bahia, localizadas no Médio e Submédio do Rio São Francisco, esteja representado na finalidade “diversos”.

Finalidade	2010	2011	2012
Abastecimento Público	9,8%	8,1%	8,5%
Aquicultura	0,2%	0,2%	0,2%
Criação Animal	0,0%	0,0%	0,0%
Diversos	19,3%	23,5%	28,3%
Esgotamento sanitário	0,1%	0,0%	0,1%
Indústria	4,0%	1,3%	0,3%
Irrigação	7,2%	8,2%	7,5%
Mineração	0,0%	0,1%	0,1%
Outros	59,5%	58,6%	54,9%
Tabela 11 – Evolução (%) dos valores cobrados na BHSF, por finalidade de uso da água. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).			

Na Tabela 12, apresenta-se um comparativo da evolução do uso da água para abastecimento público e irrigação na BHSF de 2010 a 2012 por estado federativo. Em relação ao valor total cobrado pelo uso da água, cuja finalidade é o abastecimento público, o detalhamento por estado mostra que, em 2012, a maior parte 95,1% dos estabelecimentos estava concentrada nos seguintes estados: Bahia, com 28,8%; Alagoas, com 27,9%; Sergipe, com 22,0% e Pernambuco, com 16,4%.

Estado	Abastecimento Público			Irrigação		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
AL	28,9%	14,8%	27,9%	3,1%	3,3%	4,1%
BA	25,4%	31,2%	28,8%	55,4%	52,5%	53,0%
DF	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,6%	0,5%
GO	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,8%	0,7%
MG	6,3%	7,2%	4,9%	29,1%	31,2%	29,7%
PE	15,3%	18,2%	16,4%	5,0%	4,4%	3,5%
SE	24,1%	28,6%	22,0%	6,8%	7,1%	8,5%
Tabela 12 – Evolução do uso da água para abastecimento público e irrigação na BHSF - 2010/2012. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).						

A tabela 13 fornece uma visão geral da evolução dos percentuais dos valores cobrados, no período de 2010 a 2012, de acordo com a finalidade de uso da água, agora por região fisiográfica. Ao se observar a cobrança da água dessa forma, é importante considerar a sua função estratégica para o desenvolvimento territorial, que vai depender

da qualidade e da quantidade de água existente em cada região fisiográfica. Deste modo, a princípio, deveria predominar, por sua função social, a finalidade “abastecimento público”, isto é, os programas de ação do governo federal deveriam ter como elemento norteador a utilização de uso mediante critérios mais afinados com os estoques hídricos.

Durante os três anos de arrecadação na BHSF, o uso da água para a finalidade de “abastecimento público”, não obstante a sua redução percentual, destacou-se na região do Baixo São Francisco. Em 2010, a participação desta finalidade no total de valores cobrados chegou a 37,48%, passando para 32,9% em 2012. Este dado evidencia que, para o Baixo São Francisco, a uso da água para “abastecimento” possui uma importância estratégica, na gestão do seu território.

	Alto São Francisco			Médio São Francisco			Submédio São Francisco			Baixo São Francisco		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Abastecimento Público	6,85%	8,17%	3,41%	24,50%	19,52%	20,28%	2,49%	2,49%	2,49%	37,48%	25,74%	32,09%
Aquicultura	-	-	-	-	0,002%	0,004%	0,26%	0,26%	0,26%	-	-	-
Criação Animal	-	0,01%	0,005%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	29,87%	40,26%	76,00%	33,48%	45,40%	45,75%	8,36%	8,84%	9,10%	56,04%	67,35%	60,36%
Esgotamento Sanitário	0,23%	-	0,34%	0,13%	0,10%	0,10%	0,02%	0,02%	0,02%	0,18%	0,18%	0,17%
Indústria	39,05%	13,89%	1,03%	1,00%	0,46%	0,09%	0,24%	0,26%	0,26%	1,14%	0,45%	0,27%
Irrigação	23,75%	37,22%	18,81%	40,87%	34,17%	33,39%	0,79%	0,86%	0,79%	5,16%	6,27%	7,11%
Mineração	0,25%	0,45%	0,40%	0,02%	0,34%	0,39%	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	87,83%	87,28%	87,07%	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tabela 13 - Valores Cobrados (%) por região fisiográfica e por finalidade do uso da água na BHSF - 2010 a 2012.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Vale reiterar que, por conta dos elevados valores relativos à transposição, o baixo percentual do Submédio encontra-se subestimado. Além disto, o elevado percentual da categoria de uso “diversos”, bem como o seu crescimento em todas as regiões fisiográficas, aponta para a necessidade de uma análise mais aprofundada dos estabelecimentos classificados nessa categoria, para que se possa identificar eventuais usos para irrigação dentro da classificação “diversos”.

Ademais, os usos para a hidroeletricidade e para a irrigação são concorrentes, na medida em que a irrigação se apresenta perante o setor elétrico de duas formas: como usuária consuntiva que controla a vazão e como grande consumidora da energia gerada.

Para complementar a descrição da evolução econômica e espacial da cobrança da água na BHSF, resta observar o comportamento dos valores não arrecadados por região fisiográfica, sob a perspectiva das finalidades de uso da água. A Tabela 14 mostra a evolução das taxas de inadimplência em cada uma das regiões fisiográficas, detalhadas por finalidade.

Considerando que a concentração dos valores não arrecadados encontram-se relativamente na região do Médio e do Submédio, serão priorizadas a análise das taxas de inadimplência nessas regiões. Como já dito, a baixa taxa verificada em 2010 (1,49%) resultou do valor elevado, a partir dos valores cobrados e efetivamente pagos pelo Ministério da Integração, cuja finalidade era a transposição, provocando um “viés para baixo” dessa taxa. Por esta razão, é importante verificar as taxas de inadimplência nas diferentes finalidades de uso da água.

Desta forma em 2010, a finalidade “abastecimento público” foi a que apresentou a maior taxa (40,1%), apresentando crescimento nesse período, chegando a 47,31% em 2012. Nessa finalidade, os sistemas municipais contribuíram de forma significativa para as elevadas taxas de inadimplência. O setor de aquicultura nos anos de 2011 e 2012 apresentaram inadimplência de todo o valor cobrado (100%). No uso “diverso”, a região do Médio, no ano de 2010, apresentou uma taxa de inadimplência de 43,06% e a região do Submédio apresentou a maior percentual não arrecadado, 34,81% no ano de 2012. O uso industrial teve destaque em inadimplência no ano de 2010 na região do Médio São Francisco, com 57,46%. Já o setor de “mineração” apresentou destaque no ano de 2012, enquanto a região fisiográfica do Alto apresentou uma taxa de inadimplência de 24,66%.

	Alto São Francisco			Médio São Francisco			Submédio São Francisco			Baixo São Francisco		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Abastecimento Público	0,00003%	3,97%	6,95%	9,45%	14,72%	19,74%	40,07%	40,10%	47,31%	7,88%	5,57%	22,49%
Aquicultura	-	-	-	-	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	-	-
Criação Animal	-	0,00%	0,000%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	0,00%	0,09%	0,12%	43,06%	23,77%	25,42%	2,25%	5,17%	34,81%	13,50%	11,14%	1,54%
Esgotamento Sanitário	0,00%	-	72,77%	0,00%	0,00%	8,02%	0,00%	-	100%	0,00%	0,00%	29,78%
Indústria	22,85%	52,72%	1,35%	57,46%	16,61%	82,09%	0,00%	1,92%	8,21%	29,32%	76,71%	0,00%
Irrigação	4,00%	4,94%	10,16%	3,77%	9,47%	7,53%	37,92%	49,95%	36,28%	0,03%	0,16%	16,55%
Mineração	0,00%	0,00%	24,66%	0,00%	0,00%		-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,03%	0,23%	-	-	-
TOTAL	9,87%	9,67%	2,60%	18,85%	17,30%	18,49%	1,49%	1,91%	4,87%	10,86%	9,29%	9,37%

Tabela 14 - Taxa de Inadimplência por região fisiográfica e por finalidade do uso da água, na BHSF - 2010 a 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos em CNARH/AGB PEIXE VIVO (2013).

Vale ressaltar que a água transformada também em energia fez da irrigação na Bacia do Rio São Francisco um novo estímulo para a consolidação da fronteira agroexportadora. Tendo seu início em 1960, a fruticultura irrigada se instalou nos municípios de Petrolina e Juazeiro. Posteriormente, a partir do final dos anos 1990, a soja e o algodão tornam-se produtos importantes na balança comercial. O estado da Bahia passa a ser o grande produtor de oleaginosas do país.

Observa-se que as regiões do Médio e do Submédio São Francisco se destacam em número de estabelecimentos com outorgas para o uso da água, bem como na elevada participação nos valores cobrados e não arrecadados. Nessas duas regiões da BHSF, encontram-se alguns projetos integrantes do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, da CODEVASF e da CHESF, dentre eles o PISF.

Outras grandes obras estão em processo de implementação, entre elas a adutora do Sertão baiano - CODEVASF (projeto executivo em elaboração), o canal do sertão alagoano e o corredor multimodal, cuja finalidade é estabelecer a navegação comercial no rio São Francisco. Com exceção do multimodal, essas demandas de volumes de água pressionam o cenário de uma das piores estiagens do Nordeste nos últimos quarenta anos.

Porém, com a navegação e custos mais baixos de escoamento da produção, a tendência é que ocorra uma atração de novos empreendimentos, que buscam a tríade “mágica” que sustenta o agronegócio: água, energia e transporte. Agravando ainda mais cenário de escassez hídrica, o governo federal, por meio de sua agência reguladora de energia (ONS), comunica a existência da necessidade ainda maior de gerar energia, de modo a garantir as metas estabelecidas pelos PAC’s, particularmente para essa região do país.

Independente das necessidades locais, a alocação produtiva energética muitas vezes não coincide com a produção individual de cada usina de energia no território brasileiro. Com essa justificativa, a CHESF, que é a responsável pela produção de energia na BHSF, desconsidera o período de estiagem crítica em que o Nordeste se encontra. A CHESF solicitou ao IBAMA, em 1º de abril de 2013, a regulação de vazão defluente, abaixo do volume mínimo para a barragem de Sobradinho. A partir dessa barragem, os volumes de água defluídos podem significar alterações negativas ao cotidiano das comunidades, da economia e das cidades localizadas às margens do rio, que dependem da sua pungência para garantir os usos múltiplos nas regiões fisiográficas do Submédio e do Baixo São Francisco. É importante frisar o fato de que, apesar de a CHESF pagar pelo volume de água, não existe a necessidade de a companhia outorgar o uso.

Em se tratando de quantificar outorgas, do início do ano de 2013 a novembro de 2015 já foram solicitadas 2.096 outorgas de água, em seus diversos usos, das quais somente 5 foram indeferidas. Do total de outorgas emitidas, 1.993 são novas concessões e a grande maioria delas (1.847) destina-se à irrigação; para o abastecimento, contabilizou-se um somatório de 49.

O cenário de baixos estoques de água no lago de Sobradinho trouxe à tona a preocupação com o quadro de concessões de uso, pois, no início de dezembro de 2015, enquanto o lago se encontrava com 1,6% da sua capacidade, o MMA liberou a CHESF para operar com vazão defluente de 800 m³/s a partir de 21 de dezembro de 2015, impactando ainda mais a vida de toda a região fisiográfica do Baixo São Francisco.

Cabe alertar que neste estudo da cobrança na BHSF foram utilizados dados disponibilizados pela AGB PEIXE VIVO, relativos ao período durante o qual a autora exercia o cargo de vice-presidente do CBHSF. Comparando-se esses dados com os disponibilizados pela ANA, verificou-se que existem pequenas diferenças entre os montantes informados. A pesquisa bibliográfica revelou que outros autores também observaram as diferenças na informação dos dados, a exemplo de Praes (2014).

A fim de eliminar possíveis inconsistências nos dados, foi feito um contato com a ANA, na qual se obteve como resposta “que havia alguns erros na planilha, porém foram corrigidos”. Desta forma, optou-se pela segurança dos dados cedidos pela AGB PEIXE VIVO, dados esses já auditados pela ANA e por consultores independentes, contratados pela AGB PEIXE VIVO, no qual se acredita poder aferir com maior precisão a análise.

Apresentar o cenário da cobrança da água, em seu estágio inicial, serve para apontar possíveis conflitos e disputas pela água na BHSF, que podem vir acontecer. Desde 2010, a seca está instalada na região, sendo que estas outorgas são para empreendimentos que captam acima de 4 l/s, e isso mostra que as chamadas “captações inexpressivas”, abaixo desses valores, poderão ficar com ainda menor disponibilidade de água, a exemplo do uso para a produção.

Avaliando essas outorgas, emitidas de 2013 a 2015, percebe-se também que muitos proprietários do agronegócio estão solicitando outorgas preventivas. Como foi bastante expressiva a quantidade de novas outorgas solicitadas, cabe a interpretação de que os empreendimentos agrícolas já perceberam a necessidade de ter o direito de uso avalizado e garantido pelo órgão gestor. Em relação a esse fenômeno, o CBHSF não manifestou nenhuma preocupação com essas emissões de outorgas, muito menos considerou a criação de plano estratégico para os períodos de seca, a fim de garantir o abastecimento

humano. Ateve-se apenas a produzir campanhas publicitárias “em defesa do rio”, principalmente atribuindo à CHESF a responsabilidade pelo estado crítico no qual a bacia se encontra. Entretanto, avalia-se que não existe um único responsável; trata-se de um conjunto de fatores e interesses que apontam a inoperância da gestão.

A cobrança da água deveria, idealmente, trabalhar para a manutenção da vitalidade desse corpo hídrico, que é de suma importância para a nação, no que concerne à manutenção da vida, em especial a dos moradores que vivem nas margens do rio São Francisco. Algumas finalidades de uso representam um papel primordial na estratégia de desenvolvimento regional. Entende-se que a finalidade “abastecimento” deve ser priorizada e, para isso, é necessário que as águas disponíveis sejam qualificadas para o uso, evitando maiores custos de tratamento para consumo humano.

Como emitir outorgas quando a bacia se encontra em estágio crítico? As outorgas emitidas deveriam melhor avaliadas, pois quando se afere o direito de uso em momentos em que os estoques estão pequenos, podem-se propiciar novos conflitos a partir do uso múltiplo das águas, inclusive com a possibilidade de surgirem novos hidroterritórios. Nesse sentido, o tópico a seguir servirá para verificar essa hipótese.

3.2 Espacialização das outorgas para irrigação na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (2003-2014)

A espacialização das outorgas concedidas desde o início da operacionalização dos instrumentos previstos na Lei n. 9.433/97 se tornam instrumentos para auxiliar a análise da gestão hídrica da bacia hidrográfica, pois aponta o quanto de demanda está oficialmente alocado para cada um dos usos múltiplos pelos órgãos responsáveis, de acordo com a escala do tamanho da bacia, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, a exemplo do Rio São Francisco.

Com os dados referentes à emissão de outorgas¹⁰² da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, tabularam-se as informações, procurando agrupá-las pelo tipo de uso e volumes de água outorgados. A partir deste divisor, ordenaram-se os dados com a dimensão temporal, elaborando mapas para cada ciclo de dois anos. Portanto, foram

¹⁰² Disponibilizadas pela ANA no site:
<<http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/uorgs/sof/geout.aspx>>.

pesquisados os dados de todos os “outorgados” referentes aos usos múltiplos existentes na bacia desde seu início, em 2003.

A metodologia utilizada para avaliar a gestão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco através da observação da outorga de direito de uso da água toma como base verificar as concessões de uso e sua espacialização. Através desta informação, foram tratados os dados, convertendo as coordenadas (pontos)¹⁰³ em polígonos municipais. Dessa forma, a soma dos dados de todas as outorgas concedidas foi sistematizada gráfica e alfanumericamente na base dos polígonos municipais, com a finalidade de obter a soma dos volumes totais.

Optamos por estudar o uso para irrigação, já que a hipótese norteadora está nas disputas pelos volumes hídricos. Sabe-se que esta atividade absorve maiores volumes de água. A classe dos irrigantes prega em discursos que as águas utilizadas pela irrigação não “consomem” os volumes de água captados¹⁰⁴, com o argumento de que grande parte dessas captações retorna ao aquífero, por meio da infiltração das águas irrigantes.

A Figura 28, referente ao mapa que representam as outorgas de uso para irrigação de 2003 a 2004, pode-se perceber que os municípios de Canindé de São Francisco (SE), no baixo curso do rio, e Sobradinho (BA), no Submédio, são os que mais tiveram direito de captar água. Cabe definir que, neste mesmo mapa, o município de Nova Porteirinha (MG) também está neste mesmo ranking e apresenta uma série de conflitos de origem hídrica. Contudo, assumimos como delimitação espacial desta tese estudos de hidroterritórios da região fisiográfica do Submédio e Baixo São Francisco.

O objetivo desta análise é verificar até que ponto a metodologia elaborada para aglutinar as outorgas, por período e polígono municipal, vem de fato auxiliar o pesquisador na localização, de forma precisa, dos fenômenos relacionados a conflitos hídricos decorrentes da dominação das águas outorgadas por classes de usos nos territórios. Sobretudo para fortalecer a hipótese de que o próprio Estado, através de seus órgãos reguladores e entidades territoriais de gestão (comitês de bacia), pode fortalecer as disputas de classes, ao emitir direitos de uso.

¹⁰³ Os pontos são dados requeridos a um potencial usuário, ao solicitar cotas de direito de uso da água através da outorga. Eles têm de informar o local de captação (ou escoamento) no formato digital (georreferenciado), representado graficamente como ponto em coordenadas métricas (UTM).

¹⁰⁴ Este argumento é falho quando verificada a contabilidade da “água virtual”, ou seja, a quantidade de água exportada via comercialização dos produtos da agricultura com o resto do mundo.

Para tanto, também foram consideradas como instrumento de coleta de dados as pesquisas documentais secundárias em documentações institucionais sobre a temática água ou recursos hídricos, bem como as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo, em visitas à região por ocasião da participação enquanto membro e vice-presidente do comitê de Bacia do Rio São Francisco. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, com abordagem *in loco*, foram feitas com as lideranças das comunidades tradicionais e os funcionários de órgãos públicos estaduais.

Destarte, foi possível verificar traços culturais na formação do território em disputas, suas motivações, possíveis resistências e entraves das políticas elaboradas para o desenvolvimento da região ao longo do processo histórico de formação territorial, que tiveram grande impacto na transformação da vida das comunidades tradicionais dos que habitam o Rio São Francisco. A partir desta premissa, foi considerada como um dos marcos da transformação territorial a implantação da represa de Xingó. Os municípios do entorno tiveram suas áreas modificadas, trazendo novos aportes de água e novas possibilidades de produção para a área de influência.

Em 1994, ano de entrega do empreendimento da represa de Xingó, ocorreram transformações não apenas positivas para as cidades à jusante da represa. A atividade econômica do cultivo de arroz e peixes que antes existia nas lagoas marginais passou a ser insignificante. O regime natural, mesclando períodos de estiagens e de cheias, passou a ser, em grande parte, norteadado pela operação defluente de água controlada pela CHESF, a jusante da represa. Segundo Oliveira e Bergamasco (2015, p. 03),

os aproveitamentos da água para geração de energia, desencadeados a partir da construção da barragem de Sobradinho, modificaram as condições de escoamento no Baixo São Francisco, onde a navegação comercial praticamente desapareceu. Além disso, **a construção da barragem de Sobradinho também provocou mudanças na atividade econômica no Baixo São Francisco**, a qual era função das oscilações do nível do rio, entre o período de cheias e vazantes, e da coincidência com a estação chuvosa, para exploração da rizicultura e para procriação dos peixes. Mesmo com a adoção de medidas artificiais para tentar restabelecer as condições anteriores à construção do reservatório, por meio de proteção das grandes várzeas com diques e bombeamento, ora para levar água do rio para elas, ora para drená-las, a base econômica não foi restabelecida. **Posteriormente, com a construção da barragem de Xingó, pela falta de carreamento de sedimentos, a situação da ictiofauna se agravou, e praticamente extinguiu a pesca como atividade econômica sustentável** (Grifos nossos).

É importante ressaltar que essas profundas transformações territoriais ocorreram nos últimos 40 anos. Todavia, destaca-se como divisor de águas a implantação das usinas

hidroelétricas do Submédio e Baixo Rio São Francisco. Ou seja, numa “primeira onda”, o Estado promove políticas de “desenvolvimento”, que descontrolam a vida dos beraderos por meio da promoção de um “exército de deslocados”, despossuídos da sua terra original e de seu modo de vida. Em seguida, o próprio Estado, enquanto entidades estatais, a exemplo da CHESF e da CODEVASF, organiza as populações dos deslocados em assentamentos rurais, sem o suporte mínimo necessário para a sua reprodução e produção, aqui definidos como pacote tecnológico (terra, água e extensão rural).

Na Figura 28 a seguir, foi traçada uma circunferência na área de maior captação de água outorgada para os anos de 2003 e 2004. Nela, estão contidos alguns municípios cuja tradição econômica está voltada para a agricultura irrigada, tendo como destaque os municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Casa Nova (BA), Sobradinho (BA), Sento Sé (BA), entre outros. Os quadros de conflito pela água da região em conjunto com a quantidade de outorgas emitidas caracterizam esta área como um hidroterritório.

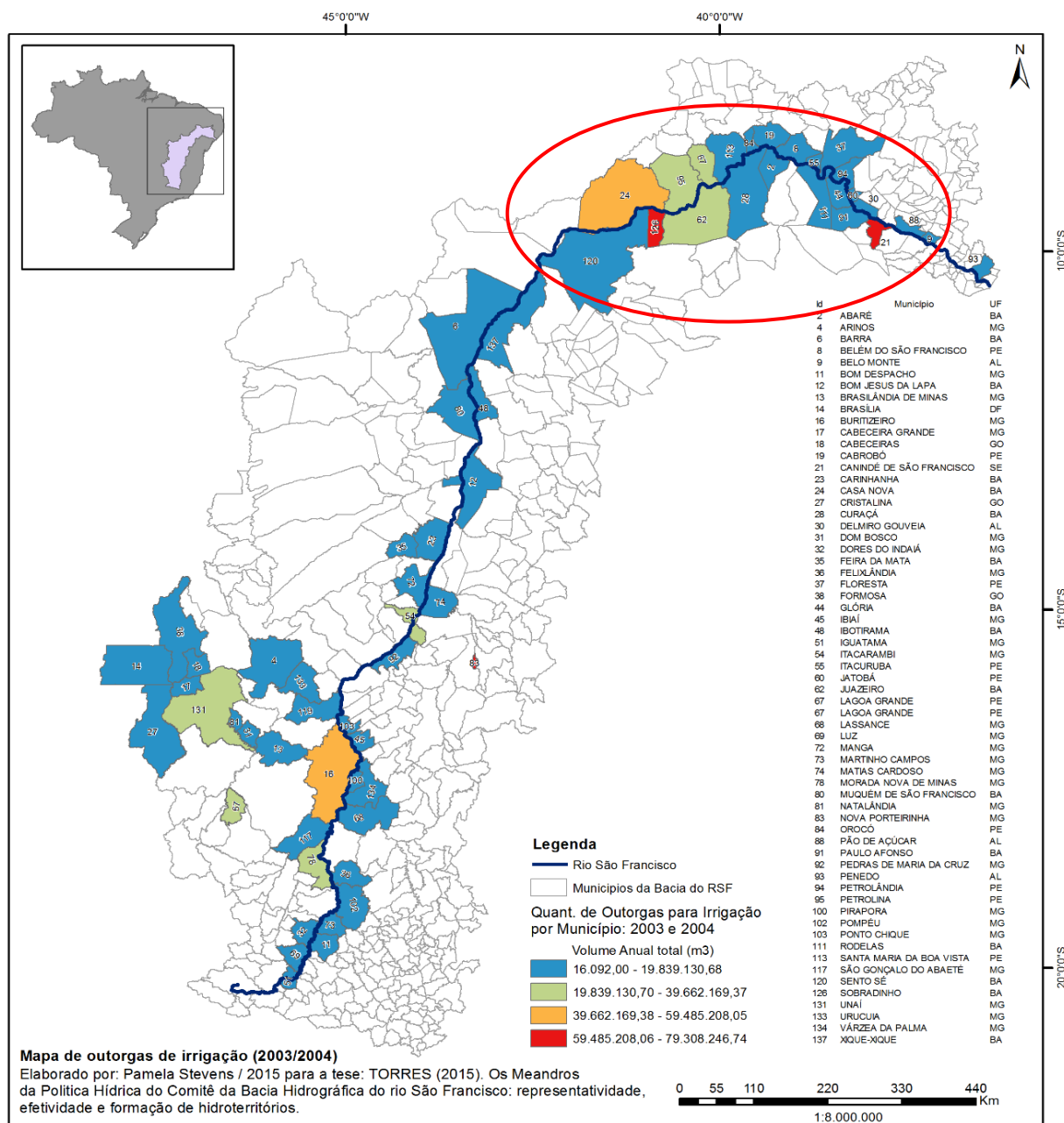


Figura 28 - Mapa de outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2003-2004).
 Elaborado por Stevens a partir da sistematização de Torres (2015).
 Fonte: ANA (2015).

Desde o ano de 1990, na região de Xingó, em pleno sertão sergipano, particularmente no município de Canindé de São Francisco, ocorreram modificações não só na paisagem, mas em toda a estrutura fundiária.

As populações tradicionais, aqui ditas “*franciscanas*”, que habitavam a área de influência da represa de Xingó, tinham seu modo de vida atrelado a práticas cotidianas relacionadas a atividades de pesca e camponesas, cuja finalidade era garantir sua reprodução e produção. Com a realocação da “beira do rio”, essas populações, incrementadas por contingentes de pessoas despossuídas de terra, percebem os novos volumes de água. Surge a esperança de novas possibilidades para fixar o homem sergipano no campo. Segundo Santos (2010, p. 59)¹⁰⁵,

os municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco são exemplos típicos de áreas onde ocorreu também uma gestão direcionada ao fomento de políticas públicas, que favorecem a produção em escala industrial. Este tipo de gestão é entendido aqui como agronegócio, destacando-se: (a) o Projeto de irrigação Califórnia, que ocupa uma área equivalente a 4.000 ha dividida em 61 lotes de sequeiro e 253 lotes irrigados (para agricultura familiar e empresarial), sendo 17 lotes para empresários rurais; e (b) o Projeto Jacaré-Curituba, que abrange uma área de 5.000 ha. Nos anos 90, esta área foi ocupada por 1.800 famílias organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), que reivindicou sua posse para projetos de reforma agrária. Nesta área, já foram assentadas 700 famílias. As obras destinadas à implantação do sistema de irrigação, que já haviam sido iniciadas, foram paralisadas por aproximadamente dez anos. Enquanto isso, os agricultores assentados passaram por grandes dificuldades para produzir, em razão de que os tamanhos dos lotes foram originariamente definidos para serem usados em projetos de agricultura irrigada. Nesse sentido, “essa região tem sido um espaço de disputa pela terra, pela água, por recursos financeiros” (CECAC, 2006, p. 7) e por ações governamentais seguindo a lógica do agronegócio via concepção de projetos de irrigação de cunho empresarial, fomentados pelo governo estadual.

Na atualidade, o alto sertão sergipano mais que duplicou em três décadas sua população, em decorrência da luta e conquista da terra, materializada na quantidade de assentamentos rurais existentes no município. Conforme assinala o INCRA (2006, p. 08),

nos últimos trinta anos o Alto Sertão Sergipano teve sua população total duplicada e a domiciliada no meio rural cresceu 1,4 vez, tendo simultaneamente crescido o número de estabelecimentos sem a contrapartida no aumento da área por eles apropriada. Efetivamente, os estabelecimentos cresceram, entre 1970 e 1996, a uma taxa anual de 1,5%, similar ao desempenho da população rural no período 1970-2000. Em relação ao uso dos solos, assistiu-se a um crescimento das lavouras e das pastagens de, respectivamente, 3,3% e 0,5% ao ano. Em números absolutos a população, entre 1970 e hoje, passou de 60 mil para 120 mil, com a população

¹⁰⁵ SANTOS, C.L. O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 51-67, jan./jun. 2010.

rural respondendo por 1/3 desse crescimento. Verdade que a população rural de 2000 é semelhante a 1980, apontando, portanto, para a existência de inflexões no desempenho demográfico da região.

A pressão do aumento populacional e a realização de uma política de crescimento econômico elaborada para a região Nordeste e implementada pela CODEVASF, em parte direcionada pelo modelo produtivo agropecuário tecnoproductiva, trouxeram consigo o esgotamento das fontes alternativas de renda (caça, pesca, arrozais) das populações ribeirinhas; em particular, os arrozeiros e pescadores do Baixo São Francisco. Isto impossibilitou um acréscimo na composição da renda, que poderia ser proporcionado pelo incremento da população. No entanto, muitas comunidades tradicionais migraram para atividades assalariadas, como alternativas de garantir o sustento da família. Em termos fundiários, ainda segundo o INCRA (2006, p. 08),

[...] O Alto Sertão Sergipano passou de região de expansão agrícola, nos anos 60, para, nas duas décadas seguintes, primeiramente, incorporar essas terras à produção, e, em um segundo momento, sofrer processos de subdivisão das médias e pequenas propriedades e de êxodo das populações rurais. Nos anos 90, assiste-se a uma mudança radical nesse movimento, com o crescimento da população rural, processo que decorreu da instalação de projetos de assentamentos realizados em resposta às pressões e lutas do MST.

O município de Canindé de São Francisco (SE) está situado na sub-bacia do Rio Jacaré, cuja área é de 902.25 Km², com uma população 24.686 habitantes no ano de 2010, dentre os quais 14.067 compõem a população urbana e 10.626, a população rural¹⁰⁶. Situado na região do Alto Sertão Sergipano, na região hidrográfica do Baixo São Francisco, este município possui contradições profundas, quando observado de forma estatística. Possui a maior renda per capita do Estado, por causa dos royalties oriundos da produção de energia gerada na usina de Xingó, sob a propriedade da CHESF. Por outro lado, detém um percentual elevado de 70% da sua população situado na linha de *pobreza relativa*¹⁰⁷ no ano de 2003¹⁰⁸.

Em 2015, Canindé de São Francisco possuía 30 assentamentos rurais, resultado da luta pela terra, que se estendeu para outras necessidades, entre elas, o acesso à água. O Censo

¹⁰⁶ IBGE. Censo Demográfico (2010).

¹⁰⁷ “O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, **tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder**. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza, em termos de população situada na extrema pobreza” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 04).

¹⁰⁸ Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF2002/2003.

Agropecuário mostra que, no ano de 1985, apenas oito estabelecimentos representavam 48% do total da área das propriedades rurais. As pequenas propriedades com menos de dez ha representavam, neste mesmo ano, 1,59% do total da área dos estabelecimentos agrícolas do município.

A grande concentração de terras indica apenas a ponta do iceberg do jogo de forças desigual imposto pela estrutura agrária, controlada basicamente pelo latifúndio e pela lógica coronelista. Frente aos assentados destas localidades, tal era o cenário existente há 30 anos, sendo mitigado em parte pela reforma agrária.

A presença da luta pela terra e, conseqüentemente, o surgimento de acampamentos e assentamentos da reforma agrária resultaram em um arranjo espacial oriundo dessas áreas, viabilizando o aparecimento de diversos povoados. Esse fenômeno pode ser desvelado na observância do processo histórico de ocupação.

Contribui para esse processo o próprio Estado, através da construção de conjuntos habitacionais rurais, que vêm consolidar o surgimento dos pequenos povoados. Dentre eles pode-se destacar o conjunto vinculado ao Projeto de Irrigação Jacaré-Curituba, às margens da SE-230, área vizinha ao Projeto Califórnia. Há ainda, circundantes ao Jacaré-Curituba, áreas de colonização implantadas ou em implantação nos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. [...]. Em Canindé do São Francisco há também a Colônia Santa Rita, primeiro projeto sob responsabilidade da COHIDRO¹⁰⁹ (SERGIPE, 2015, p. 40).

Em março de 1997, ocorreu uma marcha que foi de Canindé para Aracaju, com cerca de duas mil pessoas, com o intuito de reivindicar a desapropriação do complexo Jacaré-Curituba. A organização do MST conseguiu uma audiência com o Presidente da República da época, Fernando Henrique Cardoso, tendo havido êxito. O Jacaré-Curituba foi um marco da conquista da luta pela terra, pois esta área, a princípio, foi destinada à classe empresarial. De fato, as negociações promoveram o acesso à terra, mas, durante o processo, várias ameaças de morte e intimidação do poder judiciário ocorreram. A primeira experiência do INCRA foi dotada de infraestrutura para irrigação. Segundo Lopes (2015, p. 10),

queima de barracos aconteceu na fazenda Queimada Grande, em Canindé do São Francisco, onde jagunços contratados pelo latifundiário tocaram fogo nos barracos de 150 sem-terra que ocupavam a área. Os jornais semanários Ação Popular (edição de 31/10/99, com a manchete: “Polícia toca fogo em sem-terra”) e CINFOM (edição de 01/11/99, com a manchete: “Delegado é acusado de tocar fogo em barracos”) noticiaram que o delegado de polícia de Santo Amaro das

¹⁰⁹ Antes de a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO) existir, quem administrava os assentamentos rurais criados pelo Governo Estadual, tanto irrigados quanto os de sequeiro, era a Fundação de Assuntos Fundiários de Sergipe (FUNDASE).

Brotas mandou tocar fogo nos barracos do acampamento Campo Grande, naquele município, onde 60 famílias de sem-terra, mobilizados pela FETASE, estavam acampadas dentro de uma área desde o dia 01/10/99. As chamas chegaram a atingir, inclusive, um dos acampados.

Canindé de São Francisco também ocupou em 2013 o posto de município com o maior número famílias, 3.053, ocupando terras em 11 localidades do município, sendo o segundo em número de assentamentos rurais, contabilizando trinta deles. Sua área totaliza 33.590 há, abrigando 1.375 famílias do período de 1988 a 2013 (DATALUTA, 2015).

Mesmo com tantas mudanças no acesso à terra, transformações promovidas como resultado dessa luta, a concretização da fixação de tais populações em seu lote de terra se deu a partir da demanda criada pelas ocupações. Em seguida, novas lutas dos “Sem Terra” pressionaram o Estado a promover políticas públicas de assentamento, que justificaram o incremento populacional volumoso. Entretanto, este novo contingente populacional não aconteceu com empoderamento político: a luta se resumiu à aquisição da terra.

Não existe um único assentado de Canindé de São Francisco com mandato eletivo no meio político municipal ou estadual para representar e lutar pelas demandas dos assentados, por conseguinte, demandas dos camponeses que representam a classe trabalhadora do campo. Na esfera federal, João Daniel, liderança do MST/SE, foi eleito no último pleito deputado federal, passando a representar o Movimento dos Sem-Terra na Câmara dos Deputados em Brasília.

Com relação aos domicílios em extrema pobreza, o município de Canindé de São Francisco apresenta números igualmente preocupantes. Assim como toda região do alto sertão sergipano. Conforme o Censo do IBGE (2010), pelo menos ¼ dos domicílios estão em situação de extrema pobreza¹¹⁰. Para diminuir as desigualdades socioeconômicas no município, foi promovida uma nova política de acesso à água por meio do Canal do Xingó. Tal projeto se encontra em andamento. O Canal de Xingó é uma obra estimada em R\$ 2,4 bilhões e será executada em Regime Diferenciado de Contratação (RDC) (Figura 29).

O Regime de Contratação Diferenciado (RDC) pode ser utilizado no Brasil para as ações do PAC por todos os entes federativos e também para a construção de obras de saúde, sistemas públicos de ensino e outras alternativas. Ele pode ser aplicável às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia, no âmbito dos fins acima definidos. A princípio, foi criado para dar celeridade às demandas urgentes, cuja

¹¹⁰ Em 2011, o Governo Federal fixou como linha oficial da extrema pobreza o rendimento nominal mensal domiciliar até R\$ 70,00 per capita.

finalidade era atender ao curto calendário para concretizar as obras necessárias dos grandes eventos que estavam por vir, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Porém, essa legislação vem sendo utilizada em um contexto mais abrangente. Dessa forma, muitos gestores têm aproveitado este recurso, no que se pode chamar de “brechas”, para contratar obras sem os trâmites dos processos licitatórios. A execução desse tipo de regime de contratação é de responsabilidade da CODEVASF e atenderá a novas áreas de municípios baianos e sergipanos¹¹¹; entre eles, Canindé de São Francisco. Segundo a Companhia,

quando estiver concluído, o canal deverá alcançar cerca de 300 quilômetros de extensão, ampliando a oferta de água em cinco municípios sergipanos e dois municípios baianos. Além de ofertar água para consumo humano, o Canal do Xingó irá fortalecer vocações econômicas da região, como a agricultura irrigada e a pecuária leiteira (CODEVASF, 2015¹¹²).

A efetivação do canal se dará por etapas. A extensão da primeira etapa terá aproximadamente 130 Km de extensão. A lógica de realizar a construção de um canal de adução de água, em paralelo com o leito do rio, é algo questionável. A quem serviria esse desenho de canal de integração hídrica? A captação da água será no reservatório de Paulo Afonso, no Rio São Francisco. O então presidente¹¹³ da CODEVASF, Elmo Vaz, durante a assinatura da ordem de serviço, em Canindé de São Francisco, declarou:

Essa obra é um sonho tanto para o estado de Sergipe como da Bahia. É um canal de usos múltiplos, que vai beneficiar não apenas as comunidades com abastecimento humano, mas também vai prover irrigação e promover o desenvolvimento regional. A CODEVASF tem uma boa experiência na construção de canais e temos bagagem para fazer uma obra com celeridade, para que a população possa ter o benefício com mais rapidez (informação verbal¹¹⁴).

¹¹¹ Em Sergipe: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória. Na Bahia: Paulo Afonso e Santa Brígida.

¹¹² CODEVASF. **Canal do Xingó é destaque em evento sobre recursos hídricos em Sergipe**. 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/canal-do-xingo-e-destaque-em-evento-sobre-recursos-hidricos-em-sergipe/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

¹¹³ Em maio de 2015, foi indicado um novo presidente deste órgão, que ainda não sinalizou a continuidade ou não do projeto.

¹¹⁴ Depoimento do ex-presidente da CODEVASF, Elmo Vaz, concedido à pesquisadora no ano de 2013.

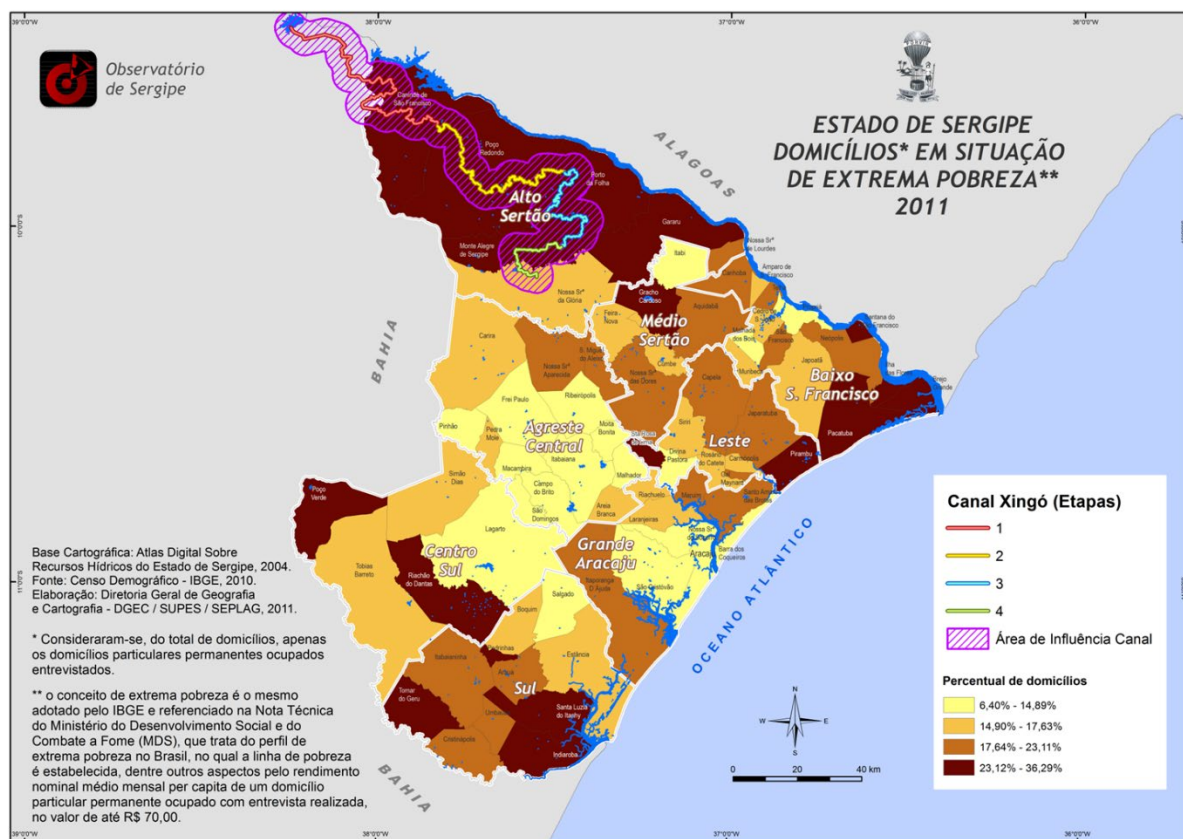


Figura 29- Mapa de Sergipe dos domicílios em extrema pobreza (2011).
Fonte: Observatório de Sergipe. Dados: Censo (2010).

A luta de classes pela água e pela terra estabelecida neste território, historicamente construído nos últimos 40 anos pelo embate dos camponeses com a oligarquia dominadora foi responsável, em parte, pela conquista da terra, que não aferiu o empoderamento às populações de assentados, ou mesmo para os moradores de Canindé de São Francisco. Um dos serviços básicos, o da distribuição de água, não existe em 30% dos domicílios deste município.

Segundo dados do IBGE (2000), a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) é responsável pela captação e distribuição da água no município, que contabiliza 3.868 Domicílios Particulares Permanentes (DPP). Desse montante, 2.867 (74,1%) domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água e apenas 1.490 (38,5%) estão ligados à rede geral de esgotos. Mesmo com este cenário, Canindé de São Francisco é considerado o município que apresenta a melhor situação da Microrregião do Sertão do São Francisco quanto à questão do saneamento.

Na luta pela sobrevivência, as estratégias de conquista são escalonadas. Primeiro, a classe trabalhadora se organiza para conquistar a terra. Depois, à água, e provavelmente perceberá a necessidade de lutar pela qualidade de vida, promovida inicialmente pelo

saneamento básico, já que muitas doenças têm vinculação hídrica. Todas as ações que incidem sobre a qualidade da água desvelam, de certa maneira, como a gestão dos recursos hídricos se dá, podendo refletir em disputas, tensões e geração de conflitos causados pela escassez da água, seja pelo não acesso ou pela não potabilidade do recurso.

Um estudo realizado no município com relação a conflitos de origem hídrica apontou:

[...] Ao contrário do que pensávamos sobre a existência de conflitos pelo uso da água entre os assentados em lotes irrigados e os que estão em áreas de sequeiros, tais conflitos se dão entre os agricultores assentados e os moradores do próprio município de Canindé do São Francisco, que retiram clandestinamente água do canal de irrigação do projeto Califórnia, prejudicando, assim, o abastecimento principalmente das áreas irrigadas. Tal situação se deve ao fato dos assentamentos serem privilegiados com um canal que drenam essa água proveniente da barragem da hidrelétrica de Xingó e, como já foi abordado acima no texto, cerca de quase 30% de domicílios do município de Canindé não são servidos de abastecimento de água. Com isso, a população capta a água de forma clandestina desse canal. Tais conflitos pelo uso da água na região, em geral, ocorrem em decorrência das formas de uso que comprometem a disponibilidade hídrica para outros usos/usuários (PONTES; SILVA, 2008, p. 03).

Segundo Pontes (2008), há também um conflito “interno” por água no projeto do perímetro irrigado do Califórnia, localizado em Canindé de São Francisco. Ele está relacionado à espacialização do lote e à infraestrutura hídrica para a irrigação. Segundo o autor, as bombas e o sistema de distribuição são obsoletos e operam sem a devida manutenção, proporcionando diferentes volumes de água para cada assentado de acordo com a localização do seu lote (Figura 30).

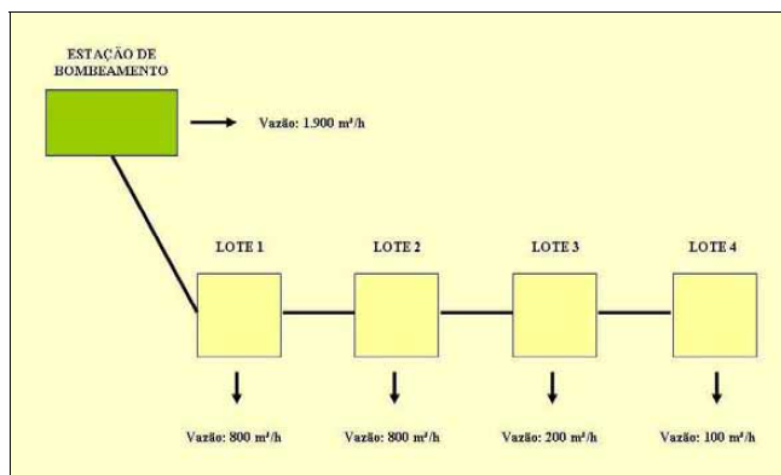


Figura 30 – Esquema ilustrativo da distribuição de águas por lote.
Fonte: Pontes e Silva (2008).

O município de Canindé de São Francisco, apesar de não apresentar problemas de quantidade de água, pois está localizado às margens do Rio São Francisco e do reservatório da usina hidroelétrica de Xingó, ainda assim apresenta conflitos e disputas pelo acesso à água. O conflito se estabelece pela má gestão distributiva de acesso ao recurso, seja em áreas do perímetro irrigado, cuja razão se encontra na técnica de irrigação dispendiosa utilizada, seja na ausência de política pública que promova acesso à água para consumo humano residencial.

Apesar da sinalização de novos aportes de água para o município, ainda existem assentamentos com lotes distribuídos a 7 Km da beira do Rio São Francisco que ainda não possuem acesso à água.

Outra inquietante questão é a quantidade de canais e adutoras em planejamento ou em execução. Alguns planejados pela CODEVASF, que pretende captar volumes com a finalidade de atender não só ao projeto de integração do Rio São Francisco, cuja localização da área de captação se encontra à montante do PISF. Tem-se em fase de implantação o “Canal do Sertão Alagoano”, que será abordado ainda neste tópico do capítulo, o “Canal de Xingó”, o “Canal do Piauí”, todos à montante do PISF, que poderá comprometer a captação do eixo leste e norte da transposição. Cabe ressaltar que esses conflitos hídricos e futura infraestrutura de canais de captação aqui apresentados nunca foram sequer apresentados na esfera do CBHSF enquanto tema de planejamento ou mesmo como mediador dos conflitos.

Percebe-se que, em um futuro próximo, pode vir a ocorrer novas lutas de acesso à água, proporcionadas pelos novos canais de captação acima citados, traçados como política hídrica para a região via CODEVASF.

Cabe ressaltar que, nos perímetros irrigados, organizados pelas instituições de fomento à renda da atividade agrícola, a outorga é um direito da administração e não do proprietário do lote. Dessa forma, chegamos à conclusão de que a luta da classe camponesa, a partir da Lei n. 9.433/97, deve também reivindicar o direito ao “título da água”, materializada na outorga individual.

Em 2007, quando desenvolvemos o conceito de *hidroterritório*, já prevíamos esta dimensão da política hídrica que pode vir potencializar conflitos hídricos em um território demarcado pela disputa dos estoques de água fora da delimitação natural da bacia hidrográfica. Assim, as políticas hídricas direcionadas para uma bacia podem gerar conflitos, “[...] não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água, por exemplo, pela implantação de um canal, barragem ou açude, entre outras obras hídricas” (TORRES, 2007, p. 14).

No período de 2005 a 2006, as outorgas emitidas para irrigação estão apresentadas no mapa da Figura 31, com os municípios que apresentam um maior volume concedido para irrigantes. Destacam-se dois municípios da bacia, Casa Nova (BA) e Delmiro Gouveia (AL), localizados nas regiões fisiográficas do Submédio e Baixo São Francisco, respectivamente.

Casa Nova (BA) foi uma das cidades deslocadas para a formação do lago de Sobradinho em meados dos anos de 1970, quando boa parte da população da sede municipal e dos povoados de Intãs, Bem-Bom, Barra da Cruz e Pau-a-Pique foram desterrados para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, a cerca de 700 Km de sede do município alagado. Outra parte da população foi para a “nova” Casa Nova, seguindo os moldes de realocação involuntária feita pela CHESF.

Na atualidade, o município de Casa Nova (BA) pode ser considerado uma cidade do agronegócio, principalmente por nele estar situada boa parte produção vinícola do Vale do São Francisco, tendo ainda como culturas de destaque a manga, a cebola e a banana. A cidade passou a ser bastante conhecida por nela estar localizada a Fazenda Ouro Verde, responsável pela produção do vinho da marca Miolo. Os vinhedos desta empresa são irrigados por sistema de gotejamento, utilizando a água do Rio São Francisco para produzir a linha de vinhos Terranova (branco Chenin Blanc, tintos Shiraz e Reserve Cabernet Sauvignon/Shiraz), além do vinho de sobremesa Late Harvest, os espumantes Moscatel, Brut e Brut Rosé e o Brandy Osborne, segundo informações colhidas na sede da empresa.

A materialização do título de “Cidade do Agronegócio” pode ser confirmada no que tange ao seu destaque em volumes outorgados no período de 2005 a 2006, quando foram emitidas 47 outorgas para irrigação, dos 2.833 ha dos cultivos acima citados. Apesar de não apresentar um conflito explícito, entende-se que a dependência de parte da cidade dos empregos do setor agroindustrial determina a vida subordinada ao novo patrão, o agronegócio, inclusive de antigos relocados de Sobradinho.

Em períodos de safra da agricultura irrigada, são gerados, em média, 700 empregos diretos, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Os camponeses que habitavam o município, que outrora tradicionalmente plantavam nas ilhas, produzindo basicamente na beira do rio, retornaram à cidade. Estrela (2004) os denomina de “arrepentidos”¹¹⁵. Eles se tornaram boa parte dos trabalhadores das agroindústrias da região.

¹¹⁵ O tema dos desterrados deslocados para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR) será discutido no capítulo 4.

Durante o trabalho de campo e na pesquisa documental, não pudemos perceber conflitos de origem hídrica no município de Casa Nova (BA). Na interpretação de Siqueira (1992), os “camponeses-ribeirinhos” de Sobradinho não eram vítimas passivas da ação de um Estado ditatorial, em meados dos anos 1970. Ao contrário, empreenderam uma resistência cotidiana, que resultou na permanência de uma parte do grupo no entorno da borda do lago. Muitos voltaram do PEC Serra do Ramalho arrependidos e se aglutinaram próximo aos “núcleos de reassentamentos”, buscando reconstituir aspectos da condição de vida beradara.

Contudo, nos últimos anos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a cidade de Casa Nova oscila no topo do ranking do saldo positivo de contratações, seguida pelo ranking de demissões. No ano de 2014, o município constava na lista dos municípios que mais gerou empregos, alcançando o 5º lugar, com incremento de 1.217 empregos formais.

O município de Delmiro Gouveia (AL) também foi destaque no biênio 2005-2006, diante dos volumes outorgados em nome da Secretaria Coordenadora de Infraestrutura e Serviços do Estado de Alagoas, cuja finalidade era de irrigação, abastecimento rural, abastecimento urbano e outros usos no trecho Moxotó - Rio Capiá. A Resolução n. 107/2006 da ANA trata-se da outorga preventiva de um planejamento para a alocação de volumes demandados em um cenário futuro próximo, quando estudos de planejamento regional indicarem a necessidade da utilização dos recursos hídricos.

Acredita-se que observar as outorgas preventivas serve para apontar cenários futuros de conflitos hídricos, pois diferentes interesses de uso das águas se posicionam no jogo de forças de gestão do território.

A Secretaria Coordenadora de Infraestrutura e Serviços do Estado de Alagoas aponta, por meio das concessões de outorgas preventivas solicitadas, o interesse de elaborar um projeto direcionado à região, condicionado à licença de uso da água do São Francisco. Desde 2002, constam na ANA quatro outorgas preventivas (108/2002, 107/2006, 408/2009, 661/2010) e uma nova outorga (660/2010) para o mesmo ponto de captação, agora com nome e destino o “Canal do Sertão”.

No cadastro da ANA, estas outorgas preventivas citadas apontam como finalidade principal o “abastecimento”, mas indicam o uso dos volumes outorgados para irrigar 10.000 ha de capim. Cabe o questionamento: qual seria de fato o propósito de uso destas águas? As informações traçadas oito anos antes da materialização do canal serviram a quem? Será que

o tecido fundiário foi modificado ou os pequenos produtores ainda permanecem no caminho destas águas?

Outra questão a ser levantada é o destino dessas águas, no momento em que o canal foi de fato materializado. Com sua outorga de uso sancionada pela ANA, a companhia que passou a gerir a água do canal foi a Superintendência de Recursos Hídricos, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) do governo de Alagoas.

A primeira outorga emitida dá pistas da tentativa de resposta ao questionamento acima engendrado, a partir da publicação no Diário Oficial, feita pela SEMARH, da Portaria 238/2015, referente à outorga privada para captação da água bruta no Canal do Sertão. Esta outorga foi concedida ao empresário Luiz Carlos Costa, também prefeito de Delmiro Gouveia, “o Lula Cabeleira” como era conhecido, proprietário de uma área de aproximadamente 6 mil ha na região cortada pelo “Canal do Sertão”. Assim, as formas de apropriação da natureza, o controle da água exercido pelos antigos coronéis e as oligarquias locais se perpetuam, agora com o aval do Estado, de forma institucionalizada.

O Canal do Sertão alagoano encontra-se em sua terceira fase, com 65 Km de percurso construído. No discurso político do Estado, a água vem para promover o desenvolvimento. Todavia, em um seminário realizado em agosto de 2015, na cidade de Delmiro Gouveia, já se pode perceber o “desenho político” do destino dessa água. De acordo com os estudos realizados pelo Grupo de Estudos Agrários e Socioterritoriais (GEAST/UFAL) sobre o uso das águas pela população que vive nas proximidades do Canal do Sertão, só os grandes proprietários rurais e latifundiários estão efetivamente sendo beneficiados pela obra¹¹⁶.

Na Figura 31, foi traçada uma circunferência na área de maior captação de água outorgada para os anos de 2005 e 2006. Nela, estão contidos os mesmos municípios apontados no mapa anterior, confirmando que o conflito se perpetua. A área circunscrita pela circunferência configura-se, assim, como um hidroterritório.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/acoes/romarias-da-terra-e-da-agua/romarias-2015/2826-canal-do-sertao-nao-atende-ao-povo-pobre-sertanejo>

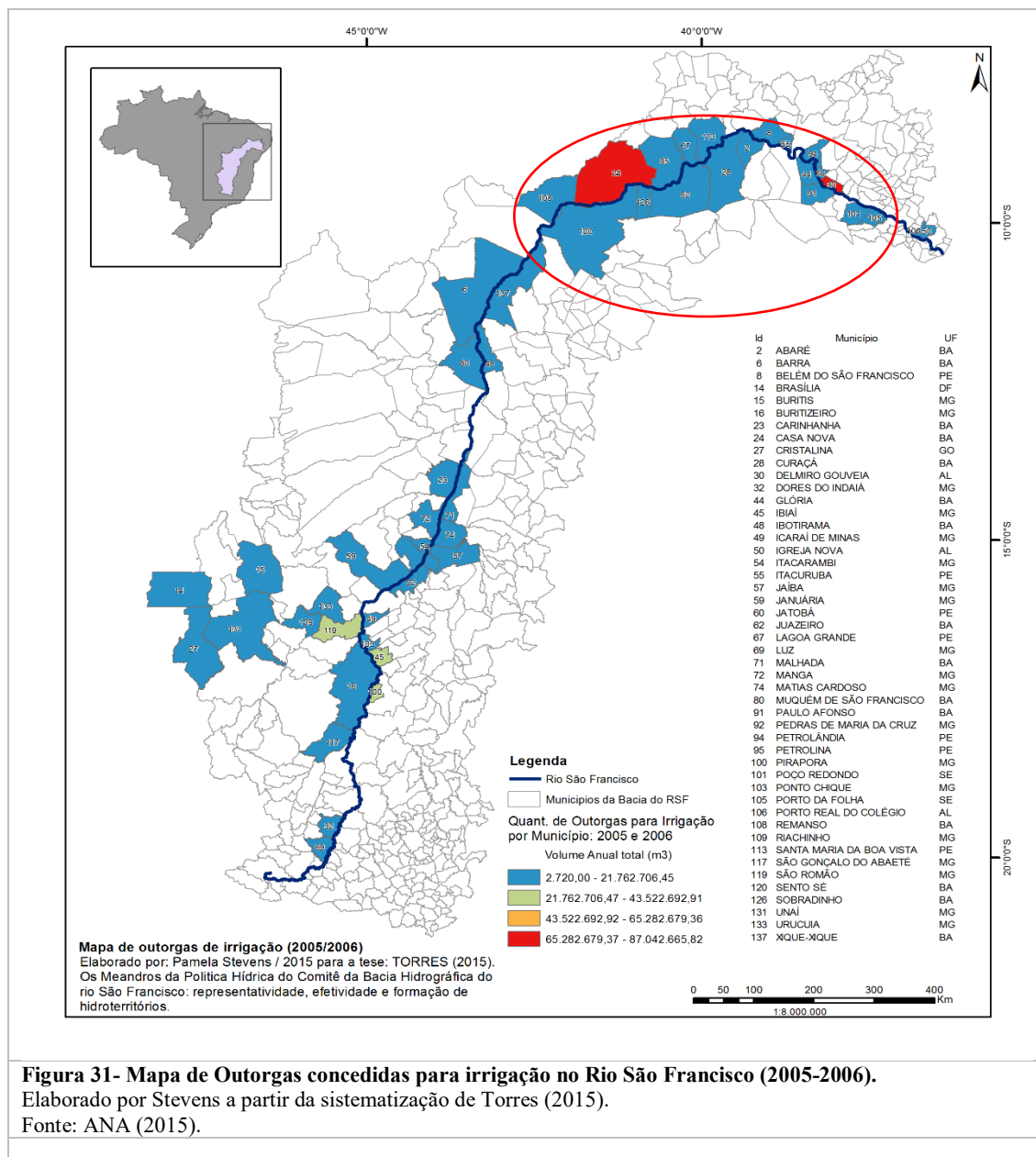


Figura 31- Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2005-2006).

Elaborado por Stevens a partir da sistematização de Torres (2015).

Fonte: ANA (2015).

A Figura 32 apresenta o mapa das outorgas concedidas para os anos de 2007 e 2008. Notadamente, houve uma ampliação de áreas com volumes outorgados. Foram traçadas duas circunferências: a primeira, de maior tamanho, representa a perpetuação do conflito que ocorre na região desde 2003, enquanto a segunda enfatiza os volumes outorgados no

município de Juazeiro (BA) em uma nova circunferência de destaque, no município de Xique-Xique (BA), ambas pertencentes à região fisiográfica do Submédio do São Francisco.

O município de Xique-Xique (BA) é integrante de um megaprojeto, o perímetro de irrigação “Baixio de Irecê”. É dividido em duas etapas, que totalizarão uma retirada outorgada de 58,055 m³/s para a CODEVASF, distribuída em um canal de 87 Km, cujo objetivo é atender à produção de cana-de-açúcar. No período acima citado, foram emitidas apenas três outorgas. A maior delas para a CODEVASF. A companhia teve o objetivo de irrigar 1.550 ha de acerola. As outras duas, de pequena expressão, foram destinadas para irrigar o cultivo de pinha. O custo total do perímetro irrigado está estimado em 880 milhões de reais, sendo R\$ 547 milhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo a CODEVASF¹¹⁷, ao final da implantação das duas etapas do perímetro, terão sido gerados ao menos 3,2 mil empregos diretos e indiretos. A área irrigável total será de cerca de 48 mil ha.

Já existe um grupo de comunidades tradicionais do Baixio do Irecê organizado, reivindicando providências dos órgãos competentes, entre eles, a CODEVASF, no sentido de devolver as terras griladas “por empresas e fazendeiros” nos anos 1970 e 1980. Os detentores do poder se beneficiaram das informações privilegiadas “ventiladas” da existência do “maior projeto de irrigação da América Latina” planejado para esta área. Dessa forma, pressionaram e expulsaram, por coerção e violência, grande parte das famílias que ali habitavam, grilando as terras e, a posteriori, beneficiando-se com sua venda ao Governo do Estado da Bahia - venda de terras alheias. Segundo uma nota pública emitida em maio de 2014, uma empresa grilou grande parte das terras para depois vender para a CODEVASF, como consta a seguir, no Quadro 10.

¹¹⁷ Para maiores detalhes, consultar: CODEVASF INVESTE EM NOVAS ÁREAS DE IRRIGAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DE PERÍMETROS EXISTENTES. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/codevasf-investe-em-novas-areas-de-irrigacao-e-no-desenvolvimento-de-perimetros-existentis/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

NOTA PÚBLICA

As comunidades tradicionais atingidas pelo Projeto de Irrigação Baixio de Irecê, e as entidades de apoio (CPT, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaguaçu e Xiquexique, Paróquia Senhor do Bomfim), conclamam a sociedade e os órgãos competentes do Estado e da Federação providências quanto à realidade das famílias camponesas que vivem no entorno do citado projeto.

Desde que foi pensado e planejado há mais de 50 anos, o Projeto de Irrigação Baixio de Irecê que seu principal objetivo é para irrigar cana para produção de álcool e frutas para exportação. Entretanto, em todo este processo de construção e divulgação como o “maior Projeto de Irrigação da América Latina”, não é dito por quem o propaga que nas terras do referido projeto existe aproximadamente mais de 500 famílias que historicamente vivem naquelas terras produzindo e criando animais em mais de 15 comunidades próximas à instalação do empreendimento.

Neste sentido, nas décadas de 1970 e 1980, as famílias destas comunidades sofreram um processo muito forte de grilagem (roubo) de suas terras por empresas, fazendeiros e políticos daquela época, que por meio de um grupo de pistoleiros, ameaçaram, feriram e expulsaram as famílias camponesas destas terras.

Após o processo de grilagem, foi criada a CODEVERDE – Companhia de Desenvolvimento do Rio Verde, empresa esta, que comprou todas as terras que foram roubadas das famílias, e que posteriormente vendeu parte destas terras para CODEVASF para implantação do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê.

Assim sendo, as famílias camponesas das comunidades de Conceição, São João, Muquem, Esconso, Várzea da Cerca, Poço Grande, Pau Seco, Nova Vereda do Município de Itaguaçu da Bahia e Boa Vista, Carneiro, Curral do Meio, Nova Boa Vista, Roçado, Sítio, Muritiba, Porto Franco, Vista Nova do Município de Xiquexique, permaneceram nas terras produzindo e criando gado, cabra e ovelha para garantir a subsistência.

Em agosto e novembro de 2013, por meio de ofícios e reunião solicitaram da CODEVASF providências quanto aos impactos e a devolução do território que as mesmas ocupam há décadas, pois a Estatal comprou terras em situação de conflito. Neste sentido, as comunidades entraram com uma representação junto ao Ministério Público Federal, por meio da 6ª Câmara em dezembro de 2013 e aguardam as devidas providências da justiça brasileira.

Conforme a Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, os povos e comunidades tradicionais têm direito aos seus territórios tradicionalmente ocupados, bem como a Constituição Federal.

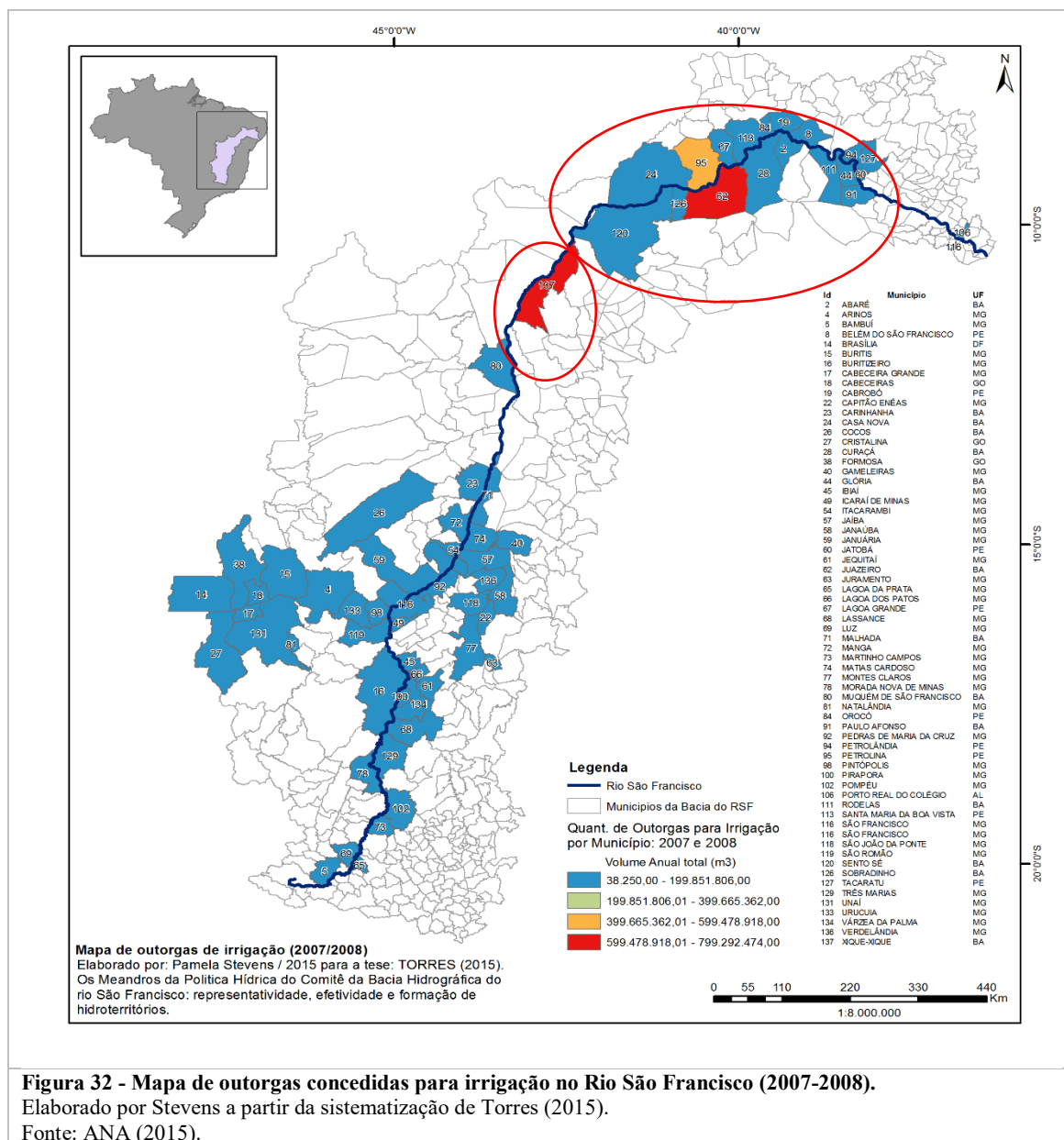
Com isso, aguarda-se providências urgentes dos Órgãos competentes.

Irecê, 03 de maio de 2014.

Comunidades atingidas; Comissão Pastoral da Terra; Paróquia Senhor do Bomfim, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaguaçu da Bahia e Xiquexique.

Quadro 10 – Nota pública das comunidades tradicionais atingidas pelo Projeto do Baixio de Irecê.

Fonte: ECODEBATE /CPT (2014).



Ainda no mês de maio de 2014, o Ministério Público Federal da Bahia promoveu uma audiência pública no município de Xique-Xique (BA) para apreciar os impactos da implantação do projeto de irrigação do “Baixio de Irecê” nas atividades das comunidades tradicionais ali residentes. De acordo com o MPF (2015¹¹⁸),

¹¹⁸ MPF. MPF/BA intermediou discussão entre CODEVASF e comunidades tradicionais sobre projeto de irrigação “Baixio de Irecê”. 21 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/mpf->

mediada pelo procurador da República Samir Cabus Nacheff Júnior, a audiência discutiu denúncia de representantes das comunidades de que as áreas adquiridas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), para implantação do projeto, resultam de um violento processo de grilagem sofrido nas décadas de 70 e 80. A denúncia deu origem ao inquérito civil público que apura o caso. A procuradora da República Cristina Nascimento de Melo, representante do grupo de trabalho Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República, disse que é importante dar voz às comunidades e ressaltou ser esta a primeira audiência pública promovida pelo MPF voltada à participação das comunidades de fundo de pasto. Este tipo de comunidade tradicional se caracteriza pela posse e uso comunitário da terra e dos seus recursos ao longo de décadas. Na audiência, o representante da CODEVASF, Wagner Zani Sena, gerente de Administração Fundiária, apresentou a organização e o Projeto de Irrigação Baixio de Irecê. Em seguida, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique e da Comissão Pastoral da Terra agradeceram ao MPF a oportunidade e apresentaram a pesquisa que deu origem à denúncia feita ao órgão.

Em uma tese recém-publicada, Dourado (2015) revela a face do agronegócio em dois projetos de irrigação promovidos pelo Estado através do PAC, justamente nas áreas em destaque dos Mapas 27 e 28, respectivamente, Xique-Xique (BA) e Juazeiro (BA):

Seguindo essa lógica neoliberal, duas grandes obras hídricas foram executadas nas regiões do Médio e Submédio São Francisco, na Bahia, consideradas as **“transposições baianas do São Francisco”** devido à magnitude deste empreendimento. Os **projetos de irrigação Baixio de Irecê** (em fase de implantação) e **o Salitre** (em fase de produção) **são as maiores obras de irrigação executadas atualmente no Brasil**, somando ambas um total aproximado de 100 mil hectares irrigáveis. Atendendo aos direcionamentos do **“Novo Modelo de Irrigação”**, **estes perímetros irrigados são destinados, principalmente, para a agricultura sob os moldes empresariais, com foco na fruticultura e na cana-de-açúcar**. Produzir agrocombustíveis em projetos de irrigação passa a ser uma realidade já no Projeto Salitre, com a presença da empresa AGROVALE, maior produtora de cana-de-açúcar do Nordeste, perspectiva essa vislumbrada para o Projeto Baixio de Irecê. Ou seja, **os pequenos produtores vão gradativamente sendo eliminados desses empreendimentos**, demonstrando cada vez mais que os investimentos públicos em obras dessa natureza estão atrelados à produção de commodities agrícolas. Assim, todas as travagens são eliminadas para que o capital possa apropriar-se da infraestrutura hídrica e da terra, decorrentes de investimentos públicos. A expansão do agrohídronegócio no Semiárido reforça e evidencia as contradições acerca da organização espacial e do reordenamento do território do nordestino em virtude de interesses econômicos e de políticas agrícolas externas. O fomento de atividades agrícolas com forte dependência de água reforça e intensifica **o controle sobre a terra e a água**, gerando disputas territoriais e de classe nessa fração do território brasileiro (DOURADO, 2015, p. 28-29. Grifos nossos).

O segundo município que se destaca nas outorgas concedidas nos anos de 2007 e 2008 é Juazeiro (BA), que, no biênio, oficializou 47 novas outorgas para a fruticultura irrigada. Entre as mais expressivas: cinco outorgas para o cultivo de uva em 1.558 ha; 31 para a cultura de manga, totalizando 447 ha, e maracujá, com 472 ha, correspondentes a cinco outorgas. O município é banhado pelo Rio São Francisco e sua sub-bacia, o Rio Salitre, exclusivamente de domínio estadual. Segundo o TCU (2012, p. 34),

atualmente há muitos conflitos pelo uso das suas águas na região devido à escassez do produto. Os agricultores à montante (rio acima) captam a água, que não é suficiente para atender a todos, para irrigação, através de bombas. Para evitar o bombeamento, que levaria à falta do recurso para os que estão à jusante (rio abaixo), linhas de transmissão de alta tensão são destruídas, gerando transtornos à população e prejuízos sensíveis à companhia energética que é obrigada a fazer reparos. Mais grave ainda, já ocorreram mortes na região causadas pela disputa da água. Trata-se de região muito extensa, com inúmeros pequenos proprietários que degradam suas propriedades. Por todos os lados se veem cercas feitas totalmente de madeira da caatinga. Em toda a região, não houve qualquer ação de recuperação por parte do governo. Os pequenos produtores não têm alternativa econômica para que não utilizem as margens do rio, já que as terras das margens são mais férteis e com disponibilidade de água. É notória a necessidade de intervenção imediata na região para dirimir os conflitos pelo uso da água, causados pela escassez do recurso. Anteriormente, o rio Salitre era perene, porém a insuficiência de ações governamentais, projetos inadequados, e a elevada erosão dos solos levaram à intermitência desses corpos d'água.

Se, por um lado, a sub-bacia do Rio São Francisco, o Rio Salitre, possui muitas pequenas propriedades, por outro, há um grande projeto de irrigação, pensado ainda nos anos 1990 e retomando em 2007, cujos valores outorgados destacaram o município em volumes de outorga para o Projeto Salitre. O perímetro de irrigação possui uma área total de 67.400 ha, dos quais 34 mil ha são irrigáveis, com capacidade para captar 32 m³/s de água do Rio São Francisco, volume superior ao outorgado para o PISF.

Em 2007, aproximadamente 1.000 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam uma área junto ao canal do Projeto Salitre por nove meses. Porém, em 19 de junho de 2008, elas foram despejadas pela Polícia Militar da Bahia. O relatório denúncia elaborado pela *Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco*, a fim de revitalizar o manancial, datado de 16 de outubro de 2008, traz à tona a existência de outro projeto que também acontecia no município de Juazeiro:

A AGROVALE, no Projeto Tourão, em Juazeiro-BA, maior área de cana irrigada do mundo (16 mil ha), está em franca expansão. Investiu R\$ 12 milhões de capital próprio na ampliação da área plantada de cana na safra de 2007. Até 2011, gastará R\$ 60 milhões para ampliar sua área irrigada de 16,5 mil para 21 mil hectares. O que vai elevar sua capacidade de moagem de cana para 2,2 milhões de toneladas

anuais (10). Em 1984, a AGROVALE foi responsável pelo despejo de vinhoto no Rio, matando toneladas de peixes, alterando para sempre o ecossistema aquático no trecho atingido (ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO, 2008, p. 05).

Neste município, os conflitos abrangem as mais variadas formas. No ano de 2015, foi realizada uma oficina do CBHSF para verificar as principais questões de acirramento por disputa hídrica. Segundo o CBHSF (2015), os participantes indicaram como causas dos conflitos hídricos:

- Operação de barragens hidroelétricas X turismo;
- Operação de barragens hidroelétricas X captação para abastecimento;
- Operação de barragens hidroelétricas X captação e bombeamento para irrigação;
- Operação de barragens hidroelétricas X navegação abaixo de Sobradinho (redução do calado, bancos de areia);
- Operação de barragens hidroelétricas X pesca e piscicultura (pesca em áreas de segurança);
- Mineração X abastecimento humano X irrigação (adutora da mineradora Caraíba);
- Irrigação (uso irracional da água e abuso de agrotóxicos) X disponibilidade e qualidade da água para múltiplos usos;
- Ausência de regras de disciplinamento de uso (para os múltiplos usos).

A luta pela água em Juazeiro é historicamente marcada entre o agrohidronegócio e a produção energética, entre agrohidronegócio e a produção camponesa e entre a mineração e o abastecimento humano, sobretudo quando vista a partir da ótica da sub-bacia do Rio Salitre.

Cabe destacar que os investimentos dirigidos para todos os projetos de irrigação estão relacionados aos projetos hidroagrícolas patrocinados pelo Estado, desde o interstício da promulgação da Lei n. 9.433/97, sob a égide do CBHSF, além de salvaguardar a grilagem em terras devolutas. Dourado (2015) aponta para esta reflexão, quando afirma: “Acreditamos que a existência de terras devolutas foi um dos motivos que levaram à grilagem de terras na região do Baixio de Irecê, pois os camponeses ocuparam sem o título da terra, facilitando assim a atuação dos grileiros” (DOURADO, 2015, p. 84).

Para se ter uma ideia do quanto o estado da Bahia e o Governo Federal, ao longo do processo de ocupação do Médio e Submédio, apoiaram investimentos, principalmente a

partir dos anos 1970, em terras devolutas ou em “terras de ninguém”, basta verificar a Tabela 15, que apresenta os percentuais dessas terras nos municípios de Casa Nova, Xique-Xique, Juazeiro e Sobradinho, onde se encontram os grandes projetos de irrigação, sob a ótica empresarial e sob a tutela do Estado, que promove políticas de irrigação de forma assimétrica, desigual por classes.

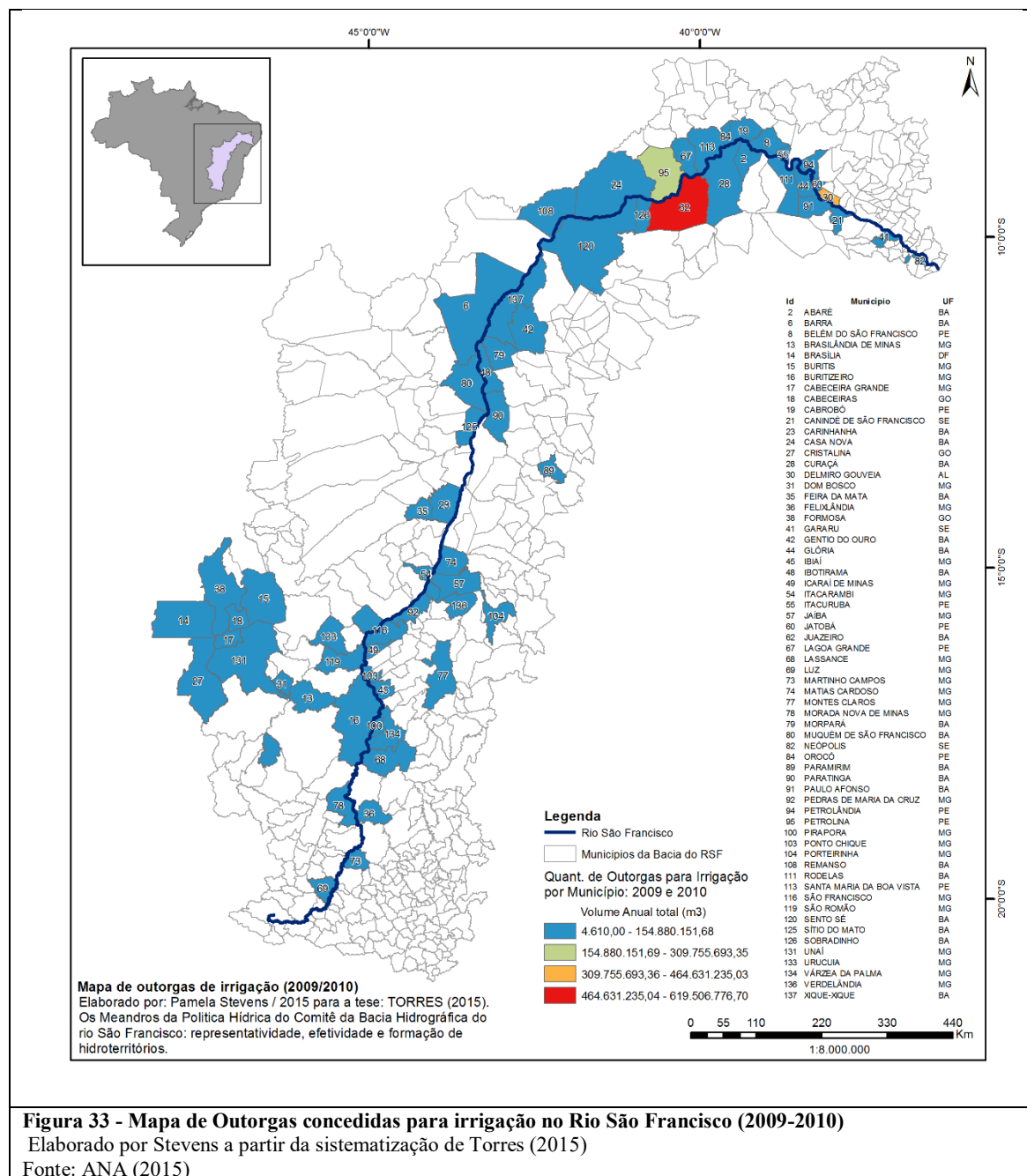
Ainda na Tabela 15, pode-se corroborar o que Dourado (2015) aponta como “beliche fundiário”. O município de Jussara possui uma área menor do que a declarada como terra devoluta para esta localidade. Os demais municípios da tabela apresentam percentuais de terras devolutas superiores a 50%.

Terras Devolutas	2003 (ha)	(%)	2010 (ha)	(%)
Barra	1.229.944,87	100%	993.194,71	81%
Casa Nova	860.206,32	89%	811.415,20	84%
Irecê	19.757,76	59%	16.213,56	48%
Itaguaçu da Bahia	327.721,79	74%	322.996,19	73%
Jussara*	(43.527,77)	-53%	-25.250,16	-31%
Muquém de São Francisco	166.440,44	58%	191.327,85	67%
Pilão Arcado	1.127.021,81	96%	1.045.841,27	89%
Remanso	348.398,78	74%	358.392,68	76%
Sento Sé	1.024.333,77	81%	738.757,46	59%
Xique-Xique	357.281,15	60%	384.789,35	65%
Curaçá	593.746,96	92%	565.983,39	88%
Juazeiro	546.539,99	86%	535.471,90	84%
Sobradinho	118.924,60	90%	115.512,28	87%
BAHIA Total	31.087.213,14	55%	28.713.581,16	51%

Tabela 15 -Terras Devolutas – Municípios da Área da Pesquisa e seu entorno (BA).
 Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA. In: OLIVEIRA, A. U. et alii. *Atlas da Terra no Brasil*. CNPq, 2012.
 Adaptado por Dourado (2015).

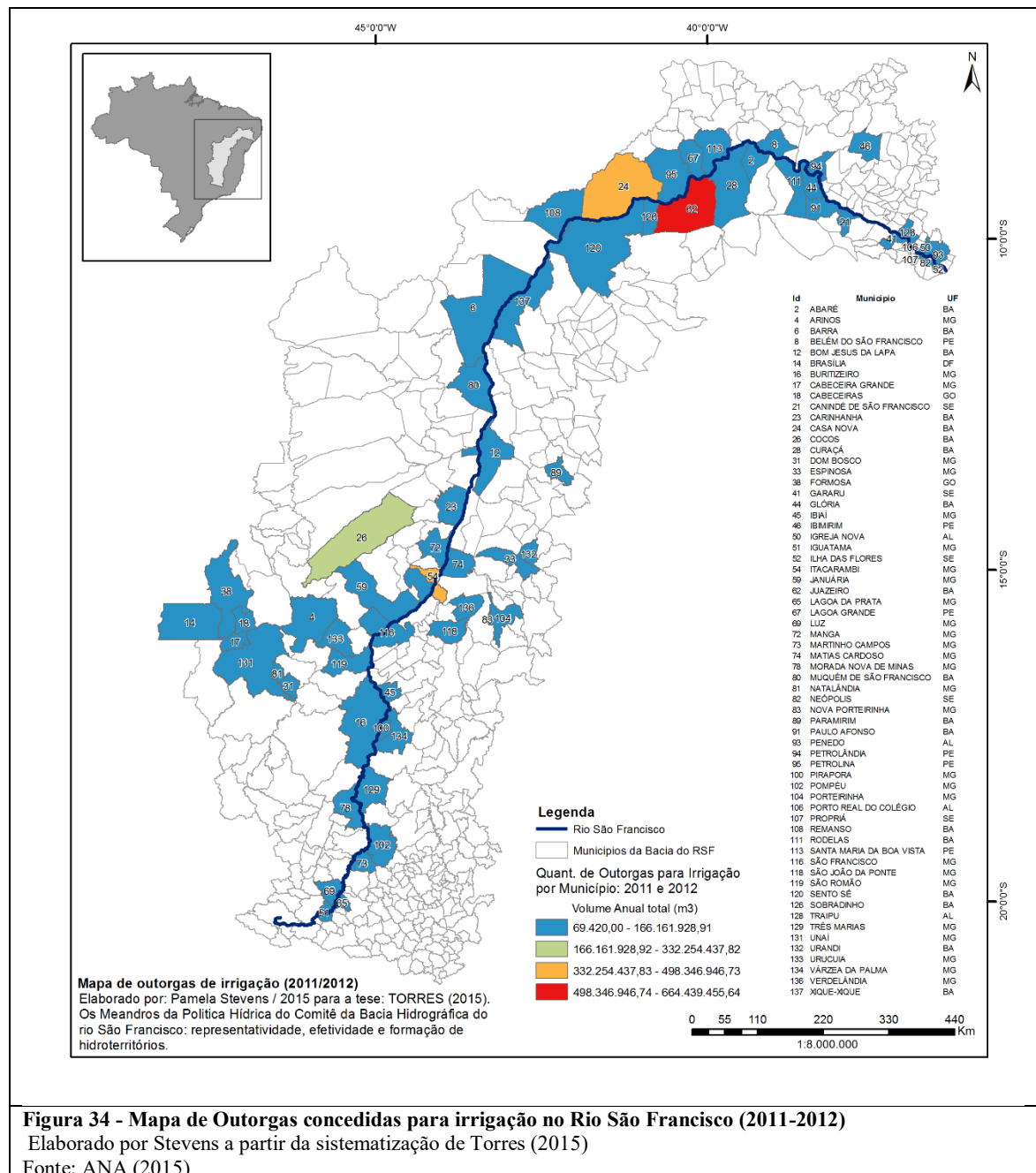
Juazeiro (BA) não só desponta no biênio 2007-2008, como também aponta como o maior detentor de outorgas para a irrigação, como mostram os dois mapas a seguir, das Figuras 33 e 34, correspondentes aos anos de 2009-2010 e 2011-2012 respectivamente. Como pode ser visualizado nos mapas correspondentes aos biênios 2009-2010, as áreas dos hidroterritórios se perpetuam e ampliam, cabendo a interpretação de que existe um “campo de forças” de se obter outorgas nas áreas circunvizinhas das circunferências traçadas nos mapas anteriores.

Ainda na Figura 33, no biênio de 2009-2010, além do destaque de outorgas concedidas para Juazeiro (BA), tem-se também outro município que se destaca, Delmiro Gouveia (AL). Nesse caso, trata-se do processo de continuidade da outorga preventiva para o “canal do Sertão Alagoano”, renovada neste período.



No mapa referente à Figura 34, das outorgas concedidas para o biênio 2011-2012, o município de Juazeiro (BA) voltou a representar o maior volume de outorgas concedidas.

Por seis anos, este município foi o detentor de grande parte das outorgas emitidas, totalizando 128 outorgas para irrigar 6.619 ha de área plantada de fruticultura. A circunferência referente à concentração de outorgas tem ampliado a área, o que aponta o mesmo comportamento apresentando de possível ampliação dos conflitos hídricos existentes e sua materialização em um hidroterritório.



No último mapa referente à Figura 35, com a espacialização das outorgas para irrigação concernentes aos anos 2013-2014, apresenta destaque uma outorga preventiva em

nome da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), destinada ao “Canal de Xingó”, cuja origem está projetada a partir do município de Paulo Afonso (BA), em uma extensão aproximada de 300 Km. A empresa afirma que o canal proverá água a sete municípios localizados nos estados de Sergipe e Bahia. Porém, no pedido de outorga preventiva, também consta que serão irrigados 1.744 ha em cultivo de banana.

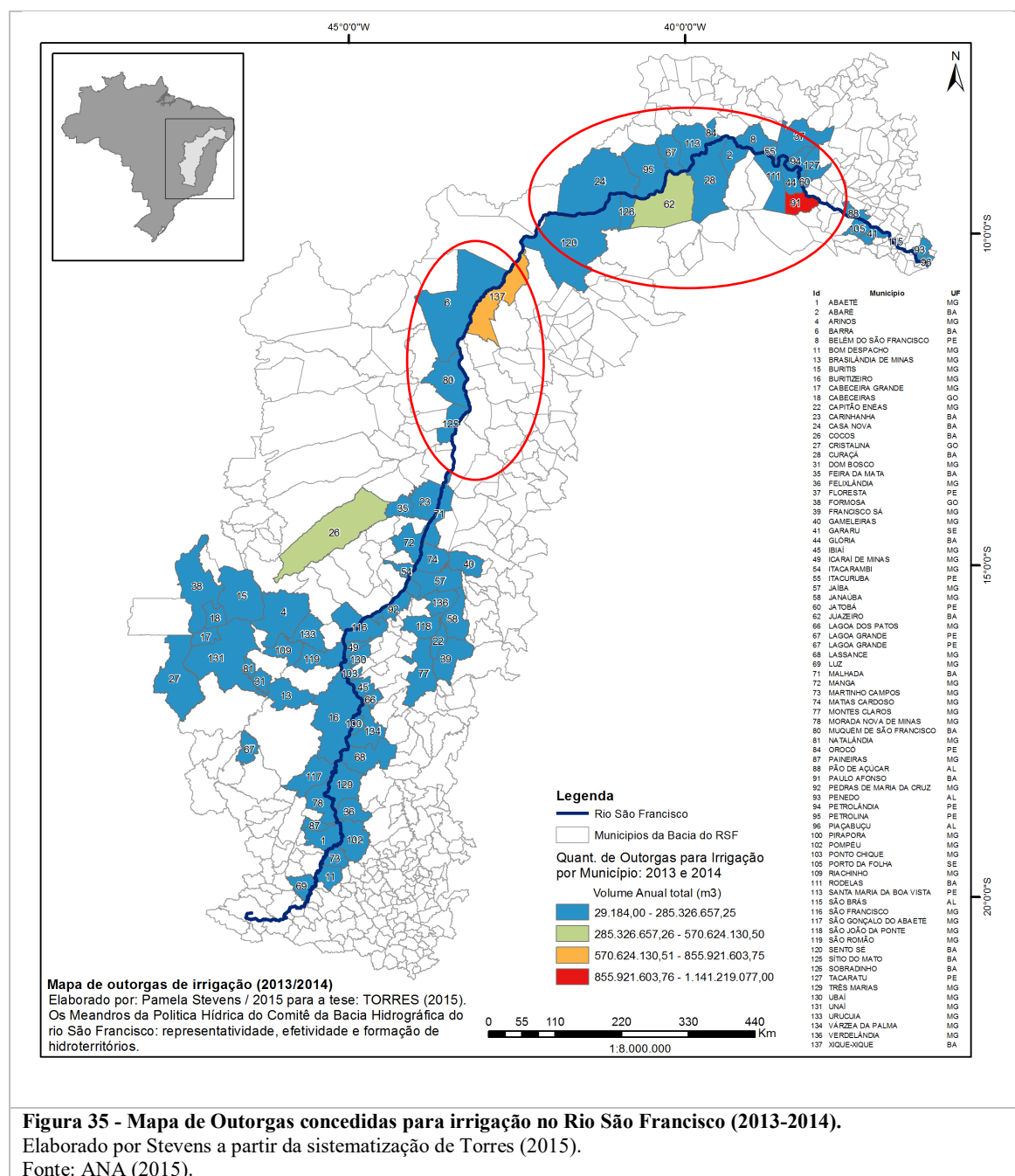


Figura 35 - Mapa de Outorgas concedidas para irrigação no Rio São Francisco (2013-2014).

Elaborado por Stevens a partir da sistematização de Torres (2015).

Fonte: ANA (2015).

Os volumes expressivos solicitados pela CODEVASF seguem o mesmo padrão dos outros canais projetados por esta empresa. As outorgas apresentam como principal finalidade, no documento de solicitação, o abastecimento humano, embora acredite-se que o grande motivador seja, de fato, o incremento de áreas para o agronegócio em detrimento dos agricultores locais, para atender à lógica neoliberal mercadológica. O exemplo do município de Canindé de São Francisco (SE), comentado na análise do mapa de 2003-2004¹¹⁹, mostra na atualidade a presença de conflitos de uso da água, resultados do não acesso à água por parte da população rural, que, por sua vez, como estratégia de resistência e sobrevivência, capta água de forma irregular dos canais de irrigação dos projetos hidroagrícolas, administrados pelo estado de Sergipe e da CODEVASF daquela localidade.

Todos estes exemplos citados podem ser considerados “laboratórios”, em uma escala menor do que venha a ser o canal do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Porém, com a presença de tensões, conflitos e resistências.

Como se pode perceber, existe um processo de concentração de outorgas para irrigação em curso na região fisiográfica do Submédio. Tal situação reforça a tese de que, ao se proporcionar mudanças quantitativas dos estoques de água de forma desigual, proporcionada pela técnica de barramento, a partir da inundação do lago de Sobradinho, os novos aportes de água resultaram na concentração de outorgas a serviço do capital e das políticas mercadológicas ligadas ao agronegócio.

Se, por um lado, parte da população foi realocada compulsoriamente para dar lugar ao lago de Sobradinho, considerado o segundo maior lago do mundo, por outro lado, possibilitou a expansão do agronegócio da fruticultura irrigada da cana-de-açúcar para a produção agroenergética, transformando esta região fisiográfica no grande celeiro do agronegócio.

A luta de classes está presente nas espacialidades apresentadas nos mapas de irrigação deste capítulo da pesquisa, em que grandes volumes de água do Rio São Francisco foram outorgados em função de interesses de domínio territorial via controle dos recursos hídricos. A dimensão dos conflitos e seus desdobramentos podem ser “previstos” quando estudadas as concessões dos volumes de outorgados por municípios, revelando a territorialidade de um conjunto de outorgas espacializadas em municípios.

A ANA, órgão responsável pelas concessões de uso da água no Rio São Francisco, emite outorgas com grandes volumes “reservados” especialmente para a CODEVASF, sob

¹¹⁹ A outorga preventiva estava sob o domínio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe.

a tutela do Ministério da Integração Nacional, sem considerar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como gestor territorial da bacia.

A aparente “efetivação” do planejamento e aplicação dos recursos financeiros, advinda da cobrança da água nesta bacia, vem regularmente sendo direcionada ao “fortalecimento” do comitê, com o objetivo de realizar reuniões da diretoria e para a realização de projetos hidroambientais nas regiões fisiográficas do Submédio e Baixo São Francisco. Estes projetos apresentam fragilidades do ponto de vista técnico, por replicar projetos executados em outros biomas. Problemas relativos à materialidade espacial de sua realização, porquanto são ações pontuais e fragmentadas, que não resultaram em aumento de volumes de água na bacia. Ademais, são problemas de ordem social, já que não existe envolvimento efetivo das comunidades “beneficiadas”, com a ausência de uma construção coletiva e pertencimento.

No próximo capítulo, buscamos apresentar de que forma vêm sendo degradados a estrutura física e o tecido social da bacia hidrográfica do Rio São Francisco ante a construção de barragens que promoveram impactos sociais e ambientais de forma irreversível, os quais serão apresentados a seguir.

CAPÍTULO 4

**O COMEÇO DO FIM: DAS HIDROELÉTRICAS E
SEU IMPACTO SOCIAL À INOPERÂNCIA DO
COMITE DE BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO NOS
TEMPOS ATUAIS**

4.0 O COMEÇO DO FIM: DAS HIDROELÉTRICAS E SEU IMPACTO SOCIAL À INOPERÂNCIA DO COMITE DE BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO NOS TEMPOS ATUAIS

Como diriam os romanos: *“Acqua e condunt urbes”*, ou seja, as *águas fundam cidades*. No caso do Rio São Francisco, a sua perenidade numa região semiárida afere condição privilegiada para atrair populações, fundar cidades e vilarejos ao longo do seu curso, desde o período colonial até a atualidade. Entretanto, consideramos que, depois dos anos 1970, esta expressão, se aplicada à bacia do Rio São Francisco, torna-se contraditória, diante do resultado das políticas promovidas para a utilização dos volumes de água da bacia como matriz de desenvolvimento regional. Afinal, uma parte da população que habitava o leito do Rio São Francisco, na região fisiográfica do Submédio, foi compulsoriamente realocada para dar lugar aos lagos das barragens construídas para a produção energética.

Neste capítulo, retomamos a época da construção das barragens de Sobradinho e Itaparica (atualmente denominada de Luiz Gonzaga) para apontar como foi feita a remoção dos desterrados nas duas diásporas das águas feitas pela CHESF, nas quais foram empregadas a força e a violência para expulsar os camponeses ribeirinhos para produzir energia. Foi necessário este resgate, para mostrar as consequências de que as políticas públicas podem ser causadoras, vislumbrando de que “não é de hoje” que a má gestão pode trazer realidades trágicas às populações atingidas. Por isso, daremos ênfase ao fenômeno de depressão coletiva percebido no município de Itacuruba (PE), detentor dos maiores índices de tentativas de suicídio e uso de psicotrópicos do país. Especialistas indicam a possibilidade de que este fenômeno seja decorrente da remoção e do longo período, de aproximadamente 10 anos, em que ficaram sem trabalho, recebendo uma verba indenizatória

Esses conflitos de ordem hídrica nunca foram tratados no comitê. Considerando a sua função de mediador, este seria o papel da entidade: compreender os grandes impactos ocorridos no passado para que eles não se repitam. Itacuruba pode ser considerado o município que aponta como a construção de barragens pode destruir uma geração de pessoas, camponeses ribeirinhos que perderam sua identidade hídrica e, por conseguinte, a lucidez. Esta pode ser a ponta do iceberg a deslindar-se, pois há uma outra barragem planejada para

o município de Pão de Açúcar (AL), bem como a usina nuclear planejada para Itacuruba (PE).

O intuito deste capítulo é apresentar e discutir as condições em que estas grandes obras foram implementadas na bacia do Rio São Francisco, de acordo com as políticas de desenvolvimento, via incremento de potencial energético e suas consequências sociais e ambientais, percebidas na segunda década do século XXI.

O primeiro registro de represamento de água para a produção de energia no Nordeste data do início do século XX, com a operação da pequena usina de Angiquinho (Figura 36). Entretanto, este modelo energético de origem hídrica foi maciçamente aplicado na região a partir dos anos 1950, cujo marco institucional se materializou com a criação da Companhia Energética CHESF, exclusiva para o Rio São Francisco.

Originalmente, as políticas datadas deste período têm o intuito de introduzir uma ordem capitalista, dita moderna, pelo Estado brasileiro, com o objetivo de transitar de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, tendo como pano de fundo a transição do Estado oligárquico para um Estado mais complexo. Segundo Oliveira (2001, p. 10),

esse marco inicial consolida-se nos limites finais do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), quando se dá a criação da CHESF, precisamente em 3 de outubro de 1945. O projeto da CHESF era pioneiro, tanto em termos regionais como setoriais, competindo com os conceitos e ideias de planejamento econômico que começavam a penetrar nas esferas governamentais brasileiras dos anos 40 e 50 [...]. O exame das condições que possibilitaram a gênese da CHESF mostra que, por meio dessa empresa, o Estado: a) introduziu uma nova ordem técnica e industrial no Nordeste brasileiro, contrastando fortemente com a linha tradicional de atuação clientelista e assistencialista por ele praticada nessa Região; b) inaugurou um novo estágio de desenvolvimento tecnológico no setor elétrico (a começar pela forma de exploração do potencial hidráulico nacional), que tem essa empresa como precursora do modelo de estatização posteriormente implantado nesse segmento econômico; e c) realizou uma pioneira ação de intervenção direta do poder público federal no campo da geração e transmissão de energia, em um setor predominantemente controlado por empresas estrangeiras e no qual sua atuação era meramente regulatória.



Figura 36- Usina de Angiquinho (2014).
Fonte: Torres (2013).

A “nova era” das políticas direcionadas para o Nordeste dos anos 1940-1950 vem atender a uma delimitação espacial específica, com o objetivo de combater os longos períodos de estiagem na área denominada de *polígono das secas*, viabilizando a criação de uma “infraestrutura institucional” com vistas a implementar ações governamentais às vítimas das secas. Assim, foram criadas várias instituições para o Nordeste, como a CHESF, em 1945; o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca¹²⁰ (DNOCS), em 1945; a Comissão do Vale do São Francisco¹²¹ (CVSF), em 1948; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952 e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em dezembro de 1959.

A criação do CVSF foi inspirada na experiência exitosa do modelo “hídrico” de desenvolvimento adotado pela organização denominada *Tennessee Valley Authority* (TVA), considerada a primeira concretização de planejamento regional do governo norte-americano, que norteou “[...] o crescente entusiasmo mundial pelo desenvolvimento integrado de bacias fluviais, despertado pela experiência do TVA” (ROBOCK, 1964, p. 95).

Por um lado, tem-se a necessidade do “Estado Novo”: promover a expansão de oferta energética para o Nordeste. Por outro, tem-se a vertente hídrica de desenvolvimento da agricultura irrigada, viabilizada por políticas públicas nos anos 1940, embora de forma mais

¹²⁰ Em 1909, foi criada a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que deu origem a DNOCS.

¹²¹ Posteriormente denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em 1974.

contundente a partir de 1970. Sobretudo porque, nessa década, foi realizada uma gama de investimentos para incrementar a produção energética, estimulando o investimento privado e a produção de riquezas na região Nordeste, onde a prosperidade econômica estava atrelada aos períodos anticíclicos de estiagem profunda.

Dentro desse contexto, vislumbra-se um primeiro choque social, a partir do qual se instala uma luta de classes desencadeada a partir do uso da água para a produção de energia, vinculada, a posteriori, às políticas promotoras de polos hidroagrícolas, em virtude dos novos volumes de água existentes nos lagos das represas, situadas na região fisiográfica do Submédio. Literalmente, a presença de maiores volumes hídricos afundou as cidades, transformando a região hidrográfica do Submédio em uma “mancha irrigada”. Para as populações compulsoriamente realocadas, fizeram-se “vazios de políticas”.

O Estado, para viabilizar os projetos hidroagrícolas, rompeu com as populações beradeiras, o que concerne à questão de garantir seus direitos de uso da água por meio de políticas públicas, causando mudanças nas formas de reprodução e produção de tal população, pautadas na agricultura camponesa e na pesca artesanal às margens do rio, de onde retiravam o sustento familiar. Isto distanciou essas comunidades da sua lógica de pertencimento. Como mostra Thomaz Júnior (2011, p. 15), “[...] as práticas socioculturais que envolvem diretamente as comunidades à memória da terra, ou seja, a terra vista não como mercadoria, mas sim território de vida, da própria existência, o que significa que, ao perdê-la, perde-se juntamente a possibilidade de existência”.

Dessa forma, em decorrência das decisões macroeconômicas, foi imposta uma série de barramentos para a produção de energia na região Nordeste, no rio de maior caudal na bacia do São Francisco. A concretização dessas obras pela CHESF trouxe consigo um legado de impactos socioambientais, o qual não foi contabilizado na época de sua instalação majoritariamente porque se tratava de um momento ditatorial, de um Estado militarizado, conjugado com a ausência de aparato legal ambiental. Em seus quase 70 anos de criação, a CHESF¹²² já concluiu 14 usinas, nove delas na calha do Rio São Francisco¹²³, que desalojaram mais de 140 mil pessoas. O principal objetivo foi a produção da energia para garantir as demandas do Nordeste. Em seguida, veio a irrigação dos projetos hidroagrícolas de fruticultura para exportação da CODEVASF.

¹²² Atualmente, a CHESF é a maior estatal geradora de energia do país, com 10,7 mil megawatts de potência (ELETROBRAS, 2015).

¹²³ Já existem estudos para viabilizar mais duas usinas, a de Pão de Açúcar (AL), a jusante de Xingó, e entre Sobradinho e Itaparica, nas comunidades de Pedra Branca, Riacho Seco, Ilha Redonda, Cerca de Pedra.

Uma série de usinas foram implantadas pela CHESF desde 1949, a partir da construção da Usina Piloto de Paulo Afonso I, que são apresentadas no Quadro 11 em sequência cronológica. Entretanto, optamos por analisar o processo de implantação e realocação compulsória promovido pela construção das usinas de Sobradinho e Itaparica, causadoras do deslocamento de um maior contingente de pessoas. A escolha dessas usinas também oferece suporte ao desvendamento dos desmandos da política energética e dos políticos dotados do poder de direcionar investimentos à promoção de políticas regionais de crescimento econômico. Tais políticas enxergavam os antigos habitantes das margens do Rio São Francisco como “entraves” à concretização de grandes obras de produção energética. A prova desta afirmativa se sustenta na ausência de estratégias e ações relativas ao deslocamento das populações das áreas alagadas. O Estado sequer pensou em prever em seu planejamento os deslocamentos que iriam ocorrer decorrentes da formação dos reservatórios das duas usinas.

USINAS HIDRELÉTRICAS NO RIO SÃO FRANCISCO - EM ORDEM CRONOLÓGICA DE CONSTRUÇÃO E INÍCIO DE OPERAÇÃO					
Usina Hidrelétrica	Início de Operação	Tempo de residência das águas no reservatório	Área do reservatório km ²	Potência (MW)	Empresa
PAULO AFONSO PILOTO					CHESF
PAULO AFONSO I	1955	8 dias		180	CHESF
TRÊS MARIAS	1963			396	CEMIG
PAULO AFONSO II	1965	8 dias		445	CHESF
PAULO AFONSO III	1968	8 dias		800	CHESF
PERÍODO 1978-1987					
APOLONIO SALES/ MOXOTÓ	1978	5 dias	89	400	CHESF
SOBRADINHO	1978			1.050	CHESF
PAULO AFONSO IV	1980	5 dias	15	2.460	CHESF
PERÍODO 1988-1993					
ITAPARICA	1988	2,4 meses	834	1.500	CHESF
PERÍODO 1994-2001					
XINGÓ	1994	16 dias	60	3.000	CHESF
PAULO DE AÇUCAR (a construir)	(2015) previsão			330	CHESF

Quadro 11 - Cronologia da implantação das Usinas Hidroelétricas na Bacia do São Francisco.
Fonte: ANA; GEF; PNUMA, OEA, (2004).

A Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) dá início à construção da barragem de Sobradinho em setembro de 1971. A obra da CHESF fazia parte do V Plano de Expansão do Sistema, justificado como a solução dos problemas de variação de descarga para operação das usinas de Paulo Afonso por causa dos períodos sazonais de cheias e secas. O processo de licitação para construir o canteiro de obras e residências necessárias para fixar mão-de-obra especializada só aconteceu no ano seguinte.

No início do ano de 1972, a Chesf lançava o edital de pré-seleção para a execução dos serviços e obras de construção do acampamento do projeto Sobradinho que compreendia entre outros itens a construção de mil residências para trabalhadores casados e alojamentos para dois mil e duzentos trabalhadores solteiros (SILVA, 2009, p. 249).

Parte dos investimentos necessários para a construção de Sobradinho foi financiada com capital estrangeiro. Faziam parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento - (PND) para a promoção do crescimento econômico do país.

O represamento parcial das águas teve início em dezembro de 1976, exigindo a desocupação de $\frac{1}{3}$ da área do reservatório. Até o início do enchimento do lago, passaram-se sete anos. A conclusão da obra deu-se em janeiro de 1978. Ademais, para a represa de Sobradinho, todos os quantitativos foram gigantescos:

- O lago passou a ser considerado o segundo maior lago do mundo, só perdendo para o Lago Titicaca, localizado na fronteira do Peru com a Bolívia;
- A Represa de Sobradinho é considerada a maior do mundo em espelho d'água, com 4.214 Km² e 350 Km de extensão;
- Para sua concretização, foram expropriadas cerca de 26 mil propriedades, acarretando o deslocamento compulsório de mais de 72 mil pessoas.

A implantação da UHE Sobradinho resultou na inundação de uma área em torno de 4.214 Km², deixando submersas extensões de terra situadas nos municípios ribeirinhos de Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barra. Em termos de população urbana, foram construídas novas sedes municipais de quatro cidades: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, assim como houve redistribuição de terras, como compensação por parte das propriedades rurais submersas (PEREIRA, 1987, p. 11).

No dia 25 de abril de 1975, o presidente Ernesto Geisel assina o Decreto n. 75.658, declarando área de interesse social para fins de desapropriação dos imóveis rurais, com 257.500 ha. Em 30 de junho de 1975, a Portaria INCRA/P/n. 939, cria “o Grupo de Trabalho para proceder o levantamento e avaliação da terra nua, benfeitorias e culturas, abrangidas pelo Decreto nº 75.658/75, que culminou com a desapropriação de 7 grandes fazendas [...]” (INCRA, 1994, p. 03).

Sigaud (1996) apontou que a desorganização foi uma das principais razões para a população não se posicionar no enfrentamento, oferecendo resistência à consecução da obra. A pesquisadora aponta as três alternativas arbitrariamente elencadas pela CHESF para os relocados de forma compulsória. Para ela,

se os efeitos desastrosos para a população eram solidários à própria decisão de construir Sobradinho, o destino que seria dado à população da área **não estava pré-determinado**, como podem fazer crer documentos recentes da CHESF, nos quais se afirma que após a constatação, através de estudos, do **desejo de mais de 50% da população em permanecer na área "ofereceram-se" três alternativas**: a borda do lago, o Projeto de Colonização da Serra do Ramalho e a emigração para fora da região. No ano em que se decide a construção de Sobradinho, a CHESF ainda não sabia como administrar o esvaziamento da região, como fica caro na já mencionada carta do Diretor de Obras, datada de 1972. Neste documento, o que aparece é a alternativa de instalação da população na borda do lago, a qual é considerada problemática (em virtude da aridez das terras, do tempo que demandaria para a formação da vazante para uso agrícola, das dificuldades de acesso à água pela depleção periódica do reservatório, etc.) porém provavelmente inevitável. [...]. Fica, portanto, claro que pelo menos até julho de 1972 (data da carta), quando o canteiro de obras já havia sido instalado, não se dispunha de alternativas concretas para a população (SIGAUD 1996, p. 21-22. Grifos nossos).

A própria CHESF admite que mais da metade da população que seria relocada não tinha interesse de sair da borda do lago. Como também ficou evidente que a “última prioridade” do projeto foi planejar a remoção das pessoas que estavam ali.

O estudo intitulado *Do que as águas não cobriram tempo, espaço e memória*, feito em 1992 pelo sociólogo Ruben Alfredo de Siqueira, revela outra linha de abordagem que, por sua vez, contempla a reação dos camponeses ao deslocamento compulsório. O pesquisador afirma que, mesmo em período de ditadura militar, houve um movimento de resistência das populações atingidas pela Barragem de Sobradinho. Na interpretação de Siqueira (1992 apud ESTRELA, 2004, p. 33), “os camponeses-ribeirinhos confrontaram o Estado, numa resistência que resultou na criação de mais de uma dezena de ‘núcleos de reassentamentos’, e na permanência de parte do grupo que se localizava na borda do novo lago”. Esses camponeses buscavam reconstituir sua condição de vida beradeira.

O reassentamento involuntário, em função da formação do lago da usina hidroelétrica de Sobradinho, atingiu cerca de 10.500 famílias, sendo 6.100 pequenos agricultores; dentre eles, 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. O Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues de Souza, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Câmara Federal em 7/5/1981, relatando as arbitrariedades praticadas na remoção.

Na pressa de convencerem as pessoas a deixarem a região (“limpar a área”, dizia o pessoal da CHESF), usavam frequentes vezes de pressões e ameaças ao povo: “Ou aceita essa indenização ou perderá tudo debaixo d’ água”. “Se vocês não quiserem sair, virá o Exército, virão os tratores da CHESF”. “Se você não derruba a cerca, meto-lhe o pé na b...” (SOUZA, 1981, p. 07).

Os jornais locais anunciavam o destino da população atingida, traçado em prol do dito “progresso” regional. A realocação involuntária do meio rural teria um tratamento fragmentado. Grande parte deveria ir para um assentamento, providenciado pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a mais de 700 Km da sua origem à beira do lago.

Das 11.853 famílias atingidas pelas obras, 3.234 tinham procedência dos tradicionais centros urbanos de Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova. As 8.619 restantes eram do meio rural. A expectativa da Chesf era de que, destas últimas 5.000 iriam para a Serra do Ramalho, 1.500 permaneceriam nas proximidades do futuro lago e as restantes 2.119 adotariam soluções próprias, seguindo para áreas para-rurais (pequenos núcleos rurais nas vizinhanças das novas cidades) ou para outras regiões. Mas, tal expectativa reverteu-se e os dados atuais revelam que somente 1.000 estão na Serra do Ramalho, 2.000 nos núcleos para-rurais e o restante constitui hoje o maior problema social do interior, com amplas irradiações sobre outras áreas do Estado (JORNAL A TARDE, caderno 2, 3 jun. 1980).¹²⁴

A Igreja teve um papel fundamental, como porta-voz da reivindicação por melhores condições para a população relocada compulsoriamente. Se, por um lado, o país passava por uma expansão da fronteira agrícola, por outro lado, essa expansão estava correlacionada à concentração e “confisco” de terras pelos grandes proprietários, numa estratégia que percorria várias vias, desde a grilagem até a coerção para expulsão ou compra de terras com valores abaixo do real. De acordo com Silva (2009, p. 244),

a Igreja opunha-se fundamentalmente à forma da penetração do capitalismo no campo, que na sua ação devastadora, matava e expulsava homens de suas terras, e

¹²⁴ “SOBRADINHO: autoritarismo não domou o homem”. **Jornal A Tarde**, 3 jun. 1980. Caderno 2.

falava abertamente em redistribuição da riqueza – a terra. [...]. Concomitante ao processo de concentração e ocupação de terras por grandes empresários e proprietários, no período militar, acelerava-se, também, a violência e a repressão contra toda e qualquer manifestação de oposição aos interesses do Estado. A combinação entre política agrária voltada para os interesses empresariais e repressão por parte dos militares levou a oposição de setores da Igreja ao Estado.

Na época, Dom José foi ameaçado de morte, difamado pelas oligarquias locais como subversivo e acusado de ser contrário ao projeto de desenvolvimento traçado pelo regime militar. Segundo Silva (2009, p. 242),

no município de Juazeiro (BA) registra-se uma experiência de participação da Igreja junto à população local que evidenciou a opção preferencial pelos pobres e a opção por uma Igreja libertadora. Tratou-se da instalação da barragem e usina hidrelétrica de Sobradinho, empreendimento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que ao deslocar setenta e duas mil pessoas, para a implantação do projeto, gerou um grave problema social ao desarticular relações de parentesco e vizinhança, cultura e, sobretudo, as atividades produtivas da população rural.

Bomfim (1999), diferentemente do que afirma Siqueira (1992), assevera que o baixo nível educacional e a desinformação da população afetada fizeram com que esses trabalhadores rurais, agricultores e posseiros sofressem em silêncio, já que não havia organização e representação sindical para representá-los na época da censura e da repressão. Desse modo,

a impotência dos trabalhadores rurais frente ao poder descomunal da "*besta-fera*", como denominavam a CHESF, referindo-se ao monstro do Apocalipse, e a total incapacidade da participação dos camponeses expulsos na co-determinação do seu destino, levam a que o movimento organizado atual dos camponeses se ressinta daquele passado ou das memórias que dele se produzem, relegando-o à passividade e à submissão. O que explica que uma obra considerada de interesse nacional executada por uma empresa pública se faça sob o signo do terror? Para responder, é preciso que se considere a conjuntura político-econômica que se desenvolvia à época, propiciando as ideias, os interesses e as práticas que configuraram a decisão de construir a barragem de Sobradinho, o modo como ela foi imposta e o discurso com que se pretendeu justificá-la (BOMFIM, 1999).

Os beraderos, sem título legal da terra, que habitavam as margens do São Francisco e foram expulsos por conta da construção do lago de Sobradinho, terminaram sendo vitimados pela destruição da relação vital que tinham com o rio. Estrela (2004, p. 149) afirma que,

no caso específico dos expropriados de Sobradinho, todas as bases materiais, as relações e os referenciais simbólicos nos quais estava assentado o modo de vida

do *beradero sanfranciscano* foram brutalmente destruídos, sinalizando um processo de desterritorialização e desenraizamento bastante pronunciado.

Em uma pesquisa feita antes da remoção, foi revelada a relação do modo de vida camponês-ribeirinho, o qual denominamos de beradero¹²⁵, com a “terra molhada” da beira do rio. Conforme Siqueira (1992 p. 174),

pesquisa realizada em 1973 pela Hidroservice, sobre os locais de cultivo da população ribeirinha dá conta de 40% dos 202 entrevistados cultivando somente as “ilhas”, nos quatro municípios; e 40,7% combinando “ilhas” e outros locais: “terra firme” e “caatinga” (5%). Desta forma, 80,7% dos camponeses dependiam das “ilhas”. A “terra firme” era procurada por 48,6%, sendo que 14,8% dependiam somente dela, 26,3% a combinavam com as “ilhas”, 5% com as “ilhas” e com a “caatinga” e 2,5% com a “caatinga”. Conclui-se que os locais possíveis de cultivo “de vazante” (e/ou de “chuva”, conforme as chuvas e as “cheias”) eram utilizados por 98% dos camponeses (80,7%+14,8%+2,5%).

Das três opções dadas para os que seriam realocados, somente uma parcela de 1.426 famílias tiveram a alternativa de ficar na beira do lago. As demais foram realocadas para o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR), distante 700 Km da sua originária vida de beradero, na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA).

Sigaud (1987) afirma que esse pequeno contingente de pessoas na beira do lago ocorreu por dois motivos. O primeiro deles se refere aos custos onerosos da compra de equipamentos necessários para a irrigação da beira do lago, que ficaria sob a responsabilidade da CHESF, única forma de proporcionar um maior contingente populacional na borda. O segundo se deu porque a CODEVASF considerava economicamente inviável beneficiar com projetos de irrigação pequenos agricultores praticantes da agricultura de subsistência e sem perspectivas comerciais. Entretanto, em uma pesquisa da ARCARDA (hoje EMATER-BA), neste período, sobre o levantamento socioeconômico, verificou-se que 60% dos vendedores da feira de Casa Nova (BA) eram produtores.

¹²⁵ Cabe informar ao leitor que esta denominação foi amplamente utilizada por outros pesquisadores aqui citados, como fontes essenciais para melhor compreender a vida dos beraderos antes, durante e depois da implantação das grandes barragens. Nas *considerações iniciais*, foram citados alguns deles. Porém, os “clássicos” adotaram a categoria “campesinato”, denominando de camponeses ou camponeses-ribeirinhos os sujeitos de suas pesquisas. Dentre esses autores, destacamos Lygia Sigaud (1987), Ghislaine Duque (1984) e Rubem de Siqueira (1992), apesar de apontarem o termo beradero como uma identidade citada e autodenominada pelos camponeses-ribeirinhos. Já Estrela (2004) tem como sujeito/objeto a vida beradera antes e depois da realocação para construção da usina de Sobradinho.

Examinando as razões que levam o INCRA a optar por Serra do Ramalho e a ANCARBA a só admitir 1.426 famílias na borda do lago, verifica-se que o **argumento definitivo foi o fato de que tanto a periferia do reservatório quanto a região de Sento Sé, apontada pela própria CHESF ao INCRA como podendo abrigar a população, requeriam, para se tornarem "produtivas", pesados investimentos em irrigação.** No caso de Sento Sé, e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) o sucedâneo da Comissão do Vale do São Francisco, que **veta a área sob a alegação de que havia reservado a região para projetos de alto rendimento.** No caso da borda do lago, o parecer da ANCARBA restringindo o acesso a 1/4 das famílias estava baseado no fato que esse era o número limite de instalação sem irrigação. Essa incompatibilidade entre a solução irrigada e a população da área nos leva, em primeiro lugar, a uma reflexão a respeito do modo como essa população era percebida pelos técnicos do Estado, percepção essa que parece ser o suposto de muitas das decisões tomadas. Mais uma vez é preciso recorrer à já citada carta do Diretor de Obras da CHESF, na qual sua visão da população é expressa através da concepção que faz da figura do "barranqueiro" típico, segundo ele, da região. Trata-se, de acordo com a certa, de **um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, autossuficiente, analfabeto**, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo” (SIGAUD, 1987, p. 24. Grifos nossos).

Em um documento da CHESF datado no ano de 1980, a companhia contabiliza um contingente de 11.853 famílias, incluindo a zona urbana e rural, que foram atingidas e deslocadas com a construção de Sobradinho (SIGAUD, 1987). No quadro síntese apresentado na tese da autora acima citada, ela comenta a respeito de uma das opções de saída dessas famílias da área para a formação do lago, denominando e sistematizando os dados como “solução própria”, para todos os casos tratados individualmente pela CHESF. Em geral, essa negociação individualizada ocorreu com os “catingueiros”, que teriam sua moradia alagada pela formação da barragem. Sigaud (1997) afirma que as 2.282 famílias interessadas em realizar a negociação receberam a passagem e uma indenização pelos bens que possuíam. Foram realocadas para a sede das novas cidades na borda do lago 3.851 famílias. Foram inclusas neste total 974 famílias que habitavam a zona rural das cidades inundadas. Já para o PEC-SR, foram realocadas 1.026 famílias (Quadro 12).

LOCAL DE ORIGEM		BORDA DO LAGO				"SOLUÇÃO PRÓPRIA"			PEC SR	FALECIDO E DESTINO IGNORADO	TOTAL GERAL
		NOVAS CIDADES	NÚCLEOS	CAATINGA	SUBTOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUBTOTAL			
ÁREA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	35	1	-	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	29	2	9	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	PILÃO ARCADE	284	-	-	284	22	16	38	3	3	328
URBANA	SUBTOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
ÁREA	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
RURAL	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	PILÃO ARCADE	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	SUBTOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
	%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	2,10	100
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	11.853
%		32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	2,21	100

Quadro 12- Destino das famílias atingidas pelo reservatório de sobradinho e reassentadas pela CHESF.
Fonte: CHESF (1980, p. 19 apud SIGAUD, 1987, p. 32).

A resistência não se deu apenas no processo de remoção das famílias da beira do rio, que fez o INCRA e a CHESF repensarem suas estratégias. Ela ocorreu também por parte dos que tiveram suas terras indenizadas em Bom Jesus da Lapa, precisamente na Serra do Ramalho, para a formação do PEC-SR. Pereira Filho (2013) comenta:

[...] das quatro mil previstas, pouco mais de mil realmente foram. E dessas, grande parte não quis ficar em Serra do Ramalho, retornando para a região de Sobradinho ou partindo para outros estados. O projeto foi um fracasso e o INCRA, para não perder o investimento, redirecionou sua política, no final de 1977. O PEC-SR transformou-se numa válvula de escape da política fundiária do Instituto, que passou a anunciá-lo como alternativa para camponeses do Brasil inteiro que quisessem um pedaço de terra [...] resistência da população também se deu, de forma contundente, em Serra do Ramalho. E se em Sobradinho a CHESF precisou repensar a permanência dos camponeses na borda do lago, em Serra do Ramalho, o INCRA, também necessitou repensar, principalmente, as áreas de reserva. O processo de desapropriação foi bastante turbulento. **Muitos grandes proprietários reclamaram, na justiça, o valor das indenizações. Vários pequenos proprietários e posseiros não saíram de suas terras, mesmo tendo recebido indenização.** Além disso, principalmente depois do redirecionamento do Projeto, na década de 1980, posseiros do entorno da área desapropriada começaram a ocupar os terrenos destinados à reserva. Houveram intensos conflitos entre esses que chegavam e os que já viviam na região. Com o tempo, o INCRA reconheceu as ocupações e passou a construir assentamentos nestas áreas (PEREIRA FILHO, 2013, p. 57. Grifo nosso).

Uma das nossas inquietações ao estudar este fenômeno de realocação compulsória das populações que habitavam as margens a serem alagadas pelo enchimento do lago de Sobradinho foi o questionamento da remoção se dar para terras tão distantes da origem de tais populações. Marcelo Bursztyn, em seus estudos, revela a causa: as terras pertenciam ou pelo menos declaravam pertencer ao alto escalão de governo. Segundo o autor,

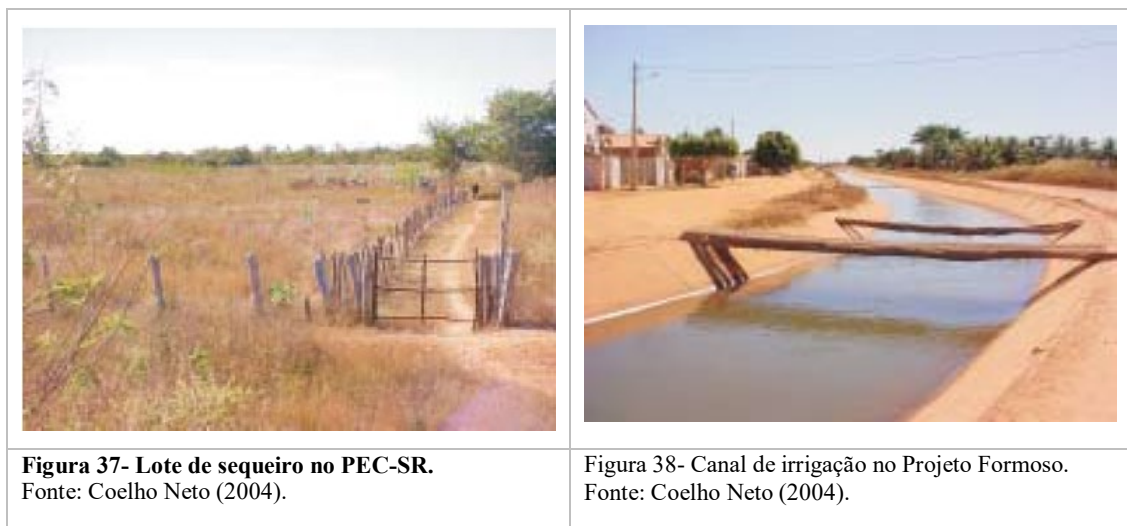
as terras, situadas nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, entre a Serra do Ramalho e o Rio São Francisco, **tinham uma situação jurídica pouco clara**. A área incluída naquele primeiro município era dominada por três proprietários: Luís Viana Filho (**então presidente do Senado Federal**), Ângelo Calmon de Sá (**então Ministro da Indústria e Comércio**) e **General Guilherme da Fonseca** (cujas terras estavam em nome de terceiros). Só os dois primeiros afirmavam possuir 180.000 ha, mas a titulação encontrava-se em situação irregular: o primeiro só dispunha de documentação referente a 17.000 ha e o segundo, a 5.000 ha (BURSZTYN, 1988, p. 23. Grifos nossos).

O projeto especial de colonização da Serra do Ramalho foi concebido com um plano de “urbanismo-rural”, baseado nos moldes lote/agrovila. Foram desapropriados 257 mil ha pelo INCRA, divididos em quatro eixos. O eixo um composto pelas agrovilas: 1, 3, 5, 7 e 9; o eixo dois comportava as agrovilas 2, 4, 6, 8, 10, 11, 21 e 22; o eixo três abrigava as de número 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e o eixo quatro, as de 19 e 20, além da agrovila 23, que se encontra encravada no sopé oriental da Serra. Por fim, as agrovilas 15, 16 e 23, localizadas no município de Carinhanha (ESTRELA, 2004).

Para os que foram à Serra do Ramalho, a segregação socioespacial ficou materializada na forma em que estes sujeitos foram fixados na PEC-SR. Na visão dos técnicos, os “desterrados” de Sobradinho eram considerados pessoas atrasadas, pobres e sem capacidade técnica para lidar com a irrigação. Destarte, eles as subjugaram a uma área de “sequeiro”, sem acesso a projetos de irrigação. Esta determinação se mantém até a atualidade na Serra do Ramalho. Coelho Neto (2006) efetuou um estudo comparativo entre dois projetos voltados para a produção agrícola na Bahia, o PEC-SR e o Projeto Hidroagrícola Formoso. Separados apenas pela BR-349, os dois projetos assumiram características bem distintas.

O PEC-SR, situado em área pensada numa perspectiva de visão empresarial, inicialmente destinada ao projeto hidroagrícola de Formoso, transformou-se em um projeto de colonização de área de sequeiro, sem acesso à tecnologia da agricultura irrigada. Impôs-se a presença clara de uma assimetria de política hídrica: de um lado, o acesso a lotes irrigados do projeto Formoso, representação inequívoca da presença do capital e da assessoria do Estado; do outro, o PEC-SR, moldado em lotes simétricos de sequeiro,

desconsiderando as diferenças de topografia e de solos, como se cada lote fosse igual. As casas se localizavam em agrovilas, distantes em média 3 Km da área de plantio em sequeiro, o que dificultava o acesso da moradia ao trabalho (Figuras 37 e 38).



Entretanto, a ida para o PEC Serra do Ramalho não significava acesso à água. Para os que conseguiram permanecer na Serra do Ramalho possuindo um lote de sequeiro, a saída foi vender a única mercadoria que possuíam, sua força de trabalho, tornando-se mão-de-obra no projeto Formoso, intensivo em capital e comprador da mercadoria trabalho. Vários lotes do PEC-SR ficaram vazios ou foram remanejados para qualquer sem-terra que se dispusesse a ficar pagando pelo pedaço de terra de sequeiro.

A respeito da assimetria de acesso aos lotes irrigados e a origem da contratação de mão-de-obra, cabe ressaltar que a área destinada ao PEC-SR possuía um estudo para tornar os lotes irrigados, enquanto ainda pertencente à área do Projeto Formoso. Essa possibilidade foi descartada quando o perímetro foi destinado, a posteriori, para o projeto de colonização de Serra do Ramalho. Ficou clara a presença de estratégias que beneficiam o capital e prejudicam os trabalhadores, de forma assimétrica.

A leitura das paisagens de Serra do Ramalho e o Perímetro Irrigado Formoso revelam os diferentes objetivos das políticas destinadas à área rural e a relação entre ambos será melhor analisada adiante. Demonstra, também, que o Estado não complementa o circuito de seus investimentos ao implantar um projeto de colonização em região semiárida e às margens de um rio sem efetivar a utilização de irrigação. Em Serra do Ramalho, hoje, predomina a agricultura de sequeiro e uma grande ociosidade das terras, apresentando carência de empregos e de serviços sociais básicos (GERMANI et al., 2007, p. 95).

A política de irrigação no Vale do São Francisco aponta para um processo de seletividade e concentração de lotes. “Muito do que havia sido prometido não foi encontrado por ocasião da chegada no PEC-SR” (BURSZTYN, 1988, p. 24). Estrela (2004) denominou os que voltaram de “arrependidos”, e estes não foram poucos. Sigaud (1996) afirmou que os beraderos consideravam a ida para a Serra do Ramalho um “aprisionamento”, pois o rio tinha seu “valor social”, construído por um saber coletivo transmitido por gerações. Em decorrência do choque de aprisionamento, muitos retornaram para as periferias de suas antigas sedes, especialmente Casa Nova (BA).

Na concepção territorial patrimonialista, o conceito de “atingido” por barragem reconhece como vítima apenas aqueles que possuem o título de propriedade da terra. Os posseiros, meeiros, ocupantes em geral constavam apenas nos planos de desocupação. Quando indenizados, o foram apenas em casos de benfeitorias.

No Brasil, mas não apenas, por longo tempo, a implantação de grandes empreendimentos, em particular de projetos hidrelétricos, operou com o que se pode chamar de abordagem ou estratégia territorial patrimonialista. A perspectiva e a ação do empreendedor, neste caso, são determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área. Seguindo a tradição do direito brasileiro que, quando reconhecido o interesse público do empreendimento, concede ao empreendedor o direito de desapropriação, durante largo período as empresas do Setor Elétrico limitavam-se a indenizar os proprietários das áreas a serem inundadas (VAINER, 2003, p. 02).

Um aspecto positivo resultante da resistência dos beraderos de Sobradinho. Ainda que esta resistência tenha sido timidamente traçada, diante das condições promovidas para expulsá-los e transformá-los em “colonos” nas novas terras, no entanto, o que ocorreu foi a emancipação de Serra do Ramalho, que hoje é município baiano. A emancipação política deste município concretiza-se como uma primeira vitória dos camponeses ribeirinhos, logrando êxito mesmo a despeito do descaso e da falta de planejamento.

A Agrovila 9 abrigaria a administração do projeto e a cooperativa. Entretanto, somente a Agrovila 9 disponibilizaria os serviços previstos. Em 1989, com a emancipação da Agrovila 9, esta passou a denominar-se Serra do Ramalho, numa analogia à serra homônima que circunda a região.

Se o movimento camponês de resistência foi concebido com fragilidade, diante da inesperada expulsão do local onde moravam e da violência sofrida no período de construção da barragem de Sobradinho, as reivindicações desencadearam um processo de mediação política da classe trabalhadora (camponesa) com o Estado (representado pela CHESF), no

qual os camponeses se colocavam contra a construção de novas barragens, à medida que a remoção compulsória era socialmente percebida como a própria barbárie.

O processo de organização da classe trabalhadora, configurado pela resistência à construção de novas barragens, será abordado no tópico a seguir.

4.1 A segunda expulsão dos desterrados: o Estado como mediador do capital no processo de construção da hidroelétrica de Itaparica

Na segunda investida do Estado para ampliar a produção de energia na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, os camponeses ribeirinhos já sabiam o que os esperava, pois a CHESF já havia quebrado promessas e compromissos firmados com os desterrados da barragem de Itaparica. Por esse motivo, os camponeses ribeirinhos se organizaram em sindicatos, no intuito de ter seus direitos minimamente garantidos durante e após a nova remoção da área a ser alagada. A luta por terra “molhada” foi protagonizada pelos camponeses ribeirinhos, situados no entorno da área a ser alagada para a formação do lago da Hidrelétrica Luiz Gonzaga, também conhecida como “Barragem de Itaparica”. A CHESF apostou novamente na estratégia violenta de expulsar os camponeses ribeirinhos, arquitetando a remoção compulsória em um “descaso planejado”.

Descaso planejado é uma designação aqui empregada para descrever uma sensação que persistentemente acompanha a experiência de interagir com os agricultores diante desse megaprojeto de desenvolvimento. É um termo que reconhece que, mais vezes que não, projetos destas dimensões prejudicam quem reside próximo aos locais destinados para a sua implementação. Detalhe traz detalhe, aparecem ambiguidades múltiplas que, quando cuidadosamente examinadas, criam um padrão de prejuízos maiores para os que são mais fracos, por mais bem organizados e apoiados que estejam. Aponta para as relações entre uma miríade de agentes sociais que se mobilizam para negociar em torno de objetivos estruturalmente conflitantes, cada lado procurando convencer aos outros que seu argumento é mais consistente e seus interesses mais nobres. É a descrição mais sucinta que encontro para descrever a observação da condição de agricultores que se tornaram atingidos e depois reassentados antes, durante e depois da construção da barragem Luiz Gonzaga nos anos oitenta. O rio virou lago, cumprindo simbolicamente a profecia, repetida na boca do povo, do Sertão virar mar. Dezenas de milhares de habitantes da beira do Rio São Francisco tiveram a sua vida profundamente alterada em nome da melhora alheia. (SCOTT, 2009, p. 09. Grifo nosso).

Localizada no Vale do São Francisco, na região fisiográfica do Submédio, entre os municípios de Glória (BA) e Petrolândia (PE), a usina hidroelétrica de Itaparica foi projetada com a capacidade de geração de 2.500 MW, distribuídos em 10 turbinas geradoras de 250 MW cada. Contudo, só foram concretizadas seis turbinas, com a capacidade instalada total

de 1.500 MW. O seu reservatório se estende até a cidade de Belém do São Francisco (PE), ocupando uma área de 834 Km², com a cota de 304 metros de nível máximo de represamento. Foram alagados 165 Km² de terras produtivas para a formação do lago, provocando impactos sociais e econômicos à região (PIMENTEL FILHO, 1988).

A obra de Itaparica foi orçada em US\$ 1,4 bilhão. O custo do reassentamento correspondia a aproximadamente 25% desse valor, o que significa US\$ 300 milhões, assim distribuídos: US\$ 70 milhões para as cidades, US\$ 100 milhões para o setor rural e US\$ 130 milhões para os projetos de irrigação. Desse total, o Banco Mundial financiou cerca de US\$ 150 milhões (PIMENTEL FILHO, 1988).

Em julho de 1979, foi dado início à construção da barragem de Itaparica. A obra durou nove anos até o início da operação da usina, em 1988. Estima-se que na área alagada, eram cultivadas cerca de 200 mil toneladas de alimentos por ano (BOMFIM, 1999).

O lago da usina atingiu os municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e os de Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia (Figura 39). Dentre eles, três cidades foram totalmente alagadas e reconstruídas em outra localidade, a saber: Rodelas (BA), Petrolândia e Itacuruba (PE).



Figura 39 - Região atingida pela construção da barragem de Itaparica.
Fonte: CHESF (1986).

A realocação da população dos municípios atingidos pela obra foi feita pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), por meio de reassentamento rural e construção de novos núcleos urbanos. Essa transferência involuntária pode ser considerada como a segunda Diáspora das Águas, pois foram realocadas 10.500 famílias, aproximadamente 45 mil pessoas. Dentre as quais, 4,6 mil famílias eram da zona urbana e 5,9 mil da zona rural. Entre estas últimas, havia ainda 211 famílias indígenas da tribo Tuxá.

Mesmo com as arbitrariedades empreendidas pela CHESF para o deslocamento compulsório das populações, a resistência foi bem acirrada, proporcionada pelo conhecimento prévio do que havia ocorrido em Sobradinho, somado à organização da classe trabalhadora no sindicato de base da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e da criação do Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco (POLO SINDICAL), em fevereiro de 1979, que reuniu os sindicatos da categoria na região.

Os anos de 1971 a 1978 registraram o crescimento do movimento sindical rural na região, apoiado pela atividade pastoral da Igreja e por organizações não governamentais, nacionais e internacionais. Este fato coincidiu também com a estruturação de movimentos internacionais contra a construção de grandes barragens e as organizações de base no Brasil aderiram de maneira entusiástica a essa ideia. Aconteceu naquela época a criação, no sul do país, da Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB, para promover a organização das comunidades afetadas pela construção de usinas hidroelétricas (MATOS; VILLEGAS, 2015, p. 04).

A falta de definições claras sobre o futuro das comunidades afetadas pela construção da barragem abriu espaço para a atuação do Polo Sindical, que se consolidou como interlocutor dos trabalhadores desterrados diante da CHESF e dos diversos órgãos do governo. A CHESF também aprendeu com a experiência de realocação de Sobradinho e se propôs a apresentar mais opções para os afetados pela obra. Porém, algumas das estratégias da primeira realocação ainda estavam presentes.

A usina de Itaparica foi oficialmente rebatizada de Usina Luiz Gonzaga, após a morte do cantor nordestino. Segundo o TCU (2013), no relatório do processo 013.548/2011-5:

O desenvolvimento industrial do Nordeste, a partir dos anos 80, determinou a urgência de aumentar a oferta de energia elétrica, acelerando a construção de usinas para aproveitar o potencial do rio São Francisco – recurso básico essencial para o desenvolvimento hidroagrícola, enérgico e industrial da Região. A Usina Hidroelétrica (UHE) de Itaparica, hoje denominada UHE Luiz Gonzaga, foi construída pela Chesf, na década de 80, e entrou em operação, com sua capacidade total, em 1990, gerando 1.500 MW, com seis turbinas em funcionamento. O

reassentamento de Itaparica teve a sua origem a partir da construção da referida UHE, localizada na região do Submédio São Francisco, entre os estados de Pernambuco e Bahia (TCU, 2013, p. 02).

A primeira manifestação de resistência dos trabalhadores à CHESF ocorreu em julho de 1979, com a elaboração de um documento contendo reivindicações aprovadas pelos sindicatos da região de Itaparica (Quadro 13).

Prazos	Reivindicações	Ações
1979	MAPEAMENTO	A Chesf deverá fornecer, o quanto antes, o MAPA delimitando a área a ser inundada, para estudo pelas comunidades.
1980	REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS	A Chesf deverá distribuir a terra da margem do lago em lotas de dimensão familiar, conforme o Estatuto da Terra, lei. No. 4.504, de 30.11.64.
1981	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEOS RESIDENCIAIS	- Cada comunidade deverá escolher um local onde a Chesf devesse construir casas, de acordo com o número de casas de cada comunidade, com os benefícios de: Escolas, Posto Médico, Igreja, Rede de Saneamento. Eletrificação, Área coberta para a feira. Estradas, etc. - Área comunitária para criatório, com tamanho correspondente a 10 (dez) hectares por trabalhador.
1982	INDENIZAÇÃO JUSTA DAS BENFEITORIAS	- Conforme tabela de preços a ser aprovada pelos trabalhadores rurais da Região.
Quadro 13 - Reivindicação dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco atingidos pela barragem de Itaparica - Pernambuco/Bahia. Fonte: Boletim dos Trabalhadores Rurais atingidos pela Barragem de Itaparica (agosto/79) /FETAPE Elaboração: Própria, adaptada de FETAPE (1979, p. 02).		

Com a coordenação do movimento *Terra por terra na margem do lago* (Figura 40), a classe camponesa se organizou para a criação do Polo Sindical em 1979, que reuniu 13 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), sendo sete das áreas inundadas. O movimento coordenou as mobilizações e negociações com a CHESF (SCOTT, 1992).



Figura 40 - Concentração dos trabalhadores rurais em Petrolândia (PE), em 4/8/1979.
Fonte: FETAPE (1979).

Ainda em 1979, a classe trabalhadora elaborou a *Carta de Carnaíba*, por ocasião do Encontro Nacional de Justiça e Não Violência, em Juazeiro (BA), que denunciava, entre outros fatos, os atos arbitrários praticados contra os moradores de Icó (PE) e Quixaba (PE). Segundo a FETAPE (1979, p. 06), a CHESF “[...] cerca áreas sem indenizar, fecham estradas para as roças, faz despejos derrubando casas e destruindo benfeitorias sem mandato judicial, e vem dificultando o acesso ao rio que é a única fonte de água para a população [...]” (Figura 41).



Figura 41 - Despejo dos moradores de Petrolândia por força policial.
Fonte: Diário de Pernambuco (apud FETAPE, 1979).

No discurso da CHESF, os moradores realocados das antigas cidades não seriam prejudicados, pois seriam contemplados com projetos de irrigação, crédito especial, assistência técnica e, principalmente, receberiam “terra por terra” para continuar as atividades de produção agrícola, ou seja, os agricultores reivindicavam as mesmas condições anteriores à remoção. A desconfiança se justificava pelos atos arbitrários e pelo discurso forjado pela CHESF da futura geração de empregos que a nova barragem e os projetos de irrigação poderiam proporcionar. Segundo Palheta et al. (1991, p. 42-43),

[...] sobre o impacto das políticas de irrigação no número de empregos no Nordeste semiárido, temos que considerar que os dados oficiais sobre a “criação” de empregos não consideram a destruição de empregos existentes antes da instalação dos projetos, fato extremamente significativo no Nordeste, e que as estatísticas oficiais não revelam.

Todavia, nos documentos elaborados pelas organizações de classe, havia vários depoimentos que denunciavam a forma arbitrária e truculenta de desocupação aplicada aos moradores das terras a serem inundadas. Conforme a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE),

teve início ontem o processo de despejo e consequente desagregação de famílias de agricultores, com destruição arbitrária de suas benfeitorias. Destas não restou pedra sobre pedra. [...]. Os fatos ocorridos ontem evidenciam, mais uma vez, que o Poder Público não se sensibilizou para tratar do caso com responsabilidade

social. As reivindicações básicas de relocação em terras férteis e de indenização justa e previa das benfeitorias, não foram levadas em conta pelo Poder Público. As famílias são despejadas de suas posses, suas benfeitorias são destruídas por tratores da CHESF, seus móveis, roupas, utensílios domésticos e reservas alimentícias são trancafiados na cadeia pública construída pela CHESF na “Cidade Livre”, 34 pessoas (adultos e crianças) ficam ao relento tudo sob as vistas impassíveis do Poder Público (FETAPE, 1979, p. 05).

No início do ano de 1980, ocorreu a segunda concentração, em frente aos escritórios da CHESF, em Petrolândia (PE), reunindo aproximadamente 5.000 trabalhadores. A repercussão na imprensa e em órgãos ligados à classe trabalhadora, como a Igreja, aumentou a pressão sobre a CHESF, que aceitou mostrar o mapa com o tamanho do lago. No dia 1º de maio, houve a terceira concentração em Riacho Salgado, em comemoração à conquista do acesso ao “mapa do lago”. A quarta concentração de trabalhadores teve a participação de 4.000 manifestantes. Nela, foi aprovado o envio de um abaixo-assinado dirigido ao presidente do Brasil, reivindicando terra para o reassentamento das famílias relocadas.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), Diretores de Sindicatos e alguns trabalhadores rurais da região receberam um convite do então Governador do Estado de Pernambuco, Marco Antônio de Oliveira Maciel, para participar de uma reunião no Palácio das Princesas, no dia 3 de junho de 1980. Além dos representantes dos trabalhadores rurais e do Governador, compareceram também secretários de Estado, presidente e diretores da CHESF, prefeitos da região e parlamentares.

Como resultado da reunião, foram formuladas três propostas aos trabalhadores. A primeira se tratou da criação de uma associação com o nome de “ACREDITE”, em conjunto com a CHESF, juntamente com a associação de prefeitos e parlamentares, à qual os trabalhadores teriam de se associar. A segunda proposta era para que se formasse uma comissão de negociação pelos prefeitos, parlamentares e Entidades de Classe dos trabalhadores rurais para negociar a remoção. A terceira proposta pretendia formalizar a desapropriação da área da borda do lago da barragem, destinada ao reassentamento das famílias atingidas, como utilidade pública e não por interesse social. Todas as propostas foram rechaçadas pelos trabalhadores rurais, com a seguinte justificativa:

Quanto a primeira proposta da filiação dos trabalhadores à Associação dos Prefeitos, já tínhamos a nossa posição de não aceitar, o que já fora dito em resposta aos vários convites que receberam os trabalhadores anteriormente [...] A segunda proposta de se formar uma Comissão com os Prefeitos, CHESF, Parlamentares e Entidades de Classe é **inadmissível pelos trabalhadores rurais pelos seguintes motivos: a) comissão semelhante a esta formada por ocasião da construção da Barragem de Moxotó, deixou saldos altamente negativos para os trabalhadores que ainda hoje reclamam os prejuízos que/sofreram naquela**

ocasião. Prova disto é que os trabalhadores fizeram o levantamento de todos os prejuízos havidos e estão exigindo a devida indenização [...] **para os trabalhadores aceitarem esta comissão da qual são parte os prefeitos da região seria necessário estarem esquecidos de como foram feitas as indenizações dos prejuízos das cheias' deste ano e do ano passado no São Francisco, cuja responsabilidade foi destes mesmos prefeitos. Quem garante que os desvios de verbas e mantimentos não se repetiriam?** [...] Quanto à terceira proposta de que a área da margem do lago destinada à recolocação das famílias atingidas seria desapropriada por utilidade pública e não por interesse social, lembramos que o DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA, aprovado pelos trabalhadores em assembleias realizadas em todos os Sindicatos da Região no dia 15 de julho de 1979, apresenta um Plano de Reassentamento tendo por base o Estatuto da Terra — Lei nº 4.504 de 30-11-64. **Hoje os trabalhadores tiram a sua sobrevivência e o sustento de suas famílias com o trabalho da agricultura irrigada desenvolvida ao longo da margem do rio,** além da atividade do criatório, c, **aceitar a-mudança para uma área desapropriada por utilidade pública** e, portanto, sob o domínio da CHESF ou de outro órgão do Governo, **significa condenar a sua própria família à escravidão pelo resto da vida resto da vida.** Os trabalhadores querem TERRA POR TERRA NA MARGEM DO LAGO, desapropriada por interesse social (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1980, p. 02-03. Grifos nossos).

No mês de fevereiro de 1981, foi noticiado um corte de 55% no orçamento da CHESF, causando uma grande revolta da classe política e empresarial nordestina. Eles afirmavam que se tratava de um “novo golpe contra o Nordeste”. De fato, o corte causou paralisação de obras e desemprego em alguns canteiros. Para a classe trabalhadora, em particular para as lideranças do Centro dos Trabalhadores Rurais do Médio São Francisco, a situação de corte de verbas na qual se encontrava CHESF prejudicava a definição do problema, podendo desmobilizar a luta, segundo um assessor do centro acima citado.

A forma de atender à população atingida pelo empreendimento, em linhas gerais, está descrita no documento *Plano de Desocupação* (Companhia Hidroelétrica do São Francisco, 1985). A política de atendimento às populações afetadas ofereceu seis opções de remoção compulsória. Segundo a FETAPE (1979) estas foram as opções de remoção:

(a) Projetos Especiais - assim são denominados os quatro grandes perímetros de irrigação, integral ou parcialmente construídos, em municípios circunvizinhos, distantes, em média, cerca de 100 Km com relação ao reservatório formado, nos quais foram alojados 37% das famílias atingidas. Como características gerais de cada um dos citados projetos, vale destacar: Brígida - localizado no município de Orocó-PE, encontra-se subdividido em 429 lotes e abriga, predominantemente, agricultores oriundos de Itacuruba-PE; Caraíbas - implantado em Santa Maria da Boa Vista- PE, dispõe de 1.603 lotes, onde foram reassentados agricultores de Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco; Pedra Branca instalado em Curaçá-BA e, em menor proporção, em terras do município de Abaré-BA, possui 763 lotes destinados, preferencialmente, aos agricultores de Rodelas e Chorrochó; Jusante - fica em Glória- BA, contando com 612 lotes e absorvendo populações transferidas de Glória e Rodelas. Por razões diversas, dentre as quais a baixa qualidade dos solos para o tipo de uso planejado, este último perímetro não chegou, até o

momento, a funcionar, estando sendo analisadas outras formas de aproveitamento das terras adquiridas, como alternativa para as famílias que para lá foram deslocadas. (b) Projeto Borda do Lago - em Pernambuco, corresponde a 1.798 lotes, distribuídos em dois perímetros localizados no município de Petrolândia. Na Bahia, são 530 lotes localizados nos municípios de Glória e Rodelas. Para as áreas constitutivas desse projeto foram transferidos 23% dos atingidos pela barragem de Itaparica. (c) Projetos em grupo - elaborados e implantados com base em propostas apresentadas por grupos de agricultores que não se adequaram ao modelo de reassentamento defendido pela Chesf. Com tais características, foram realizadas obras de infraestrutura em: Inajá - projeto constituído por 9 famílias de índios-camponeses, segundo denominação de Meio, (1988), provenientes de Floresta e de Itacuruba; Remanso - área localizada no perímetro de influência do lago de Sobradinho, na Bahia, absorveu cerca de 40 famílias de Itacuruba; Manga de Baixo - com 93 hectares irrigados e 25 famílias, abriga os antigos moradores da fazenda de igual denominação, em Belém do São Francisco. Trata-se de um projeto antecipado ou experimental, que deveria servir de referência para as demais áreas de reassentamento; Jeremoabo - localizado no estado de Alagoas, incorporou 12 famílias de agricultores ribeirinhos atingidos pelas primeiras obras de construção da barragem; Ibotirama - área situada na Bahia, distante cerca de 1.000 Km do município de Rodelas, onde antes estava situada a reserva - para onde foram transferidas 97 famílias oriundas do grupo indígena Tuxá. Outra parte da tribo optou pela permanência em área próxima à antiga aldeia, sendo defendido o projeto denominado Riacho do Bento - composto, segundo dados da Chesf, por 88 famílias também integrantes da mesma tribo; Riacho da Melancia - objeto de reivindicação de pequenos lavradores e criadores de Chorrochó, que passaram a residir no novo núcleo urbano de Barra do Tarrachil, este projeto não se concretizou por problemas relacionados com a qualidade dos solos; Apolônio Soles - trata-se, na verdade, de projeto de médio porte, com características bem semelhantes às dos projetos especiais, destinado aos granjeiros que integravam uma área de irrigação instalada, na década de 1940, pela antiga Superintendência do Vale do São Francisco-Suvalle, no município de Petrolândia. Abriga, hoje, 100 famílias, que ocupam cerca de 800 hectares com lavouras irrigadas; Fazenda Canafistua - situado em Delmiro Gouveia-AL, é o local de reassentamento das 29 famílias que residiam na comunidade Riacho Salgado, desalojada para a construção do canteiro de obras do reservatório, em junho e julho de 1982; Brejinho de Fora, também denominado Varjota - consiste em uma pequena área situada na margem esquerda do reservatório, em Petrolândia, na qual residem, atualmente, 11 famílias desalojadas pelas obras preparatórias ao início da construção da barragem (FETAPE, 1979, p. 04).

Como se pode perceber, a remoção poderia fragmentar não só a vida dos realocados de forma compulsória. A partir do que foi apresentado na proposta, poder-se-ia romper também os laços de vizinhança, em virtude da dispersão dos desterrados em várias localidades ao longo da bacia.

A violência empregada pela CHESF para a desocupação foi combatida pelos atingidos, que ganharam visibilidade diante do histórico da dívida social da companhia. O Banco Mundial exigiu da CHESF a elaboração de um plano de remoção, só concluído em 1985. Muitos dos antigos desterrados foram vítimas pela segunda vez dos desmandos da CHESF. Este foi o caso do agricultor Otacílio Inácio, que denunciava ser “despejado” pela CHESF.

Otacílio Inácio da Silva conta que esta é a segunda vez que sofre desapropriação. A primeira foi em 1973, quando foi deslocado de suas terras para a construção da barragem de Moxotó: “As terras eram minhas, pois eu as recebi de herança de

meu pai. Eu tinha uma casa grande com três vãos e uma cercada com quatro tarefas, plantados com feijão, palma e mamona”. Expulso de suas terras. Otacílio recebeu apenas Cr\$ 2.800,20, com a promessa de que receberia um total de Cr\$ 38 mil sobre suas benfeitorias. No entanto, conforme afirma, até agora não o pagaram. Agora, no último dia 27 ele foi novamente vítima do despejo forçado. A injustiça, desta vez, foi mais grave: cerca de nove hectares de terras, da fazenda Quixaba, medindo 600 metros de largura por seis mil de comprimento, uma casa (já derrubada) e benfeitorias, foram avaliados pela Chesf em apenas Cr\$ 4.383,50. O camponês afirma que sua propriedade vale mais de Cr\$ 300 mil e ele ficaria satisfeito se pelo menos recebesse Cr\$ 290 mil (FETAPE, 1979, p. 06. Grifo nosso).

Apesar de o documento apresentar informações detalhadas a respeito da desocupação da borda do que viria a ser o lago da represa, a concepção dos técnicos a respeito dos desterrados de Itaparica era a de que eles eram pessoas atrasadas, “entraves ao progresso”. Tal interpretação estava simbolicamente representada na capa do “Plano de Desocupação”, na qual constava o desenho de uma família suja e maltrapilha olhando para um horizonte incerto (Figura 42).



Figura 42 – Capa do documento “Plano de Desocupação da CHESF”.
Fonte: CHESF (1985).

Durante a execução da obra, ficou acordado que as famílias deslocadas passariam a receber uma Verba de Manutenção Temporária (VMT) pela impossibilidade de exercer suas atividades agrícolas e por estarem aguardando o recebimento da terra. A Verba de Manutenção Temporária era calculada de acordo com a variação de preços dos itens que

compunham a cesta básica, podendo então aumentar ou diminuir, dependendo de seus preços. Para tanto, a CHESF e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais realizavam a cada dois meses uma pesquisa nos mercados da região para determinar um novo valor para a VMT, que tinha em média como referência o piso de dois salários mínimos e meio por família.

A primeira transferência dos desterrados, pela política energética, para um perímetro irrigado contemplaria 1.476 famílias, enviadas ao Projeto Caraíbas¹²⁶, criado pela CHESF, como um dos locais de reassentamento dos atingidos pela Barragem de Itaparica (Hidrelétrica Luiz Gonzaga), localizada entre os municípios de Glória, na Bahia, e Jatobá, em Pernambuco. Em 1988, o Projeto Fulgêncio, composto por 2.100 casas construídas em 47 agrovilas localizadas na zona nordeste do município de Santa Maria da Boa Vista (PE), recebeu uma parte da população realocada.

Entre 1987 e 1988, foram construídos cinco reassentamentos urbanos e 126 agrovilas onde foram reassentadas as famílias rurais que ficaram à espera dos projetos de irrigação. Com financiamento parcial do Banco Mundial, a partir de 1988 foram iniciadas as obras de infraestrutura de irrigação e de apoio à produção, infraestrutura e serviços rurais e urbanos. Devido à dificuldade do aporte dos recursos de contrapartida nacional, as obras sofreram uma paralisação até 1991, quando foi aditado o empréstimo com o Banco Mundial em mais US\$ 100 milhões. Este novo aporte de recursos permitiu a retomada das obras e a conclusão de parte dos projetos entre 1993 e 1996. Enquanto isso, a CHESF continuou o pagamento da VMT (MATOS; VILLEGAS, s.d, p. 05).

Em 1990, com a posse do presidente Fernando Collor, eleito por voto direto, o Estado inicia uma rígida disciplina de contenção de gastos, seguida pelo confisco da moeda, cuja consequência para a região foi a estagnação dos projetos de irrigação. O perfil do novo governo era centralizador, autoritário, ideologicamente traçado com vias ao liberalismo, distante de políticas públicas sociais e sobretudo desprezando os movimentos sociais, o que acirrou ainda mais a relação do conflito (BOMFIM, 1999).

Em 1991, foram promovidas novas manifestações de protesto nos escritórios da CHESF e na barragem. Os policiais militares da Bahia e Pernambuco efetuaram o cerco e ocuparam dez diferentes agrovilas, sob o pretexto de buscarem armas, mas, de fato,

¹²⁶ Posteriormente denominado de Projeto Fulgêncio, em homenagem à liderança sindical Fulgêncio Batista, organizador dos sindicatos de Floresta (1970-1988) e Santa Maria da Boa Vista (1988), Coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB (1990-1993), integrante da direção do Polo Sindical (1998), dentre outras atuações importantes. No Polo Sindical dos/as Trabalhadores/as Rurais do Submédio São Francisco – PE/BA, foi brutalmente assassinado em 16/10/ 1997. Acredita-se que sua morte foi encomendada por “[...] estar denunciando além da relação do PFL na região com o narcotráfico²⁵, o ócio dos jovens e a previsível relação com o tráfico, na falta de perspectiva de trabalho e na busca pelos padrões de vida midiáticos (MOREIRA, 2005, p. 02).

espancaram e detiveram pessoas; entre elas, dirigentes sindicais. Além disso, as reuniões de negociação entre o Polo Sindical e a CHESF passaram a ser “protegidas” por forte aparato de segurança (BOMFIM, 1999).

Em 1992, há uma reviravolta na situação política do Brasil. O presidente Fernando Collor de Mello é destituído do cargo com o impeachment e o seu vice, Itamar Franco, assume o governo de transição até as próximas eleições. No ano seguinte, o então presidente Itamar Franco autoriza a retomada das obras de reassentamento rural, ocorrendo o fortalecimento do Polo Sindical através de uma competente articulação entre o setor político e de solidariedade da sociedade civil. O movimento dos trabalhadores atingidos pela barragem entra num novo estágio de organização (BOMFIM, 1999).

No ano de 1995, precisamente no dia 28 de maio, dos seis principais projetos de reassentamentos planejados para a realocação das famílias desterradas para o enchimento do lago da usina de Itaparica, somente o reassentamento Brígida estava em operação, com 433 famílias reassentadas. Os demais, a saber: o Projeto Borda do Lago da Margem Pernambucana e o Projeto Borda do Lago Da Margem Baiana estava operando parcialmente; o Projeto Caraíbas estava em fase de construção; o projeto Pedra Branca não tinha entrado em operação e o projeto Jusante não havia iniciado as obras (Figura 43).

Reassentamento de Itaparica

A situação dos seis principais projetos de reassentamento na área de Itaparica varia muito. Enquanto Brígida já está operando, as obras de irrigação em Jusante nem foram iniciadas

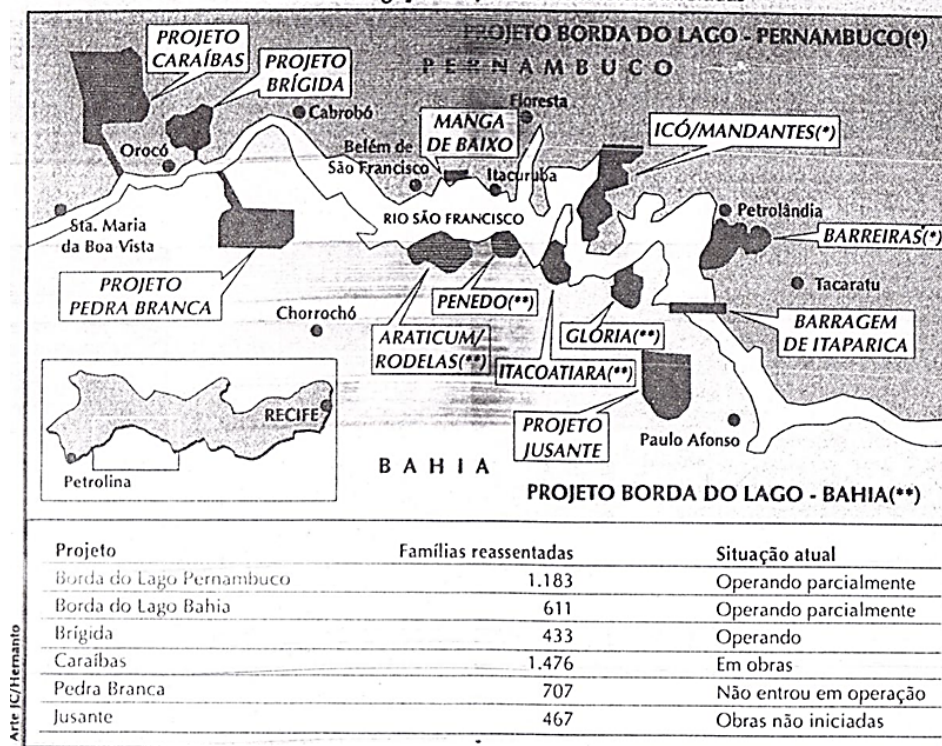


Figura 43 – Situação dos principais reassentamentos de Itaparica, em maio de 1995.

Fonte: Jornal do Comércio. Recife (1995 apud FIGUEIREDO, 2011, p. 223).

Em 1996, dez anos após a assinatura do acordo de 1986, poucos itens estabelecidos no documento se concretizaram. Cansados de esperar, mais de 3.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais dos municípios inundados acamparam no dia 11 de março de 1998 no prédio da Administração Regional da CHESF para reivindicar o cumprimento total do acordo. Este movimento denunciava o atraso das obras dos projetos de reassentamento, no qual já se havia investido R\$ 1,3 bilhão e apenas 35% dos projetos estavam funcionando (FETAPE, 1979). Vale alertar que o clima de democracia já estava estabelecido no Brasil.

No primeiro dia da ocupação do prédio da CHESF, o então presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei solicitando autorização do incremento de R\$ 126,7 milhões no orçamento da União para o reassentamento de Itaparica, com o objetivo de dar continuidade às obras dos projetos. Porém, houve cortes no orçamento do Brasil, bem como no valor a ser aplicado para atender às reivindicações do acordo.

A ocupação se encerrou no dia 14 de março, com a formação do Grupo Executivo para a Conclusão do Reassentamento da População de Itaparica (GERPI), criado pelo Governo

Federal, responsável pela negociação das questões pendentes. A entidade atribuiu à CHESF o papel de órgão executor. Ambos os órgãos se reuniram com o Polo Sindical e o Ministério das Minas e Energia para a tomada de decisões sobre as propostas delimitadas no ofício entregue pelo Polo Sindical a essas entidades no primeiro dia da manifestação. Em abril de 1998, o GERPI deu início ao processo de reuniões com as lideranças dos reassentados, em visitas às comunidades para o desenvolvimento de propostas e eventuais soluções.

As pessoas deslocadas passam a ter um sentimento de “revolta” contra a CHESF, por não obterem a “terra molhada”. Esta reação culminou com a não adaptação à nova realidade, que rompia com seus laços de vizinhança e pertencimento à beira do rio. Em muitos casos, os realocados ainda reivindicam judicialmente seus direitos usurpados pela CHESF. O conflito entre os trabalhadores rurais e a “besta fera¹²⁷” arrasta-se por longa data, praticamente desde o início do canteiro de obras, em 1979, até a atualidade (segunda década do século XXI).

Em razão do longo período de espera, entre negociações, embates e a efetiva realocação dos camponeses ribeirinhos desterrados, os trabalhadores conseguiram conquistar um “salário”, como eles denominariam nas entrevistas. Tratava-se de uma verba indenizatória paga por um período médio de 10 anos, cujos valores correspondiam a aproximadamente 2,5 salários mínimos da época.

Apesar do discurso da necessidade de realocação do município para promover o progresso da região Nordeste, mesmo com a manutenção da VMT por um longo período, esta barragem trouxe consigo um legado histórico de perda de identidade dos realocados, em especial, para os removidos à (nova) Itacuruba-PE. O município foi relocado para uma localidade no centro de sua nova delimitação espacial, distante aproximadamente 10 Km da beira do rio e 15 Km da entrada da rodovia federal mais próxima. Em todas as entrevistas realizadas, os depoimentos são os mesmos: “só vem para Itacuruba quem tem ‘negócios’ por cá, pois ficamos longe de tudo!” (informação verbal¹²⁸). Os moradores se referem à construção da rodovia que não oferece acesso a “mais nada”, pois termina na cidade, não existindo ligação com nenhuma outra cidade.

Uma notícia vinculada na imprensa apontava para um fenômeno de depressão coletiva, apresentado por aproximadamente um quarto da população moradora do município da

¹²⁷ A maioria dos desterrados denomina a CHESF com vários adjetivos. Entre eles, o mais contundente, “a besta fera”.

¹²⁸ Trecho de depoimento concedido à pesquisadora por um camponês realocado.

(Nova) Itacuruba (PE). O Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREPEME)¹²⁹ alertou para as altas taxas de suicídio do ano de 2006, entre jovens e adultos, 11 vezes maior que a média nacional. Esses dados foram apresentados pelos integrantes da Caravana do CREMEPE, realizada para verificar in loco os problemas de saúde em vários municípios pernambucanos. O coordenador da caravana, Ricardo Paiva, afirmou que, no caso de Itacuruba, um dos principais fatores para os suicídios era “[...] o desaparecimento da cidade sob as águas do Rio São Francisco. A inundação teria reflexo na perda de referências históricas da população. Outro aspecto seria a inexistência de atividades econômicas capazes de atender aos moradores” (CREMEPE, 2006).

Como afirma uma das moradoras entrevistadas: “[...] Ainda não curamos a ferida da formação do lago e o governo já quer abrir a carne novamente com a instalação de uma usina nuclear¹³⁰”. Os problemas psicológicos causados nas populações vítimas de remoção de cidades foram justificados pela necessidade de ampliação de produção de energia para promover o desenvolvimento regional.

O psiquiatra da cidade de Itacuruba-PE, Antônio Ataíde Jr, no trabalho monográfico da sua especialização, realizou uma pesquisa amostral com dados ainda mais alarmantes. Na amostragem, 45% afirmaram utilizar psicotrópicos¹³¹; 23% da amostra já havia tentado o suicídio e, nesse caso, o maior motivador (73%) foi a perda de afetividade (quando são rompidos os laços familiares). Em depoimento, o médico indica pistas do que pode ter ocorrido com a comunidade para acirrar ainda mais o clima de desilusão e apatia: a falta de perspectiva futura e o longo tempo de espera pelo cumprimento do acordo com a CHESF em 1986. Ele explica que, após o fim da VMT, depois de 11 anos, mediante o pagamento das indenizações, não foi feito um trabalho de orientação para investimento. Em casos extremos, todo o dinheiro foi consumido em poucos dias. Segundo Ataíde Jr.,

uma senhora comprou três carros em três dias! Comprou o primeiro e foi à cidade vizinha. Chegando lá, bateu em outro carro e negociou a compra do carro em que bateu. No outro dia, comprou um terceiro, pois não queria andar num carro batido. Teve uma família que mudou todos os móveis da casa e, com menos de uma

¹²⁹ Informação disponível em: <http://www.cremepe.org.br/leitorClipping.php?cd_clipping=2575>.

¹³⁰ Havia uma política energética elaborada para ao município que pretende instalar uma usina nuclear nesta localidade, justificada pela amplitude do espelho d’água do lago de Itaparica, condição necessária para o resfriamento dos reatores nucleares. Uma grande marcha foi realizada com a presença de mais de 1.000 pessoas, televisionada em tempo real nas redes sociais, de grande repercussão em Pernambuco. Isto fez o então governador Eduardo Campos estrategicamente recuar, colocando o projeto em “dormência”. Entrevista concedida pela Moradora 1, e, maio de 2014. Itacuruba (PE). Entrevistadora: Torres, A.T.G

¹³¹ Sabe-se que o consumo de psicotrópicos na cidade é superior ao indicado nos dados oficiais.

semana de uso, queimou tudo no meio da rua. Ainda teve o caso de um senhor que comprou 200 bicicletas (informação verbal¹³²).

De acordo com os moradores entrevistados, somente ao receberem as indenizações é que tiveram o conhecimento de que as casas seriam pagas com parte desta verba, pois acreditavam que as casas eram doadas. No núcleo urbano, os valores médios cobrados pela CHESF pelas residências foram de R\$ 7 mil. Como as indenizações recebidas situavam-se em torno de R\$ 35 mil, com o desconto do valor da residência, a média dos valores indenizados passou a ser de R\$ 28 mil para cada família reassentada no núcleo urbano.

Um dos entrevistados, realocado para o Projeto Caraíbas em 1987, afirmou que esperou 11 anos na área para poder receber o projeto de irrigação. Segundo o entrevistado, não houve planejamento para realocar os agricultores nem para a população destinada ao núcleo urbano da (nova) Itacuruba. Em sua vivência, o projeto indica a inexistência de planejamento. O colaborador explica:

[...] na minha família, existiam 17 pessoas (pai, mãe e quinze filhos). A casa do lote, com dois quartos, possuía apenas 26 metros quadrados. Logo na chegada ao lote de 6 ha, foi providenciado por nós a construção de um barraco para alojar todos. O local era uma tristeza! Nos acostumados a tomar banho no rio, fomos para uns lotes a 40 Km da beirada! [...]. Só tinha mato seco e a poeira solta! Ninguém tinha coragem de sair 50 metros fora da casa à noite, pois tinha onça. Quando chegou a irrigação, 11 anos depois, a água só funcionava até as duas da tarde. Com relação aos lotes, mais uma arbitrariedade! Os locais estabelecidos para os novos projetos, em geral, possuíam solos rasos, impróprio para a agricultura. Apesar de se afirmar que existiam estudos de drenagem, muitos lotes de reassentados não tinham drenagem! Eu disse numa reunião “podem rasgar esse estudo de drenagem, pois não vale de nada!!”. Muitos reassentados foram embora, outros morreram antes mesmo de receber a terra, uma tristeza! 60cm, 40 cm, tem lotes lá mesmo que foram feitos um estudo de drenagem, foi feito drenagem, gastou não sei quanto, mas depois foram indenizados, pois não teve mais condição dos produtores trabalharem. O estudo de drenagem que foi feito, eles faziam o dreno, a drenagem no lote todo, depois indenizavam. Tinham alguns que não indenizavam. Outros, eles indenizavam, indenizou muito! (informação verbal¹³³).

Desde de 2006, o entrevistado acima citado retornou à (nova) Itacuruba. Sete dos 14 irmãos que foram para lotes do projeto partiram nos três primeiros anos seguintes à realocação para São Paulo, e lá se encontram. Ele conta o estranhamento ao novo lugar:

[...] a gente chegou, chegamos numa sexta. No primeiro dia, eles mandaram quentinha, no sábado também. No domingo, fizeram um churrasco, era festa, trouxeram o bispo de Petrolina, não me lembro o nome dele, celebraram a missa

¹³² Transcrição de um trecho da entrevista concedida por Antônio Ataíde Jr., psiquiatra do município de Itacuruba (PE), à pesquisadora, em maio de 2014.

¹³³ Entrevista de trabalho de campo concedida pelo Agricultor 1 à pesquisadora, em 23 de maio de 2014.

na agrovila 15. Na segunda, estávamos esperando. Quentinha não chegou pro povo, não chegou nada, e aí o pessoal, com medo de buscar lenha, porque o pessoal vivia na beira do rio, ninguém vivia com bujão, fogão, a gente tinha que tirar lenha, e aí? ” ! (informação verbal¹³⁴).

Um outro entrevistado, também agricultor, lembra dos tempos “bons”, descrevendo sua relação embrionária com o rio e a morosidade no processo de repor “terra por terra”:

[...] a gente tomava banho no rio todo dia. Era muito, muito perto. As terras eram terras que a gente plantava e davam frutos. Hoje, onde eles jogaram a gente, não foi planejado. Eu costumo dizer que eu fiz parte de um movimento. Criamos uma cooperativa lá; depois eu saí e fechou, mas eu costumei dizer em algumas reuniões que o projeto lá foi projetado para ter começo, meio e fim. Começo quando a gente chegou lá, o meio era onde a gente estava, no meio de nada, jogado que nem cachorro que não se quer mais, e o fim estava ali, porque um exemplo, eu sou filho de [...], eu tenho 14 irmãos. A gente recebeu uma área de 6 hectares de terra e depois de 19 anos? É o fim! (informação verbal¹³⁵).

O entrevistado também revela em seu depoimento o que foi percebido no discurso de todos os entrevistados. Na “antiga Itacuruba”, não existia fome, em contradição ao que foi encontrado na agrovila do projeto hidroagrícola.

Sair de uma área, trabalhando como a gente trabalhava? Tinha manga, tinha banana, goiaba, tinha tudo na beira do rio. Pra você ir pra um lugar, uma agrovila, a minha agrovila mesmo tinha 47 casas, estragos pra um lado e pra outro. Pra onde você olhava, só tinha muito seco. Na época em que a gente foi, em 1987, no final, só tinha mato e seco, um calor do inferno, aquela “poeirona”. Tinham mexido em muita terra lá, estava tudo solto. Eles desmataram a área e você chegar lá em um lugar onde você não vê nada, só mato seco? A gente andava com medo, tinha onça, ninguém saía 50 m da casa pra fora, ficava lá (informação verbal¹³⁶).

Como resultado das ações da CHESF, os moradores anularam o modo de vida que conheciam: abundância de trabalho e alimentos gerados pela classe de trabalhadores da agricultura. Para os deslocados, a transferência de suas vidas para uma realidade imposta no período de ditadura militar significou, na atualidade, a barbárie.

Os negros de Gilú, comunidade quilombola realocada, não conseguiram permanecer no novo pedaço de terra. Retornaram à periferia da cidade, com a reivindicação do direito a novas terras, acrescida do pedido de um laudo antropológico que os certifiquem como comunidade tradicional quilombola, pois os habitantes se autor reconhecem enquanto tal.

¹³⁴ Entrevista de trabalho de campo concedida pelo Agricultor 1 à pesquisadora, em 23 de maio de 2014.

¹³⁵ Entrevista de trabalho de campo concedida pelo Agricultor 2 à pesquisadora, em 24 de maio de 2014.

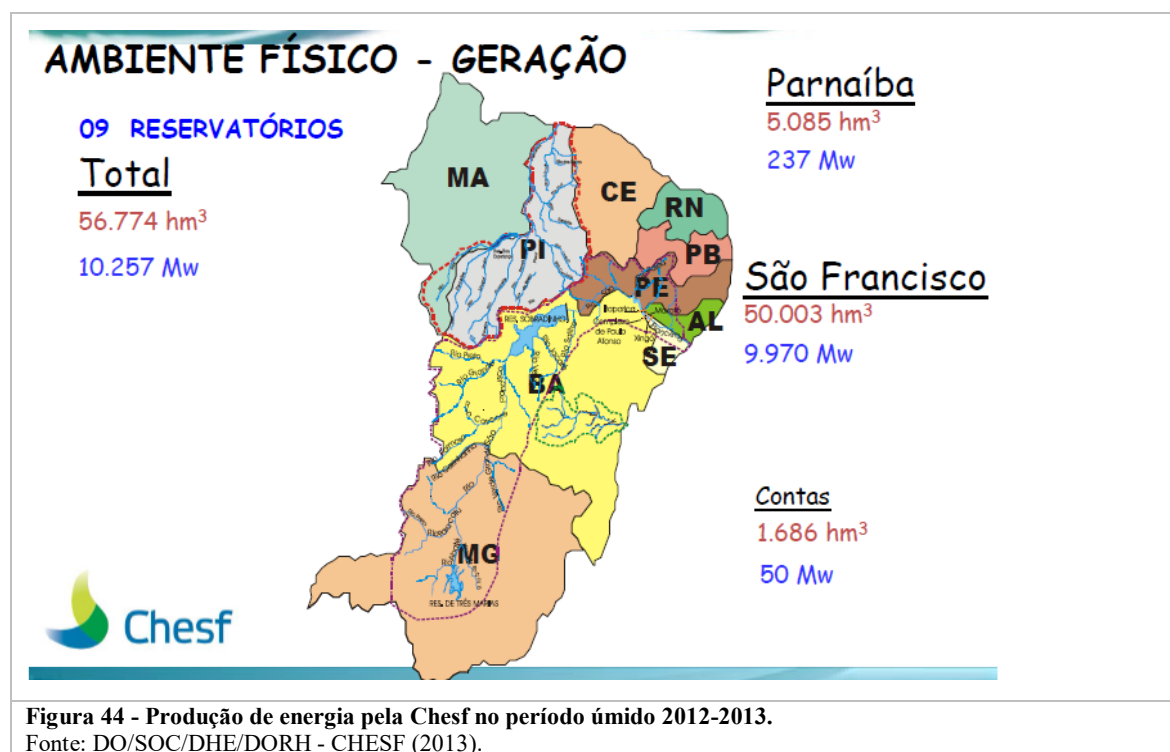
¹³⁶ Idem.

Seus ritos de elaborar o sal da terra, descritos por um dos entrevistados durante a pesquisa de campo, não são mais realizados, pois estão distantes da beira do rio.

Essas múltiplas situações apontadas ao longo do texto podem contribuir para verificar a complexidade de impactos socioambientais relacionados à construção de barragens para energia no Brasil. A resistência a este modelo de matriz energética tem como resposta social a organização de movimentos de classe, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Tal lógica imprime ao território um movimento dinâmico, que deve ser observado com o olhar geográfico, de forma a contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos de formação de territórios e dos hidroterritórios oriundos do controle da água, como o caso emblemático de Itacuruba (PE).

4.2 Com os pés no rio: a voz dos que dependem da pungência do Rio São Francisco

Como foi apontado ao longo do capítulo 4, nas últimas décadas, a priorização do uso da água foi direcionado para a produção energética e para a agricultura irrigada no Rio São Francisco. Segundo a CHESF (2013), dos 10.257 MW de energia gerados no período úmido, que foi de 2012-2013, 9.970 MW foram originados das usinas localizadas neste rio. Em termos percentuais, representou mais de 97% da produção da companhia (Figura 44).



Com a participação no comitê, foi possível observar as questões postas e demandadas por nossa representação. Entre tantas empreitadas, obteve-se êxito na ação de fazer o comitê, através de seus integrantes, “colocar os pés no rio” para melhor conhecer os impactos ambientais e sociais causados pelo uso múltiplo de suas águas. A ideia era trazer os membros do comitê para conhecer, através do contato e das falas das comunidades, a calha do rio e a realidade vivida por esses sujeitos na atualidade.

Depois argumentar a respeito desta necessidade na esfera do comitê, foi programado um trabalho de campo¹³⁷ de quatro dias, composto por pesquisadores de universidades e da ONG Canoa de Tolda, para observar a região fisiográfica do Baixo São Francisco, da foz até a cidade de Piranhas (AL). Dessa forma, seria possível confrontar os dados oferecidos pela CHESF, empresa que causa maior impacto na região, a partir dos conhecimentos empíricos apreendidos nas visitas técnicas, que auxiliariam a tomada de decisões deliberativas, através do conhecimento da versão dos sujeitos impactados.

Alguns membros do comitê da bacia do São Francisco, preocupados com o cenário de seca que assolava o Nordeste brasileiro no ano de 2013, diante do segundo ano consecutivo de estiagem, promoveram um levante na esfera do comitê do São Francisco, no intuito de realizar a campanha exploratória na região do Baixo.

Entende-se que esta seja a região fisiográfica mais impactada, pois, a partir das barragens do Submédio, de Sobradinho (BA) a Xingó (AL), o rio passa ser regulado pela CHESF. Fez-se necessário realizar uma análise prévia da situação de vazão defluente de 1.100 m³/s, através da observação do rio e das pessoas com um olhar sistêmico, tendo como norte a dinâmica socioespacial da região do Baixo Rio São Francisco. Formou-se, assim, uma equipe multidisciplinar, com pesquisadores de cinco universidades federais (UFMG, UFS, UFAL, UFRPE, UFBA), além do apoio e participação da ONG Canoa de Tolda, composta por um sociólogo, um médico sanitário, uma engenheira ambiental, um hidrólogo, um economista, um engenheiro agrônomo, um geógrafo, um geólogo e uma jornalista, contratada pela agência responsável pela comunicação do comitê, a CDLJ, para acompanhar a campanha do Baixo (Figura 45).

¹³⁷ Cabe ressaltar que foram realizados vários trabalhos de campo no período de dois anos durante o qual atuamos como membro titular no CBHSF. Optamos por apresentar os relatos deste trabalho de campo por já ter o conhecimento prévio, obtido através de conversas com lideranças locais, das pessoas-chaves a serem visitadas para relatar os impactos em suas atividades e no seu cotidiano decorrente das operações defluentes da CHESF.



Figura 45 - Equipe mobilizada para realizar a campanha do Baixo.
Fonte: Torres (2013).

Durante os quatro dias deste último trabalho de campo, uma equipe de pesquisadores e ambientalistas percorreu toda a região fisiográfica do Baixo São Francisco (Figura 46), tendo como meta observar o impacto ambiental percebido a partir da vazão de 1.100 metros/s estabelecida pela CHESF. Segundo Bomfim (1999), a operação de regularização da vazão ocorre desde os anos 1970. Mas, se considerados os aspectos climáticos e de estiagem severa, tais atividades promovem impactos ainda maiores no cotidiano dos ribeirinhos que sobrevivem desse rio.

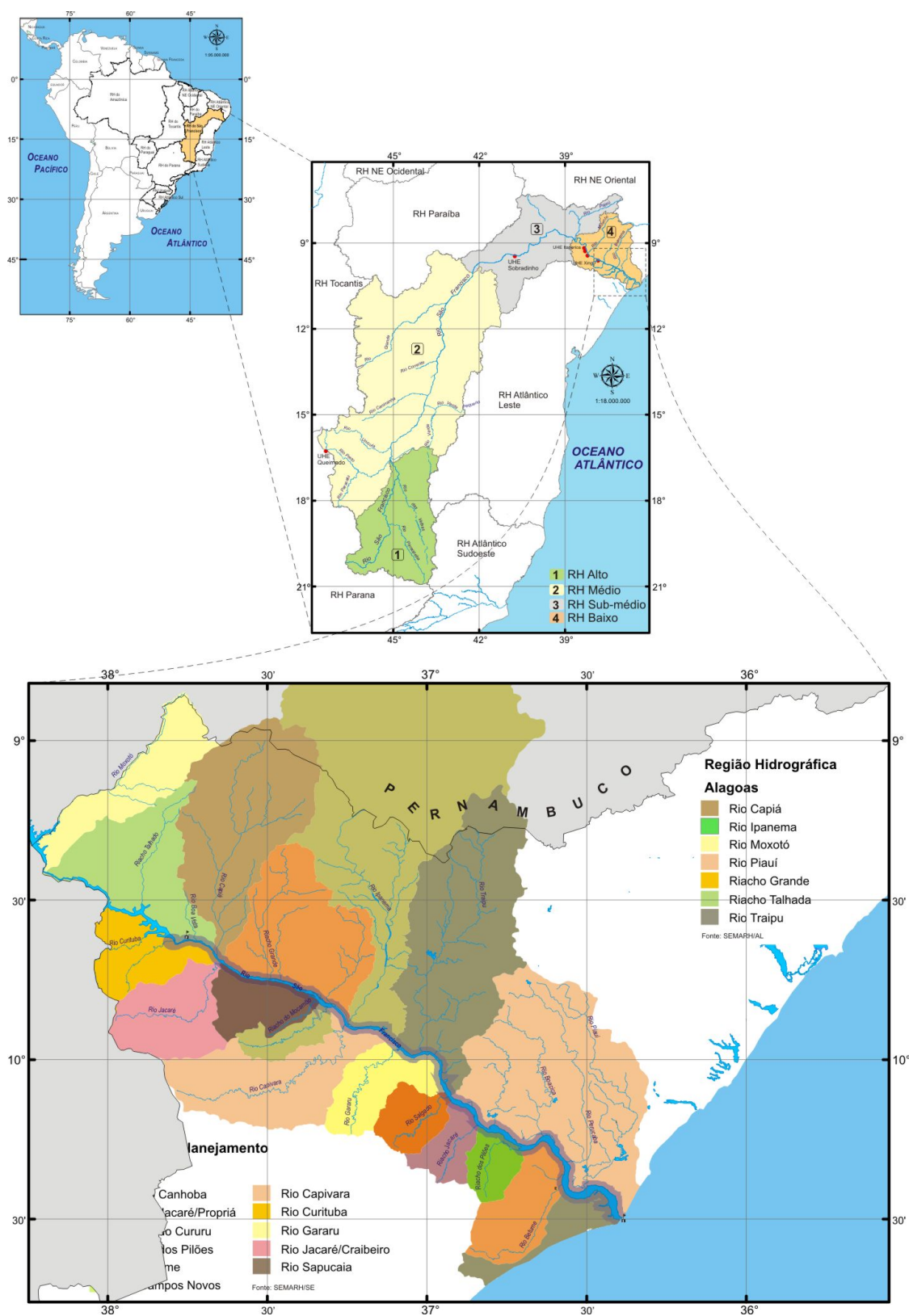


Figura 46 – Mapa de localização da campanha do Baixo São Francisco, que compõe a área de estudo.
 Fonte: GESF/UFAL (2013).

Observar a paisagem e ouvir as falas das comunidades ribeirinhas revelaram os resultados dos impactos presentes, percebidos pelas pessoas no/do lugar, como também as cicatrizes deixadas pelas mudanças da geografia do rio a partir das intervenções governamentais, isto é, projetos hidroagrícolas, integração de bacias e canais de captação para abastecimento humano. A campanha foi o melhor caminho metodológico para apreender a cartografia do poder e da resistência, mesmo que esta segunda ocorra apenas em caráter discursivo.

O primeiro dia teve início na base da sede da ONG Canoa de Tolda, em Brejo Grande (SE), de onde se saiu de barco para fazer o percurso até a foz do rio, observando e parando para consultar as comunidades nas duas margens de Alagoas e Sergipe. No lado alagoano, mais precisamente nas dunas da APA da Foz, foi feita a primeira parada do roteiro planejado para observar a dinâmica costeira.

Essa região fisiográfica passou a ser “regularizada” mediante a necessidade de geração de energia. Na campanha, a fala das pessoas entrevistadas, da foz à barragem, elegeu como marco histórico do “*começo do fim*” do rio¹³⁸ a construção e operação das barragens à jusante no Submédio. Segundo relatos feitos por pescadores dos povoados localizados na foz do São Francisco, a composição e abundância dos peixes diminuíram drasticamente após a construção da Barragem de Xingó. Neste local, há um grande problema com relação à intrusão salina, que avança no rio a cada ano. No trajeto da campanha, foi possível perceber que poucos pescadores realizam atividades no leito do rio. A memória oral do rio vivo e pungente foi recuperada principalmente por pescadores aposentados e/ou pelos que precisaram fazer de sua atividade principal um ofício coadjuvante na luta pela sobrevivência.

Próximo à foz do rio, foi feita uma entrevista com um barqueiro e pescador, denominado na pesquisa como “Pescador 1”. Ele descreveu a profundidade do rio e a pesca, além do porquê de ele alternar a sua profissão, uma vez que, segundo ele, antes exercia apenas a função de pesca. Na primeira fala, ele mencionou o crítico estado em que se encontra o rio, comparando sua profundidade em julho de 2013, oscilando de 1,5m a 1,80 m, alcançando 3m em maré cheia. O colaborador relembra que, antes da barragem, o rio alcançava aproximadamente 25 metros. Quando perguntado sobre a questão do peixe na região, respondeu automaticamente: “Por causa da Barragem Xingó, aí diminuiu o peixe, diminuiu tudo. Antes, aqui, quando nós saíamos para pescar de rede, nós dávamos lance de

¹³⁸ Na percepção de todos os ribeirinhos entrevistados, o rio está morrendo.

200, 300 Kg de peixe. Hoje, nós ficamos a noite toda para pegar de 1 a 3 Kg” (informação verbal¹³⁹).

Com relação à alternância de suas funções entre pescador e navegador, o “Pescador 1” deixou claro que exercia o ofício há muitos anos. Contudo, com a escassez de pescado, ficou com dificuldades econômicas e, há cerca de cinco anos, ele também trabalha como navegador no ramo de turismo, sendo uma atividade muito visualizada neste trecho da foz do rio.

Um pescador entrevistado, morador de uma ilha de Mussuípe e natural de Neópolis (SE), disse que se tornou agricultor há 20 anos e atualmente planta mandioca, milho e feijão, possuindo “duas cabecinhas de gado” (informação verbal). Segundo ele, começou a vida pescando e afirma que “[...] à vista do que era o rio, parece uma lagoa!”. Durante a entrevista, ele revela o conhecimento do rio, da dinâmica geomorfológica de “construção” de croas e ilhas, ou seja, o assoreamento. Em sua fala, ele pontua:

[...] de um lado a outro do rio era só água. Depois, veio secando, veio formando as ilhas, abrindo para um lado, abrindo para outro, cava num canto, bota em outro. Eu sei que daí para baixo só o que tem é ilha. De Brejo Grande para cá tem tanta ilha no mundo e até de Piaçabuçu para cá [...] porque dali eu sei tudinho, Piaçabuçu, Pixaim, Bagre, Cabeço... dali eu sei de tudo, trabalhei por ali em tudo (informação verbal¹⁴⁰).

O pescador acima citado pode simbolizar a síntese dos relatos dos pescadores entrevistados, quando afirma que deixou de ser pescador e foi buscar trabalho, isto é, quando o ofício deixou de ser profissão. Este pode ser considerado também o “*início do fim*” numa perspectiva social, quando aponta o motivo de deixar de viver do seu ofício, uma atividade secular. O conhecimento tácito do pescador é munido da observação gradativa da criticidade, ao focar a qualidade e o volume da água do Rio São Francisco, inclusive como fonte de abastecimento humano. Também foi por ele observado:

De 2008 para cá, diminuiu foi muito! Em 2011, o rio ainda tava por ali, assim, em cima do barranco cerca de 1,50m, e cada dia mais constante descendo veio uma linha quando vê um negócio de 40 cm de água que dá quando vai 30, 40 cm e a condição só é essa mesmo, é só secar mesmo! [...] dali, da Ilha das Flores para lá, tem época que ninguém pode beber mais água porque a água tá salgada! Porque o mar já tá dominando o rio!.. (informação verbal¹⁴¹).

¹³⁹ Depoimento concedido pelo Pescador 1 à pesquisadora em Potengi (AL), em julho de 2013.

¹⁴⁰ Entrevista concedida em trabalho de campo pelo Pescador 2 à pesquisadora, em 10 de julho de 2013.

¹⁴¹ Idem.

A condição de pescador é algo incerto na vida dos que habitam a “beira” do rio. Durante a Campanha do Baixo, vários relatos apontam para migrações nas profissões. Na calha do rio, o ápice da pungência econômica, dos arrozais, as fábricas de tecido à beira do rio, hoje desativadas, permanecem como um marco com suas chaminés. As construções abandonadas apontam para a história de uma atividade produtiva dinâmica. Segundo Zellhuber e Siqueira (2007, p. 17-18),

um grave impacto socioambiental das represas se deu por impedir a inundação das lagoas marginais, berçários maiores da vida aquática do Rio. Além disso, as barragens interromperam o ciclo migratório de várias espécies de peixes, entre elas o Piau, a Matrinchã, o Curimatá, o Pacu e o Pirá (COELHO, 2005, p. 126). Hoje, a pesca artesanal, sobretudo no Baixo São Francisco, sofre grandes problemas de sobrevivência. Um indicador do tamanho do impacto é a quase extinção nesta região da espécie Pirá, peixe exclusivo do Rio São Francisco e que, por isso, o simbolizava.

No do município de Niterói, em Sergipe, um entrevistado relatou que “muitos migraram para fazer o transporte por não ter peixe e a vida do pescador ser pesada. De pescador a balseiro, é um pulo” (informação verbal¹⁴²). No entanto, essa nova alternativa de renda está bastante comprometida, pois a frequência de usuários diminuiu e o número de prestadores de serviço aumentou.

As palavras de um outro entrevistado no município de Gararu (SE) descrevem a realidade das pessoas desta região, que a cada dia estão mais conformadas com a triste situação do Baixo São Francisco: “Deus não pode fazer mais nada pela gente. O que tinha para ser feito, já foi. Agora, está nas mãos do homem” (informação verbal¹⁴³).

Percebe-se que as consequências trazidas pela diminuição da vazão ao longo dos anos foram se afirmando como problemas frequentes na vida das pessoas desta região, que antes possuíam um ambiente econômico mais favorável pela fartura de espécies de peixes. Hoje, elas sofrem com a escassez.

A diminuição do estoque de pescado pode ter sua resposta nos impactos sofridos pelo rio, causados pela presença da cunha salina¹⁴⁴, em consequência da diminuição da vazão do rio. Como mostra o estudo de Medeiros et al. (2008, p. 02),

¹⁴² Entrevista concedida em trabalho de campo pelo Pescador 3 à pesquisadora, em 11 de julho de 2013.

¹⁴³ Entrevista concedida pelo Pescador 4 à pesquisadora em Gararu (SE), em 11 de julho de 2013.

¹⁴⁴ Dentre as diversas classificações de estuários, destaca-se a classificação quanto à estrutura salina (PRITCHARD, 1967). Quanto à estrutura salina, os estuários classificam-se em: a) Verticalmente homogêneo: Não há praticamente diferença entre a salinidade do fundo e a da superfície, caracterizando ausência de haloclina. b) Parcialmente misturado: A estratificação de salinidade é moderada, com a haloclina menos pronunciada. A diferença entre a salinidade de fundo e da superfície é de poucas unidades. c) De cunha salina:

as diferenças de salinidade entre superfície e fundo permitem caracterizar o estuário do Rio São Francisco como sendo de cunha salina. Foi encontrada presença de salinidade na superfície (0,7) e no fundo (6,2), a 6.000 metros da foz do Rio São Francisco, sendo essa a máxima distância da intrusão salina no estuário encontrada nessa campanha. A vazão média mensal do Rio São Francisco foi de 2.041 m³/s. MEDEIROS (2003) verificou uma maior intrusão salina, chegando a atingir 10.000 metros a montante da foz, com uma salinidade no fundo em torno de 2. A vazão nesse período estava reduzida a 1.148 m³/s, favorecendo maior intrusão salina, mesmo em condições de maré de quadratura. [...] O estuário do Rio São Francisco comportou-se como sendo predominante de cunha salina, a extensão máxima da intrusão salina foi de 6.000 metros a partir da foz. As vazões afluentes no rio são determinantes para a intensidade da salinidade no estuário, assim como a sua extensão a montante da foz. Sendo a vazão, o principal fator controlado pelo homem que determina a magnitude e extensão da cunha salina no estuário.

Nessa conjuntura, os peixes de água doce podem ter encontrado o ambiente não propício à sua sobrevivência. As espécies dependentes de maior salinidade, por outro lado, tornaram-se dominantes e se fixaram no local. Tal mudança promoveu uma grande perda e alteração do ciclo econômico da população local.

Ao passar pela cidade de Pão de Açúcar, a caminho de Piranhas (AL), foi feita uma entrevista com o “Pescador 4”, que relatou ter o ofício desde 1979. Antigo na região, falou das alterações decorrentes da implantação das barragens. Ao iniciar a conversa, ele apontou a falta de apoio e o descaso com os pescadores da região com relação às reduções da vazão. Questionado a respeito do motivo de ele estar pescando mais afastado de Pão de Açúcar, responde: “Lá não se arruma nem o que comer” (informação verbal¹⁴⁵).

O pescador afirma que a pesca foi a responsável pela provisão de alimento e renda da sua família, composta toda de pescadores. Segundo ele, dali a mais alguns anos, os problemas irão aumentar. Isto porque as espécies de pescado presentes atualmente se restringem à captura de peixes como Piaus, Cari e Piau-cotia. Em sua memória do rio, o colaborador relembra que antes existia fartura de Tubarana, Surubim, Pescada-branca e Capiaba. Ao ser questionado com relação ao que aconteceu com o rio, ele responde:

O que aconteceu com o rio são estas barragens. Antes das barragens, nós tínhamos mês de setembro uma cheia, mas depois desta de Xingó foi que acabou com tudo. Não tem mais cheia. O que está acabando com a gente é este lodo, desde que o rio vaza, o lodo toma conta (informação verbal¹⁴⁶).

Há uma interface distinta entre a água da descarga fluvial e a água do mar. Grande diferença entre a salinidade da superfície e do fundo.

¹⁴⁵ Entrevista concedida pelo Pescador 4 à pesquisadora em Piranhas (AL), em julho de 2013.

¹⁴⁶ Idem.

Outro ponto importante observado foi decorrente do questionamento da presença da CHESF para comunicar aos moradores a diminuição de vazão. Os pescadores presentes no local relataram que a única vez que a CHESF foi conversar com eles ocorreu para explicar a possível construção de mais uma barragem no rio, em Pão de Açúcar, ressaltando como ficariam os locais à montante e jusante da barragem. De fato, existe um projeto elaborado e a intenção da CHESF de efetuar mais um barramento para a geração de energia na cidade de Pão de Açúcar (AL).

O “Pescador 5” apontava para duas caixas de isopor que estocavam o produto oriundo de um dia e meio de trabalho na pesca por ele e mais três pescadores (Figura 47). Os trabalhadores do rio improvisam um acampamento para permanecer por mais dois dias pescando para, no final, dividir o produto do trabalho.



Figura 47- Resultado de um dia de trabalho do pescador.
Fonte: GESF (2013).

Observou-se também que as cidades ribeirinhas passaram a “dar as costas” para o rio. De fato, as casas antigas perpetuam-se voltadas para seu leito, talvez com um testemunho do período de prosperidade que o rio proporcionava aos habitantes de outrora. As novas habitações não compactuam com esta perspectiva. A rua, a estrada são a opção de mobilidade

preferida, o sinal de partida da lida diária. Nos depoimentos, pode-se constatar que o rio passou a ser algo sem muita perspectiva, principalmente para os filhos dos pescadores, que não desejam perpetuar a tradição da pesca nas gerações futuras.

O cenário se agrava com a atual seca 2011-2015, que já foi considerada como a maior dos últimos 50 anos. A dinâmica imposta exige uma mudança de comportamento dos pescadores e, por conseguinte, da forma como as populações ribeirinhas sobrevivem dos “subprodutos” disponíveis na bacia ante o cenário crítico. Cabe alertar também que todos os pescadores entrevistados durante a campanha informaram que não receberam nenhum comunicado da CHESF a respeito da diminuição da vazão.

Na pesca, a realidade é bem diferente de outrora. Os pescadores relatam que a falta de regularidade de vazão prejudica a atividade. A intrusão salina¹⁴⁷ vem adentrando o rio, particularidade vivida pela Região do Baixo São Francisco - RBSF quando a força do mar é maior que a força do rio. Muitos barcos de pesca têm de se programar de acordo com a maré para poder navegar no rio. A segurança alimentar das famílias de pescadores também está comprometida. O arroz e o peixe, a base alimentar das famílias da beira do rio, não estão garantidos como antigamente.

Os beraderos afirmam que as lagoas marginais proporcionavam a plantação de arrozais e o loco da reprodução dos peixes secou, não havendo a possibilidade de obter o alimento numa convivência harmônica com a natureza. Dito de outro modo, passou-se do rio da integração nacional à desintegração social, da pungência econômica e cultural à deterioração socioambiental. Para Rieper (2001, p. 26),

a integração nacional desintegrou o baixo São Francisco, fragmentando seu espaço. O peixe é congelado – vem de longe, o arroz muitas vezes é importado de outros países ou regiões brasileiras, a produção de panelas de barro é irrisória, tijolos, telhas, cimento, ladrilhos, vêm de fora, o transporte fluvial se limita ao curto trajeto de travessia em alguns locais, ou às localidades que ainda não contam com o acesso por terra.

Os problemas gerados pela alteração na dinâmica fluvial do RBSF, tais como assoreamento, alteração da área marginal e vegetação subaquática, resultaram em impactos de dimensões econômica, social e ambiental. Nesse panorama, os mais atingidos são a população ribeirinha e, em particular, os pescadores. Em consequência destas alterações para

¹⁴⁷ Segundo Medeiros et al. (2008, p. 09), “o limite máximo da intrusão salina foi de 6.000 metros a montante da foz em 2006. Durante a campanha relatos indicam a impossibilidade de consumo da água no rio, por estar ‘salgada’, resultante da intrusão marinha, a mais de 10.000 metros”.

as espécies de peixes, considera-se a alteração do seu ciclo reprodutivo e das condições de sobrevivência, com consequente diminuição na composição e abundância da ictiofauna. Segundo a ANA (2003, p. 34),

os pescadores do Baixo São Francisco alagoano indicam a diminuição de peixes e/ou “desaparecimento” de pelo menos 12 espécies de peixes: Mandim (*Pimelodusaculatus*), Aragu (*Steindacherinaelegans*), Cumbá (*Parauchenipterusgaleatus*), Lambiá (*Acestrorhyncuslacustris*), Niquim (*Lophiosilurusalexandri*), Xira (*Prochilodusargenteus*), Dourado (*Salminus brasiliensis*), Surubim (*Pseudoplatystomacorusans*), Pirá (*Conorhynchusconirostris*), Pilombeta (*Anchoviellalepidentostole*), Piau Cutia (*Leporinus* sp.) e Piaba Mantêga (*Moenkhausiacostae*).

Desse modo, o Rio São Francisco passa a ser coadjuvante também nas atividades produtivas da pesca artesanal que tradicionalmente ocorriam no/do Baixo São Francisco. O produto da pesca passa a existir em pouca quantidade e, em geral, a captura é de espécies introduzidas. Ser pescador é apenas um dos trabalhos realizados na atualidade como estratégia para garantir o sustento. Muitos migraram para a atividade de transporte de pequenas travessias de um lado para outro da margem. Em tempos e espaços diferentes, muitos dos antigos pescadores artesanais migraram para a agricultura, as fábricas de tecido e o trabalho da cana-de-açúcar. Estão no subemprego ou passaram a ser excluídos e marginalizados. Vários deles viciaram-se em drogas psicotrópicas em virtude do choque causado das mudanças estabelecidas. Conforme Machado (2000 apud RIEPER, 2001, p. 60),

[...] em seu estudo sobre a produção social da loucura na cidade ribeirinha de Neópolis – SE, conclui que o vazio deixado pelo fim das atividades que sempre estruturaram a vida social e afetiva – todas relacionadas diretamente ao rio ativo, movimentado, com cheias – trouxe para um número considerável de habitantes da cidade desocupação, alcoolismo, tristeza e diminuição da participação das trocas afetivas no cotidiano. Observa-se, a partir destas considerações, que a questão econômica e a questão emocional são intimamente ligadas no baixo São Francisco e que esta ligação tem o rio como elemento central.

A formação de “croas” e “ilhas” no percurso da BHSF é outro testemunho da baixa dinâmica de vazão apontada pelos pescadores como motivo da pesca inviável para o sustento, como também da migração da profissão ou mesmo da formação de um trabalho multifacetado. Hoje, os pescadores realizam outras atividades para complementar a renda, em razão da perda da identidade cultural dos ribeirinhos. Segundo Rieper (2001, p. 41) argumenta:

Hoje as croas não se formam mais nestes lugares, devido às mudanças nos processos de transporte e deposição de sedimentos no rio decorrentes do seu barramento e da consequente regularização de seu fluxo. Com isto, vão-se esmaecendo os referenciais dos hábitos e costumes tradicionais da população ribeirinha. Uma parte da sua história tende a ser apagada de seu universo de percepção, criando-se um hiato, um rompimento abrupto. A velocidade e a radicalidade desta ruptura estão afastando progressivamente os ribeirinhos dos seus meios de reprodução sociocultural. A maneira como irão reelaborar, ou já estão reelaborando seu modo de vida diante desta nova realidade – uma realidade mundializada – é ainda incerta e traz uma boa dose de insegurança para a população.

Tal percepção é compartilhada por outros autores. Souza e Brandão (2012) alertam para a possibilidade de futuramente existir um rio de pessoas “excluídas” mediante a ação do Estado, além da possibilidade de extinção de profissões tradicionais. O progresso tecnológico trouxe outras possibilidades de pesca. Os tanques-rede são métodos alternativos de produção, embora esta atividade exija investimentos volumosos. De acordo com os autores citados acima,

é bem possível prever que aconteça com as pessoas que vivem do rio São Francisco o mesmo que já vem ocorrendo em outras regiões do país. **Pessoas ocupadas produtivamente em viajar pelo rio ou em obter dele o alimento e o produto de venda desaparecem** aos poucos e são substituídas por outras, vindas de fora e com outros poderes, usos e sentidos para as suas práticas (SOUZA; BRANDÃO, 2012, p. 176. Grifo nosso).

As barragens contribuem para a mudança da geografia do Baixo São Francisco. A experiência de participar desta campanha proporcionou a compreensão de que o acatamento do que está posto é comungado pela maioria dos habitantes do baixo leito, apesar da totalidade dos entrevistados atribuir a responsabilidade da dinâmica imposta pelo barramento nesta porção do rio.

É importante, sobretudo para a análise geográfica, destacar o papel das políticas dos anos 1970 e 1980, diretamente responsáveis pela mudança de cenário de problemas de gestão para as regiões fisiográficas do Submédio e do Baixo São Francisco. Esta é uma realidade do cenário atual, com projeções que indicam novos conflitos de uso da água na bacia. Novos projetos governamentais atualmente em pauta impactarão de forma decisiva a sobrevivência dessas regiões fisiográficas da bacia.

Por outro lado, torna-se bastante frágil e inviável o projeto do corredor multimodal da mesma companhia. Majoritariamente porque sua implantação depende de ações que envolvem dragagem e formação de um corredor navegável para escoamento de produção. Precisa-se, portanto, de água suficiente para a navegação que abrange parte do Submédio do

rio. O Baixo São Francisco, por exemplo, já foi um “corredor” próspero de comércio e transporte naval, contando até mesmo com a navegação de barcos de grande calado.

A falta de “diálogo” (des)sincroniza historicamente as diversas políticas ministeriais para a bacia. Como resultado, a prática contribui para o agravamento do cenário crítico. As inversões para tornar o rio um corredor multimodal são vigorosas e trazem novas possibilidades de “apropriação” de terras para a agricultura irrigada, pressionando ainda mais a vida das populações tradicionais no Submédio e Baixo São Francisco, em especial para prover seus rendimentos por meio da atividade tradicional da pesca.

À jusante das represas, as ações estabelecidas ao longo do período militar resultaram na caótica situação em que se encontra a BHSF e, em particular, a vida dos pescadores. Na atualidade, a diminuição da vazão, decorrente da necessidade de represar mais água para a geração de energia, trouxe uma situação de miserabilidade e desesperança para os pescadores artesanais e piscicultores.

Os pescadores artesanais tendem a desaparecer, assim como as espécies de peixes que já desapareceram do rio. Nas entrevistas realizadas, a expressão é de descrença em dias melhores e a perspectiva de percorrer livremente o rio para pescar está cada vez mais distante. Os canais de navegação encontram-se assoreados, dificultando a mobilidade desses pescadores, condição mínima para exercer a atividade sem entraves.

Nesse local, já foi possível testemunhar a dura realidade de morar em frente ao rio e não poder usar a sua água para as necessidades básicas. Uma moradora da comunidade de Potengy, distante da foz cerca de 10 Km, coletava água em buques e panelas de uma cacimba cavada por outrem, devido à água do vilarejo, captada por uma bomba flutuante, estar salgada. Segundo a moradora, “a gente mora ali no Potengy e tem de vir para cá, pois a água acolá está salgada, num tem como de beber... a única água boa aqui é essa dessas cacimbas, que o povo cava” (informação verbal¹⁴⁸) (Figura 48).

¹⁴⁸ Transcrição de trecho do depoimento de uma moradora de Potengy (AL), concedido à pesquisadora, sobre a precariedade das condições de vida da população ribeirinha desta localidade.



Figura 48 – “Moradora 3” de Potengy (AL), coletando água da cacimba na foz do São Francisco.
Fonte : GESF (2013).

A segunda observação que destaca a falta de zelo em uma região frágil, ainda na margem norte foi a quantidade de barcos de turismo que passaram rumo às dunas, numa espetacularização da natureza de quem desconhece a verdadeira face da realidade dos que habitam o lugar. Enquanto a equipe entrevistava a “Moradora 3” e o “Mestre de barco 1”, observou-se a passagem de dez barcos de turismo em 40 minutos. A quantidade de pessoas que visitam as dunas da APA não é controlada, pois visualmente é possível perceber que diariamente centenas de turistas perfazem esse itinerário “paradisiaco” (Figura 49).



Figura 49 - Turistas visitando as dunas da margem norte da foz em Alagoas.
Fonte : GESF (2013).

Um mestre do barco de pesca de camarão, na costa, aguardava o momento correto para atravessar o canal, rumo ao mar. Na entrevista, ele afirma que a atividade de trabalhar no barco está no seu cotidiano desde a infância. Primeiro, como responsável pela limpeza, até ocupar o posto de mestre de barco, há aproximadamente dez anos. Em seu depoimento, indica que o tempo da pesca é cada vez maior (em quantidade de dias), embora com menor produtividade. Em suas palavras, a navegação está bastante difícil. É preciso programar a saída de acordo com a maré alta: “Mesmo na maré cheia, tem lugar em que o casco vai se arrastando, perigando de topar e abrir água... e pensar que entrava navio nesta barra...” (informação verbal¹⁴⁹) (Figura 50).

¹⁴⁹ Transcrição de um trecho da entrevista concedida pelo Mestre de barco 1 à pesquisadora.



Figura 50- Entrevista realizada com “Mestre de barco 1”.
Fonte: GESF (2013).

Após a parada da margem alagoana, o grupo de pesquisadores parte para um novo destino, extremamente impactado após a operação da barragem de Sobradinho, a comunidade do Cabeço. Antes mesmo de chegar ao nosso destino, foi feita uma parada, agora no mar, no farol do Cabeço¹⁵⁰, que provavelmente é a maior referência do avanço e da dinâmica costeira dominadora. A partir das barragens de Sobradinho e Xingó, todo o sedimento que naturalmente era depositado para desaguar na foz passa a ser retido, contribuindo para a remoção de sedimentos da linha de praia e posterior erosão costeira.

O farol do Cabeço teve sua operação iniciada desde 1856, no antigo povoado do Cabeço, segundo informações coletadas pela Canoa de Tolda na Capitania dos Portos de Sergipe (ANEXO IX). Contudo, o avanço do mar destruiu metade da área no período de “maré de sizígia”, ou, como falam os pescadores, a “maré grande”¹⁵¹ de 1998 (Figuras 51 e 52).

¹⁵⁰ Esse farol hoje está localizado no mar. No entanto, quando da sua construção, ele se encontrava dentro do povoado de mesmo nome, Cabeço.

¹⁵¹ “Maré grande”, na linguagem popular, é referente à maré de *SIZIGIA*, maré de grande amplitude, com preamares mais altas e baixa-mares mais baixas típicas da lua cheia e da lua nova.



Figura 51- Farol do Cabeço ainda em terra.
Fonte : José Caldas (1998).



Figura 52 - Farol do Cabeço (SE).
Fonte : GESF (2013).

Na comunidade, pode-se resgatar um pouco da história dos tempos em que o farol se encontrava em terra. A lista de equipamentos urbanos que existiram é significativa: o correio, o posto de saúde e a igreja estão na memória dos poucos que resistiram em ficar e a comunidade se resume a uma dezena de casas, algumas só utilizadas como ponto de apoio para as idas e vindas da pesca. Os pais da moradora entrevistada trabalhavam nos arrozais que foram extintos com a erosão costeira. A atividade perdeu água e terra em virtude do avanço do mar. Para Fontes (2003, p. 09),

a manifestação mais dramática do processo erosivo ocorreu na região da foz, onde o recuo da linha de costa levou à destruição do povoado do Cabeço (Sergipe), situado na margem sul [...]. As perdas materiais contabilizaram mais de quarenta casas, escola, igreja, cemitério além de uma grande área de praia.

No retorno do Cabeço, o destino foi o povoado de Potengy, na margem alagoana do rio, para averiguar o que foi relatado pela moradora entrevistada na foz. Uma entrevista foi realizada com o “Pescador 5”, liderança local. Pescador aposentado, ele descreve que, pelo fato de a água estar mais salgada, os moradores do povoado sequer têm direito a um dos elementos básicos para a vida (Figura 53). Eles têm de escolher hora para pegar água, variando entre maré cheia e maré morta, ou, como alternativa, muitos deslocam-se em barcos para pontos mais distantes do povoado para conseguir água doce. O colaborador alerta ainda que os problemas se agravaram a partir do ano de 2010. Antes, as pessoas pegavam água na beira do rio, logo em frente ao povoado. Hoje, isto não é mais possível, inclusive tiveram que deslocar a bomba de captação para um local no rio mais profundo (Figura 54).



Figura 53- Entrevista realizada com o “Pescador 5”.
Fonte: GESF (2013).



Figura 54- Bomba de captação de Potengy (AL).
Fonte: GESF (2013).

No final do dia, a equipe se reuniu para sistematizar os dados coletados nas entrevistas, filmagens, fotos e gravações realizadas. As percepções de todos os pesquisadores nos diálogos da reunião foram gravadas, para que pudessem ser revisitadas nas análises em gabinete. Uma atividade lúdica foi proposta para resumir em uma palavra o sentimento de cada um dos participantes da campanha em seu primeiro dia. Quase por unanimidade, espontaneamente, apontaram para *“perplexidade”*. Palavra pouco utilizada nos loci da Academia, revelava a sensibilidade dos pertencentes à equipe e o choque do que vivenciaram, apesar de na rotina de trabalho defrontam-se usualmente com impactos socioambientais. A falta de acesso à água num território eminentemente hídrico mostra o quanto a universalidade¹⁵² da lei de recursos hídricos é pouco factível à realidade do Nordeste brasileiro, mesmo em sua porção mais úmida.

A campanha realizada na região fisiográfica do Baixo Rio São Francisco por uma equipe formada por vários integrantes do CBHSF, especialistas em diversas áreas, resultou na apresentação voluntária de um relatório apontando os vários impactos sociais, ambientais e os prejuízos causados pela barragem indicados no documento, por meio das falas dos sujeitos da pesquisa que vivem às margens do rio. Acreditávamos, ao elaborar o documento, que ele serviria como fator contraditório aos vários relatórios da CHESF apresentados ao MMA¹⁵³ e ao CBHSF, em cujo teor, em geral, sempre constava a

¹⁵² Vale dizer, padronização de normas que desconSIDERAM aspectos locais, culturais e ambientais.

¹⁵³ Quando a CHESF deseja operar os volumes de água defluente com quantitativos inferiores à vazão ecológica, precisa de uma autorização de operação emitida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão responsável pela autorização de operação dos volumes de água defluente praticados pela CHESF, a montante da barragem de Sobradinho. Conforme os pescadores, a CHESF não informa que vai praticar

necessidade de poucas ações a serem tomadas, apenas deslocamentos de bombas de captação das companhias de abastecimento estaduais e municipais. Mais uma vez, mostra-se que a gestão dos recursos hídricos se presta novamente a atender às necessidades do capital e não dos camponeses (trabalho).

Em um esforço da equipe de pesquisadores, o relatório foi elaborado em 45 dias, com troca de informações por e-mail, pelos diversos especialistas responsáveis pelo documento, sem onerar custos para o comitê. Sua entrega ocorreu via internet, em setembro de 2013. O documento passou por uma revisão “política”, feita pelo presidente do CBHSF, e por uma revisão editorial, condição imposta pela DIREX para que fosse divulgado publicamente. Somente na segunda plenária do ano posterior, já em 2014, o grupo teve a autorização de apresentar o documento à plenária, apresentando os resultados da campanha aos membros do CBHSF no formato de slides. Neste meio tempo, nenhuma ação foi tomada pela presidência para divulgar o relatório, e menos ainda no sentido de cobrar mitigações à CHESF e fiscalização do MMA para interromper a operação defluente abaixo da vazão ecológica.

Vale alertar que a CHESF se utilizou da estratégia de solicitar menor vazão por diversas ocasiões ao longo de sua existência. Porém, desde 2013, ela opera abaixo da vazão ecológica. Recentemente, em dezembro de 2015, a CHESF obteve a autorização de operar com a vazão de 800m³/s. O lago do reservatório da usina de Sobradinho teve seu menor volume, 1,68% da sua capacidade total no início de dezembro de 2015.

O CBHSF só divulgou o referido relatório e o disponibilizou em seu sítio pela internet aproximadamente um ano após a entrega da equipe, já em 2014. Mesmo com o conhecimento do estado crítico apresentado no relatório da equipe, no mês de setembro de 2013, quando a CHESF operava com a vazão de 1.100 m³/s, o CBHSF teve como ação duas edições anuais (2014-2015) de uma campanha publicitária intitulada “Eu viro carranca”, apresentada nas redes sociais e num blog, tendo como desfecho manifestações de populares e dos membros representantes de cada região fisiográfica, no dia 3 de outubro, comemorando o “aniversário” do rio.

Através de uma encenação midiática, ocorreu de forma simbólica um ato de repúdio à atual situação ambiental crítica do Rio São Francisco. Os pesquisadores que colocaram os “pés no rio” acreditavam que os resultados, recomendações e contribuições do documento seriam utilizados pelo CBHSF para cobrar ao MMA uma fiscalização in

menores vazões aos pescadores e balseiros. Apenas percorre a região de helicóptero, no intuito de obter informações “aéreas” dos impactos, emitindo o documento a partir dessa visualização, sem contatá-los.

loco, bem como a suspensão da autorização da CHESF para operar com as vazões acima citadas.

Diante das ações do CBHSF apresentadas neste tópico do capítulo 4, pode-se interpretar que a gestão territorial da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sob a responsabilidade legal desta entidade, não é eficaz para mitigar os impactos causados pelo uso múltiplo das águas e, em especial, no que concerne à questão das operações das barragens sob a responsabilidade da CHESF. Em outras palavras, a missão e competência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco descrita na apresentação de seu sítio oficial na internet não é factível.

Nos termos acima descritos, pode-se imputar que o CBHSF consiste em um simulacro de gestão, já que não consegue atingir seus objetivos, assim como o *Tribunal de la Vega de Valência* (ES), apresentado no tópico das considerações iniciais, que na contemporaneidade se trata tão somente de uma representação encenada para os turistas.

Entende-se que, por mais que o CBHSF tenha apresentado alguns avanços, dialogando com diversas instituições nas esferas administrativas e políticas do Estado, efetivamente, essas ações não lhe aferem poderes suficientes para breçar a eminente “morte” do Rio São Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no que concerne à sua representatividade, efetividade e formação de hidroterritórios, significou um longo percurso de pesquisa e de vivência “de dentro” da gestão do comitê dito participativo, porém pouco factível no *modus operandi* desta instituição.

De fato, existem meandros na operacionalização da gestão que a tornam eminentemente política e centralizada no CBHSF, no âmbito da Direção Executiva Colegiada. Ao se considerar as responsabilidades e poderes da Direção Executiva, formada, conforme dito anteriormente, pelo Presidente, Secretário e Vice-Presidente, pode-se afirmar que a vice-presidência, cargo que tivemos a oportunidade de ocupar por um período de oito meses, permitiu-nos observar o nosso objeto de pesquisa. Cabe ressaltar que, apesar de este cargo estar hierarquicamente na esfera superior, não possui poderes para intervir ou modificar as ações da presidência, que se caracteriza por promover a gestão política centrada em sua pessoa, tanto na esfera interna quanto na externa do comitê.

Internamente, o jogo político do CBHSF apresenta-se de forma similar ao encontrado em instâncias representativas, deliberativas como a Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Os conchavos políticos ficaram ainda mais visíveis em momentos próximos ao período eleitoral, nos bastidores da gestão, por se negociar poderes e representações do jogo de forças do Estado, dos usuários e da sociedade civil (des)organizada. Algumas das vagas de representações são mapeadas para serem ocupadas por pessoas de “confiança” de alguns eleitos como presidentes, que historicamente “atuaram e atuam” em representações ilegítimas, assumindo vagas de comunidades tradicionais, ou mesmo de governos municipais, ao longo da existência do CBHSF.

Durante o nosso mandato, nas diferentes esferas da gestão do CBHSF, foram observados e analisados, dentre outros, a Câmara Consultiva Regional do Submédio (CCR - Submédio), que, apesar de ser uma esfera regional e consultiva, a sua larga experiência política fez a diferença no jogo de forças das representações e de interesses particulares.

O coordenador da CCR-Submédio que exercia a função no mandato 2010-2013 replicava no comitê a forma ditatorial, a qual era usada na função administrativa de

prefeito do município de Afogados da Ingazeira (PE), passível de ser resumidamente representada na expressão popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

A centralidade do poder exercido por este coordenador está materializada, por exemplo, nas arbitrariedades de impor projetos hidroambientais não demandados pela COB-Pajeú, como apontado no capítulo dois desta pesquisa. Concretamente, pode-se apontar também o despotismo de contratar familiares para lhe secretariar na CCR enquanto funcionária da AGB-PEIXE VIVO. A permanência de seus assessores e correligionários municipais em algumas representações da CCR, nas Câmaras Técnicas (CTPPP¹⁵⁴/CTIL) e no COB-Pajeú tinha por finalidade atender a seus interesses particulares, bem como gerenciar politicamente a regional do Submédio como uma extensão do seu governo municipal.

Um fato que deve ser desvelado são os montantes de recursos aplicados em projetos hidroambientais pelo coordenador acima citado para atender à sua região de atuação política, pois os recursos em pauta eram expressivos financeiramente, embora de baixo impacto para a recuperação da bacia, a exemplo da execução do projeto hidroambiental de Brejinho (PE) e do Córrego da Onça, no município de Afogados de Ingazeira (PE). Apesar de não ser mais o coordenador da CCR, ou mesmo prefeito do município citado, sua força política permitiu eleger seu sucessor e antigo assessor municipal como coordenador da CCR do Submédio (2013-2016), além de se perpetuar no comitê como membro efetivo do CBHSF, na função de representação do Governo do Estado de Pernambuco. No ano de 2014, seu município também foi contemplado com o Plano de Saneamento custeado pelo CBHSF.

Durante a nossa representação, enquanto membro da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP), o esforço de alocar tempo e recursos financeiros para viabilizar reuniões desta câmara, proporcionando o diálogo com outros técnicos, resultou no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2010-2013, aprovado com poucas modificações na plenária de Penedo. Esse plano se tornou pouco factível diante das modificações efetuadas pela DIREX no mandato subsequente (2013-2016), momento em que não mais

¹⁵⁴ O coordenador, de forma individual, sem consultar os membros da CCR, indicou a presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Afogados de Ingazeira (PE) para a CTPPP. Esta câmara demandava competência técnica voltada para o planejamento financeiro da gestão. A representante, após uma breve permanência, solicitou o desligamento do cargo por entender que não contribuía para a formulação da peça orçamentária, sendo posteriormente substituída por um assessor do governo municipal Afogados de Ingazeira (PE).

participávamos da gestão, apesar de o secretário e o presidente serem os mesmos do mandato de 2010-2013.

É imprescindível informar que o cargo de vice-presidente, em se tratando de poder de decisão, representa apenas um voto na DIREC, composta por sete integrantes, e possui o mesmo peso na DIREX, composta por três membros: o presidente, o vice-presidente e o secretário. No mês de dezembro de 2015, coincidindo com os últimos meses do mandato da gestão 2013-2016 do CBHSF, o atual presidente solicitou à plenária a alteração do regimento interno, que anteriormente condicionava a dois mandatos consecutivos de gestão a DIREX. Agora, foi aprovada a possibilidade de reeleição por quando mandatos. Tal modificação acirrou ainda mais o jogo político, já que a perpetuação no cargo pode ser negociada e conchavada *ad eternum*. Notadamente, o CBHSF passa a ser uma esfera política diferenciada de todas as demais, pois seus dirigentes não precisam se afastar para concorrer a um novo mandato.

Externamente, o CBHSF apresenta cada vez mais um enfoque midiático, em parte por culpa das próprias normas da gestão estabelecidas no contrato da ANA com a agência delegatária, que aferem como item de “métrica da eficiência” o fortalecimento institucional através das diversas peças de comunicação (sítio, vídeos institucionais, logomarca etc.), viabilizado pela cobrança da água.

Em grande parte, tais recursos financeiros são captados pela outorga preventiva do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), obra faraônica que se encontra em andamento. Curiosamente, esta obra é o maior financiador do comitê na atualidade. A sua viabilização, no ano 2004, foi duramente criticada e combatida pelos integrantes do comitê, inclusive através de uma moção de repúdio à execução do PISF.

No que tange à caracterização da fisiografia e socioeconomia da bacia do Rio São Francisco, foi entendida como requisito necessário para compreender a realidade da gestão hídrica na contemporaneidade. Para tanto, foi levantado o processo de formação espacial da região Nordeste, cuja gênese foi o rio da “integração nacional”, para ampliar o domínio territorial das cortes portuguesa e holandesa sobre o Brasil Colônia.

O levantamento se deu através da análise dos documentos descritos, os quais apontavam para um rio pungente que chegava a despejar água doce a “6 léguas do mar”. Trata-se de uma observação da gênese física do Rio São Francisco “vivo”. Nossa pesquisa contemplou até a análise das principais políticas que promoveram transformações socioespaciais e ambientais, em um salto temporal datado do final do século XX até o começo do século XXI, particularmente na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Da mesma forma, foi importante compreender um outro momento histórico: como se constituiu o poder dos “coronéis” nordestinos por meio do mapeamento das estratégias do seu controle social exercido através da violência armada, sujeitando populações à sua “gestão” particular e a seu *modus operandi* de concentrar riqueza e poder, subjugando populações até mesmo no controle de acesso à água.

Também foram apresentadas as novas formas de controle viabilizadas a partir da instituição da Lei n. 9.433/97, via gestão territorial por comitês de bacia. O CBHSF exerce atualmente o controle político e financeiro da gestão da bacia por meio da alocação dos recursos advindos da cobrança dos volumes de água captados através da outorga. Na nossa interpretação, existe uma alocação ineficiente dos montantes arrecadados a partir de 2010, justificada pelo não cumprimento do papel enquanto CBHSF de acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, no que diz respeito à questão da tomada de decisão para o cumprimento de suas metas; entre elas, a promoção de maiores aportes de água para a bacia, bem como viabilizar uma melhor qualidade de suas águas.

Por um lado, o comitê tem sido inócuo em inibir o comportamento da ANA na questão da emissão de novas outorgas para captação de água bruta na bacia mesmo em períodos de secas prolongadas, como ocorre desde 2010 até o fechamento desta pesquisa, em dezembro de 2015. O fenômeno de ineficácia da gestão, cuja responsabilidade pertence ao CBHSF, tem favorecido a criação de um ambiente de disputas e embates, culminando em conflitos territoriais e de classe pela posse e pelo uso da água nos territórios, caracterizando-os como hidroterritórios.

A luta de classes pela água tem sido promovida na última década principalmente a partir da assimetria de direitos de uso da água, estabelecido como política de Estado em favor do capital e em detrimento das populações ribeirinhas e tradicionais, aqui denominadas de beradeiras. Tais populações foram alijadas das políticas de crescimento historicamente traçadas para o Rio São Francisco. Esse fenômeno pode ser visualizado a partir da observação da espacialização das outorgas, concessões de uso da água emitidas a partir de 2003 para a bacia do Rio São Francisco.

A metodologia traçada para espacializar as outorgas por municípios favoreceram a identificação dos maiores volumes disponibilizados pela ANA como direito outorgado, justificados e legalizados por meio das políticas hídricas sob a ótica empresarial, resultando em conflitos hídricos decorrentes das resistências dos camponeses ribeirinhos.

Todos os conflitos hídricos destacados por círculos nos mapas da na análise espaço-temporal são hidroterritórios.

A apresentação do processo histórico de expulsão da classe camponesa-ribeirinha para longe do seu habitat natural serviu para entender melhor os procedimentos envolvidos nas duas maiores obras de construção das hidroelétricas da CHESF, Sobradinho e Itaparica (denominada atualmente de Luiz Gonzaga), responsáveis pela promoção das grandes diásporas das águas, as quais desterraram mais de 100 mil famílias.

A construção e operação dessas duas usinas dizimaram a vida de milhares de pessoas, inclusive do próprio Rio São Francisco, que, por sua vez, perdeu a característica natural dos ciclos de cheias e secas, passando desde então a ser controlado pelas operações de vazão da CHESF, a jusante das barragens citadas. A nosso ver, isto pode ser considerado o “começo do fim” da esperança das populações de realocados das barragens. Como golpe final, os novos volumes de água permitiram a assimetria das ações do Estado, favorecendo políticas hídricas de perímetros irrigados no Vale do São Francisco para a classe empresarial e reassentamento em parcelas de sequeiros para os desterrados e movimentos da classe trabalhadora.

Se considerarmos o “Acordo de 1986” como marco histórico das resistências e negociações, já se passaram exatos 30 anos de luta camponesa para readquirir os direitos usurpados na instalação de Itaparica. Em 2016, muitos ainda tentam receber indenizações a que tinham direito e foram negadas. Ademais, vários desterrados foram indenizados com valores abaixo dos praticados pelo mercado de terras nessa época. Outros tantos camponeses não tiveram sequer a oportunidade de ver seu processo julgado na Justiça Federal, pois faleceram antes mesmo de sua conclusão.

A construção das novas sedes das cidades inundadas para a formação dos lagos das barragens atingiu especialmente a vida dos beraderos realocados da antiga cidade de Itacuruba (PE) para a (Nova) Itacuruba (PE). No ano de 2006, a cidade de nova Itacuruba foi considerada a maior possuidora de casos de depressão e tentativas de suicídios do país. Outro dado alarmante observado foi a quantidade de pessoas dependentes de psicotrópicos. Oficialmente, os dados apontam que um em cada quatro habitantes é usuário destes remédios.

A automedicação é usualmente praticada por vários moradores da nova Itacuruba. Tal fenômeno foi revelado pelo psiquiatra do município, tornando ainda mais crítica a estatística não oficializada de uso de psicotrópicos no município. Alguns especialistas do Conselho de Medicina do Estado de Pernambuco fizeram um estudo de caso durante uma

“caravana” da instituição, que apontou como possível motivador do fenômeno de depressão coletiva a mudança da sede do município para longe das margens do Rio São Francisco, causando um completo isolamento decorrente da lógica do traçado de construção da estrada que dá acesso apenas a esta localidade.

Por fim, deu-se ênfase à voz das comunidades tradicionais, que, em seus relatos, denunciavam o estado crítico do rio durante o trabalho de campo realizado por toda a região fisiográfica do Baixo São Francisco, em julho de 2013. A morosidade do CBHSF em apresentar publicamente os resultados da “Campanha do Baixo” é aqui entendida como um “descaso planejado”, conceito criado nos anos 1990 por Parry Scott, que cabe perfeitamente em nossa interpretação a respeito demora do comitê em apresentar soluções ou mesmo encaminhar as possíveis soluções para outras instâncias hierarquicamente superiores da gestão: a ANA e o CNRH e o MMA.

Entende-se que a gestão da bacia hidrográfica do rio oferece meandros que dificultam o desenvolvimento eficaz da gestão, refletidos na falta de celeridade do CBHSF em resolver (ou encaminhar) os processos de conflitos hídricos da bacia, além da alocação ineficiente dos recursos advindos da cobrança da água, que efetivamente não impactaram o aumento de oferta hídrica.

Assim, os hidroterritórios podem ser materializados pela inoperância da gestão ou viabilizados pelo direito à água institucionalizado pela outorga emitida pela ANA e chancelada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A apropriação da água pelo capital é um fenômeno que existiu de diferentes formas ao longo do tempo, desde as Sesmarias, no processo de formação territorial brasileiro, até a contemporaneidade, com o agronegócio se apropriando de terra e água.

Espera-se que os dados e a análise apresentados neste estudo possam contribuir para outros estudos, ainda mais aprofundados, sobre o fenômeno de formação de hidroterritórios, cujas origens se encontram nos dispositivos legais, os quais segregam o direito de acesso à água por classes e têm o Estado como o grande mediador do capital em detrimento dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados da USP, Dossiê Nordeste Seco, p. 7-59, 1999. AFONSO, P. C. S. **Uso e gestão das águas nas territorialidades das comunidades rurais do norte de Minas**. 2013. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- AFONSO, P.C.S.; CLEPS JUNIOR, J. Conflito pela água no Norte de Minas: Um estudo sobre hidroterritório nas comunidades rurais do Gorutuba (Janaúba/MG) e Riachão (Montes Claros/MG). In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 6, 2011, Presidente Prudente. Anais ENGRUP. Presidente Prudente, SP: Universidade Federal de Santa Maria, mai. 2011.
- AIBA. **Nota Técnica n. 01/2012**. Safra 2011/2012. 3º Levantamento do Conselho Técnico da AIBA. Barreiras (BA), 25 de Abril de 2012. Disponível em: <http://www.aiba.org.br/_resources/media/pdf/levantamento-safra/safra-oeste-bahia-2011-12/3-Levantamento-safra-Oeste-Bahia-2011-12-NOTA%20TECNICA.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. 2. ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981 (Col. Mossoroense, v. 177, série C).
- AMARAL, Cláudio Ferraz do. Instrumentos de gestão ambiental. In: **Introdução à teoria do desenvolvimento econômico: economia do meio ambiente**. ECO 1106. Aula n. 5. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2001.
- ANA. Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. **Resumo Executivo do Relatório Final**: recomposição da ictiofauna reofílica do Baixo São Francisco. ANA/GEF/PNUMA/OEA. 2003. Disponível em: <<http://www.sfrancisco.bio.br/arquivos/ANA%20001.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- ANA. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: prática e procedimento**. Brasília: SAG, 2011 (Série Cadernos de capacitação em recursos hídricos, v. 2).
- ANA. **Outorga de direito de uso de recursos hídricos**. Brasília: SAG, 2011a. (Série Cadernos de capacitação em recursos hídricos, v.1 e v. 6).
- ANA. **Boletim sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Paraíba do Sul e São Francisco**. Exercício 2010, v. 4, n. 1, 2011b (Série Cadernos de capacitação em recursos hídricos).
- ANA. **Cobrança pelo uso de recursos hídricos**. (Série Cadernos de capacitação em recursos hídricos. vol.7). Brasília/DF. 2013.
- ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras**. Edição Especial. Brasília: ANA, 2015.

ANA. **Glossário de termos referentes à gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2006/GlossarioDeTermo.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

ANA. **Manual de procedimentos técnicos e administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas**. Atualizado em dez. 2014. Brasília: ANA, ago. 2013.

ANA/GEF/PNUMA/OEA. Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. Subprojeto 4.5C. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013)**. Brasília: SPR/ANA, 2004.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Matriz energética brasileira**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/operacaocapacidadebrasil.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ANDRADE, Lopes. **Oligarquias, secas e açudagem**: um estudo e suas inter-relações funcionais. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia de. Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, São Paulo, jan./mar. 1984.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARTICULAÇÃO POPULAR PELA REVITALIZAÇÃO DO SÃO FRANCISCO. **Aceleração do crescimento na Bacia do Rio São Francisco**: o traçado de conflitos e injustiças sociais e ambientais. Relatório- denúncia. Sobradinho. 2008. Banco Mundial. Projeto do corredor multimodal do Rio São Francisco. Sumário Executivo 2.2 (Análise das redes). Brasília. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Projeto do corredor multimodal do Rio São Francisco**: Sumário Executivo 2.2 (Análise das redes). Brasília: [s.n.], 2013.

BARLEU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o conde João Maurício de Nassau**. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1109>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BARTH, Flávio Terra. Evolução nos aspectos institucionais e no gerenciamento de recursos hídricos no Brasil. In: FREITAS, M. A. V. de (Org.). **O estado das águas no Brasil**: 2. ed. Brasília: ANEEL, SIH; MMA, SRH; MME, 1999.

BETHEMONT, Jaques 1995. L'eau est-elle um element structurant de l'espace? In: ERAMUS Sur La Gestion des espaces Hydrauliques, Saint-Victor Sur Loire: Editora Université de Saint Etienne, 1995, p.7-17.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A.W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. **Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste**: uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Ed. do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.433**, de 8 de novembro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

BRASIL. **Lei n. 10.881**, de 9 de junho de 2004. Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.881.htm

BRASIL. **Decreto n. 24. 643**, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL. **Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**: Relatório de Impacto Ambiental RIMA. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2004.

BRASIL. **Conjunto de Normas e Leis**. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2004a.

BRASIL. Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - PBHSF (2004-2013)**. Resumo Executivo. Brasília: ANA, 2004b.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Relatório de auditoria operacional. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2012.

BEZERRA, T.M.L.B. O quilombo “Negros de Gilú” em Itacuruba: Emergência etnoquilombola e territorialidade. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. UFPE 125p. 2006

BEZERRA, M.R.; SOUSA, E.P. Economia do meio ambiente e a indústria brasileira: análise das inter-relações entre as políticas ambientais e a política industrial. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2004. 1 CD-ROM.

tnot**Scripta**: Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 45, v. 30, 1 ago.1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BUCKLEY, Eve Elizabeth. Drought in the *sertão* as a natural or social phenomenon: establishing the Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1909-1923. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, Belém, May/Aug. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 dez. 2014.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. O Brasil real reconstruído: experiência de colonização em Serra do Ramalho, Bahia. In: **Cadernos do CEAS**, n.118, Salvador, nov./dez. 1988.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu Vale. **Revista do Departamento de Geografia**, n.17, p. 83-93, 2005.

CAMPOS, Aroldo de; ALVES, Adriana Melo. O Programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; Costa, Patrícia Vieira da (Orgs.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014 (Parte II).

CANOA DE TOLDA – SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO. **CT-030/2015**, de 22 de junho de 2015. Apresentação de alegações finais no conflito de uso 001/2014 em tramitação no CBHSF. Maceió: 2015. Ofício. Mimeografado.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Ciência e Cultura**: Revista online da SBPC, v. 55, n. 4, p. 40-41, 2003. ISSN 2317-6660.

CASTRO, César Nunes de. Transposição do Rio São Francisco. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília: IPEA, s.d. p. 71-75. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/090725_boletim_regional2_cap13.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

CASTRO, Iná Elias de. Da seca como tragédia à seca como recurso: velhos e novos discursos, velhos e novos territórios (1994). **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, v. 17, p. 1-12, 1994.

_____. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Natureza, imaginário e reinvenção do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomicas/Geografiadelapoblacion/08.pdf>>. Acesso: 30 jul. 2014.

CASTRO, José Esteban. Water is not (yet) a commodity: Commodification and rationalization revisited. em: <<http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0002.103>>. Acesso em: 17 abr. 2013

CASTRO, José Esteban M.; KLOSTER, Karina; TORREGROSA, María Luisa. Ciudadanía y gobernabilidad en México: el caso de la conflictividad y la participación social en torno a la gestión del agua. In: MORÁN, Dante; ESCOLERO, ÓSCAR; ALCOCER, Javier (Coords.). **El agua en México vista desde la Academia**. 1. ed. San Andrés Tololtepec: Academia Mexicana de Ciencias, 2005. p. 339-359.

CBHSF. BELO HORIZONTE. **Ata da reunião da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco CCR Alto SF, realizada em 04 de setembro de 2012**. p. 1-8. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=934>. Acesso em: 10 out. 2013.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Deliberação CBHSF n. 40**, de 31 de outubro de 2008. Estabelece mecanismos e sugere valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaSF/CBH/Delib_40_CBHSF_MecanismosCobranca.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

CBHSH. **Deliberação CBHSF n. 71**, de 28 de novembro de 2012. Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015 e dá outras providências. Maceió: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 2012. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1131>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CBHSF. **Resolução DIREC/CBHSF n. 29**, de 14 de março de 2013. Dispõe sobre a autorização da DIREC à AGB Peixe Vivo para promover o remanejamento de rubricas do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013-2015. Maceió: CBHSF, 2013. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=994>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CBHSF. **Resolução DIREC/CBHSF n. 38**, de 05 de junho de 2015. Dispõe sobre a autorização da DIREC à AGB Peixe Vivo para promover o remanejamento de valores

das rubricas do Plano de Ação Plurianual (PAP) 2013-2015. Brasília: CBHSF, 2015. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=1955>. Acesso em: 05 jul. 2015.

CEPREME. **Itacuruba tem alto índice de suicídio**. 3 mai. 2006. Disponível em: <http://www.cremepe.org.br/leitor_Clippling.php?cd_clipping=2575>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CEIVAP. **PEC-2939**. Síntese do Plano de Recursos Hídricos para a Fase Inicial da Cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul. 2002. 71 p. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaPBS/Textos/Sintese%20Plano%20Recursos%20Hidricos%20da%20BPS%20-%20COPPE%20-%20Set02%20-%20Relatorio.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CNARH/AGB Peixe Vivo. **Dados de cobrança da água bruta retirada do Rio São Francisco em 2013 fornecidos pela AGP Peixe Vivo**. 2013. 20 p. Trabalho não publicado.

COB-PAJEÚ. **Relatório n. 01/12 CTPHa**: Avaliação dos Projetos de Recuperação Hidroambiental da nascente do Rio Pajeú (Brejinho) e do Córrego Onça (Afogados da Ingazeira). Serra Talhada: COB-PAJEÚ, 2012.

COB-PAJEÚ. Resgate das etapas que envolveram os trâmites, no Comitê de Bacia do Pajeú, dos projetos destinados à bacia advindos dos recursos arrecadados pela cobrança da água captada no Rio São Francisco durante o ano de 2010. Bacia do Rio Pajeú: COB-PAJEÚ, 2014. 90 p.

CODEVASF. **Importância da reativação da hidrovia do São Francisco é destacada durante abertura de Seminário em Salvador**. 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/importancia-de-reativacao-da-hidrovia-do-sao-francisco-e-destacada-durante-abertura-de-seminario-em-salvador/>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CODEVASF. **Plano Nacional de Integração Hidroviária será divulgado ainda este mês, afirma Antac**. 01 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/plano-nacional-de-integracao-hidroviaria-sera-divulgado-ainda-este-mes-afirma-antac/>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira**: grãos, oitavo levantamento, maio 2012. Brasília: CONAB, 2012.

COSTA, G. M. Análise de processos socioespaciais: contribuições metodológicas a partir da teoria e de resultados de pesquisa. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, UFF, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/178/170>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CRESPO, A.P.; GUROVITZ; E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de

São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2013.** Sergipe. 2013. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/projetos/dataluta_se_2013.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-48.

DOURADO, J. A. L. **Das terras do sem-fim aos territórios do agrohídronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA).** 2015. 371f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2015.

DUQUÉ, Ghislaine. A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes Barragens. **Cadernos do CEAS**, n. 91, p. 30-38, 1984.

ECO. **O que é uma Espécie Endêmica.** Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28867-o-que-e-uma-especie-endemica/>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ELETOBRAS. **As grandes empresas do setor elétrico.** Disponível em: <<http://www.eletronbras.gov.br/historia/historia.asp?empresa=chesf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho - BA.** 2004. 253f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

FELIPETTO, Adriana Vilela Montenegro. **Conceito, planejamento e oportunidades.** Rio de Janeiro: IBAM, 2007 (Mecanismo de desenvolvimento limpo aplicado a resíduos sólidos).

FERREIRA, L. de F. G. **A seca como manifesto político-social: oligarquias e cangaço na Paraíba.** 2007. Disponível em: <http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2007/12/seca-como-manifestao-politico-social_21.html>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FETAPE. **Boletim dos Trabalhadores Rurais atingidos pela Barragem de Itaparica número 01.** Pernambuco/Bahia, ago. 1979. 37 p. Mimeo.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. **Exílio: pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas – o caso Itacuruba.** 2011. 234f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2011.

FONTES, L. C. S. Projeto de gerenciamento integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco. **Subprojeto 2.4.:** Estudo do processo erosivo nas margens do Baixo São Francisco e seus efeitos na dinâmica de sedimentação do rio. 81f. Aracaju: UFS, 2003.

FURTADO, C. **A operação Nordeste.** Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959 (Coleção de Textos Brasileiros de Economia).

GARCIA, Marília Fontana. Nordeste: o reverso da medalha. **Lua Nova**, v. 1, n. 1, São Paulo, p. 67-71, June 1984. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jan. 2016.

GARJULLI, Rosana. Os recursos hídricos no semiárido. **Cienc. Cult. [online]**, vol.55, n.4, p. 38-39, 2003. ISSN 2317-6660.

GERMANI, I. G. et al. **Acesso à terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco.** Research Paper for DFID Central Research Department (Project R8736) N. 5, Bahia. 2007 Full Report in Portuguese.

GOMES, R. A. As implicações do trabalho e da cultura na mobilidade da população dos projetos de irrigação do sertão paraibano. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG : UFMG, 2002. 1 CD-ROM.

GOTTMANN J. **La politique des États et leur Géographie**, Paris : Armand Colin, 1952.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito das águas:** disciplina jurídica das águas doces. São Paulo: Atlas, 2001.

GUIMARÃES JR., J. A. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do Rio São Francisco. **Cadernos do CEAS.** Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, set. 2007. Disponível em: <http://cptba.org.br/joomla15/download/artigos/sf_em_descaminho_ceas.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo.** Niterói, RJ: UFF, 2004.

HALL, Anthony. **Drought and Irrigation in North-East Brazil.** Cambridge: University Press, 1978.

IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 1910-2000.** Até 1981, dados extraídos de Estatística do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 1910-2000. **Anuário Estatístico do Brasil**, v. 42, 1981.

IBGE. Database de Belomonte. In: **Biblioteca digital IBGE**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/alagoas/belomonte.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Estudo faz diagnóstico socioeconômico da Bacia do São Francisco. In: **Sala de imprensa - IBGE**. 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=1418&busca=1&t=estudo-faz-diagnostico-socioeconomico-bacia-sao-francisco>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

IBGE. **Vetores estruturantes da dimensão socioeconômica da bacia hidrográfica do Rio São Francisco**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009 (n. 6). Disponível em: <<http://docplayer.com.br/4411915-Instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica-ibge.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

INCRA. **Desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano**: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e propostas de política. Aracaju: Centro de Capacitação Canudos, 2006.

IUNES, R.F. Demanda e demanda em saúde. In: PIOLA, S.F.; VIANNA, S.M. (Orgs.). **Economia da Saúde**: conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília: IPEA, 1995.

KHOURY, J. O novo Velho Chico. **Revista do CBHSF Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, n. 1, 2. ed, Salvador, p. 24-27, 2007.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **O trabalho vai para o brejo**: mobilização, migração e colapso da modernização. 2011. 291f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOPES, E.S.A. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <[http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20\(1985-2005\)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Um%20balanco%20da%20luta%20pela%20terra%20em%20Sergipe%20(1985-2005)%20-%20Eliano%20Sergio%20Lopes%20-%202007.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015

MACHADO, E. Itacuruba: a terra dos deprimidos. **Jornal do Comércio**, 20 de agosto de 2011. Caderno Cidades. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/08/20/itacuruba-a-terra-dos-deprimidos-13523.php>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

MACHADO, S. G. **A construção social da loucura em Neópolis**. 2000. 93f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa Regional de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFS, São Cristóvão, 2000.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 197-218.

MARANHÃO; R.M.R.; OLIVEIRA; V.P.V. Aplicação do índice de pobreza hídrica (IPH) para semiárido cearense, Nordeste do Brasil. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6, SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2, 2010, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra. 1 CD-ROM.

MARTINS, R. C. Capital cultural na gestão por bacias hidrográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT9-664-660-20100903161833.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MARTINS, Rodrigo Huebra. **Hidroterritórios: os territórios da água no Córrego do Sossego, Itarana/ES**. 2013. 80f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

MARX, Karl. A lei geral da a Acumulação capitalista (cap. XXIII). In: _____. **O Capital** (Livro Primeiro, vol. II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 712-827.

MARX, Karl. **O Capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 (Livro 1).

MATOS, A. C.; VILLEGAS, J. M. **Reassentamentos involuntários: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <www.bvsde.paho.org/bvsacd/encuen/marin.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

MEDEIROS, P.R.P.; OLIVEIRA, A. M.; LIMA, E. L. R.; HERNANDEZ, A. O.; SILVA, W. F. Abordagem preliminar da intrusão salina no estuário do Rio São Francisco (AL/SE). 2008. CONGRESSO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, 3; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE OCEANOGRAFIA, 1, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, CE: UFC. Disponível em: <http://www.institutomilenioestuarios.com.br/pdfs/Participacao_Eventos/10_CBO2008/resumos/04.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MELLO, Flavio Miguez de (Coord.). **A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens**. Rio de Janeiro: CBDB, 2011. Disponível em: <http://www.cbdb.org.br/documentos/a_historia_das_barragens_no_brasil.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MINC/IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. **Módulo 1: Conhecimento M1. Contextualização Geral**. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20Geral%201%202010.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

MI. Ministério da Integração Nacional. Acesso à Informação. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MIRANDA, A. Uma aventura democrática. **Revista do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, n. 1, 2. ed., p. 27-28, Salvador, 2007.

MMA. **Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006a.

MMA. **Plano Nacional de Recursos Hídricos: Síntese Executiva**: português. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006b.

MORAES, A.C. R. **O sentido formativo da Geografia**. Instituto de Estudos Avançados da USP. 2008. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/sentidoformativogeografia.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

MOREIRA, E. M. Observações sobre a situação do trabalhador rural preso no Polígono da Maconha do Brasil. In: ENCONTRO DE DIREITO E CULTURA LATINO-AMERICANOS: DIVERSIDADE, IDENTIDADE E EMANCIPAÇÃO, 1, 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PR: CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos. 1 CD-ROM.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2005.

MPF/BA INTERMEDIOU DISCUSSÃO ENTRE CODEVASF E COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE PROJETO DE IRRIGAÇÃO “BAIXIO DE IRECÊ”. 21 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/mpf-noticias/direitos-do-cidadao/mpf-ba-intermediou-discussao-entre-codevasf-e-comunidades-tradicionais-sobre-projeto-de-irrigacao-201cbaixio-de-irece201d>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

MT. **Plano Nacional de Logística e Transportes**: Projeto de reavaliação de estimativas e metas do PNLT – Relatório Final. Brasília: Ministério dos Transportes, Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT/MT, 2011. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/images/2014/11/PNLT/2011.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

MUNIZ, B. M. Desvendando imagens: aspectos da reconstituição virtual do Forte Maurício através da cartografia histórica holandesa. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1, 2011, Paraty. **Anais...** Paraty, RJ: UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MUNIZ_BIANCA_M.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Atlas da Terra no Brasil**. CNPq, 2012.

OLIVEIRA, C. H. A; BERGAMASCO, S.M.O.P. Pacto de ações solidárias na sub-bacia hidrográfica do Riacho Jacaré do Baixo São Francisco. 2015. ENCONTRO NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS ABRH, 19, Maceió. **Anais...** Maceió: UFAL. Disponível em:
<https://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/51b462fc83168177baac84f13fb3b413_716078766f293f288d762279b130a2e7.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

OLIVEIRA, R.R. A CHESF e o papel do Estado na geração de energia elétrica. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, n. 1, Fortaleza, p. 10-35, jan./mar. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Ambiente Humano**. Estocolmo: ONU, jun. 1972. Disponível em:
<<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/DeclaraAmbienteHumano.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The Demand for Water. Natural Resources. **Water Series**, n. 3, New York, 1976.

PALHETA, Iraci Gomes Vasconcelos et al. As políticas de irrigação no Nordeste: uma análise crítica. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, n. 5, p. 39- 46, 1991.

PATRIOTA, Gonzaga. **Discurso pronunciado pelo deputado Gonzaga Patriota (PSDP/PE) na sessão do dia 24 de novembro de 2014**. Disponível em:
<<http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/anexos/3442/pronunciamento.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. **O papel da Igreja na resistência camponesa de Sobradinho**. 1987. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia- UFBA, Salvador, 1987.
PEREIRA FILHO, Anísio José. **Representações do PEC-Serra do Ramalho: entre o modo de vida local e o progresso**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2013.

PERNAMBUCO (Estado). Decreto n. 38.178, de 16 de maio de 2012. Dispõe sobre a gestão de abastecimento d'água por carro-pipa nos Municípios do Sertão do Estado de Pernambuco afetados por estiagem, e dá outras providências. **Diário Oficial de Pernambuco**, Recife, 16 de maio de 2012. Disponível em:
<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6&numero=38178&complemento=0&ano=2012&tipo=>>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

PIMENTEL FILHO, G. O Impacto ambiental das obras do setor elétrico: o reassentamento da população atingida pela Usina de Itaparica. **Rev. Adm. Pub.**, Rio de Janeiro, p. 95-110, jul./set. 1988.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de (Orgs.). **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PONTES, Carlos Antônio Alves; SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da proteção e papel do Estado: problemas morais no acesso desigual à água potável. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010211X2004000500026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 dez. 2014.

PONTES, R.F.L.; SILVA, M.M. Conflitos socioambientais no semiárido da região de Xingó, tendo como objeto o uso da água no Projeto Califórnia, Canindé do São Francisco-SE. CONIC, 14, 2008, Recife. **Anais...** Recife, PE: UFPE, 2008.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder, Geografia e Política**. São Paulo: Ática, 1993 (Série Temas, v. 29).

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva (Coord.). **LABERUR: Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos/UFS**. Sergipe, dez. 2014.

REINAUX, Marcílio Lins. **História da eletricidade em Pernambuco**. Recife: Comunigraf, 2003.

REIS, Maria José; CATULLO, María Rosa; GONZALEZ DE CASTELLS, Alicia N. Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades realocizadas. **Cuad. Antropol. Soc.**, Buenos Aires, n. 21, jul. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2005000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

RIBEIRO, M. M. R.; LANNA, A. E. L.; PEREIRA, J. S. Elasticidade-preço da demanda e a cobrança pelo uso da água. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 13, 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABRH. 1 CD-ROM.

RIEGER, A. **Imagens do baixo São Francisco**. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFS, São Cristóvão, 2001.

ROBOCK, Stefan H. **Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTILLI, J. **Aspectos jurídicos da política nacional de recursos hídricos**. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Santilli.pdf>. Acesso em 02 jan. 2014.

SANTOS, Suzy dos. E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)**, p. 1-27, dez. 2006.

SANTOS, R.F.; ANTONELLO, I.T. Território: Reflexões teóricas e metodológicas no ensino da Geografia. In: ANTONELLO, I.T.; MOURA, J.D. P.; TSUKAMOTO (Orgs.). **Múltiplas Geografias: Ensino, pesquisa, reflexão**. Londrina: Edições Humanidades. 2006. p. 135-158. (v. III).

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: _____; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCOTT, R.P. **Etnia e Nação na América Latina: Volume II**. Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), 1992.

SERGIPE (Estado). **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Sergipano: Projeto Manoel Dionizio Cruz BR-L1012**. Proposta de ajuste. Aracaju. 2008.

SERGIPE (Estado). **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Sergipano**. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=595908>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SHAMA, S. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildelgard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 1996.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no Sertão do São Francisco (1820-1920)**. 1981. Dissertação (Mestrado em História) - Rio de Janeiro, UFF, 1981. Mimeo.

SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro; IVO, Alex de Sousa (Orgs.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Simone Rosa; CIRILO, José Almir O planejamento de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. **REGA**, v. 8, n. 1, p. 47-64, jan./jun. 2011.

SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. **Do que as águas não cobriram: um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho**. 1992. 326f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 1992.

SOARES, Sebastião R. **Estratégias de política ambiental - ENS 5139: Economia, direito e administração ambiental**. Florianópolis: UFSC; Engenharia Sanitária e Ambiental, 2001.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Gabriel Soares de: TRATADO DESCRITIVO DO BRASIL em 1587, 5ª edição comemorativa dos quatrocentos anos da obra, Companhia Editora Nacional, São Paulo, SP, Brasil, 1987.

SOUSA SOBRINHO, José de. **Brejos da Barra/BA: comunidades camponesas no processo de desenvolvimento no Vale do São Francisco**. 2006. 326f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, 2006.

SOUZA, D. José Rodrigues. Depoimento na CPI das Enchentes do Rio São Francisco. **Revista Vozes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, A. G.; BRANDÃO, C.R. Paisagem, identidade e cultura sanfranciscana: sujeitos e lugares das comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio rio São Francisco. **Geo**, UERJ, Ano 14, n. 23, v. 1, 1º semestre de 2012, p. 77-98. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/3698/2568>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geomorfologia e Geografia Física: uma (re) leitura**. 1. ed. Rio Grande do Sul: Unijur, 2002.

TCU. **Relatório de Levantamento do Processo TC 013.548/2011-5**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2013. Disponível em: <www.tcu.gov.br/Consultas/.../AC_0101_03_13_P.doc>. Acesso em: 09 set. 2013.

TEIXEIRA, Luiz. **Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil**: Edição comemorativa do V Centenário de Pedro Álvares Cabral. Edição fac-similar do ms. 51-IV-38 da Biblioteca da Ajuda: leitura diplomática: comentários e índices de vocábulos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. 186 p.

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 11, 2007. Disponível em: <<http://www.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.ub.edu%2Fgeocrit%2Fsn%2Fsn-24546.htm&h=OAQEzQNz>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. O Agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v.

5, p. 92-122, 2010.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação. In: THOMAZ JUNIOR, A.; PONTE, K. F. da; ALVES, J. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, SP: Centelha, 2011, p. 11-37.

TORRES, A.T.G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

_____; VIANNA, Pedro Costa Guedes. Reflexões sobre o conceito da água como mercadoria. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 16, 2005, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, PB: UFPB. 1 CD-ROM.

_____; LIMA, V.R.P.; VIANNA, P.C.G. **Hidroterritórios**: uma proposta metodológica para estudos territoriais da cultura da água. 2008. Disponível em: <<http://www.fnca.eu/congresoiberico/documentos/c0412.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

THUAL, François. **Methodes de lagéopolitique**. Paris: Ellipses, 1996.

VAGAGGINI, V.; DEMATTEIS, G. **I metodianalitidella geografia**. Firenze: La NuovaItalia, 1976.

VAINER, C. B. **O conceito de “atingido”**: uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

VARGAS, R.; PIÑEYRO, N. **El Hidroscopio**. Montevideu: UNESCO-PNUMA, 2005.

VILAÇA, M. V. et al. **Coronel, Coronéis**: Apogeu e declínio do coronelismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 3. ed. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Wallerstein, I. "Ecologia versus Direitos de Propriedade. A terra na Economia-mundo capitalista". JANUS.NET e-journal of International Relations, N.º 1, Outono 2010. Consultado [online] em 20 de março de 2014, disponível em: observare.ual.pt/janus.net/pt_voll_n1_art1

YASSUDA, Eduardo Riomey. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 2, p. 5-18, abr./jun.1993.

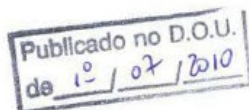
YURI, Mário. 1961. Projeto-Piloto de Eletrificação Rural. Rio de Janeiro: Comissão do Vale do São Francisco

ZELLHUBER, A.; SIQUEIRA, R. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2007. Disponível em:

<http://cptba.org.br/joomla15/download/artigos/sf_em_descaminho_ceas.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

ANEXOS

ANEXO I – Contrato de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA 014/ANA/2010.



CONTRATO Nº 014/ANA/2010

CONTRATO DE GESTÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA E A ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO, ENTIDADE DELEGATÁRIA, COM A ANUÊNCIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA.

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS**, autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.204.444/0001-08, com sede e foro no Distrito Federal, doravante denominada **ANA**, representada neste ato por seu Diretor-Presidente, Vicente Andreu Guillo, brasileiro, casado, estatístico, portador da Carteira de Identidade nº 8.656.438-9, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 990.937.408-06, e por seus Diretores Dalvino Troccoli Franca, brasileiro, separado judicialmente, arquiteto, portador da Carteira de Identidade nº 4.760-D, expedida pelo CREA/PE, e inscrito no CPF sob o nº 038.685.244-87, Paulo Lopes Varella Neto, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 166.951, expedida pela SSP/RN, e inscrito no CPF sob o nº 136.777.214-15, João Gilberto Lotufo Conejo, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 3.735.509-0, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 610.794.488-53, e Paulo Rodrigues Vieira, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade nº 6.625.781, expedida pela SSP/BA, e inscrito no CPF sob o nº 692.274.705-49, todos domiciliados em Brasília-DF, e a **ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO**, entidade delegatária de funções de agência de água, associação civil, sem fins lucrativos, constituída em 15 de setembro de 2006, inscrita no CNPJ sob o nº 09.226.288/0001-91, com sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **AGB PEIXE VIVO**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Ana Cristina da Silveira, brasileira, casada, bióloga, portadora da carteira de identidade nº M-5.051.152, expedida pela SSP/MG, e inscrita no CPF sob o nº 790.270.596-91, domiciliada em Belo Horizonte-MG, com a anuência do **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF**, órgão colegiado estabelecido na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, doravante denominado **CBHSF**, neste ato representado por seu Presidente, Antônio Thomaz Gonzaga da Mata Machado, brasileiro, separado, professor universitário, portador da Carteira de Identidade nº 8258, expedida por SSP/MG, e inscrito no CPF sob o nº 257.670.706-87, domiciliado em Belo Horizonte-MG, com fundamento no art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, na Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e na Resolução nº 114, de 10 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos –

CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

CNRH, em conformidade com o Processo nº 02501.000627/2010-25, resolvem firmar o presente **Contrato de Gestão**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato de Gestão tem por objeto o alcance, pela **AGB PEIXE VIVO**, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I deste instrumento, no exercício de funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

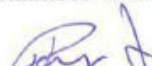
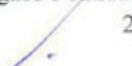
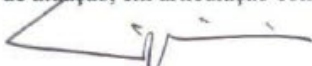
O Programa de Trabalho será aprovado e poderá ser alterado ou repactuado, por acordo entre as partes, após manifestação favorável do **CBHSF** e expressa aprovação da Ministra de Estado do Meio Ambiente, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Para a consecução do Programa de Trabalho:

I – a **AGB PEIXE VIVO** obriga-se a:

- a) atuar como secretaria-executiva do **CBHSF**;
- b) buscar o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Trabalho, detalhado no Anexo I, respeitando os prazos e condições estabelecidas neste instrumento, cujos resultados serão mensurados por meio de indicadores de desempenho;
- c) disponibilizar informações sobre recursos hídricos relativas ao balanço hídrico e ao cadastro de usuários, fornecidas pela **ANA**;
- d) analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- e) acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- f) gerir o sistema de informações sobre recursos hídricos em sua área de atuação;
- g) celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;
- h) elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do **CBHSF**;
- i) efetuar estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação, em articulação com órgãos e entidades similares de outras bacias;



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

j) elaborar as revisões do Plano de Recursos Hídricos para apreciação do **CBHSF**;

k) elaborar, para conhecimento, apreciação e aprovação do **CBHSF**, relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos na bacia do rio São Francisco;

l) propor ao **CBHSF** o enquadramento dos corpos d'água nas classes de uso, para encaminhamento aos respectivos Conselhos Nacional e Estaduais;

m) propor ao **CBHSF** os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos, bem como suas atualizações;

n) fornecer subsídio ao **CBHSF** para que este delibere sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

o) propor ao **CBHSF**, em conformidade com as metas do Programa de Trabalho deste Contrato de Gestão e com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, o Plano de Aplicação anual e para os anos subsequentes dos recursos arrecadados com a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido;

p) aplicar os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, transferidos pela **ANA**, em atividades e ações previstas no Plano de Aplicação e na sua proposta orçamentária anual, aprovados pelo **CBHSF**;

q) propor ao **CBHSF** medidas para o contínuo aperfeiçoamento do gerenciamento de recursos hídricos da bacia;

r) franquear à **ANA** e ao **CBHSF** todos os dados e informações de que disponha, visando à transparência e ao controle social de suas ações e atividades;

s) apresentar à **ANA**, até 31 de maio de cada ano, a previsão global de receitas oriundas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o exercício seguinte;

t) encaminhar à **ANA** e ao **CBHSF**, em até quarenta e cinco dias após o término de cada exercício, o relatório sobre a execução deste Contrato, contendo comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados, e a prestação de contas dos recursos recebidos;

u) cumprir os procedimentos editados pela **ANA**, para seleção e recrutamento de pessoal, bem como para compras e contratação de obras e serviços, a serem custeados com os recursos financeiros provenientes deste Contrato, observando-se os princípios da eficiência, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da impessoalidade;

v) administrar os bens móveis e imóveis a ela cedidos para a consecução dos objetivos e metas previstos neste Contrato;



3



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

w) apoiar o **CBHSF** na articulação com as entidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, com vista à celebração de instrumentos de cooperação visando a atingir os objetivos do Contrato de Gestão;

x) apoiar o **CBHSF** na articulação com os organismos de bacia instituídos no âmbito da bacia hidrográfica do rio São Francisco, visando à gestão integrada dos recursos hídricos;

y) articular-se com os organismos outorgantes para manter atualizado o cadastro de usos e de usuários de recursos hídricos na bacia do rio São Francisco;

z) encaminhar à **ANA** todas as consultas e documentos resultantes de suas obrigações, de acordo com o disposto neste Contrato, consolidados no Calendário Anual de Atividades elaborado pela **ANA**;

aa) instalar e manter sede na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais e sub-sedes nos seguintes Estados:

- Bahia: representando a região do médio São Francisco;
- Pernambuco: representando a região do sub-médio São Francisco;
- Alagoas: representando a região do baixo São Francisco;

bb) realizar estudos e emitir pareceres demandados pela Plenária do **CBHSF** e pela sua diretoria, previstos no plano de aplicação;

II – a **ANA** obriga-se a:

cc) disponibilizar à **AGB PEIXE VIVO**, até 15 de abril de cada ano, estudo analítico e previsões relativas à arrecadação dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o respectivo ano;

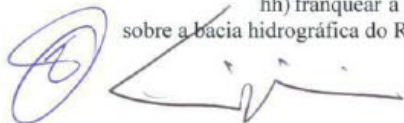
dd) arrecadar os recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos rios de domínio da União da bacia hidrográfica do rio São Francisco;

ee) providenciar, anualmente, a consignação das dotações destinadas à execução deste Contrato de Gestão no Projeto de lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual da União;

ff) empenhar, à conta deste Contrato de Gestão, o valor dos recursos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual como receita efetivamente arrecadada pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco;

gg) transferir mensalmente à **AGB PEIXE VIVO** todos os recursos efetivamente arrecadados com a cobrança pelo uso da água;

hh) franquear à **AGB PEIXE VIVO** todos os dados e informações disponíveis sobre a bacia hidrográfica do Rio São Francisco;



4



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

ii) manter atualizado o cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos de corpos de água de domínio da União na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e disponibilizar as informações à AGB PEIXE VIVO;

jj) disponibilizar à AGB PEIXE VIVO todas as informações relativas à arrecadação e à administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

kk) dar ciência ao Tribunal de Contas da União do conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela AGB PEIXE VIVO;

ll) adotar providências com vista à decretação, pelo juízo competente, da indisponibilidade dos bens da AGB PEIXE VIVO e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de seus empregados ou terceiros, sem prejuízo da medida a que se refere a alínea anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, independentemente de representação junto ao Ministério Público Federal;

mm) atuar como depositária e gestora dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis, na hipótese da ocorrência prevista na alínea anterior, velando pela continuidade das atividades de responsabilidade da AGB PEIXE VIVO, no que diz respeito ao objeto deste Contrato;

nn) caso solicitado pelo CBHSF, disponibilizar à AGB PEIXE VIVO, a título de permissão de uso, consoante o disposto no art. 4º § 2º da Lei 10.881, de 2004, equipamentos e materiais para o cumprimento deste instrumento; e

oo) apoiar a implementação dos procedimentos de seleção e recrutamento de pessoal, bem como de compras e contratação de obras e serviços, em atendimento à solicitação da AGB PEIXE VIVO.

III – Ao **CBHSF** compete:

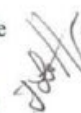
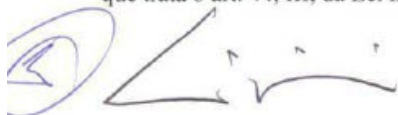
pp) manifestar-se, previamente à aprovação pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, sobre os termos deste Contrato de Gestão e de seus Aditivos;

qq) constituir o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.

rr) manifestar-se à ANA sobre a manutenção do contrato de gestão em consonância com o disposto nos relatórios conclusivos apresentados pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, de acordo com o parecer do Grupo de Acompanhamento.

ss) aprovar o Programa de Trabalho e o Plano de Aplicação dos Recursos.

tt) Parágrafo único. Este Contrato não abrange a delegação de competência de que trata o art. 44, III, da Lei nº 9.433, de 1997.



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para o cumprimento do Programa de Trabalho, a ANA transferirá à **AGB PEIXE VIVO** todas as receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, conforme o art. 4º, § 1º, da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004.

Parágrafo primeiro. Adicionalmente a ANA repassará à **AGB PEIXE VIVO** o montante de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) a serem destinados às despesas de custeio administrativo, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, assim distribuído:

R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em 2010;
R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em 2011;
R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em 2012; e
R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em 2013.

Parágrafo segundo. A ANA repassará à **AGB PEIXE VIVO** os seguintes recursos financeiros para execução do objeto deste Contrato de Gestão:

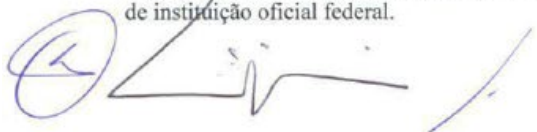
a) no exercício de 2010:

Funcional Programática: 18.122.1107.2272.0001
Programa: 1107
Ação: 2272.0001
Fonte: 0134
Natureza da Despesa: 3.3.50.39
Nota de empenho estimativo: 2010NE000611, de 29 de junho de 2010, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

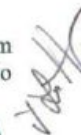
Funcional Programática: 18.544.1107.86A8.0001
Programa: 1107
Ação: 86A8.0001
Fonte: 0116
Natureza da Despesa: 3.3.50.39
Nota de empenho estimativo: 2010NE000612, de 29 de junho de 2010, no valor de R\$ 20.601.325,00 (vinte milhões, seiscentos e um mil, trezentos e vinte e cinco reais)

Parágrafo terceiro. O desembolso mensal, pela ANA, da fonte 116 estará condicionado à arrecadação efetivamente realizada na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, excetuando o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo quarto. Os recursos repassados à **AGB PEIXE VIVO**, enquanto não forem empregados na sua finalidade, deverão ser aplicados no mercado financeiro, por intermédio de instituição oficial federal.



6



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

Parágrafo quinto. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados na execução do objeto deste Contrato, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Parágrafo sexto. Além dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, poderão ser destinados para o cumprimento deste Contrato recursos orçamentários provenientes do Orçamento Geral da União, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer outras fontes.

Parágrafo sétimo. Recursos adicionais poderão ser objeto de termo aditivo específico, conforme proposta orçamentária anual a ser apresentada pela **AGB PEIXE VIVO**;

Parágrafo oitavo. Os recursos a serem transferidos na forma deste Contrato:

I – deverão ser movimentados em conta bancária aberta especialmente para este fim, em instituição financeira oficial federal; e

II – não poderão ser utilizadas para pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades das administrações públicas federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Parágrafo nono. A **AGB PEIXE VIVO** deverá aplicar os recursos transferidos em conformidade com os procedimentos operacionais para a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos definidos em Resolução específica da ANA.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS

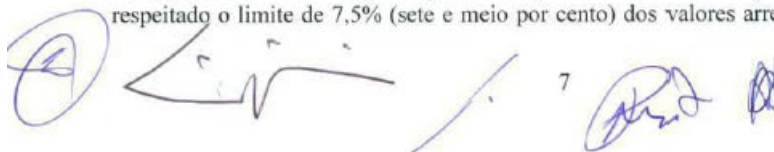
A **AGB PEIXE VIVO** deverá cumprir as normas editadas pela ANA para a seleção e recrutamento de pessoal necessário ao cumprimento deste Contrato, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 10.881, de 2004.

Parágrafo primeiro. A **AGB PEIXE VIVO** não poderá ceder os empregados remunerados à conta deste Contrato a nenhuma instituição pública ou privada.

Parágrafo segundo. A ANA poderá designar servidor do seu quadro de pessoal para auxiliar à implementação das atividades da **AGB PEIXE VIVO**, observado o disposto no art. 5º da Lei nº 10.881, de 2004, não configurando, entretanto, cessão.

Parágrafo terceiro. O desempenho de atividades por servidores públicos cedidos por Estados ou Municípios não poderá configurar vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerar qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para a **AGB PEIXE VIVO**, sendo de responsabilidade exclusiva de seus dirigentes qualquer ação nesse sentido.

Parágrafo quarto. Os limites e critérios para as despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da **AGB PEIXE VIVO**, no exercício de suas funções operacionais, serão estabelecidos pela **AGB PEIXE VIVO**, respeitado o limite de 7,5% (sete e meio por cento) dos valores arrecadados com a cobrança



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

para as despesas de implantação da entidade e seu custeio administrativo, conforme art. 22, § 1º, da Lei nº 9.433, de 1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA PERMISSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

A **AGB PEIXE VIVO** fará uso, a título de permissão, pelo prazo de vigência deste Contrato de Gestão, dos bens móveis e equipamentos da contratante, assim como bens, acervo técnico e administrativo e sistemas de informação adquiridos ou desenvolvidos com os recursos transferidos por este Contrato, cabendo-lhe mantê-los e deles cuidar como se seus fossem, restrito o uso e a destinação à consecução das finalidades pactuadas neste Contrato de Gestão.

Parágrafo primeiro. Os bens móveis utilizados a título de permissão, na forma desta cláusula, não poderão ser alienados sem prévia avaliação e expressa autorização da **ANA**.

Parágrafo segundo. Os bens adquiridos com recursos públicos para uso da **AGB PEIXE VIVO** serão cadastrados e posteriormente transferidos, no caso de extinção ou rescisão deste Contrato de Gestão, à **ANA** ou à entidade que exercer funções de Agência de Águas que vier a sucedê-la;

Parágrafo terceiro. O cadastro referido no parágrafo segundo desta Cláusula será efetuado de modo a permitir identificar, desde seu registro inicial, a fonte dos recursos que deu origem aos bens adquiridos, valor de aquisição, descrição e os responsáveis pelo uso do bem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS


A **AGB PEIXE VIVO** deverá cumprir as normas editadas pela **ANA** para as compras e a contratação de obras e serviços com recursos provenientes deste Contrato, necessários ao seu cumprimento, conforme previsto no art. 9º da Lei nº 10.881, de 2004.

CLÁUSULA OITAVA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A **ANA** constituirá Comissão de Avaliação que analisará, periodicamente, os resultados alcançados com a execução deste Contrato e encaminhará relatório conclusivo sobre a avaliação realizada, acompanhado da prestação de contas correspondente ao período avaliado, à Diretoria da **ANA**, para os encaminhamentos previstos no art. 3º da Lei nº 10.881, de 2004.

Parágrafo primeiro. A Comissão de Avaliação será composta por especialistas com adequada qualificação, integrantes dos quadros da **ANA**, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e de outros órgãos e entidades da Administração Pública federal.

Parágrafo segundo. Os procedimentos e critérios de avaliação do cumprimento do Programa de Trabalho obedecerão ao Manual Operativo para Contratos de Gestão, elaborado pela **ANA**.



8



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

Parágrafo terceiro. A Comissão de Avaliação reunir-se-á, no mínimo, anualmente, para:

I – avaliar os resultados alcançados pela **AGB PEIXE VIVO**, face às metas e indicadores de desempenho acordados neste Contrato de Gestão, na perspectiva de sua eficácia, de sua eficiência e de sua efetividade; e

II – elaborar e encaminhar à Diretoria da ANA e ao CBHSF, relatório conclusivo sobre cada avaliação procedida, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados.

Parágrafo quarto. A ANA e a **AGB PEIXE VIVO** considerarão as recomendações da Comissão de Avaliação e do CBHSF visando adequar este Contrato de Gestão às mudanças que se fizerem necessárias.

Parágrafo quinto. A **AGB PEIXE VIVO** encaminhará à ANA toda documentação exigida neste Contrato, em conformidade com o Calendário Anual de Atividades previsto na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **AGB PEIXE VIVO** elaborará e apresentará à ANA e ao CBHSF, em até quarenta e cinco dias após o término do exercício financeiro, a prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, de acordo com normas definidas pela ANA.

Parágrafo primeiro. A ANA e o CBHSF poderão exigir da **AGB PEIXE VIVO**, a qualquer tempo, informações complementares e a apresentação de detalhamento de tópicos e informações constantes dos relatórios sobre a execução deste Contrato.

Parágrafo segundo. Caberá à **AGB PEIXE VIVO** promover, até 31 de março de cada ano, a publicação, no Diário Oficial da União, de extrato do demonstrativo de execução físico-financeira deste Contrato, relativo ao exercício anterior.

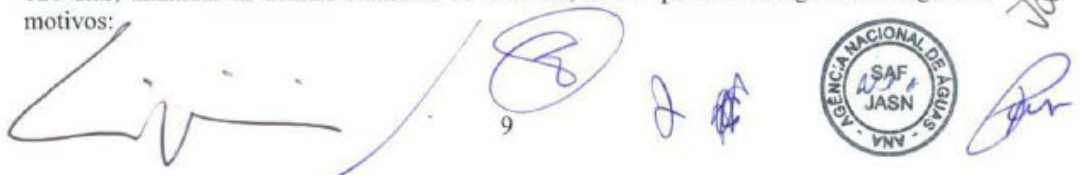
CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Gestão terá vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser encerrado antes mediante a instituição de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Parágrafo Único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo específico.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA SUSPENSÃO

A execução do contrato de gestão poderá ser suspensa, pelo prazo máximo de 120 dias, mantidas as demais cláusulas do contrato, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:



9

CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

I – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

II – interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

III – impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

IV – omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Parágrafo primeiro. A suspensão do contrato deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Agência Nacional de Águas, após a manifestação do Comitê.

Parágrafo segundo. Durante a suspensão do contrato de gestão não haverá repasse de recursos financeiros à **AGB PEIXE VIVO**.

Parágrafo terceiro. Suspensão o contrato de gestão a **ANA** poderá ocupar provisoriamente os bens móveis, imóveis e pessoal da **AGB PEIXE VIVO** para que seja assegurada a continuidade dos serviços vinculados ao presente contrato.

Parágrafo quarto. A suspensão do contrato não prejudicará a avaliação dos resultados do contrato de gestão, tampouco justificará o atraso na prestação de contas.

Parágrafo quinto. A suspensão do contrato de gestão não elide as responsabilidades da **AGB PEIXE VIVO** e de seus dirigentes pelo eventual descumprimento das suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO

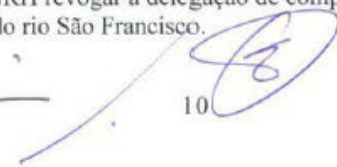
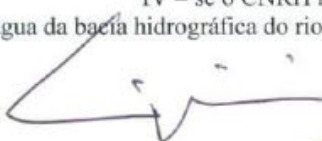
O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes e, ainda, unilateralmente, pela **ANA**, independentemente das demais medidas legais cabíveis, nas seguintes situações:

I – se for constatado o descumprimento deste Contrato por parte da **AGB PEIXE VIVO**;

II – na hipótese de não atendimento às recomendações decorrentes das avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação, que sejam de competência exclusiva da **AGB PEIXE VIVO**;

III – se houver alterações do Estatuto da **AGB PEIXE VIVO** que impliquem modificação das condições de sua qualificação para a execução do objeto aqui contratado;

IV – se o CNRH revogar a delegação de competência de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio São Francisco.



10



CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

Parágrafo primeiro. A rescisão será precedida de processo administrativo na ANA, assegurada a ampla defesa e o contraditório, respondendo os dirigentes responsáveis pela execução deste Contrato, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

Parágrafo segundo. A ANA poderá, durante o processo administrativo previsto no parágrafo anterior e até a consecução dos seus resultados, com o objetivo de resguardar o interesse público, nomear comissão gestora anuente de todas as atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo terceiro. A rescisão importará reversão dos bens cujos usos foram permitidos e dos valores entregues à utilização da AGB PEIXE VIVO, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão deste Contrato, a ANA será instituída como titular em todos os contratos vigentes firmados pela AGB PEIXE VIVO, atuando como depositária de bens e valores necessários ao seu término, desde que sejam:

I – oriundos dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União;

II – previstos no Plano de Aplicação aprovado pelo CBHSF, conforme orçamento anual e programação para os anos subseqüentes, atendida a previsão da receita orçamentária aprovada pela ANA.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

O presente Contrato de Gestão será publicado pela ANA no Diário Oficial da União, por meio de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO ANEXO

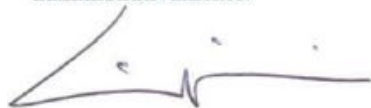
O Programa de Trabalho, Anexo I, constitui anexo integrante e indissociável ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão dirimidos entre as partes contratantes, observada as atribuições legais da ANA e a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida e solucionar questões não resolvidas administrativamente.



11




CONTRATO Nº 014 /ANA/2010

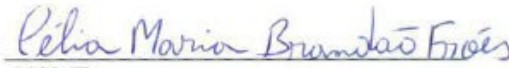
Por estarem de pleno acordo e atendidos os aspectos legais, as partes firmam o presente Contrato de Gestão em quatro vias, de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo nominadas.

Brasília-DF, 30 de JUNHO de 2010.

 VICENTE ANDREU Diretor-Presidente - ANA	 DALVINO TROCCOLI FRANCA Diretor - ANA	
 PAULO LOPES VARELLA NETO Diretor - ANA	 JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO Diretor - ANA	
 PAULO RODRIGUES VIEIRA Diretor - ANA	 ANA CRISTINA DA SILVEIRA Diretora Geral da AGB Peixe Vivo	
 ANTÔNIO THOMAZ GONZAGA DA MATA MACHADO Presidente do CBHSF		

TESTEMUNHAS:

1ª 
NOME: PATRÍCIA HELENA G. BOSON
RG: 11 562 505
CPF: 320 084 146 04

2ª 
NOME:
RG: 11 143 4806
CPF: 463 237 646-04

ANEXO II – E-mail denúncia.

Page 1 of 1

Comercial

De: Conape [conape@lisa.com.br]

Enviado em: terça-feira, 15 de maio de 2012 10:12

Para: Comercial

Assunto: Posto de serviço AGB-Peixe-vivo (-Pirapora)

As nossas atividades iniciada no mês/fév-012 com os seguintes funcionários na função de aux.de serviços gerais.-com os seguinte funcionários:-Adriano Belém dos Santos e Débora de Jesus Silva. Sempre com problemas de complementação na jornada aos sábados dias de semana ou até as vezes no domingo, na pousada da Gerente do escritório local Sra. Delvane Fernandes, fazendo todo tipo de atividade que a mesma exigia.

Após 45/dias com a saída do funcionários Adriano e a contratação do sr.Glécio a Sra. Delvane passou a exigir que a cantineira Débora fizesse os serviços de campo que era feito pelo o Adriano.

E a mesma não desse conta de fazer que a mesma pagasse do seu salário , pessoas outras para fazer. Porque o sr.Glécio deste a sua admissão ficou fazendo apenas serviços burrográticos para a Sra. Delvane.

Por último na última quinta feria ia 10/05 ela reuniu com os dois e propôs que os mesmos passaria a trabalhar meio expediente, receberia o salário normal e repassaria para ela a meda de porque ela teria que pagar outras pessoas para trabalhar em sua campanha para vereadora fatos narrados em minha casa na sexta feira dia 11/05- pela Funcionária Débora, juntamente com sei: esposo.

Att,
Cândido.

ANEXO III – Ata da Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco.



CBHSF - CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF



ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012

1 Aos 04 dias do mês de setembro de 2012, as 09h00min, reuniu-se a Câmara Consultiva
2 Regional do Alto São Francisco - CCR Alto SF, no Hotel Normandy - Salão Mariana, situada
3 à Rua Tamóios, 212, Centro - Belo Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros:**
4 Valter Vilela Cunha, COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Wagner
5 Soares Costa, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de
6 Oliveira, SIAMIG/SINDAÇUCAR - Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado
7 de Minas Gerais; Carlos Alberto Santos Oliveira, FAEMG - Federação da Agricultura e
8 Pecuária do Estado de Minas Gerais; Luciano Souza Ribeiro, COOPEIXE - Cooperativa dos
9 Piscicultores do Alto e Médio São Francisco; Nélida Mara Menezes, CEMIG - Companhia
10 Energética de Minas Gerais; Delvane Maria Fernandes - ARPA - Associação Regional de
11 Proteção Ambiental de Pirapora; Norberto Antônio dos Santos, Instituto Opará; Antônio
12 Eustáquio Vieira, Movimento Verde de Paracatu; Geraldo José dos Santos, Associação
13 Comunitária Sobradinho II; Marcus Vinícius Polignano, Instituto Guaicuy; Márcio Tadeu
14 Pedrosa - ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção MG;
15 Lucivane Lamounier Faria - FEVASF Fundação Educacional Vale do São Francisco; Luciano
16 Sousa Lino - Prefeitura Municipal de Pompéu; Renata Maria de Araújo, SEMAD - Secretaria
17 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; José Bernardino Rios Junior
18 - CBH Afluentes do Alto São Francisco - SF1; Regina Greco - CBH Rio Pará - SF2; Sílvia
19 Freedman Ruas Durães - CBH Entorno da Represa de Três Marias - SF4; Rogério de Oliveira
20 Sepúlveda - CBH Rio das Velhas - SF5; Sirléia Márcia de Oliveira Drummond - CBH dos Rios
21 Jequitaiá Pacuí - SF6; Julio Cesar Ayala Barreto - CBH Rio Urucuia - SF8. **Participaram**
22 **também:** Ana Cristina da Silveira, Anny Caroline Oliveira Caixeta, Rúbia Santos Barbosa,
23 Adriana Soriano, Cynthia Camargo, Daniel Gouvêa e Alberto Simon - AGB Peixe Vivo;
24 Ricardo Coelho - CDLJ Publicidade; João Climaco - FONASC e Tiago Soares Nolasco. O
25 coordenador CCR Alto SF, Sr. Márcio Pedrosa, inicia a reunião agradecendo a presença de
26 todos e faz a leitura dos pontos de pauta para discussão: 9h00 - Abertura e verificação de
27 quórum; 9h15 - Informes sobre a pauta; 9h30 - Aprovação da ata da reunião de 13 de
28 julho de 2012; 10h00 - Aprovação da Moção que *"Manifesta discordância com a*
29 *intervenção promovida pela ANA junto à Câmara Consultiva Regional do Alto São*
30 *Francisco - CCR ALTO SÃO FRANCISCO"*; 10h30 - Apresentação do Relatório da Comissão
31 de Sindicância e definição dos encaminhamentos à plenária do CBHSF; 12h30 - Intervalo
32 para almoço; 14h00 - Apresentação do PAP - Plano de Aplicação Plurianual do CBHSF -
33 Período: 2013/2015; 15h00 - Discussão e encaminhamentos; 16h00 - Encerramento. Após
34 a leitura da pauta, o Sr. Márcio Pedrosa passa a palavra a Sra. Ana Cristina da Silveira,
35 Diretora de Integração da AGB Peixe Vivo, para prestar esclarecimentos referentes a
36 composição da CCR Alto SF, informa que de acordo com o Art. 2º da Deliberação CBHSF nº
37 52, a CCR é composta por membros titulares e suplentes do CBHSF, além de um
38 representante de cada comitê afluente. No caso da CCR Alto SF, são vinte membros
39 titulares e vinte suplentes, membros do CBHSF, além de dez representantes dos comitês
40 afluentes. Informa que para verificação de quórum é considerado o voto do membro
41 titular, e na ausência do titular, o membro suplente tem direito a voto, na forma prevista

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012

42 pelo regimento interno do CBHSF. Alguns membros da CCR não concordaram com esta
43 condição, para eles são todos membros titulares, caso contrário, os representantes dos
44 comitês afluentes também teriam seus suplentes. Após o debate, ficou definido que a
45 AGB Peixe Vivo irá enviar parecer jurídico sobre o tema aos membros da CCR para análise.
46 Dando sequência aos trabalhos o Sr. Márcio Pedrosa faz uma sugestão para inversão da
47 pauta, propondo a seguinte ordem: Apresentação do Relatório Final da Comissão de
48 Sindicância e definição dos encaminhamentos à plenária do CBHSF; Aprovação da Moção
49 que “Manifesta discordância com a intervenção promovida pela ANA junto à Câmara
50 Consultiva Regional do Alto São Francisco - CCR ALTO SÃO FRANCISCO”; Intervalo para
51 almoço; Aprovação da ata da reunião de 13 de julho de 2012; Apresentação do PAP -
52 Plano de Aplicação Plurianual do CBHSF - Período: 2013/2015, Discussão e
53 Encaminhamentos. A inversão da pauta foi aprovada por todos. Na sequência o
54 coordenador passou a palavra à Comissão de Sindicância para apresentação do Relatório
55 Final, que teve por objetivo identificar se houve irregularidade ética e/ou administrativa
56 da coordenadora da CCR Alto São Francisco, Sra. Delvane Maria Fernandes, na gestão do
57 escritório da CCR Alto SF localizado em Pirapora/MG, conforme Resolução DIREC nº 20, de
58 13 de julho de 2012. O Sr. Wagner Soares Costa, presidente da Comissão de Sindicância,
59 fez a leitura na íntegra do relatório com a síntese dos seguintes depoimentos: o relato da
60 Diretora Geral da AGB Peixe Vivo, Sra. Célia Maria Brandão Fróes; o relato do Diretor da
61 empresa CONAPE, Sr. José Carlos Teixeira; os relatos dos ex-funcionários do escritório da
62 CCR Alto SF, Amelita da Silva Dias, Hécio Aparecido da Silva e Adriana Duarte Rocha; o
63 relato do encarregado da empresa CONAPE, Sr. Cândido de Souza Barros; o relato da
64 Coordenadora licenciada da CCR Alto SF, Sra. Delvane Maria Fernandes, que veio
65 acompanhada de seu advogado, Sr. Tiago Soares Nolasco, e ainda o relato do ex-
66 funcionário do escritório da CCR Alto SF, Anderson Alexandre Vieira Muniz. Ao final,
67 apresentou a decisão da Comissão conforme descrito a seguir: “Após as oitivas e análise
68 dos documentos, a Comissão identificou os seguintes fatos importantes: 1. Os
69 depoimentos convergem para a existência de generalizada confusão de papéis entre o
70 Espaço Grande Rio, as ONGs presididas pela Srª. Delvane e as atividades de coordenação
71 da CCR Alto SF; 2. Os depoimentos convergem pela utilização dos funcionários do escritório
72 em funções que extrapolavam suas obrigações pelas quais foram contratadas pela AGB
73 Peixe Vivo, como equipe de apoio ao escritório da Câmara Consultiva; 3. Inexistência de
74 comprovações documentais tanto da coordenadora quanto dos funcionários da realização
75 de trabalho remunerado com recursos próprios da coordenadora para atividades fora do
76 horário de serviço e particulares; 4. O ambiente político de Pirapora interferiu em todo o
77 processo de funcionamento do escritório da CCR Alto SF. Por vezes, as atividades políticas
78 partidárias locais da coordenadora foram mescladas com atividades e com a imagem do
79 CCR Alto SF. A comissão entende que a função de coordenação de uma CCR é um cargo
80 público que deve ser conduzido com legalidade, impessoalidade, moralidade, da forma
81 mais isenta possível, e cujo exercício deve estar eticamente comprometido com os
82 objetivos da CCR Alto SF e dando ciência de todos os seus atos para os seus membros.

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012**

83 *Pelos fatos apurados, consideramos que a Sr^a. Delvane infringiu tais princípios, colocando*
84 *em risco a credibilidade da CCR Alto SF".* Após a apresentação, o Sr. Rogério Sepúlveda, diz
85 que ficou bem claro em todos os depoimentos que o momento político interferiu neste
86 processo. Após a apresentação do relatório, a Sra. Delvane Maria Fernandes faz uma
87 apresentação de sua defesa que se baseou na explanação dos documentos veiculados
88 pela mídia local a respeito da denúncia, a contestação do depoimento de Hécio Aparecido
89 da Silva e apresentação do Boletim de Ocorrência lavrado no dia 30.06.12. Informou que o
90 escritório da CCR Alto SF foi fechado de forma arbitrária e que todos foram pegos de
91 surpresa, que o funcionário da sede da AGB Peixe Vivo requisitou o celular, o notebook,
92 cancelou o acesso ao ultramail e que a mesma foi tratada como uma bandida. Em sua
93 opinião, a AGB Peixe Vivo agiu impulsivamente, deveria ter passado um e-mail a DIREC e
94 apurado os fatos. Informa que no espaço funciona uma unidade de educação ambiental e
95 que os banners do CBHSF e da CCR Alto SF estão sempre em evidência. O local possui um
96 alojamento para estudantes. Sobre os funcionários, a mesma informou que a funcionária
97 Débora, contratada pela empresa CONAPE não trabalhou aos sábados e que todos os
98 funcionários estavam ociosos, por este motivo, pediu que exercessem outras atividades.
99 Informa que a ARPA e o CEIP foram premiados pelo Ministério da Cultura e que tentou
100 otimizar o trabalho que já vem sendo executado, diz que o Espaço Grande Rio foi
101 maliciosamente chamado de pousada. Sobre a questão da divisão do salário, informou que
102 houve apenas uma sondagem política e não uma proposta de divisão de salário. No que se
103 refere a sua coordenação, informou que não agiu de forma autoritária e que sempre se
104 dedicou a causa do Rio São Francisco e que pessoas do próprio Comitê do Rio São
105 Francisco não querem seu sucesso. A mesma questiona a postura da AGB Peixe Vivo, que
106 agiu de uma forma intempestiva e frisa que seu nome está na lama na cidade de Pirapora
107 e que a CCR Alto SF poderia fazer o reparo com a reabertura imediata do escritório em
108 Pirapora. Finaliza dizendo que todo trabalho desenvolvido pela coordenação da CCR Alto
109 SF tinha o conhecimento e apoio do Presidente do CBHSF à época, Sr. Geraldo José dos
110 Santos. Após as argumentações da Sra. Delvane Maria Fernandes, foi aberto para
111 discussões e o Sr. Geraldo José dos Santos, com a palavra, informa que participou de
112 diversos eventos no centro de educação ambiental em Pirapora e reforça que o
113 movimento político no interior é complicado, o que ocasionou esta instabilidade. O Sr.
114 Valter Vilela diz que a situação é grave e que tinha propostas concretas na plenária para a
115 destituição da coordenadora e que os membros da CCR Alto não permitiram a decisão do
116 plenário, antes da CCR Alto se reunir. Sobre a fala da Sra. Delvane Maria Fernandes,
117 questionou que, se os funcionários estavam ociosos, porque foram solicitadas à AGB Peixe
118 Vivo contratações sucessivas. O Sr. Marcus Polignano interrompe a fala e diz que o grupo
119 precisa refletir sobre os fatos e que não está em pauta a pessoa da Sra. Delvane, que a
120 responsabilidade é coletiva. O imbróglio político que a Sra. Delvane Fernandes se
121 envolveu expôs a imagem da CCR Alto, sendo necessário fazer um resgate da credibilidade
122 da CCR Alto. Ressalta que a CCR tem como obrigação apurar os fatos, o que foi feito pela
123 Comissão de Sindicância. Foi apontado pelo Sr. Wagner Soares que a Comissão de

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012

124 Sindicância não encontrou problemas administrativos e sim problemas éticos e sugere aos
125 membros a substituição da coordenadora da CCR Alto, para recompor a credibilidade da
126 CCR, e depois levar para ratificação pela plenária do CBHSF do nome do Sr. Márcio
127 Pedrosa como coordenador, tendo como encaminhamento final a votação do Relatório da
128 Comissão de Sindicância. O Sr. Geraldo Santos solicita que o Relatório seja avaliado
129 detalhadamente por todos, o que exigirá um tempo maior, propõe o envio do Relatório
130 final a todos os membros para votação na próxima reunião da CCR Alto SF. O coordenador
131 da CCR Alto põe em discussão o encaminhamento feito pelo Sr. Geraldo Santos, de
132 encaminhar o Relatório final da Comissão de Sindicância a todos os membros para
133 votação na próxima reunião. O Sr. Marcus Polignano, com a palavra, não aceita que o
134 Relatório seja votado na próxima reunião, diz que o trabalho feito pela Comissão de
135 Sindicância foi muito cuidadoso e faz o encaminhamento pela votação imediata do
136 relatório. O Sr. Wagner Soares apoia o encaminhamento do Sr. Marcus Polignano. Com a
137 palavra, o Sr. Márcio Pedrosa, põe em votação os dois encaminhamentos feitos, a votação
138 do Relatório final na próxima reunião da CCR Alto SF ou a votação na sequência, nesta
139 mesma reunião. Após as discussões, foi definido pela maioria dos presentes que o
140 Relatório da Comissão de Sindicância fosse votado na sequência, com dois votos
141 contrários, do Sr. Geraldo José dos Santos e do Sr. Antônio Eustáquio Vieira, os quais
142 foram justificados. Justificativa do Sr. Antônio Eustáquio: *"Eu queria justificar o meu voto,
143 porque geralmente quando tem uma votação desta o pessoal costuma levar para o resto
144 da vida, pelos plenários ai afora e até agora eu não tive resposta que eu sempre busquei
145 desde a reunião anterior quando eu disse que eu precisava de informações a respeito da
146 ação que foi implementada pela ANA e também pela AGB Peixe Vivo. Porque para mim tá
147 fora de responsabilidades deles agirem de cima do que aconteceu. Então que isso fique
148 guardado para que não tenham outras conversas por ai afora dizendo que eu fui uma das
149 pessoas que votei contra este relatório, que votei contra a destituição."* Justificativa do Sr.
150 Geraldo Santos: *"Justifico o meu voto. Não voto contra o relatório. O relatório para mim
151 foi o que foi feito, o que foi levantado, o que foi posto e o que vocês recolheram. As
152 conclusões foram as que vocês retiraram e do relatório e tudo bem. Apenas a justificativa
153 do meu voto de ser contrário (palavra incompreensível) esta forma de agir está no
154 fundamento de como foram tomadas as atitudes com relativas a este fato. Nós, câmara
155 do alto, ou nós comitê do São Francisco por inteiro estamos aqui ratificando uma ação que
156 não é da responsabilidade nem de ANA, nem de Peixe Vivo. Nós comitê, nós deveríamos
157 tomar as atitudes que julgássemos a adequada e não abonarmos as atitudes tomadas por
158 quem não tem o direito legal de fazê-lo. O comitê tem sim, tem sim o direito de fazer o que
159 achar conveniente fazer, não existir simplesmente um inquérito administrativo, ações
160 desenvolvidas por quem estabelece a lei, não tem o direito de fazê-lo, somente o Conselho
161 Nacional de Recursos Hídricos poderia intervir dentro de qualquer comitê. Estamos
162 trabalhando inclusive com um contrato de gestão que falha, que falha redondamente no
163 respeito à lei, que tem falhas incríveis que se prosperam podem ser questionadas a
164 qualquer momento em qualquer quórum. Portanto, essa não é a maneira que o comitê*

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012

165 *poderia agir com respeito aos seus direitos e seus deveres. O que aqui foi praticado,*
166 *sabendo dos direitos e deveres do comitê. A ação se baseou em uma ação indevida,*
167 *inadequada que fora feita anteriormente. Por isso a minha justificativa do voto, sou contra*
168 *porque estamos trabalhando por sobre uma ação que é absolutamente ilegal".* Passando
169 para o próximo item, o Sr. Márcio Pedrosa fala sobre a Moção discutida na reunião
170 anterior e solicita a Sra. Renata Araújo, que seja a relatora da Moção. Após a leitura da
171 Moção, o coordenador da CCR Alto, coloca a matéria em discussão. Com a palavra, o Sr.
172 Rogério Sepúlveda sugere que inclua a palavra "escritório da CCR" no considerando:
173 "Considerando os fatos que levaram ao fechamento da CCR Alto São Francisco..." ficando a
174 seguinte redação: "Considerando os fatos que levaram ao fechamento do escritório da CCR
175 do Alto...". Foi solicitado pelos membros que troque a palavra "sede" por "escritório" no
176 mesmo considerando, ficando com a seguinte redação: "... por meio de um ato
177 administrativo determinado pela ANA que culminou com a intervenção da Agência Peixe
178 Vivo do escritório da sede da CCR do Alto São Francisco.". A Sra. Regina Greco sugere que
179 se coloque a data de hoje na Moção. Houve a discussão sobre a ementa da Moção, não
180 houve alterações na sua redação. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares reforça que a
181 Câmara é consultiva e não deliberativa, e que não se pode aprovar uma moção a ser
182 encaminhada diretamente a ANA e ao CNRH, a CCR deve propor em Plenária o
183 encaminhamento desta Moção. Na oportunidade, a Sra. Renata Araújo informa que de
184 acordo com o artigo 23 do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São
185 Francisco, as decisões e moções do CBHSF serão tomadas por consenso ou aprovação de
186 dois terços dos presentes. A Câmara não tem competência de encaminhar Moção, tudo
187 deve ser encaminhado para o Plenário. O Sr. Marcus Polignano e Sr. Márcio Pedrosa
188 sugerem que a Moção aprovada pela CCR Alto seja enviada a DIREC, para que eles deem o
189 encaminhamento necessário. O Sr. Geraldo José dos Santos, disse que o encaminhamento
190 aprovado na reunião anterior da CCR Alto SF, ocorrida em 13/07/2012, foi de elaborar a
191 Moção e enviar diretamente para a ANA e CNRH. O Sr. Márcio Pedrosa reforça o
192 encaminhamento de enviar a Moção à DIREC, para avaliação, e posterior
193 encaminhamento a ANA. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares diz que a aprovação do
194 encaminhamento direto a ANA na reunião anterior foi intempestiva e emocional, passado
195 este tempo, a análise fria conclui que este não é um procedimento correto. O Sr.
196 Bernardino Rios e Sra. Renata Araújo observam que na Ata da reunião anterior na linha 71
197 houve o "encaminhamento de documento contendo o posicionamento da CCR Alto SF" e
198 nas linhas 89 e 90 descreve que houve a "aprovação por unanimidade do
199 encaminhamento do documento de manifesto contra a interferência da ANA", o que foi
200 aprovado foi a elaboração da Moção, pois o encaminhamento deste documento era
201 apenas uma proposta do Sr. Marcus Polignano. Em seguida, o Sr. Marcus Polignano diz que
202 a atitude correta é encaminhar a moção via presidente do comitê solicitando a ele
203 autorização para encaminhar a ANA ou pedindo o mesmo que o fizesse em nome da
204 presidência, o que até reforçaria o documento. O Sr. Márcio Pedrosa diz que caso o Sr.
205 Anivaldo Miranda quisesse um representante da CCR Alto poderia até acompanhá-lo na

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012**

206 entrega deste documento na ANA. Foi aprovado o encaminhamento da Moção a DIREC.
207 Feitas as alterações sugeridas, o texto da Moção foi aprovado. *Moção CCR Alto do CBHSF*
208 *nº 001, de 04 de setembro de 2012. Manifesta discordância com a intervenção promovida*
209 *pela ANA junto à Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco - CCR Alto São*
210 *Francisco. A CÂMARA INTEGRANTE CONSULTIVA DO COMITÊ REGIONAL DA BACIA DO*
211 *ALTO SÃO FRANCISCO HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF, instituído pelo*
212 *Decreto do Presidente da República, de 05 de junho de 2001, no uso de suas atribuições e,*
213 *Considerando o disposto no artigo 1º, inciso V, da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de*
214 *1997, que conceitua a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a implementação*
215 *da Política Nacional de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de*
216 *Gerenciamento de Recursos Hídricos; Considerando o disposto no artigo 4º, da Lei Federal*
217 *nº 9.433/1997, que atribui à União a competência para articular-se com os Estados, tendo*
218 *em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum; Considerando o*
219 *disposto no artigo 33, da Lei Federal nº 9.433/1997, que insere os Comitês de Bacias*
220 *Hidrográficas, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas*
221 *dentre os entes integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;*
222 *Considerando o disposto no artigo 35, inciso VI, da Lei Federal nº 9.433/1997, que atribui*
223 *ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a competência para estabelecer diretrizes*
224 *complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação*
225 *de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos*
226 *Hídricos; Considerando o disposto no artigo 35, inciso IV, da Lei Federal nº 9.433/1997, que*
227 *atribui ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a competência para deliberar sobre as*
228 *questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos*
229 *Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica; Considerando o disposto no artigo 41, da*
230 *Lei Federal nº 9.433/1997, que estabelece que as Agências de Água exercerão a função de*
231 *secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;*
232 *Considerando o disposto do artigo 43, inciso I, da Lei Federal nº 9.433/1997, que*
233 *condiciona a criação de uma Agência de Água à prévia existência do respectivo ou*
234 *respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; Considerando o disposto do artigo 2º, inciso VII,*
235 *da Lei Federal nº 10.881/2004, que estabelece dentre outros itens do conteúdo mínimo*
236 *dos contratos de gestão, o estabelecimento da forma de relacionamento da entidade*
237 *delegatária com respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica; Considerando*
238 *que o artigo 4º, da Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, estabelece que a atuação*
239 *da Agência Nacional de Águas - ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e*
240 *instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação*
241 *com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de*
242 *Gerenciamento de Recursos Hídricos; Considerando que o artigo 1º, §2º, da Resolução*
243 *CNRH nº 05 de 10 de abril de 2000, dispõe que os Comitês de Bacia Hidrográfica, cujo*
244 *curso de água principal seja de domínio da União, serão vinculados ao Conselho Nacional*
245 *de Recursos Hídricos; Considerando que o artigo 4º, da Resolução CNRH nº 05/ 2000,*
246 *estabelece que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos só deverá intervir em Comitê da*

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012**

247 *Bacia Hidrográfica, quando houver manifesta transgressão aos dispositivos da Resolução e*
248 *ao disposto na Lei n° 9.433/1997, desde que assegurada ampla defesa ao Comitê de Bacia*
249 *Hidrográfica objeto da intervenção; Considerando que o artigo 35, do Regimento Interno*
250 *do CBH SÃO FRANCISCO, estabelece e as Câmaras Consultivas Regionais, coordenadas por*
251 *membros titulares do Comitê, são instâncias colegiadas formadas com base na divisão*
252 *fisiográfica da Bacia e serão constituídas por membros titulares e suplentes do Comitê e*
253 *representantes de Comitês de Bacias de Rios Afluentes, legalmente constituídos, na área*
254 *da CCR; Considerando os fatos que levaram ao fechamento do escritório da CCR do Alto*
255 *São Francisco, por meio de um ato administrativo determinado pela ANA que culminou*
256 *com a intervenção da Agência Peixe Vivo do escritório da CCR do Alto São Francisco;*
257 *Considerando que a Diretoria do Comitê não foi comunicada ou consultada quanto às*
258 *medidas adotadas em virtude das questões levantadas na sindicância realizada pela ANA;*
259 *Considerando que a ANA não deu a conhecer à Diretoria do CBHSF o teor do processo de*
260 *sindicância que motivou a intervenção sobre sede do CCR Alto, apesar de formalmente*
261 *solicitada pela referida diretoria; RESOLVE: Aprovar esta moção a ser encaminhada à*
262 *Agência Nacional de Águas - ANA e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH,*
263 *com os seguintes objetivos: I - Manifestar a discordância com a intervenção promovida*
264 *pela ANA, por meio da AGB Peixe Vivo, junto à Câmara Consultiva Regional do Alto São*
265 *Francisco, que culminou com o encerramento das atividades do escritório da referida*
266 *Câmara; II - Ressaltar a importância da reabertura do escritório da CCR ALTO SÃO*
267 *FRANCISCO, a fim de que as atividades da própria Câmara não sejam prejudicadas e*
268 *debilitadas em razão da ausência de suporte técnico-operacional. Márcio Tadeu Pedrosa,*
269 *Secretário da CCR Alto, Coordenador em Exercício. No final da manhã foi dado um*
270 *intervalo às 13 horas para almoço com retorno às 14 horas. No retorno, o Sr. Márcio*
271 *Pedrosa fez a apresentação da ata da última plenária, e não havendo alterações, foi*
272 *aprovada por unanimidade. Após a aprovação da Ata do dia 13/07/2012, o coordenador*
273 *da CCR Alto solicita ao Sr. Alberto Simon que faça a apresentação do PAP - Plano de*
274 *Aplicação Plurianual - 2013/2015 do CBHSF, que apontou as linhas de ação dos projetos,*
275 *sendo elas: 1 - construção de curvas de nível, terraços e barraginhas; 2 - construção de*
276 *estradas ecológicas; 3 - recomposição florística com enriquecimento vegetal; 4 -*
277 *cercamento de nascentes; 5 - educação para as águas; 6 - pontos de monitoramento sobre*
278 *a qualidade e quantidade de água; 7 - centros de convivência sócio-ambiental; e 8 -*
279 *centros culturais do São Francisco. Foi também feita a explanação dos vinte e dois*
280 *projetos hidroambientais que visam à proteção e a conservação dos mananciais,*
281 *aprovados pelo CBHSF em novembro de 2011. Informou que a região do Alto São*
282 *Francisco possui oito projetos aprovados a serem financiados com recursos da cobrança*
283 *pelo uso da água. Alberto Simon também informou sobre a contratação de Empresa*
284 *Fiscalizadora e Gerenciadora de Projetos Hidroambientais, GAMA Engenharia, que irá*
285 *elaborar vinte e quatro projetos para o ano de 2012. Após a apresentação foi aberto*
286 *espaço para discussões e foram dados os seguintes encaminhamentos: formalizar a*
287 *aprovação dos projetos demandados pela CCR Alto SF referentes ao ano de 2011 via*

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL DO ALTO SÃO FRANCISCO - CCR ALTO
SF - 04 DE SETEMBRO DE 2012**

288 ofício, a ser encaminhado à DIREC; envio a todos os membros da CCR Alto SF das linhas de
289 projetos para o ano de 2012; ofício de encaminhamento das sugestões do PAP junto a
290 DIREC para encaminhar à CTPPP, com sugestão de alterações da estrutura dos quadros,
291 separados em demanda induzida e espontânea; inclusão de fichas para Projetos de
292 Biomonitoramento das águas da bacia, criação de mecanismos de apoio as Prefeituras
293 para elaboração de projetos de saneamento e estudos ambientais sobre a bacia. Foi
294 sugerido que a próxima reunião da CCR Alto SF ocorra em novembro para apresentação
295 de novos projetos para 2012, com data a ser definida e posteriormente informada a
296 todos. Não havendo mais assuntos a tratar, o coordenador da CCR Alto SF, Márcio
297 Pedrosa, encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata.

298

299

300

Márcio Tadeu Pedrosa
Coordenador CCR Alto SF

301

302

303

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 16 DE MAIO DE 2013.

ANEXO IV – Análise da CTIL

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/ CBHSF

Instituído pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001

CTIL, CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL



Processo nº 001/2004

Interessado: Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco

Assunto: Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio São Francisco

PARECER CTIL/CBHSF-001/2005

Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio São Francisco. Competência do CBHSF prevista no artigo 38, II, da Lei Federal nº 9.433/97 e Artigo 5º, II, do Regimento Interno. Ausência de Norma Legal que Regule o Processo Administrativo no âmbito do CBHSF. Aplicação da Lei Federal nº 9.784/99. Necessidade de Regularização Formal do Processo Com a instalação do Contraditório e da Ampla Defesa. Artigo 5º, LV, CF-88.

I – Relatório

Cuida-se de Processo Administrativo instaurado pelo CBHSF, por meio da Deliberação CBHSF nº 19, de 27/10/04, para análise do Conflito de Uso das Águas da Bacia do Rio Francisco, suscitado pelo Fórum de Defesa Permanente do Rio São Francisco.

Alega o suscitante que o Governo Federal vem tomando medidas visando a implementação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino, o qual vai de encontro a Deliberação tomada pela Conferência Nacional de Meio Ambiente, que decidiu **"pela proibição da transposição dos Rios São Francisco e Tocantins, em quaisquer instâncias, independente dos resultados dos estudos de viabilidade técnica, e pela elaboração de projeto de recuperação das áreas degradadas nas cabeceiras do Rio São Francisco por meio de plantio de espécies nativas."** (Parte I – Deliberações de Recursos Hídricos)

Argumenta que em virtude de tal deliberação, formou-se o conflito no uso das águas da bacia do São Francisco, porque, de um lado, o Governo Federal pretende alocar recursos hídricos da bacia hidrográfica para o



semi-árido nordestino não banhado pelo Velho Chico, e, do outro, a sociedade civil que tem como prioridade a recuperação dos recursos naturais da bacia, visando prevenir danos ambientais, bem como garantir os múltiplos usos das águas dentro da própria bacia.

Diz, ainda, que o problema comporta análise de natureza político-ambiental, invoca em socorro a sua tese os princípios da Precaução e da Participação Popular, insiste na soberania da deliberação da Conferência Nacional de Meio ambiente, requerendo, ao final, que o CBHSF conheça do conflito para declarar a impossibilidade de implementação do Projeto de Transposição, em face da deliberação tomada pela CNMA.

Requeru, por fim, a notificação dos Ministros de Estado da Integração Nacional e do Meio Ambiente, Ciro Gomes e Marina Silva, respectivamente.

Em aditamento a inicial, contesta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) encaminhado pelo Ministério da Integração Nacional ao IBAMA, relativo às obras de transposição, no que pertine aos dados de vazão disponível e outorgada, bem como a captação prevista em tal estudo.

Dos documentos anexados, destaque-se o relatório conjunto da CTPLANO e CTOC, de 10/07/05, que, com base em pronunciamento do Dr. César Raimundo da Cunha, Procurador de Estado (MG) e membro da CTIL, visando a regularização formal do processo, recomendou: a) que ao processo em questão fosse aplicado, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 9.784/99; b) que fosse notificado o autor da representação para regularizar a sua representação processual.

Em reunião realizada em 17/06/05, o CBHSF, entre outras, deliberou sobre a criação da CTIL e o encaminhamento a esta comissão do processo em tela para processamento, análise e pronunciamento.

Por ocasião da reunião de instalação da CTIL em 29/09/05, fui designado relator deste processo. Entretanto, registro que não recebi cópia integral dos autos.

É o relatório. Passo a examinar.

II – Mérito

Preliminarmente, este relator restringirá sua análise apenas aos aspectos formais do processo administrativo, considerando os seguintes fatos: a) instalação da CTIL apenas em 29/09/05; b) a deliberação do CBHSF



no sentido de que este processo tivesse a sua tramitação no âmbito da CTIL.
c) inexistência de contraditório nos presentes autos.

Formalizada a representação suscitando conflito de uso de recursos hídricos junto ao CBHSF, este instaurou o processo administrativo, conforme Deliberação CBHSF nº 19, de 27/10/04.

A competência do CBHSF para o processamento foi devidamente prevista no artigo 38, II, da Lei Federal nº 9.433/97 e artigo 5º, II, do Regimento Interno do Comitê.

Ante a ausência de norma legal disciplinando o processo administrativo no âmbito do CBHSF, este, acolhendo orientação jurídica do Dr. César Raimundo da Cunha, Procurador do Estado de Minas Gerais e membro da CTIL, determinou que fosse aplicada aos presentes autos a Lei Federal nº 9.784/99, que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Estabelece a Lei nº 9.784/99, no artigo 2º, que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de atuação conforme a lei e o direito, contexto em que estão inseridos os princípios do contraditório e ampla defesa, inerentes a todos os tipos de processos.

Como primeira medida saneadora, foi a entidade representante notificada para o fim de regularizar a sua representação processual, tendo apresentado os documentos hábeis para tanto. Entretanto, constata-se que faltou a instauração do contraditório, tendo em vista a ausência de notificação dos Ministérios da Integração Nacional e Meio Ambiente para responderem aos termos da representação, a despeito de haver requerimento expresso nesse sentido.

Desse modo, não pode o processo seguir seu trâmite sem que os órgãos federais citados integrem a relação processual, sob pena de nulidade dos atos que se seguirão.

Por outro lado, não se pode negar que a questão ora em debate – Conflito de Uso de Recursos Hídricos em face da Transposição do Rio São Francisco – é tema de interesse geral, de grande repercussão nacional, que vai além dos interesses e dos direitos das partes que integram a presente relação processual.

Assim, sendo a matéria de tamanha magnitude, impõe-se que a instrução processual seja ampla, com a realização de consultas e



audiências públicas, para a oitiva de opiniões técnicas especializadas de terceiros, bem como com a emissão de pareceres pelas CTPLANO e CTOC, visando dotar a CTIL e o CBHSF de elementos imprescindíveis à apreciação do direito perseguido no procedimento administrativo em curso.

Nesse sentido, o artigo 31 da Lei nº 9.784/99, que diz:

"Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada."

Desse modo, a adoção de tais medidas não só saneará como possibilitará um trâmite mais ágil do processo, inclusive a definição de um cronograma de atividades objetivo.

III - Conclusão

Ante o exposto, opinamos pelo prosseguimento do feito com a adoção das seguintes medidas:

a) notificação dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, na pessoa de seus respectivos ministros, para responderem aos termos da presente representação;

b) emissão de pareceres técnicos por parte das Câmaras Técnicas de Plano, Programa e Projetos e de Outorga e Cobrança;

c) elaboração de cronograma definindo as datas das consultas e audiências públicas que serão realizadas, bem como das atividades da CTIL em relação ao processo.

É o parecer, s.m.j.

À consideração dos Senhores Membros da CTIL.

Salvador (BA), 02 de dezembro de 2005.


Luiz Roberto Porto Farias
Membro Relator

ANEXO V - Apresentação de Alegações Finais no Conflito de Uso 001/2014.



Ao
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
a/c do Ilmo. Sr. Presidente do CBHSF
Anivaldo Miranda
Av. Dr. Antônio Gomes de Barros, 625 - Jatiúca
Maceió – AL – CEP 57.036-000

CT-030/2015– 22.06.2015

Ref: **Apresentação de Alegações Finais no Conflito de Uso 001/2014 em tramitação no CBHSF**

Prezado Senhor Presidente, demais membros do CBHSF,

I – Da existência de nulidades que impedem o prosseguimento do feito.

De início, cabe destacar a existência de nulidades presentes no procedimento e que impedem o seu prosseguimento, caso não sejam sanadas.

São nulidades que se concretizaram com a realização da audiência de conciliação no dia 25.05.2015.

A primeira delas consiste na realização da referida audiência em município que não pertence à Bacia Hidrográfica do São Francisco – Aracaju/SE.

Por se tratar de cidade fora da bacia hidrográfica do São Francisco e distante dos domicílios dos proponentes hipossuficientes do conflito, violam os princípios da participação e da publicidade, essenciais a atuação do CBHSF.

A segunda nulidade consiste na escolha da data da audiência para dia em que o CBHSF já havia sido comunicado da impossibilidade de uma das partes se fazer presente.

A Canoa de Tolda comunicou por email o período em que seu presidente e representante legal estaria em viagem ao Rio de Janeiro para resolver problemas decorrentes do óbito de seu pai. A viagem foi comunicada diretamente ao presidente do CBHSF, no dia 17/04/2015.

A conduta de agendar e manter reunião para data em que o proponente havia previamente comunicado a impossibilidade de se fazer presente viola direito de se fazer presente em ato essencial para ao deslinde do processo.

Contraria os princípios da participação e a garantia de acesso à justiça.



Canoa de Tolda - Sociedade Sócioambiental do Baixo São Francisco

Sede Sergipe- R. Jackson Figueiredo, 09 - Mercado Municipal - 49995-000 Brejo Grande SE
Tel-Fax +55 79 3366 1246 End. Eletr.- canoadetolda@canoadetolda.org.br Internet- www.canoadetolda.org.br
CNPJ 02.597.836-0001-40

Além disso, ainda frustra a própria natureza da audiência realizada. Ora, como se conceber uma audiência de conciliação sem a presença de uma das partes do conflito.

A realização da audiência apesar de tais circunstâncias fere os princípios de direito administrativo aos quais o CBHSF está vinculado – publicidade, participação.

Viola, ainda, dispositivos da Lei 9.748/99 responsável por regulamentar os tramites gerais de todo procedimento administrativo em âmbito federal.

Dispõe a lei 9.748/99 em seu art. 29, §2:

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

§ 2o Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Tal dispositivo não foi respeitado, uma vez que a audiência foi marcada para local distante dos domicílios dos proponentes, hipossuficientes, além de ter sido marcada para data em que um deles já havia comunicado a impossibilidade de comparecimento.

Portanto, para sanar tais nulidades e garantir a ampla incidência dos princípios essenciais para a atuação do comitê – publicidade e ampla participação social, é que a Canoa de Tolda requer seja marcada nova audiência de conciliação a ser realizada na cidade de Penedo/AL.

II – Da defesa da CHESF e da ANA.

A CHESF em sua manifestação no presente conflito limitou-se a sustentar a adequação de sua conduta com base nas diretrizes do ONS e nas autorizações da ANA e do IBAMA.

A ANA limitou-se a descrever as razões pelas são dispensadas as outorgas as barragens do Rio São Francisco, bem como a forma de emissão das autorizações especiais por meio de resolução.

Tais alegações em momento algum negam a existência do conflito de uso levado a conhecimento do CBHSF. Apenas confirmam que a redução de vazão tem gerado problemas para os outros usuários da Bacia.

Desde o início das reduções em abril de 2013, os problemas vem se agravando e atingindo níveis críticos para todos os demais usuários da bacia, além de comprometer as características ambientais do rio.

As medidas relatadas pela CHESF em sua manifestação não tiveram o condão de neutralizar quaisquer dos impactos das sucessivas reduções de vazão.

No caso específico, não há dúvida da existência de um Conflito de Uso. A própria CHESF admitiu em sua manifestação os problemas decorrentes da redução de vazão.

A conduta da CHESF, ainda que autorizada pela ANA e pelo IBAMA, tem violado princípio essencial da gestão das águas no país: a garantia dos usos múltiplos.

A redução da vazão, como medida de garantia de geração de energia, acaba por priorizar um uso específico e compromete por completo outro uso, qual seja, a navegação. Além de afetar outros inúmeros usos.

Relembre-se que:

A redução da vazão é uma modificação nas condições da outorga de uso para aproveitamento hidroelétrico. Por tal razão, deve respeitar, dentre outros requisitos, o contido nos art. 13 da Lei 9433/97.

Ou seja, deve garantir a preservação dos usos múltiplos do corpo hídrico afetado, bem como os usos prioritários estabelecidos nos planos de bacia. De acordo com o referido dispositivo:

Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

A referida lei prevê, inclusive, a possibilidade de suspensão da outorga em determinadas hipóteses, nos termos de seu art. 15

Art. 15. A outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, nas seguintes circunstâncias:

IV - Necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;

V - Necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;

VI - Necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água.

Observe-se que as barragens são os principais elementos reguladores de toda a dinâmica hidrológica do São Francisco e afetam todos os outros usos, bem como o ecossistema.

Observe-se ainda que é no requerimento de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga que a ANA exige os estudos necessários para delimitar a dinâmica de funcionamento das barragens, nos termos do art. 1º da mesma Resolução 131/2003:

§2º Ao solicitar a declaração de reserva de disponibilidade hídrica de que trata o caput deste artigo a ANEEL deverá encaminhar cópia dos seguintes documentos:

- I – Ficha técnica do empreendimento, conforme modelo anexo a esta Resolução;
- II – Estudos hidrológicos referentes à determinação:
 - a) da série de vazões utilizadas no dimensionamento energético de cada um dos cenários de usos múltiplos dos recursos hídricos, inclusive para o transporte aquaviário;
 - b) das vazões máximas consideradas no dimensionamento dos órgãos extravasores;
 - c) das vazões mínimas; e
 - d) do transporte de sedimentos;

Observe-se que entre as hipóteses de suspensão da outorga está expressamente a necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo hídrico.

Além disso, a redução de vazão determinada contraria disposições expressa do Plano de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que prevê a vazão de restrição mínima de 1300 m³/s.

Ora, qualquer alteração dessa restrição deveria passar pelo crivo, em caráter deliberativo do CBHSF. Não apenas em caráter consultivo, como vem acontecendo em todo o procedimento de redução das vazões.

O espaço de decisão de decisão do Conflito de Uso é uma oportunidade/obrigação que o comitê detém para interferir diretamente na gestão das águas de sua bacia hidrográfica.

O CBHSF pode e deve fixar obrigações para ambas as partes capazes de equacionar o conflito em análise, preservando o princípio de garantia aos usos múltiplos, nos termos da Lei 9433/97.

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

Portanto, o pedido é que o CBHSF passe a exercer de fato uma de suas atribuições legais, qual seja, arbitrar conflitos de uso múltiplos no âmbito da bacia hidrográfica.

Art. 38. Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

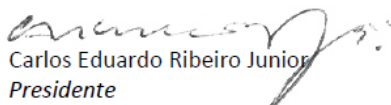
II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - Conclusão

Diante de todo o exposto, requer:

1. Primeiro, a declaração de nulidade da audiência de conciliação realizada, com a designação de nova data acordada entre as partes e a ser realizada na cidade de Penedo/AL.
2. Seja decidido o presente conflito em favor dos proponentes e fixando obrigações para a CHESF capazes de garantir o direito dos proponentes a exercício da navegação segura na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, preservando seus usos múltiplos.

Atenciosamente, e sem mais para o momento,


Carlos Eduardo Ribeiro Junior
Presidente

c/c –Jane Tereza Advocacia; CBHFS; CCRBSF-CBHSF; DG-AGB; membros do Comitê.

ANEXO VI - Resolução DIREC/CBHSF n. 29, de 14 de março de 2013.



RESOLUÇÃO DIREC/CBHSF Nº 29 de 14 de março de 2013

Dispõe sobre a autorização da DIREC à AGB Peixe Vivo para promover o remanejamento de rubricas do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2013-2015.

A DIRETORIA COLEGIADA DO COMITE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - DIREC/CBHSF reunida no dia 14 de março de 2013 na cidade de Aracaju, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO que o Plenário do CBHSF aprovou o Plano de Aplicação Plurianual - PAP 2013-2015 por meio da Deliberação CBHSF nº 71 de 28/11/2012;

CONSIDERANDO que a Deliberação CBHSF nº 71, de 28/11/2012, prevê, no seu art. 3º, §3º, a possibilidade de remanejamento de valores entre as atividades de um mesmo componente, no valor máximo de 20% de cada componente, desde que devidamente justificado e previamente aprovado pela DIREC;

CONSIDERANDO as informações contidas na Justificativa nº 001/2013, apresentada pela AGB Peixe Vivo à DIREC, anexo a esta Resolução.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo a promover o remanejamento de valores previstos no *Componente I - Ações de Gestão*, do Plano de Aplicação Plurianual 2013-2015, na forma prevista nos parágrafos abaixo:

§1º Fica autorizado o remanejamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) previstos na rubrica *Subcomponente I.1.1.14: Contratação do Planejamento Estratégico do CBHSF* para a rubrica *Subcomponente I.1.1.3: Apoio à Divulgação e Mobilização Processo Eleitoral 2013*.

§2º Fica autorizado o remanejamento de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) previstos na rubrica *Subcomponente I.2.1.5: Apoio às atividades dos CRAD* para a rubrica *Subcomponente I.1.1.3: Apoio à Divulgação e Mobilização Processo Eleitoral 2013*.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Aracaju/SE, 14 de março de 2013.


Arnaldo de Miranda Pinto
Presidente CBHSF


José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário CBHSF



Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

AGB PEIXE VIVO
Associação Executiva de Apoio à Gestão de
Bacias Hidrográficas

Autorização para Remanejamento valores PAP 2013-2015

Contrato de Gestão 014/ANA/2010

JUSTIFICATIVA REMANEJAMENTO PAP 2013 - 2015

Número

001/ 2013

Em 14 de dezembro de 2012, por meio do Of. Nº 194/2012 – CBHSF/SEC foi solicitada à AGB Peixe Vivo providências para contratação dos serviços de mobilização para o processo eleitoral de renovação dos membros do CBHSF.

A AGB Peixe Vivo adotou as providências necessárias à demanda apresentada:

- elaboração do TDR com as especificações técnicas para a contratação;
- pesquisa de mercado para cotação de preços, com encaminhamento do TDR para alguns fornecedores;
- elaboração do Ato Convocatório 028/2012 (edital);
- publicação do Ato Convocatório em jornais de circulação na bacia hidrográfica do rio São Francisco e no site da AGB Peixe Vivo.

Na pesquisa de cotação de preços foram obtidos os seguintes valores:

Quadro comparativo de cotações de preços

Descrição dos serviços	Fornecedores/Prestador de serviços			
	MYR Projetos	Rio das Velhas Consultoria	Companhia da Estratégia	Média de Preços
	R\$	R\$	R\$	R\$
Serviços de mobilização e apoio ao processo eleitoral de renovação dos membros do CBHSF	1.255.700,34	893.591,40	1.474.689,00	1.207.993,58

O valor médio das cotações foi de R\$ 1.207.993,58 (um milhão duzentos e sete mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos).

Esse valor ultrapassa o valor previsto no PAP 2013-2015, que foi de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Essa proposta de rubrica para o PAP foi baseada na experiência de mobilização realizada pela ANA, ocorrida há cerca de 4 anos, acrescida da ampliação do escopo dos trabalhos de forma a mobilizar um maior quantitativo de atores interessados em participar do processo eleitoral de renovação dos membros do CBHSF.

Durante o processo licitatório, cuja modalidade foi a de Menor Preço, as empresas participantes ofertaram descontos de até 25% do valor máximo, a vencedora do certame apresentou uma proposta de preço de R\$ 905.995,18 (novecentos e cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e dezoito

Assinatura

centavos), inferior à média cotada, mas ainda superior ao valor previsto no PAP.

Portanto, para dar continuidade ao processo licitatório, visando sua finalização e a assinatura do contrato com a empresa vencedora, faz-se necessário o remanejamento do valor de R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais) para complementação ao valor previsto no PAP para essa ação.

A Deliberação CBHSF Nº 71 de 28/11/2012, que aprova o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2013-2015, prevê no seu art. 3º, §3º a possibilidade de remanejamento, no valor máximo de 20% de cada componente, desde que devidamente justificada e acatada pela DIREC.

Após análise dos valores previstos na componente "Ações de Gestão", exercício 2013, a AGB Peixe Vivo constatou que há alguns itens de rubrica que poderão ser remanejados, sem prejuízo às atividades do CBHSF.

I.1.1.14: Contratação do Planejamento Estratégico do CBHSF: R\$ 200.000,00

I.2.1.5: Apoio às atividades dos CRAD: R\$ 50.000,00

A AGB Peixe Vivo propõe, então, à DIREC o remanejamento dos R\$ 200.000,00 previstos para o Planejamento Estratégico, tendo em vista que há pouca possibilidade desse planejamento ser realizado em 2013, considerando a renovação dos membros que irá ocorrer no segundo semestre, sem tempo hábil para contratação e execução desse recurso financeiro.

Propõe, ainda, o remanejamento de R\$ 6.000,00 da rubrica de apoio às atividades dos CRAD, considerando que esse valor não traz prejuízo ao possível apoio que, porventura, venha a ser demandado ao CBHSF.

O valor total (R\$ 206.000,00) corresponde a 2,9% (dois vírgula nove por cento) do valor previsto para a componente "Ações de Gestão", que é de R\$ 7.115.000,00 (sete milhões, cento e quinze mil reais) para o ano de 2013. Portanto, atende ao previsto no art 3º, §3º da Deliberação CBHSF nº 71/2012.

Com a autorização pela DIREC desses remanejamentos de rubricas, poderemos finalizar o processo licitatório e convocar a empresa vencedora do certame para dar início à mobilização eleitoral para a renovação dos membros do CBHSF.

Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral - AGB Peixe Vivo

ACATADO DIREC/CBHSF

Data: / /2013


Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente


José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário

ANEXO VII – Deliberação CBHSF n. 71, de 28 de novembro de 2012.



DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 71, de 28 de novembro de 2012

Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015 e dá outras providências.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, criado pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001, no uso de suas atribuições e;

Considerando o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013, as metas definidas no Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 firmado entre a AGB Peixe Vivo e a Agência Nacional de Águas (ANA) e as metas definidas na Carta de Petrolina;

Considerando a Deliberação CBHSF nº 63, de 17 de novembro de 2011, que aprova o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010 celebrado entre Agência Nacional de Águas (ANA) e a AGB Peixe Vivo;

Considerando a Deliberação CBHSF nº 64, de 17 de novembro de 2011, que aprova as metas intermediárias até 2014, para atendimento aos compromissos assumidos na Carta de Petrolina, em prol da revitalização e melhoria de vida dos povos da bacia;

Considerando o inciso III do art. 2º da Deliberação CBHSF nº 61, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a composição e as competências do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Entidade Delegatária - AGB Peixe Vivo, no âmbito do CBHSF e dá outras providências;

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual - PAP, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco, para o período de 2013 a 2015, apresentado na forma do Anexo Único.

Art.2º O PAP está organizado em grupos de ações divididos entre Ações de Gestão, Ações de Planejamento e Ações Estruturais, que se desdobram em 05 (cinco) componentes básicos:

- I- Ações de Gestão,
 - a. Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia;
- II- Ações de Planejamento,
 - a. Componente II - Uso Sustentável Dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental;
 - b. Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia;

- III- Ações Estruturais,
- a. Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra
 - b. Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido.

Parágrafo Único. Para cada componente são identificadas as ações a serem executadas com as respectivas previsões orçamentárias para o seu desenvolvimento nos anos de 2013 a 2015.

Art. 3º No decorrer dos anos de vigência do PAP, 2013 a 2015, as ações nele previstas poderão ser revisadas, excluídas, aglutinadas, bem como poderão ser remanejados os valores do custo total programado de cada uma, desde que entre as atividades de um mesmo componente, por demanda da Diretoria Colegiada - DIREC ou com base na análise pela Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos - CTPPP, subsidiada pelo Relatório do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão - GACG, conforme previsto na Deliberação CBHSF nº 61, de 17 de novembro de 2011 especialmente no que se refere aos dados relativos a resultados esperados e cronograma físico-financeiro de cada atividade.

§1º A CTPPP deverá encaminhar para a DIREC análise e parecer anexo ao Relatório Anual do GACG, para conhecimento do CBHSF, na primeira plenária de cada ano.

§2º O parecer de que trata o parágrafo anterior deverá conter, dentre outras considerações, as propostas de alterações das atividades e os remanejamentos de custos, se existentes, conforme previsto no *caput*.

§3º A AGB Peixe Vivo durante o ano de execução, poderá remanejar valores conforme previsto no *caput*, no valor máximo de 20% de cada componente, desde que devidamente justificada e acatada pela DIREC, sem a necessidade de aguardar o relatório anual do grupo de acompanhamento do Contrato de Gestão - CACG, devendo informar ao Plenário na reunião subsequente.

§4º Apenas em caráter excepcional, declarado pela DIREC, poderão ser remanejados valores entre componentes para o atendimento de ações emergenciais, não previstas no PAP, levando ao conhecimento do CBHSF, na primeira plenária prevista.

Art. 4º O PAP para o próximo período, após 2015, poderá ser revisto totalmente e compreender toda a forma organizacional, bem como os percentuais destinados para as Ações de Gestão, Planejamento e Estruturais, desde que de acordo com o Plano da Bacia vigente.

Parágrafo Único. No decorrer do ano do término do PAP, a AGB Peixe Vivo deverá encaminhar à DIREC uma proposta para o novo PAP, em período não inferior a 06 (seis) meses de antecedência ao término do exercício, com base nos relatórios e informações anteriores.

Art.5º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua aprovação em Plenária.

Penedo/AL, 28 de novembro de 2012.

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário



ANEXO ÚNICO

Atividades na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco programadas para o período de 2013 a 2015

Ações de Gestão	Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia					
Subtotal Ações de Gestão		19.905.000	7.115.000	8.475.000	4.315.000	21,8%
		Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
I.1	Programa Fortalecimento institucional	13.255.000	5.465.000	4.075.000	3.715.000	14,5%
I.1.1	Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)	5.195.000	2.425.000	1.375.000	1.395.000	5,7%
I.1.1.1	001 Apoio à Realização de Reuniões Plenárias Ordinárias / Extraordinárias	900.000	300.000	300.000	300.000	
I.1.1.2	002 Apoio à Realização de Reunião Extraordinária Eleição 2013	200.000	200.000			
I.1.1.3	003 Apoio à Divulgação e Mobilização Processo Eleitoral 2013	700.000	700.000			
I.1.1.4	004 Apoio às atividades da Diretoria Colegiada (DIREC) do CBHSF	300.000	100.000	100.000	100.000	
I.1.1.5	005 Apoio às atividades das Câmaras Técnicas (CT) do CBHSF	450.000	150.000	150.000	150.000	
I.1.1.6	006 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.7	006 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Médio São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.8	006 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.9	006 Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.10	007 Apoio às atividades dos Grupos Técnicos do CBHSF	165.000	55.000	55.000	55.000	
I.1.1.11	008 Apoio à participação em eventos nacionais e internacionais	60.000	20.000	20.000	20.000	
I.1.1.12	009 Apoio à realização de Audiências Públicas, Oficinas e Seminários	300.000	100.000	100.000	100.000	
I.1.1.13	010 Apoio às atividades de integração com comitês afluentes	260.000	80.000	80.000	100.000	
I.1.1.14	011 Contratação de Planejamento Estratégico do CBHSF	300.000	200.000	50.000	50.000	
I.1.2	Comunicação e mobilização	6.300.000	2.800.000	1.900.000	1.600.000	6,9%
I.1.2.1	012 Plano Continuado de Comunicação	3.500.000	1.800.000	900.000	800.000	
I.1.2.2	013 Plano Continuado de Mobilização	1.400.000	500.000	500.000	400.000	
I.1.2.3	014 Plano Continuado de Educação Ambiental	1.400.000	500.000	500.000	400.000	
I.1.3	Capacitação para os membros do CBHSF	960.000	240.000	400.000	320.000	1,1%
I.1.3.1	015 Capacitação CCR Alto	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.2	015 Capacitação CCR Médio	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.3	015 Capacitação CCR Submédio	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.4	015 Capacitação CCR Baixo	240.000	60.000	100.000	80.000	



I.1.4	Capacitação para Bacia/CBH Afluentes	800.000	0	400.000	400.000	0,9%
I.1.4.1	016 Cursos diversos	800.000		400.000	400.000	
I.2	Instrumentos de Gestão	6.650.000	1.650.000	4.400.000	600.000	7,3%
I.2.1	Estudos e pesquisas	650.000	150.000	400.000	100.000	0,7%
I.2.1.1	017 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	150.000		150.000		
I.2.1.2	018 Estudo sobre a metodologia de cobrança pelo uso da água	200.000		100.000	100.000	
I.2.1.3	019 Pesquisa científica e tecnológica	100.000	50.000	50.000		
I.2.1.4	19A Biomonitoramento das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco	100.000	50.000	50.000		
I.2.1.5	19B Apoio às atividades dos CRAD	100.000	50.000	50.000		
I.2.2	Atualização do Plano da Bacia	4.000.000	1.000.000	3.000.000	0	4,4%
I.2.2.1	020 Atualização do Plano	4.000.000	1.000.000	3.000.000	0	
I.2.3	Acompanhamento das ações/investimentos da Bacia	2.000.000	500.000	1.000.000	500.000	2,2%
I.2.3.1	021 Implementação de Sistema de Informações (indicadores)	500.000		500.000		
I.2.3.2	022 Apoio às ações da F.P.I. (Fiscalização Preventiva Integrada) nos Estados da bacia	1.500.000	500.000	500.000	500.000	

Ações de Planejamento	Componente II - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental e Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia					
	Subtotal Ações de Planejamento	29.650.000	6.880.000	12.160.000	10.610.000	32,5%
		Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
II.1	Água Para Todos	8.900.000	2.040.000	3.330.000	3.530.000	9,8%
II.1.1	Projetos de sistemas de abastecimento de água	3.700.000	440.000	1.530.000	1.730.000	4,1%
II.1.1.1	023 Elaboração de Projetos Básicos e executivos	2.200.000	440.000	880.000	880.000	
II.1.1.2	024 Elaboração de Estudos e Projetos de ampliação e melhoria de SAA	1.000.000		400.000	600.000	
II.1.1.3	025 Elaboração de projetos de sistemas alternativos de abastecimento de água em áreas rurais	500.000		250.000	250.000	
II.1.2	Planos Municipais de Saneamento Básico	5.200.000	1.600.000	1.800.000	1.800.000	5,7%
II.1.2.1	026 Elaboração de PMSB	5.200.000	1.600.000	1.800.000	1.800.000	
II.2	Saneamento Ambiental	9.300.000	1.940.000	3.680.000	3.680.000	10,2%
II.2.1	Esgoto	6.000.000	1.040.000	2.480.000	2.480.000	6,6%
II.2.1.1	027 Elaboração de projetos básicos e executivos de SES	3.500.000	500.000	1.500.000	1.500.000	
II.2.1.2	028 Elaboração de estudos de ampliação e melhoria de SES	1.700.000	340.000	680.000	680.000	

II.2.1.3	029	Elaboração de projetos de sistemas alternativos de saneamento em áreas rurais	800.000	200.000	300.000	300.000	
II.2.2		Resíduos sólidos	1.650.000	450.000	600.000	600.000	1,8%
II.2.2.1	030	Elaboração de Estudos e Projetos de Resíduos Sólidos Convencionais e Alternativos	1.650.000	450.000	600.000	600.000	
II.2.3		Drenagem urbana	1.650.000	450.000	600.000	600.000	1,8%
II.2.3.1	031	Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana	1.650.000	450.000	600.000	600.000	
II.3		Proteção e Conservação	4.000.000	1.250.000	1.750.000	1.000.000	4,4%
II.3.1		Estudos e Projetos hidroambientais	3.250.000	1.000.000	1.250.000	1.000.000	3,6%
II.3.1.1	032	Elaboração de estudos, formatação de projetos e elaboração de Termos de Referência relativos a projetos de revitalização da bacia	3.250.000	1.000.000	1.250.000	1.000.000	
II.3.2		Produtor de Água	750.000	250.000	500.000	0	0,8%
II.3.2.1	033	Elaboração de diagnóstico e Projeto Básico visando o pagamento dos serviços ambientais	750.000	250.000	500.000		
II.4		Estudos e Projetos	7.450.000	1.650.000	3.400.000	2.400.000	8,2%
II.4.1		Apoio a projetos	3.300.000	100.000	1.350.000	1.850.000	3,6%
II.4.1.1	034	Apoio a projetos e empresas socioambientais	300.000		150.000	150.000	
II.4.1.2	035	Apoio a povos e comunidades tradicionais	500.000	100.000	200.000	200.000	
II.4.1.3	036	Apoio ao PRODES	2.500.000		1.000.000	1.500.000	
II.4.2		Estudos de caráter excepcional	1.700.000	400.000	900.000	400.000	1,9%
II.4.2.1	037	Estudos relacionados a desastres e eventos críticos (secas e enchentes)	850.000	200.000	450.000	200.000	
II.4.2.2	038	Estudos relacionados aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, fontes poluidoras	400.000	100.000	200.000	100.000	
II.4.2.3	039	Estudos relacionados à biodiversidade, unidades de conservação e lagoas marginais	450.000	100.000	250.000	100.000	
II.4.3		Projetos especiais	2.450.000	1.150.000	1.150.000	150.000	2,7%
II.4.3.1	040	Consultorias específicas demandadas pela DIREC	450.000	150.000	150.000	150.000	
II.4.3.2	041	Projetos especiais demandados pela DIREC	2.000.000	1.000.000	1.000.000		

Ações Estruturais	Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra e Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido					
	Subtotal Ações Estruturais	41.600.000	7.800.000	15.900.000	17.900.000	45,7%
		Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
III.1	Água para todos	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	2,2%

III.1.1	Sistemas alternativos de abastecimento	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	2,2%
III.1.1.1	042 Implantação de sistemas alternativos	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	
III.2	Saneamento Ambiental	4.800.000	400.000	2.200.000	2.200.000	5,3%
III.2.1	Esgoto	2.000.000	0	1.000.000	1.000.000	2,2%
III.2.1.1	043 Implantação de pequenos sistemas de esgotamento sanitário em área rural	2.000.000		1.000.000	1.000.000	
III.2.2	Resíduos sólidos	2.200.000	200.000	1.000.000	1.000.000	2,4%
III.2.2.1	044 Implantação de intervenções e adequação de sistemas existentes	2.200.000	200.000	1.000.000	1.000.000	
III.2.3	Drenagem urbana	600.000	200.000	200.000	200.000	0,7%
III.2.3.1	045 Implantação de sistemas alternativos de controle e gestão das águas pluviais	600.000	200.000	200.000	200.000	
III.3	Proteção e Conservação	24.000.000	6.600.000	8.700.000	8.700.000	26,3%
III.3.1	Implantação de projetos hidroambientais	20.000.000	6.000.000	7.000.000	7.000.000	21,9%
III.3.1.1	046 Implantação de projetos hidroambientais no Alto SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.2	046 Implantação de projetos hidroambientais no Médio SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.3	046 Implantação de projetos hidroambientais no Submédio SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.4	046 Implantação de projetos hidroambientais no Baixo SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.2	Produtor de Água (Implantação)	4.000.000	600.000	1.700.000	1.700.000	4,4%
III.3.2.1	047 Intervenções nas áreas conforme diagnóstico	1.500.000	300.000	600.000	600.000	
III.3.2.2	048 Recomposição de APP e reserva legal	1.500.000	300.000	600.000	600.000	
III.3.2.3	049 Pagamento por Serviços Ambientais	1.000.000		500.000	500.000	
III.4	Serviços e obras	10.800.000	300.000	4.500.000	6.000.000	11,9%
III.4.1	Serviços e obras de caráter excepcional	2.300.000	300.000	1.000.000	1.000.000	2,5%
III.4.1.1	050 Implantação das obras de caráter excepcional	1.150.000	150.000	500.000	500.000	
III.4.1.2	051 Implantação das intervenções relacionadas aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, fontes poluidoras, biodiversidade, unidades de conservação, lagoas marginais (relativos aos itens 38 e 39)	1.150.000	150.000	500.000	500.000	
III.4.2	Serviços especiais	8.500.000	0	3.500.000	5.000.000	9,4%
III.4.2.1	052 Serviços e obras especiais demandados da DIREC	8.500.000		3.500.000	5.000.000	

Câmara Técnica do Plano Hidroambiental

CTPHa

Criada pela Deliberação nº 02/2012 do COBH/PAJEÚ

RELATÓRIO nº01/12 CTPHa

Avaliação dos Projetos de Recuperação Hidroambiental da Nascente do Rio Pajeú (Brejinho) e do Córrego da Onça (Afogados da Ingazeira)

Em reunião realizada em 04 de Setembro de 2012, às 09:00h, no DNOCS de Serra Talhada, na presença do Presidente e do Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú – COBH/Pajeú, respectivamente, Sr. Homembom de Souza Magalhães Neto e Sr. Hélio de Souza Pedroza Júnior, os membros da Câmara Técnica do Plano Hidroambiental do COBH, Sr. Aldízio Melo Siqueira (DNOCS), Sr. Cláudio Almeida Ribeiro (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sábia), Sra. Kelle Cristina Souza Martins (CECOR) e Sr. Genival Barros Júnior (UFRPE/UAST), e na presença dos servidores da Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC, Sr. Nilson Henrique da Silva e o Sr. Gilberto Queiroz de Lima Filho, avaliaram os projetos a serem implementados na bacia hidrográfica do rio Pajeú, com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água do rio São Francisco. Os resultados desta análise são descritos a seguir:

Questionamentos técnicos aos projetos:

1. Quais os critérios utilizados para definição das áreas a serem terraceadas ao longo das pequenas propriedades que compõem a área física da nascente do Pajeú? A indicação das áreas a serem terraceadas foi estabelecida, tão somente, a partir de imagens de satélite? Neste sentido entendemos que outros fatores precisam ser levados em consideração:
 - A) Qual o uso e a ocupação do solo nas áreas impactadas?
 - B) Quais os impactos que a movimentação do solo irá provocar sobre as propriedades e a produção agrícola dos pequenos produtores locais?
 - C) Como as famílias residentes serão integradas, no tocante ao manejo de suas áreas e manutenção das estruturas, a ação de terraceamento?
2. Que critérios também foram utilizados para o cercamento da área da nascente em um perímetro unificado (também, apenas, a imagem de satélite?), uma vez que as propriedades existentes no local já possuem cerca própria e ocupam toda esta área, inclusive o projeto não contempla a existência de cancelas para acessibilidade. Entendemos não ter sentido a construção desta cerca, neste projeto, com o quadro atual de ocupação da área! Com base nesta afirmativa algumas questões precisam ser melhor elucidadas, conforme descrevemos a seguir:
 - A) Como isolar a família agricultora de sua área produtiva (a maioria muito pequena e caracterizada por ser uma agricultura eminentemente familiar) sem dar alternativas de produção a elas que

ali vivem e trabalham há gerações? Entendemos que o isolamento do local é importante, mas a execução do projeto tem que viabilizar alternativas produtivas compensatórias para garantir a saída definitiva das famílias de dentro das áreas de proteção permanente!

- B) Cercas com cinco fios de arame estacadas de dois em dois metros não atendem ao isolamento da área com relação à entrada de caprinos e ovinos, rebanhos predominantes na região!
 - C) Não há sentido apenas no cercamento/isolamento da área sem um plano de manejo para a cobertura vegetal e do solo, como a implementação de efetivas ações de reflorestamento e ações contínuas de manejo desta vegetação e do solo (incorporação de matéria orgânica, plantas colonizadoras e pioneiras) para garantir a efetiva regeneração e recomposição da área da nascente.
3. Como o serviço de mobilização social, realizado em apenas dois momentos (dois seminários), irá viabilizar e atender as demandas de um projeto desta envergadura/natureza? Entendemos e destacamos que o objetivo da mobilização social não é só o de informar aos proprietários locais sobre a realização de um projeto e, posteriormente, de entregar aos mesmos de uma obra pronta, mas principalmente, sensibilizá-los e integrá-los com a devida antecedência em sua realização, pois é fato a constatação de um número ínfimo de atividades neste sentido e a existência de um quadro insuficiente (sem previsões de contemplação ou ampliação) quanto a qualificação dos profissionais mobilizadores e pertinentes para isto, o que pode colocar todos os esforços e custos envolvidos nas ações deste projeto em risco e com perspectiva de gerar um baixo custo / benefício pelo abandono e inoperância funcional das estruturas a que se propõe executar.
4. Quais os critérios utilizados para o dimensionamento da malha viária (novamente apenas a imagem de satélite? Temos validações em campo? Quais? O que embasa a diferença entre Brejinho e o Córrego da Onça mencionada a seguir?) que será retificada e requalificada, que tem um indicativo de 19,55 km para Brejinho e de 30,96 Km para o Córrego da Onça?
5. Levando-se em conta uma Bacia Hidrográfica de mais de 18.000 km², quais os critérios utilizados para a inclusão do Riacho da Onça na contemplação dos projetos nesta etapa de sua implementação, gerando, inclusive, orçamentos tão distintos entre as duas ações: R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) destinados a Brejinho e mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinados a Microbacia do Córrego da Onça?

Com base nas análises a Câmara recomenda a incorporação de ações

complementares e indispensáveis às propostas técnicas contempladas no Projeto:

- A) Inclusão do resultado do diagnóstico realizado em Brejinho e no Córrego da Onça, que embasaram a proposta técnica do projeto e, na possibilidade de sua inexistência, dedicar tempo e recursos para sua elaboração antes do início das obras;
- B) Necessidade de realizar inventário ambiental, catalogando espécies nativas para evitar danos ao meio ambiente (fauna e flora local);
- C) Ampliar a equipe de educadores sócioambientais contemplando um plano de ação mais consistente para todo o período de execução do projeto, principalmente na sua fase inicial, antes mesmo de sua implantação;
- D) Estabelecer uma demanda específica para capacitação da população local no tocante a recomposição da cobertura vegetal, manejo dos solos e os seus manejos permanentes;
- E) Preparar população local para gestão e uso dos recursos hídricos, principalmente das águas oriundas das áreas de nascentes, contemplando a requalificação e o uso da água destas nascentes e não simplesmente o seu isolamento;
- F) Reflorestamento imediato de todas as encostas do entorno das barraginhas projetadas para Brejinho e para o Córrego da Onça, evitando o rápido assoreamento das mesmas;
- G) Solicitamos mais atenção quanto à redação do Termo de Referência e da convocação pública das empresas interessadas em concorrer ao processo, pois constatamos erros de citação do nome do Estado onde as ações serão implementadas, erros de localização, inconsistência de informações, citações bibliográficas deficientes no corpo do texto, ausência do nome da cidade de realização do evento de apresentação dos projetos hidroambientais, etc.

Parecer:

Considerando os relevantes problemas e as graves inconsistências encontradas nos projetos avaliados (Nascente do Pajeú e Microbacia do Riacho da Onça), recomendamos que sua aprovação por parte do Plenário do COBH/Pajeú, e posteriormente pela CCR do Sub Médio São Francisco, seja condicionada as respostas e encaminhamentos efetivos por parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e de sua Agência de Bacia (AGB Peixe Vivo), conseqüentemente, pela empresa contratada para a elaboração dos mesmos (CT/BR engenharia), para adequação e ajustes necessários ao bom andamento e sucesso dos empreendimentos propostos, salvaguardando as eficiências ambientais, sociais e produtivas das intervenções e os consideráveis investimentos oriundos de recursos públicos que são destinados as operações.

Serra Talhada – PE, 04 de Setembro de 2012.

Anexo: lista de presença da reunião.

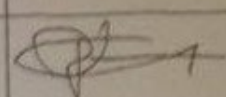
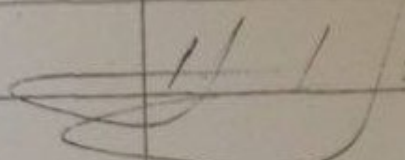
ENTIDADE	REPRESENTANTE	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA
MEMBROS			
DNOCS	Aldizio Melo Siqueira	(87) 3831 1565 / (87) 9924 2663 aldizio-ms@hotmail.com	Aldizio Melo Siqueira
IFPE - CAMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA	José Willams Nogueira da Costa	(88) 9623 0199 willams.costa@afogados.ifpe.edu.br	
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ	Cláudio Almeida Ribeiro	(87) 3846 1643 / (81) 9945 1013 (81) 9663 0001 sertao@centrosabia.org.br claudio@centrosabia.org.br	Cláudio A. Ribeiro
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL - CECOR	Kelle Cristina Souza Martins	(87) 3831 2385 brasil@cecor.org.br kellesouza@hotmail.com kelle@cecor.org.br	Kelle C. de S. Martins
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE	Genival Barros Júnior	(87) 3831 1927 / (87) 8841 3743 genival@uast.ufrpe.br barrosjunior@yahoo.com.br	Genival Barros Jr.
ST. DE SERRA TALHADA	Flaviano Marcos da Silva	(87) 3831 1242 strserratalhada@hotmail.com fmsfabinho@yahoo.com.br	
OUTROS PARTICIPANTES			
ENTIDADE	REPRESENTANTE	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA
SEHE	Helio F. Souza Pedrosa	81. 3184.2625 helio.pedrosa@vh-pe.gov.br	Helio Pedrosa

LISTA DE PRESENÇA DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO HIDROAMBIENTAL - CTPHa


EVENTO: PRIMEIRA REUNIÃO DA CTPHa

DATA: 04 DE SETEMBRO DE 2012

LOCAL: DNOCS, SERRA TALHADA - PE

ADAC	NILSON HENRIQUE DA SILVA	nilson.amc@dnocs-pe.gov.br (81) 3506 3507	Nilson Henrique da S
ADAC	GILBERTO QUEIROZ DE LIMA FILHO	gilberto.queiroz@dnocs-pe.com.br	
			

ANEXO IX - Ficha da Capitania dos Portos do Farol do Cabeço (SE).

FAROL DO PORTAL DO FORTAL		FICHA	
		CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE 1856 1932, 1957 e 1985 NO PORTAL SUL DA BARRA-LOCAL DEN; SANGUO COORDENADAS - LATITUDE 10° 31' S LONGITUDE 36° 24' W DESCRIÇÃO: TORRE OCTOGONAL DE FERRO ESTRUTURA: BRANCA ALTURA TOTAL: 16 METROS ALTITUDE DO PICO: 18 METROS ALCANCE NOMINAL: 28 MILHAS CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE: 1 LAMPEJO BRANCO EM CADA 6 SEGUNDOS FASIS DESEMPENHADAS: B. 0,5 Rel. 5,5 - PERÍODO 6 SEGUNDOS LÂMPADA: CONDIAL 250 W BRANCA LENTE: TIPO DE COLINAÇÃO PLANO PRODUTOR DE FASIS: CONDIAL SISTEMA: LITROQUINA VAL. SOLAR: FOTOCELULA INTENS. LUMINOSA: LÂMPADA 2,03 VAL. LUMINOSA: 28 DETALE: CONDIAL BATERIA 6 VOLTS ALIMENTADA POR PAINEL SOLAR DEGRAVADO: DESGUARNECIDO CONDIÇÃO: DESGUARNECIDO	